

UNICAMPS.

CIÊNCIAS HUMANAS



1º PERÍODICO DA UNICAMPS CIÊNCIA

UNICAMPS. CIÊNCIAS HUMANAS. V.1 Nº 1 AGO. /DEZ.2023

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NA CONSOLIDAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NO SEGUNDO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

THE IMPORTANCE OF CHILDREN'S LITERATURE IN THE CONSOLIDATION OF LITERACY THROUGH STORYTELLING IN THE SECOND GRADE

CONCEIÇÃO, Leoneide Lima Chaves¹; LIMA, Lusimeire da Silva²; RIBEIRO, Samara
Lopes³; FRIEDRICH, Márcia⁴

RESUMO

O trabalho objetiva investigar a importância da literatura infantil para o processo de consolidação da alfabetização por meio da contação de história. Para o desenvolvimento desse trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica, baseada em autores que falam sobre o tema na busca de elementos empíricos a pesquisa de campo se fez necessária. Foi realizada em sala de aula, observando-se a realização da contação de histórias por uma professora do segundo ano do Ensino Fundamental, para essa pesquisa foram adotados estudos sobre o tema, no que se refere o conceito de alfabetização como Soares (2009). Na contação de histórias a referência principal foi Teberosky (2017) que enfatiza a contação de histórias como uma das formas mais eficazes de consolidar o processo de alfabetização, pois permite ao aluno desenvolver a compreensão da leitura. pois, contação de histórias é vista pelas crianças como um momento de brincadeira de encantamento de imaginação, história envolve elementos como a variação da voz, os gestos e a entonação das palavras; é assim que a criança começa a compreender os sentimentos e emoções que os livros trazem. Para consolidar a alfabetização, é fundamental oferecer atividades diversificadas e desafiadoras que permitam às crianças praticar a leitura individualmente e construir suas próprias hipóteses sobre a escrita.

Palavras-Chave: Contação de História, Alfabetização e Consolidação da Alfabetização.

ABSTRACT

The work discusses how children's literature contributes to the process of consolidating literacy through storytelling. For the development of this work, bibliographical research was chosen, based on authors who talk about the subject. In the search for empirical elements, field research was necessary. It was carried out in the classroom, observing the performance of storytelling by a second-year teacher, for this research studies on the subject were adopted, with regard to the concept of literacy, as Soares (2009). In storytelling, the main reference was Teberosky (2017), who emphasizes storytelling as one of the most effective ways to consolidate the literacy process, as it allows students to develop reading comprehension. because, storytelling is seen by children as a moment of imagination enchantment play, history involves elements such as voice variation, gestures and intonation of words; this is how the child begins to understand the feelings and emotions that books bring. To

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia Facunicamps. Email: leoneide.limachaves@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia Facunicamps. Email: limalusimeire@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia Facunicamps. Email: samaralopesrb@gmail.com

⁴ Professora Orientadora. Mestre em Educação em Ciências e Matemática (UFG). Graduada em Matemática e Física, Graduada em Ciências, Graduada em Pedagogia. Professora da Facunicamps desde 2018. E-mail: marcia.friedrich@facunicamps.edu.br

consolidate literacy, it is essential to offer diversified and challenging activities that allow children to practice reading individually and build their own hypotheses about writing. **KEY WORDS:** Storytelling, literacy and consolidation of literacy.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo esclarecer de que modo a literatura infantil contribui no processo da consolidação da alfabetização especialmente por meio da contação de história. Inicialmente será apresentado, de maneira breve, o conceito de alfabetização com base em autores que discutem a temática. No decorrer da pesquisa, apresentaremos a importância da contação de história no processo de desenvolvimento da alfabetização com crianças do segundo ano do Ensino Fundamental.

É importante ressaltar que desenvolver o gosto pela leitura se torna um aspecto desafiador para os educadores que naturalmente precisam usar de todas as suas habilidades ao contar as histórias na esperança de que as crianças se deixem encantar e que se envolvam neste mundo de fantasia e de imaginação, pois, contação de histórias é vista pelas crianças como um momento de brincadeira, de encantamento, e de imaginação.

O ato de contar história é uma maneira de transmitir valores, exprimir o sentido da vida através das gerações, isso incentiva a prática do contar, do ouvir e recontar histórias, essa atividade é importante para a consolidação de conhecimentos e de valores. Dar vida a uma história envolve elementos como a variação da voz, os gestos e a entonação das palavras; é assim que a criança começa a compreender os sentimentos e emoções que os livros e as histórias trazem. Consequentemente, os espaços, os cenários, os bonecos são ótimos aliados para despertar a curiosidade. Nesse contexto, a contação de história abre um canal de interatividade e troca de experiências, oferecendo liberdade para a criança compartilhar suas opiniões e interpretar as situações.

Para o desenvolvimento desse trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica, baseada em autores que discutam o tema. Na busca de elementos empíricos, a pesquisa de campo se fez necessária, com observações em sala de aula durante a realização da contação de histórias feita por uma professora do segundo ano.

Os resultados preliminares apontam que o envolvimento das crianças neste momento é muito rico e traz elementos para que a professora possa avaliar o desenvolvimento da alfabetização das crianças.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE A TEMÁTICA

2.1 Conceituando a Alfabetização

A alfabetização é um processo fundamental na formação do indivíduo e tem um papel crucial na vida das pessoas. Aprender a ler e escrever não são apenas habilidades, são necessidades básicas para se comunicar e interagir no e com o mundo. É por meio da linguagem oral, escrita, visual, corporal que nos comunicamos com outras pessoas, acessamos informações e conhecimento, além de exercermos nossa cidadania.

De acordo com Magda Soares, em seu livro "Alfabetização e letramento" publicado em 2009, a autora retrata em sua obra que, a alfabetização começa na Educação Infantil, em que a criança é introduzida ao mundo das letras, das palavras e dos textos. É nessa fase, que o processo de aprendizagem deve ser iniciado de forma lúdica e prazerosa, com atividades que estimulem o interesse e a curiosidade da criança. Aos poucos, a criança começa a reconhecer as letras, formar palavras e frases simples, até chegar à compreensão e produção de textos mais complexos. Segundo as reflexões da autora, a alfabetização não se limita à Educação Infantil. É um processo que deve ser contínuo e acompanhado ao longo de toda a vida. Mesmo aqueles que já foram alfabetizados na infância precisam continuar aprimorando suas habilidades de leitura e escrita para que se mantenham atualizados e atuantes em um mundo cada vez mais tecnológico e informatizado (SOARES, 2019).

Nesse viés, é importante destacar que a alfabetização não se resume apenas ao conhecimento do alfabeto e à formação de palavras. É essencial que o indivíduo seja capaz de compreender e interpretar textos, de expressar-se por escrito e de produzir textos coerentes e coesos. Para isso, é necessário desenvolver competências como a leitura crítica, a argumentação, a produção textual e a pesquisa (FERREIRO, 1999).

Segundo Ferreiro (1999), a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo que tem início antes mesmo da entrada na escola e que não se encerra ao final da educação primária. A alfabetização é o processo pelo qual a criança aprende a ler e escrever, o que exige trabalhos diferenciados para praticar a leitura individualmente. Dessa forma, é importante pensar na criança não apenas como um ser receptor, mas como um sujeito capaz de refletir sobre a escrita, buscando entender seu funcionamento e construir suas próprias

hipóteses. A alfabetização, portanto, é um processo complexo que envolve diversas habilidades e competências. É um processo que deve ser desenvolvido de forma gradual, respeitando as características e o ritmo de cada indivíduo. É importante que o processo de alfabetização seja realizado de forma eficiente e eficaz, garantindo o acesso e a qualidade do ensino para todos.

A esse respeito e com base nas ideias de Soares (2006),

[...] o sujeito necessita desenvolver duas respectivas habilidades. A primeira é obter o domínio da escrita, o que envolve o conhecimento do alfabeto e da ortografia e a segunda tem a ver com uso das competências para a escrita em distintos momentos e ocasiões, o que se adquire por meio do letramento. Analisando esse conceito, percebemos que o termo alfabetizar vai além de dominar a leitura e a escrita, é preciso pensar na formação de sujeitos capazes de saber transformar seu aprendizado de acordo com suas experiências e transformá-las utilizando-as no seu dia-a-dia, reafirmando a correlação entre a alfabetização e o letramento (SOARES, 2006, p. 20).

Soares (2006) e Ferreiro (1999), reafirmam que a garantia da alfabetização de qualidade para todos os indivíduos ainda enfrenta muitos desafios e que precisam ser superados. Infelizmente, a realidade brasileira é caracterizada por altos índices de analfabetismo, sobretudo entre as populações mais vulneráveis e marginalizadas. Esse cenário é resultado de diversas causas, tais como a falta de acesso à educação e a baixa qualidade do ensino oferecido. Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço conjunto de toda a sociedade. É preciso que o Estado assuma sua responsabilidade em garantir o acesso e a qualidade do ensino para todos, especialmente para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. É necessário investir em políticas públicas que visem à melhoria da educação, como a valorização dos profissionais da educação, a formação continuada, a adequação das condições de trabalho e o fortalecimento do sistema educacional.

Podemos apontar, portanto, que a alfabetização não se limita à aquisição da leitura e da escrita, mas envolve o desenvolvimento de habilidades que permitam ao sujeito aplicar o que aprendeu sentido, as cartilhas foram substituídas por atividades desafiadoras e instigadoras, que incentivam o aluno a pensar e a construir seu próprio conhecimento (FERREIRO, 1999).

2.2 Consolidação da Alfabetização

A alfabetização é um processo essencial na formação de indivíduos letrados e capazes de utilizar a leitura e escrita em seu cotidiano. Como destacado por Freire (1967), a educação

deve ser um processo dialógico e interativo, que valoriza a experiência e vivência dos alunos. No mesmo contexto, Soares (2009) ressalta que a alfabetização não se limita apenas ao domínio da escrita e leitura, mas também ao letramento, que é o uso dessas habilidades em diferentes situações e contextos.

Para consolidar a alfabetização, é fundamental oferecer atividades diversificadas e desafiadoras que permitam às crianças praticar a leitura individualmente e construir suas próprias hipóteses sobre a escrita. É necessário também valorizar a criatividade e curiosidade dos alunos, como propõe Teberosky (1999), que o processo de aprendizagem da escrita não deve ser um mero cumprimento de normas, mas sim uma atividade reflexiva e criativa.

Segundo Teberosky (2017), a contação de histórias é uma das formas mais eficazes de consolidar o processo de alfabetização, pois permite ao aluno desenvolver a compreensão da leitura. A teoria de Teberosky (2017) sugere que, contando histórias de forma criativa, os alunos podem se envolver de forma mais ativa na aprendizagem. A autora acredita que as histórias criam um cenário real no qual os alunos podem imaginar e criar as personagens, o que os ajuda a desenvolver o conhecimento e a compreensão das palavras e das frases. Além disso, argumenta que a contação de histórias auxilia no desenvolvimento da imaginação e a criatividade dos alunos, permitindo-lhes enriquecer sua compreensão da leitura.

Para esse alcance, as cartilhas que já foram o principal material didático na alfabetização, foram substituídas por atividades mais instigadoras e que estimulam a reflexão das crianças sobre o processo de escrita. Através dessas atividades, os alunos podem desenvolver sua capacidade de compreensão e interpretação de textos, assim como a produção de escrita criativa e autônoma. Ressalta-se, desse modo, a importância do incentivo ao letramento, que consiste no uso da leitura e escrita em situações cotidianas e práticas. O letramento permite aos indivíduos uma maior participação na sociedade e o acesso a informações e conhecimentos diversos, como destaca Soares (2009).

É importante salientar ainda que a consolidação da alfabetização deve ser continuada ao longo de toda a vida. A leitura e a escrita são habilidades fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, e por isso devem ser valorizadas e incentivadas em todas as fases da vida. A aprendizagem é um processo contínuo e em constante evolução, e a alfabetização é apenas o primeiro passo nessa jornada.

2.3 A Contação de Histórias

A contação de histórias é uma prática pedagógica que favorece todas as idades, especialmente o processo de ensino-aprendizagem do ensino fundamental. Ao contar uma história estaremos atuando na construção e formação da criança em diversas áreas. Uma delas é o auxílio no desenvolvimento intelectual, estimulando o imaginário e instigando a criatividade. São criados e recriados diversos cenários na mente de uma criança, mundos, personagens, um novo final feliz para suas histórias. São recriadas pela criança situações vividas em cada história para tentar assimilar o mundo ao seu redor, ouvir histórias é um recurso significativo em que trabalhará as emoções, como a raiva, insegurança, medo, saudade, lembranças e alegrias.

Ao contar uma história é possível cativar os ouvintes, através do prazer que uma narrativa apresenta. A contação de histórias é uma estratégia pedagógica que pode favorecer de maneira significativa a prática docente na educação infantil e ensino fundamental. A escuta de histórias estimula a imaginação, educa, instrui, desenvolve habilidades cognitivas, dinamiza o processo de leitura e escrita, além de ser uma atividade interativa que potencializa a linguagem infantil. (SOUZA e BERNARDINO, 2011, p. 237).

Contar histórias para crianças desde a mais tenra idade desenvolve o gosto pela leitura e proporciona a aprendizagem de forma prazerosa. Cada faixa etária tem predileção por um tipo de história ou livro, devendo ser estimulados por estes gostos desde cedo pelos pais ou quando não houver esta possibilidade, pela escola. A apresentação de livros e a contação de histórias para crianças deve ser desenvolvidas por atividades que envolvam os pequenos e prendam sua atenção. Diante desta afirmação, pode-se entender que contar história não pode ser utilizada em sala de aula como algo vazio de objetivos, pois existe nesta atividade diversas oportunidades de construir conhecimento. O ato de contar uma história, além de atividade lúdica, amplia a imaginação e ajuda a criança a organizar sua fala, por meio da coerência e da realidade.

3. METODOLOGIA

Esse artigo foi construído a partir de uma pesquisa de campo fundamentada teoricamente principalmente por Soares (2009) e Teberosky (2017). A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (FONSECA, 2002).

A pesquisa específica para esse trabalho resultou em uma análise da bibliografia pertinente ao assunto em diálogo com a pesquisa de campo que foi realizada em sala de aula com experimento através do plano de aula dedicado à 11 crianças do segundo ano do Ensino Fundamental de uma escola privada no município de Goiânia. Ressalta-se que as crianças estão em processo de consolidação da aprendizagem. A professora permitiu as imagens das atividades que foram analisadas pelas pesquisadoras para verificar a eficácia da temática e objetivo proposto.

Ao empreender a pesquisa de campo na sala do segundo ano do Ensino Fundamental, foi escolhido o livro intitulado “Camila e seus amigos”, devido ao seu conteúdo que aborda uma narrativa excepcionalmente enriquecedora. A obra aborda a história de uma jovem protagonista em sua jornada em busca do conhecimento acerca das razões pelas quais cada indivíduo possui características distintas.

A escolha deste livro se revelou essencial, pois proporcionou aos alunos a oportunidade de refletir sobre a importância do respeito mútuo e da valorização das singularidades. A autora, habilmente, aborda o tema de forma sensível, despertando a curiosidade dos jovens leitores e incentivando-os a questionar e explorar as características que nos tornam únicos como seres humanos.

Além da narrativa envolvente, “Camila e seus amigos” também se destaca pelas ilustrações que acompanham a história. Essas ilustrações coloridas e expressivas ajudam a criar uma conexão emocional com os personagens e enriquecem a experiência de leitura dos alunos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola privada no município de Goiânia. Essa instituição de ensino possui turmas de anos iniciais do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano e turmas de Educação Infantil, trata-se, portanto, de uma escola de pequeno porte. A sala de aula do 2º ano é composta por 11 alunos, sendo sete meninas e quatro meninos. Todos com idade entre sete e oito anos. A turma é heterogênea, nota-se que há alunos que já consolidaram o processo de alfabetização e os que estão em processo. Percebe-se que mesmo com dificuldades de escrita, a turma demonstrou interesse em aprender, alunos participando das aulas com muita atenção a história contada, questionando o porquê de algumas situações descritas na história, sanando dúvidas, além de se arriscarem na produção escrita da situação. A pesquisa foi

autorizada pela professora regente e pela escola, muito embora, sem a identificação das mesmas. Inicialmente, foi observado o plano de aula da professora exposto na imagem 1.

Imagem 1: Plano de aula cedido pela professora regente da turma do 2º ano.

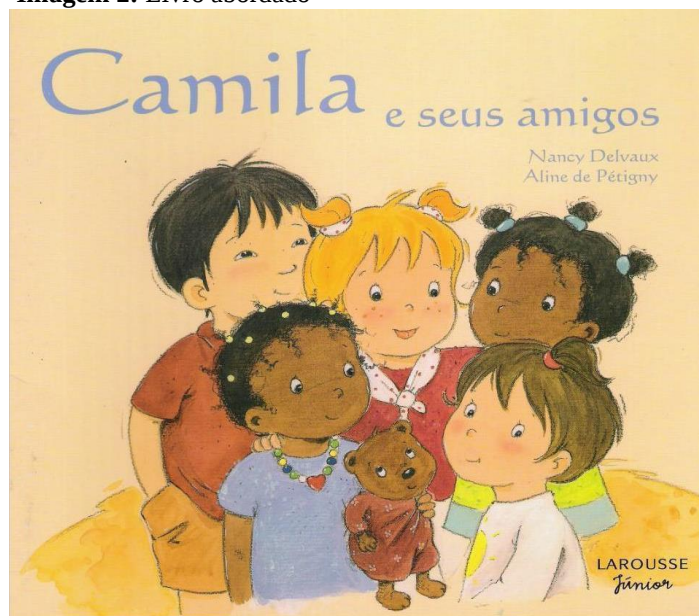
PLANO DE AULA.
Professor (a): Turma: 2º ANO. Componente Curricular: Língua Portuguesa CAMPO ARTÍSTICO LITERÁRIO
HABILIDADES DC-GO: (EF02LP27) Reescrever textos narrativos literários lidos pelo professor (EF15LP19-C) Recontar, a partir de textos originais e integrais, escritos em registros literários, em situações comunicativas específicas da contação de história, como roda com familiares e /Ou colegas, saraus etc.
OBJETOS DE CONHECIMENTO/CONTEÚDO: Escrita autônoma e compartilhada/ Reescrita
OBJETIVO GERAL: Reescrever textos a partir do próprio entendimento acerca do assunto abordado em sala de aula.
METODOLOGIA: Apresentação do livro: Apresentar aos alunos o livro "Camila e Seus Amigos" realizar a leitura do livro e explicar a história para eles. Atividade de leitura: Desenvolver uma atividade de leitura em grupo para que os alunos possam compreender melhor a história e discutir seus pontos principais. Atividade prática: Recriar a história em folha em forma de desenhos para que os alunos possam vivenciar a história. Atividade de escrita: Expressar suas opiniões e sentimentos sobre a história. Discussão: Discutir com os alunos os principais pontos da história para que eles possam refletir sobre os temas abordados e reescrever com suas próprias palavras estimulando a produção textual.
RECURSOS MATERIAIS: Livro literário, Lápis de cor, Lápis de escrever, Borracha Apontador
AValiação Avaliação: Avaliar a compreensão dos alunos sobre a história por meio da participação dos mesmos na discussão oral sobre a temática do livro e a produção textual.

Fonte: Pesquisa de Campo

O plano de aula contempla uma atividade da Língua Portuguesa do Campo Artístico Literário, habilidades, EF02LP22-Reescrever textos artísticos literários lidos pelo professor e (EF15LP19-C) Recontar, a partir de textos originais e integrais, escritos em registro literário, em situações comunicativas específicas para a contação de histórias, como rodas com familiares e /ou colegas, saraus. Pelo plano da professora percebe-se que há intencionalidade de utilizar a contação de história como metodologia para a aula. Diante desse plano inicial, a aula foi realizada e observada pelas pesquisadoras que registraram e fizeram as análises descritas a seguir.

O livro aborda uma história que explora as diferenças entre as pessoas. A personagem Camila desperta curiosidade ao perceber que seus colegas têm características físicas diferentes dos pais deles. Enquanto os pais deles têm a cor bege, como ela descreve, os filhos têm a cor marrom e um deles tem os olhos puxados, que seus pais não possuem. Camila questiona sua mãe sobre essa discrepância, uma vez que ela também é bege, assim como seus pais. A mãe de Camila explica que ela possui a mesma cor dos pais porque se assemelha a eles, mas seus colegas não se parecem com os pais deles porque são crianças adotadas, ou seja, crianças que não tinham pais biológicos, como mostra a imagem 2.

Imagem 2: Livro abordado



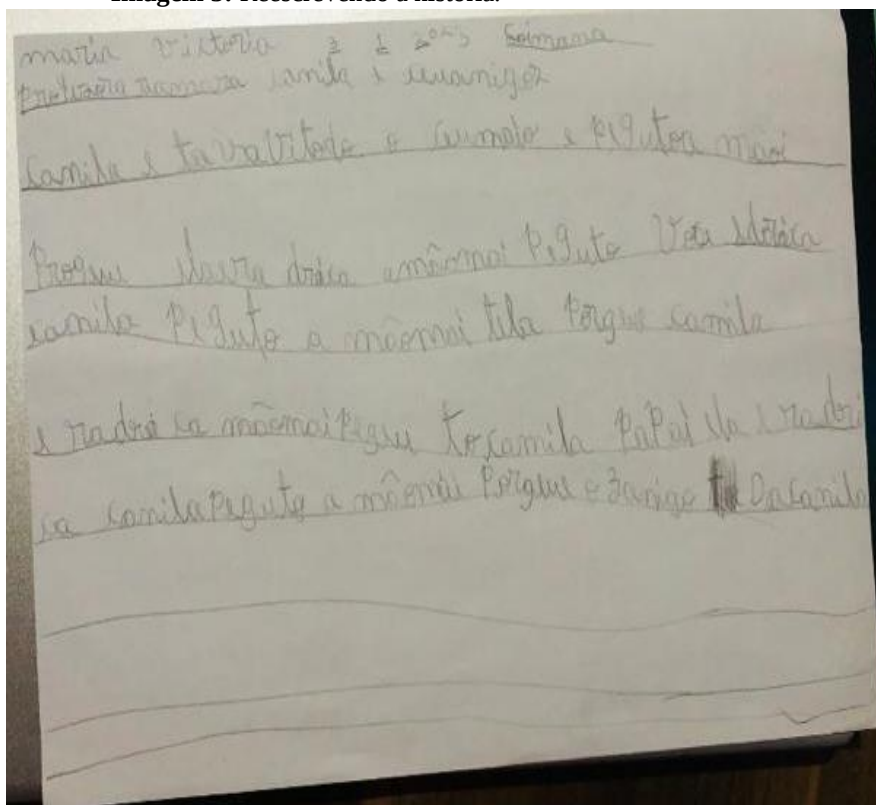
Fonte: Capa da obra trabalhada pela professora regente da turma do 2º ano.

Após a contação de história, a professora solicitou aos estudantes que expressassem as suas impressões e recontassem a história da forma como entenderam. Em seguida, após a turma se expressar, a professora solicitou aos estudantes que, em uma folha de papel A4 escrevessem com suas palavras o que haviam entendido da história e após finalizarem, fizessem um desenho da história.

Nota-se por meio da imagem da produção na imagem 3, a estudante encontra-se produzindo seu entendimento sobre o livro abordado. Pode-se observar que cria linhas para poder se orientar na escrita da história. Nesta imagem, é possível perceber que a aluna se encontra em processo da consolidação da alfabetização, pois a mesma já reconhece alguns sons de palavras e já consegue escrevê-las, visto que, em outras palavras a mesma escreve em cima

da linha e palavras agrupadas. Entretanto, com suas dificuldades na escrita a aluna demonstra interesse em aprender executando a atividade até o final.

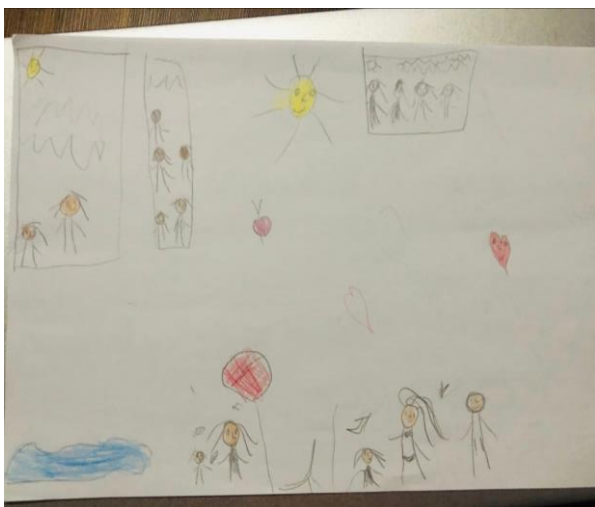
Imagem 3: Reescrevendo a história.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Com base na produção a seguir que compõe a imagem 4, observa-se que o aluno se encontra em processo de consolidação da alfabetização, o mesmo ainda não sente segurança para expressar na linguagem escrita o que conseguiu compreender, porém o aluno apresentou grande riqueza de detalhes ao descrever por meio de desenhos o mar - espaço onde a personagem da história e seus amigos se encontravam.

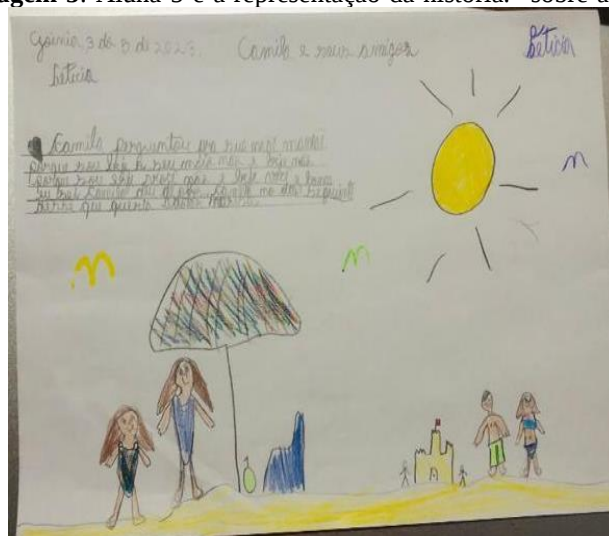
Imagem 4: Aluno expressando a sua criatividade



reescrita da história por meio de desenhos.

Fonte: Pesquisa de Campo.

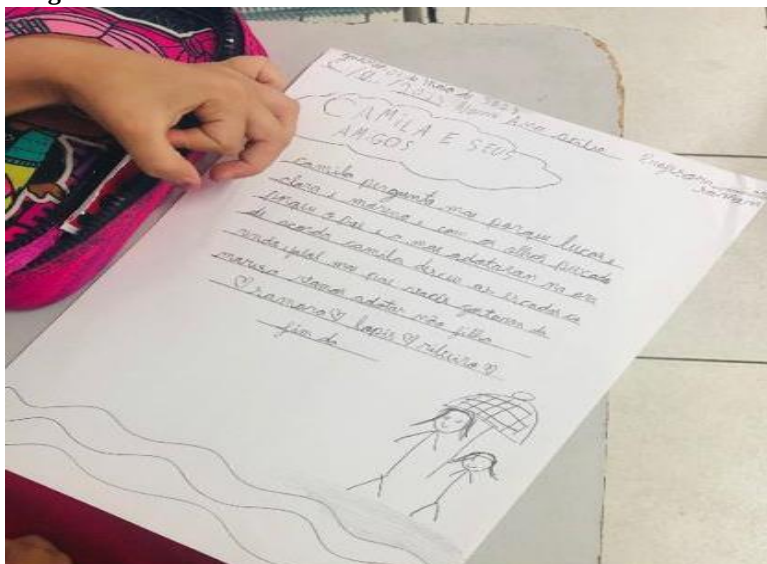
Imagem 5: Aluna 5 e a representação da história, sobre a



Fonte: Pesquisa de Campo.

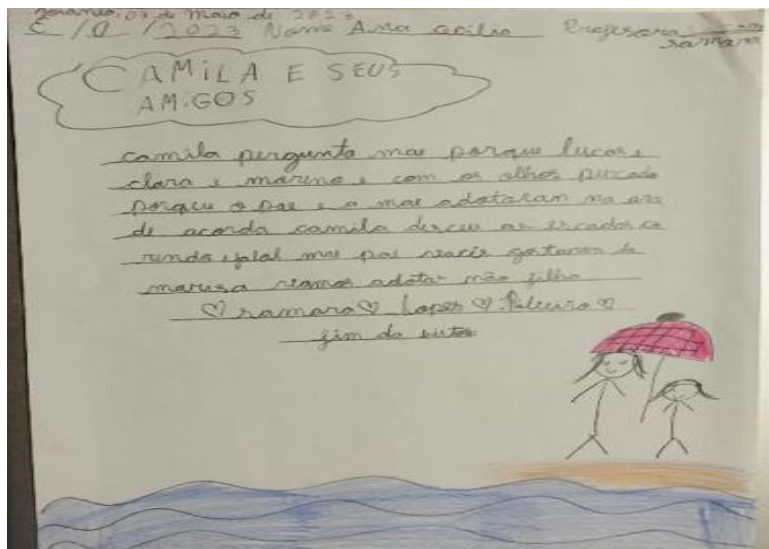
A atividade realizada pela aluna da imagem 5 que já consolidou a alfabetização, a mesma já consegue se expressar sua recontagem sem intervenções da linguagem oral, além disso, recriou a história com muita criatividade com elementos do texto em forma de escrita e desenho que descreve onde o conto foi abordado.

Imagem 6: Aluna 6 rescrevendo a história.



Fonte: Pesquisa de Campo

Imagem 7: Texto pronto da Aluna 6.



Fonte: Pesquisa de Campo

As imagens 6 e 7 destacam que a aluna consegue representar por meio da escrita elementos importantes da história, consegue destacar o espaço e descrever a história com riqueza de detalhes, registrou acontecimentos iguais ao da história contada. Por meio da escrita podemos observar que a aluna já consolidou a alfabetização.

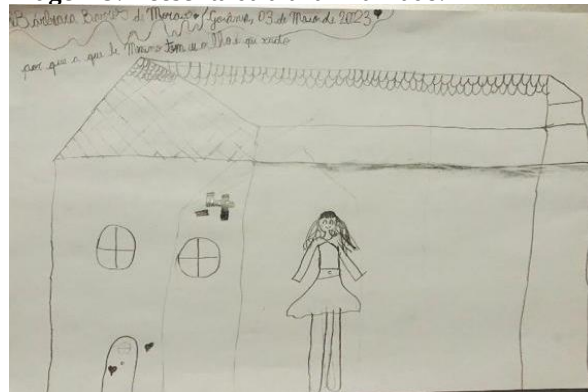
Na imagem a seguir, observa-se o momento em que a aluna inicia e o momento de finalização da proposta de trabalho. É possível apontar que a aluna se encontra em processo de alfabetização, visto que, a mesma ainda não se sente segura para abordar a proposta através da escrita. Entretanto, ao entregar sua recontagem a mesma relatou a professora que fez o desenho da casa da personagem.

Imagem 8: Início da escrita.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Imagem 9: Reescrita da aluna finalizado.

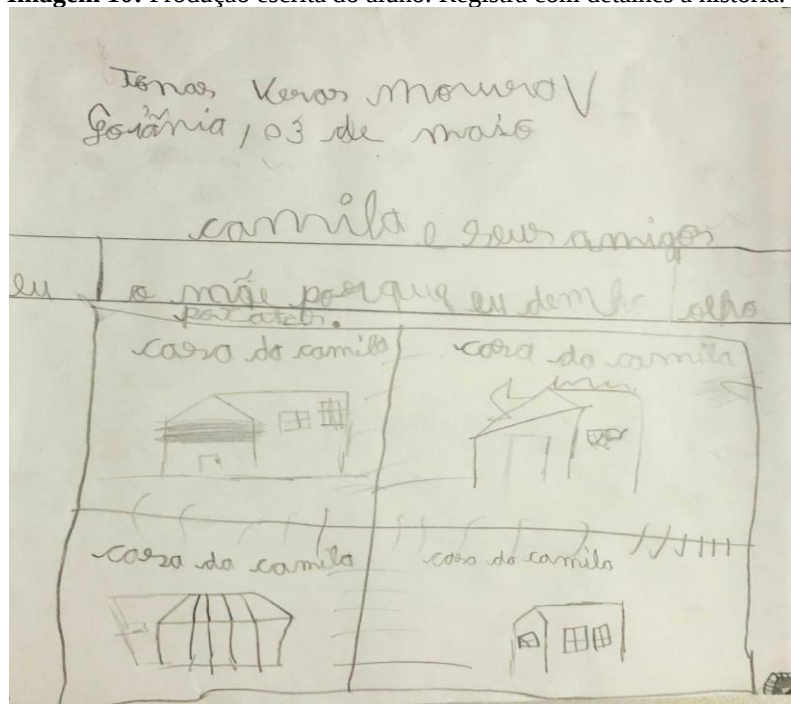


Fonte: Pesquisa de Campo.

O estudante da imagem 10, já consolidou o processo de alfabetização. Há apropriação da linguagem escrita, consegue descrever momentos importantes da história. Observa-se que não há muita dificuldade no momento da escrita.

Segundo Teberosky (2017), o processo de alfabetização por meio da contação de história é uma das formas mais eficazes de engajar os alunos no aprendizado da leitura e da escrita, pois torna a aprendizagem mais significativa e prazerosa. A alfabetização por meio da contação de história deve ser associada à realidade dos alunos, e a contação é uma forma de trazer para a sala de aula, situações semelhantes à vivência dos alunos. Além disso, a contação de história proporciona ao aluno formação crítica e reflexiva, de modo a capacitá-los para a compreensão do mundo à sua volta.

Imagem 10: Produção escrita do aluno. Registra com detalhes a história.



Fonte: Pesquisa de Campo.

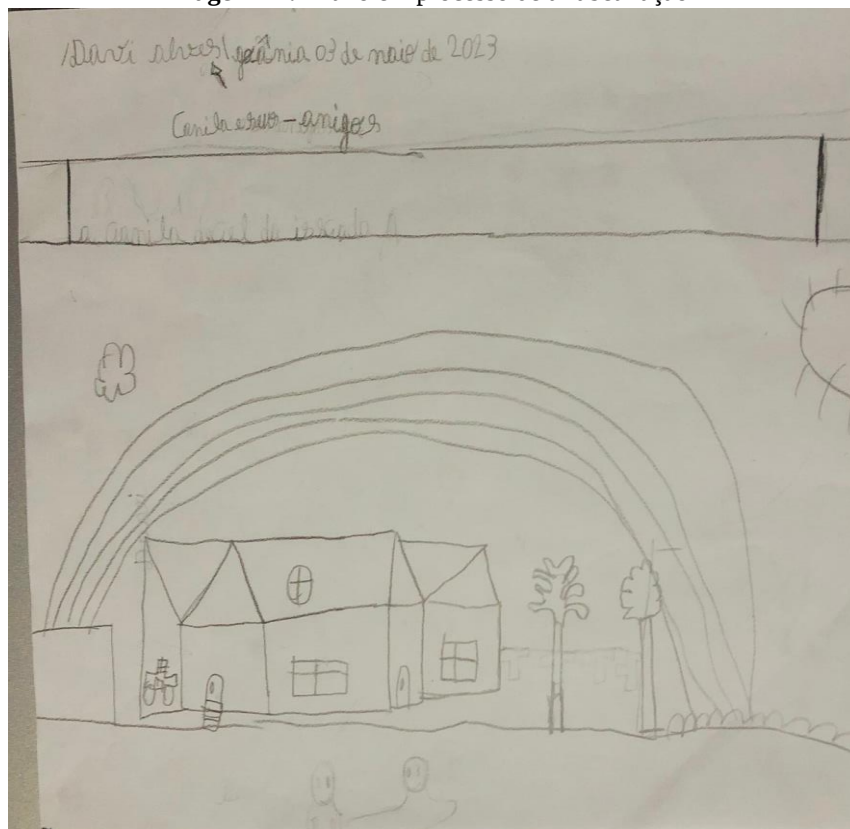
As histórias são excelentes recursos para despertar a curiosidade e a criatividade dos alunos, bem como para estabelecer uma relação de confiança e respeito entre professor e aluno. De acordo com Paulo Freire,

Alfabetizar não é apenas ensinar a ler e a escrever, mas é, sobretudo, despertar no educando o desejo de ler e de escrever, fazendo com que descubra seu significado como processo de conhecimento e não como mero acúmulo de informações” (FREIRE, 2007, p.17.).

Nesse sentido, a contação de histórias pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento de habilidades, pois permite ao aluno criar vínculos afetivos e emocionais com o conteúdo apresentado, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e prazeroso.

Podemos observar que o estudante 11, ainda apresenta dificuldade na expressão escrita do texto. Mesmo assim, não se furtou em apresentar a sua compreensão da história contada pela professora. Esses momentos são riquíssimos, pois proporcionam a observação dos diversos níveis de desenvolvimento cognitivo dos estudantes da sala. Possibilitando, dessa forma, que a professora possa realizar as devidas intervenções para que as dificuldades individuais de cada estudante sejam aos poucos minimizadas e os mesmos avancem na consolidação da alfabetização.

Imagem 11: Aluno em processo de alfabetização



Fonte: Pesquisa de Campo.

Além do mais, Freire (2007) enfatiza a importância do diálogo na sala, como forma de estimular o pensamento crítico e a reflexão dos alunos. A contação de história é um momento propício para o diálogo, pois permite que os alunos questionem o conteúdo apresentando,

compartilhem suas impressões e dúvidas e expressem suas opiniões e ideias. Dessa forma, o processo de alfabetização se torna mais participativo e democrático, e os alunos se sentem mais motivados e engajados no processo de aprendizagem.

Diante do exposto, salienta-se que alguns alunos não demonstraram muita dificuldade no processo de escrita conseguindo realizar a proposta, outros apresentaram certa dificuldade na escrita, escrevendo uma linha e completando com desenho, outros alunos apresentaram muita dificuldade não conseguindo escrever, mas, conseguiram realizar a proposta utilizando o desenho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura infantil é essencial para a consolidação da alfabetização. Ela é importante para a formação de leitores competentes, pois oferece um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades de leitura, como a capacidade de compreender e interpretar textos.

A contação de histórias para as crianças do segundo ano fundamental é uma forma divertida e eficaz de ensinar a ler. Estimula o interesse e a imaginação das crianças, além de ajudá-las a criar um vocabulário amplo e a desenvolver o hábito de ler. Por meio da contação de histórias, as crianças também podem praticar a leitura em voz alta e desenvolver habilidades na leitura de fluidez.

Foi possível observar na pesquisa de campo que a contação de histórias ajuda as crianças a desenvolver a compreensão auditiva, a memória e a capacidade de raciocínio. Ao ouvir as histórias, elas também podem aprender a identificar personagens, ações e desfechos, e a desenvolver habilidades de escrita. Assim, a contação de histórias para crianças do segundo ano de ensino fundamental contribuiu para a consolidação da alfabetização.

Algumas crianças apresentaram dificuldades de leitura e escrita após a contação da história. Elas tiveram dificuldades para compreender o significado das palavras lidas e para escrevê-las. Estas dificuldades são evidentes quando elas tentam reproduzir a história contada e escrever a sua própria versão da mesma. Entretanto, algumas crianças tiveram uma boa evolução na escrita e na leitura que envolveu textos e desenhos feitos pelas próprias crianças. O conteúdo foi descrito de forma clara e interessante, como se as crianças estivessem vivendo a história. Os desenhos contribuíram para a melhor compreensão do enredo, enquanto as

crianças escreviam a história de forma própria, o que aumentou o interesse e a motivação para a leitura.

Por fim, justifica-se que é possível apontar que a contação de histórias é uma forma lúdica e divertida de ensinar às crianças a importância da leitura e da literatura infantil. Este recurso metodológico mostrou-se eficaz na consolidação da alfabetização e na aquisição de conhecimento. Além disso, elas também ajudam a desenvolver habilidades de escrita, pois ao ouvirem a contação, elas se familiarizam com as palavras e a estrutura das frases. Os resultados positivos da literatura infantil e da contação de histórias são inúmeros. É possível notar aumento de compreensão, criatividade, autoconfiança, habilidades sociais, além de melhorias na leitura e na escrita. Portanto, a contação de histórias é uma ferramenta valiosa para o ensino da leitura e da escrita, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento intelectual das crianças.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: apropriação do sistema de escrita alfabética e letramento. Brasília: MEC, SEB, 2012.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Alfabetização em processo. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez. 1999.
- FERREIRO, E. Cultura escrita e educação: conversas de Emilia Ferreiro com Manuel Pinto. Porto Alegre: Artmed. 1999.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que completam. São Paulo: Cortez, 2007.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 54. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- MAGALHÃES, Ana Maria Ferreira; GARCIA, Andréa Lúcia da Silva. A Alfabetização na perspectiva de Freire e Emília Ferreiro: contribuições para a prática pedagógica. In:

- SEMINÁRIO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 8., 2004, Cascavel. Anais... Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. p. 1-10.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SOARES, M. (2006). Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. Revista Brasileira de Educação, 31, 5-17, 2006.
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2006.
- SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 8. ed. São Paulo Contexto, 2010.
- SOARES, Magda. A reivindicação da alfabetização. São Paulo: Editora Contexto 2017.
- SOUZA, L. O.; BERNARDINO, A. D. A Contação de Histórias como Estratégia Pedagógica na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Educere et Educare, v. 6, n. 12, p. 235-249, jul./dez. 2011.
- TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- TEBEROSKY, A. Leitura e escrita na escola: o real, o possível e o necessário. Artmed Editora. 2017.

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E ORALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE IMPORTANCE OF CHILDREN'S LITERATURE IN THE DEVELOPMENT OF LANGUAGE AND ORAL SKILLS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

SILVA, Danyelle Duarte¹, GUIMARÃES, Isabela Alves², ARAÚJO, Sandy Monteiro Maria³,
RODRIGUES Severina⁴, CARDOSO, Simone de Almeida⁴, FRIEDRICH Márcia⁵

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso objetivou avaliar a importância da literatura infantil no desenvolvimento da linguagem e oralidade na Educação Infantil. Para isso, foram realizadas revisões bibliográficas sobre o assunto, bem como uma pesquisa de campo em uma turma com característica ímpar que será descrita no decorrer do artigo. A fundamentação teórica abordou a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças, assim como a relevância da literatura infantil para a formação do leitor, a promoção da linguagem e oralidade. Ainda foram realizadas observações em sala de aula, entrevistas com educadores e análise de materiais didáticos. Os resultados da pesquisa de campo apontaram que a literatura infantil é amplamente utilizada na Educação Infantil para promover o desenvolvimento da linguagem e oralidade das crianças. Os educadores destacaram a importância da leitura em voz alta, da exploração de diferentes gêneros literários e da utilização de atividades lúdicas e interativas para estimular a comunicação oral. As discussões apontaram para a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva da literatura na Educação Infantil, que leve em consideração os aspectos estéticos e ideológicos das obras, bem como a relação entre texto e leitor. Além disso, foi identificada a importância da formação continuada dos educadores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e criativas. Por fim, as considerações finais destacaram a importância da literatura infantil como ferramenta de desenvolvimento da linguagem e oralidade na educação infantil, principalmente nos agrupamentos de pré-escola.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Desenvolvimento da linguagem. Oralidade. Educação Infantil.

ABSTRACT

The present course completion work aimed to evaluate the importance of children's literature in the development of language and oral skills in early childhood education. For this purpose, bibliographic reviews on the subject were conducted, as well as a field research in a unique characteristic class that will be described throughout the article. The theoretical foundation addressed the importance of early childhood education for children's cognitive and socio-emotional development, as well as the relevance of children's literature for fostering literacy, promoting

¹ Danyelle Duarte da Silva. Curso de Pedagogia. E-mail: danyelleduarte16@gmail.com.

² Isabela Alves Guimarães. Curso de Pedagogia. E-mail: isabelasevla@icloud.com.

³ Sandy Monteiro Maria Araújo. Curso de Pedagogia. E-mail: sandymonteiro73@gmail.com. ⁴ Severina Rodrigues. Curso de Pedagogia. E-mail: severinarodrigues2109@gmail.com.

⁴ Simone de Almeida Cardoso. Curso de Pedagogia. E-mail: simonealmeidac13@gmail.com.

⁵ Márcia Friedrich. Professora Orientadora. Mestre em Educação em Ciências e Matemática (UFG). Graduada em Matemática, Física, Ciências e Pedagogia. Professora da FacUnicamps desde 2018. E-mail: marcia.friedrich@facunicamps.edu.br.

language development, and oral skills. Classroom observations, interviews with educators, and analysis of teaching materials were also conducted. The results of the field research indicated that children's literature is widely used in early childhood education to promote children's language development and oral skills. Educators emphasized the importance of read-aloud activities, exploring different literary genres, and utilizing playful and interactive activities to stimulate oral communication. The discussions pointed to the need for a critical and reflective approach to literature in early childhood education, taking into consideration the aesthetic and ideological aspects of works, as well as the relationship between text and reader. Additionally, the importance of ongoing professional development for educators to enhance more effective and creative pedagogical practices was identified. Finally, the concluding remarks highlighted the importance of children's literature as a tool for language development and oral skills in early childhood education, particularly in preschool settings.

Keywords: *Children's literature. Language development. Oral skills. Early childhood education.*

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, Trabalho de Conclusão de Curso, aborda a temática de a Literatura Infantil ser entendida como uma importante ferramenta para a criança desenvolver a linguagem e a oralidade na Educação Infantil.

De modo geral, ao ler histórias para as crianças, os adultos contribuem para a ampliação do repertório linguístico das crianças. Além disso, as histórias podem gerar reflexões e, consequentemente, estimular as capacidades de expressão e de comunicação das crianças.

Através da leitura de livros, histórias e contos infantis, as crianças são expostas a uma variedade de vocabulário, estruturas gramaticais e estilos de escrita. Além disso, a literatura infantil ajuda a desenvolver a imaginação, a criatividade e a capacidade de pensar criticamente.

A Literatura Infantil também pode ser utilizada como um recurso para estimular a comunicação oral, seja por meio de atividades lúdicas, dramatizações ou debates em grupo. Desse modo, as crianças são encorajadas a expressar suas ideias, sentimentos e opiniões, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade de comunicação.

Ao explorar diferentes gêneros literários, as crianças são apresentadas a diferentes formas de linguagem, vocabulário e estruturas narrativas, o que ajuda a ampliar seu repertório linguístico. Além disso, a leitura em voz alta, realizada pelos educadores, ajuda a desenvolver a habilidade de escuta e aprimora a compreensão oral.

Esta pesquisa objetivou investigar a importância da literatura infantil para o desenvolvimento da linguagem e oralidade na Educação Infantil. Caracteriza-se por uma pesquisa de campo em uma turma multisseriada de uma escola privada em Goiânia.

Foi analisada a prática de uma professora que fez a intervenção com as crianças de sua sala. Observou-se como aconteceu a interação no momento da contação de histórias e a reflexão das mesmas durante o processo.

Os registros foram autorizados pela professora e escola para fins de pesquisa. Para subsidiar o diálogo com a teoria, buscou-se a pesquisa bibliográfica em teóricos que discutem a temática.

Dados preliminares apontam a que Literatura Infantil tem um impacto significativo no desenvolvimento da linguagem e da oralidade na Educação Infantil, proporcionando às crianças uma base sólida para a aprendizagem ao longo da vida e ajudando a formar indivíduos mais críticos, criativos e engajados com o mundo ao seu redor e com as práticas sociais.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Educação Infantil

A Educação Infantil é a etapa escolar que atende às crianças de zero a cinco anos de idade, e tem como objetivo promover o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos (BRASIL, 2017).

Nessa etapa, segundo Vygotsky (1998), a linguagem é um instrumento essencial para a mediação do conhecimento e da cultura, e é por meio dela que as crianças são capazes de construir e compartilhar significados com outras pessoas.

E para implementar a linguagem infantil, dentre outros aspectos, no contexto educacional brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) é uma referência obrigatória para as escolas e professores na elaboração dos currículos e na definição das atividades pedagógicas.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), a Educação Infantil deve ser vista como um momento fundamental na vida das crianças, no qual elas desenvolvem habilidades, competências e valores que serão importantes para toda a vida. A BNCC (BRASIL, 2017) propõe uma educação infantil que valorize a diversidade cultural e social, promovendo a equidade e a inclusão de todas as crianças.

Na Educação Infantil, as crianças devem ser estimuladas a explorar o mundo ao seu redor, desenvolvendo a curiosidade, a criatividade, a imaginação e a capacidade de resolver problemas. Para isso, é fundamental que as escolas e os professores aceitem atividades que envolvam brincadeiras, jogos, histórias, desenhos, músicas e outras formas de expressão.

Além disso, a BNCC (BRASIL, 2017) estabelece seis áreas de aprendizagem que devem ser desenvolvidas na Educação Infantil: Linguagem oral e escrita, Matemática, Natureza e Sociedade, Artes, Movimento e Música. Cada uma dessas áreas tem objetivos específicos, que

devem ser alcançados de forma lúdica e integrados às demais atividades desenvolvidas na escola.

A BNCC (BRASIL, 2017) também destaca a importância da participação das famílias na educação infantil, uma vez que elas são as primeiras responsáveis pela formação das crianças. As escolas devem estabelecer uma relação de parceria com as famílias, promovendo a troca de informações e o envolvimento dos pais nas atividades da escola.

2.2.A pré-escola

A pré-escola é uma fase importante da Educação Infantil que compreende crianças de quatro a cinco anos de idade. Nessa etapa, é fundamental proporcionar experiências significativas que favoreçam o desenvolvimento integral delas.

O processo educacional de uma escola é organizado por regras. Instituições de ensino seguem horários para organizar suas demandas, desta forma destacamos o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996:

Art.31.

1º- A educação infantil será organizada de acordo as seguintes regras comuns: 1º- avaliação e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

2º- carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

3º- atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

4º- controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigido a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

5º- envio de documentos que permitam atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a LDB (BRASIL, 1996) estabelece as regras básicas para a organização da Educação Infantil, garantindo que as crianças tenham acesso a experiências educacionais de qualidade e que sejam acompanhadas de forma sistemática e registradas por meio de documentos adequados.

A pré-escola é uma etapa importante nesse processo, pois é nela que as crianças começam a se preparar para a transição para o Ensino Fundamental, desenvolvendo habilidades e competências que serão essenciais para toda a sua vida escolar e pessoal.

2.3.O desenvolvimento da Linguagem

O desenvolvimento da linguagem é um processo complexo e contínuo que se inicia desde o nascimento e se estende ao longo de toda a vida do ser humano. De acordo com Vygotsky (1991), a linguagem é um instrumento fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo das crianças, pois é por meio dela que as pessoas constroem significados, organizam seu pensamento e se comunicam com o mundo.

Segundo Piaget (1976), o desenvolvimento da linguagem nas crianças segue um processo evolutivo, passando por diferentes estágios, nos quais as habilidades de compreensão e produção da linguagem são aprimoradas. O autor destaca que as primeiras manifestações da linguagem são por meio de gestos e vocalizações, evoluindo para as primeiras palavras, frases simples e posteriormente para uma linguagem mais complexa e estruturada (PIAGET, 1976).

Já Chomsky (1965) propõe que a linguagem é uma capacidade inata do ser humano, que se desenvolve, independentemente, da experiência e do aprendizado. De acordo com a teoria da gramática universal, todas as línguas compartilham uma mesma estrutura básica, e as crianças nascem com a capacidade inata de adquirir essa estrutura, independentemente do ambiente em que estão inseridas.

Além disso, é importante destacar que o desenvolvimento da linguagem está intrinsecamente relacionado ao contexto social e cultural em que a criança está inserida. Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento da linguagem e do pensamento se dá a partir da interação social, em que as crianças são expostas a diferentes formas de linguagem e de pensamento. A partir dessa interação, as crianças vão internalizando as normas e regras linguísticas e culturais, construindo assim um repertório linguístico e cultural próprio.

Dessa forma, pode-se apontar que o desenvolvimento da linguagem é um processo complexo e multifacetado, que envolve aspectos biológicos, cognitivos, sociais e culturais. A literatura infantil se apresenta como uma ferramenta pedagógica importante para contribuir com o desenvolvimento da linguagem, pois através dela as crianças são expostas a diferentes formas de linguagem e de pensamento, ampliando assim o seu repertório linguístico e cultural. Além disso, a literatura infantil pode ser utilizada para estimular a imaginação e a criatividade das crianças, bem como para desenvolver a capacidade de reflexão crítica e de comunicação oral e escrita.

2.4.Oralidade na Educação Infantil

A oralidade é uma das habilidades mais importantes que as crianças desenvolvem na primeira infância e, por meio dela, comunicam-se com o mundo e constroem relações

interpessoais significativas. Segundo Vygotsky (1991), a linguagem oral é a forma mais importante de interação social e a base para o desenvolvimento cognitivo infantil.

Na Educação Infantil, a oralidade é um dos principais objetivos a serem alcançados, uma vez que, através dela, as crianças aprendem a se expressar, a escutar e a interagir com os outros. De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), a oralidade é uma das seis áreas de conhecimento a serem trabalhadas na educação infantil.

Para desenvolver a oralidade das crianças, é preciso criar um ambiente rico em oportunidades de comunicação e interação. É importante que as crianças sejam estimuladas a falar sobre seus sentimentos, ideias e experiências, e que sejam ouvidas e respeitadas pelos adultos e pelos colegas. É fundamental também que os adultos ofereçam modelos de linguagem correta e rica em vocabulário, que desafiem as crianças a ampliar suas habilidades linguísticas.

A literatura infantil se apresenta como uma importante ferramenta para o desenvolvimento da oralidade na educação infantil. Ao ler histórias para as crianças, os adultos estão oferecendo um modelo de linguagem elaborado e rico em vocabulário, que contribui para ampliar o repertório linguístico das crianças. Além disso, as histórias podem ser utilizadas como ponto de partida para discussões e reflexões, estimulando a capacidade de expressão e comunicação das crianças.

É importante ressaltar que o desenvolvimento da oralidade nas crianças é um processo gradual e contínuo, que envolve tanto a prática quanto a reflexão sobre a própria linguagem. Por isso, é fundamental que os adultos da educação infantil criem um ambiente acolhedor e estimulante para a comunicação e a interação, oferecendo oportunidades para que as crianças possam praticar e refletir sobre a linguagem em diferentes contextos e situações.

2.5.Literatura infantil como instrumento para o desenvolvimento da linguagem e da oralidade

Segundo Zilberman (1988), a literatura infantil é uma importante ferramenta no processo de formação do leitor, e que seu ensino deve ser realizado de maneira cuidadosa e planejada, a fim de garantir a sua efetividade. A autora propõe uma abordagem crítica da literatura infantil, que leve em consideração os aspectos estéticos e ideológicos das obras, bem como a relação entre texto e leitor.

Zilberman (1988) discute temas como o papel da literatura infantil na formação da identidade e na construção da subjetividade das crianças, a importância do contato com

diferentes gêneros literários desde a primeira infância, e a relação entre a literatura infantil e as outras áreas do conhecimento, como a arte, a história e a ciência.

As sugestões de atividades práticas para o ensino da literatura infantil na escola, propostas por Zilberman (1988), como a realização de projetos de leitura, a criação de espaços de leitura na sala de aula, e a utilização de recursos audiovisuais para complementar o estudo das obras, são importantes para a formação do professor e instrumentos que possibilitam para educadores, pesquisadores e todos aqueles que se interessam pelo estudo e ensino da literatura infantil.

Neste contexto, a literatura infantil tem um papel fundamental, pois contribui para a formação do leitor, estimula a imaginação e a criatividade, além de ser uma ferramenta importante para a promoção da linguagem e oralidade. Permite a construção de significados em um ambiente lúdico e prazeroso, o que facilita o processo de aprendizagem das crianças.

Para Martins (2011), a literatura infantil contribui para a formação do vocabulário das crianças, bem como para a compreensão de novos conceitos e valores sociais. A autora destaca ainda que a leitura de histórias e contos para as crianças pode ajudá-las a compreender e enfrentar situações desafiadoras, ampliando assim a sua capacidade de resolução de problemas.

Ferreiro (1986) destaca a importância da leitura na construção do conhecimento. Segundo a autora, as crianças são capazes de construir hipóteses sobre a linguagem a partir da leitura de textos literários, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade de leitura e escrita.

Além disso, a literatura infantil desenvolve a capacidade de contar histórias e de se expressar oralmente, o que é fundamental para a sua construção sociocultural e cognitiva. Segundo Kishimoto (2002), a contação de histórias é uma atividade que estimula a imaginação e a criatividade das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de sua capacidade de expressão oral e escrita.

3.METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo investigar a importância da literatura infantil no desenvolvimento da linguagem e oralidade na educação infantil/pré-escola. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica em artigos científicos, livros e documentos oficiais relacionados ao tema.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir da busca de artigos científicos em bases de dados como SciELO, PubMed e *Google Acadêmico*, utilizando os seguintes termos de busca:

"literatura infantil", "linguagem", "oralidade", "educação infantil" e "pré-escola". Também foram consultados livros e documentos oficiais relacionados ao tema, como os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006).

Os artigos selecionados foram analisados de acordo com sua relevância para o tema proposto, bem como a qualidade metodológica e científica dos mesmos. Foram incluídos artigos que abordam a importância da literatura infantil para o desenvolvimento da linguagem e oralidade na educação infantil/pré-escola, bem como aqueles que apresentem estratégias e metodologias para o uso da literatura infantil no contexto educacional.

Os resultados obtidos a partir de uma pesquisa de campo podem ser muito úteis para orientar a prática pedagógica dos educadores e contribuir para a melhoria da qualidade da educação infantil, já que permitem identificar pontos fortes e pontos a serem trabalhados em relação à utilização da literatura infantil como recurso educativo.

Com base na análise dos artigos selecionados, foi realizada uma síntese dos principais resultados encontrados, a fim de responder à pergunta de pesquisa proposta. Também serão identificadas as principais estratégias e metodologias utilizadas na prática educativa para desenvolver a linguagem e a oralidade nas crianças.

Em suma, esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica sistemática, a fim de analisar a importância da literatura infantil no desenvolvimento da linguagem e oralidade na educação infantil/pré-escola. Acredita-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a reflexão e aprimoramento das práticas educativas voltadas para o desenvolvimento da linguagem e oralidade nas crianças.

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola privada, localizada na região Nordeste de Goiânia. A instituição é pequena e possui 5 anos de fundação, no entanto, a nova gestão é de apenas 1 ano. A unidade possui 3 professores para atender 50 crianças entre 6 meses e 6 anos da educação infantil.

Determinada professora, que, atualmente, é professora da Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental, nos informou que a maior dificuldade que ela tem é em relação ao espaço de sala de aula ser pequeno para comportar a turma, pois tem é formada por alunos de 4, 5, e 6 anos de idade, além de ter 3 tipos de conteúdo diferentes para ministrar.

Com isso, os alunos do 1º ano ficam, na maioria das aulas, só como ouvintes. Por serem a minoria da sala de aula, a professora acaba tendo menos tempo para se dedicar a eles, já que tem alunos de 4 e 5 e 6 anos todos na mesma sala, mas que ela reconhece o interesse deles, e que mesmo assim tem bons resultados na aprendizagem.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola e berçário da periferia de Goiânia, que possui quatro salas de aula. A instituição educacional apresenta cinco turmas diferentes em tempo integral, com alunos de 5 meses a 6 anos. Possui dois banheiros de uso coletivo e uma pequena cozinha, além de um escritório administrativo. Possui também um espaço para atividades fora de sala. A escola conta com apenas três professoras que são estagiárias e assumem mais de uma turma simultaneamente.

Em um primeiro momento, foi observado o planejamento da professora voltado para o trabalho com a literatura, aspectos de linguagem e oralidade de acordo com a Imagem 1 a seguir:

Imagem 1: Planejamento Pedagógico Diário – Educação Infantil
(Planejamento da professora)

PLANEAMENTO PEDAGÓGICO DIÁRIO EDUCAÇÃO INFANTIL
Dia da Semana: Segunda-Feira 20/03/2023.
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS
(x) O Eu, o outro e o <u>nós</u>
(...) Corpo, gestos e movimentos
(x) Traços, sons, cores e formas
(x) Escuta, fala pensamento e <u>imaginação</u>
(x) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
ACOLHIDA: História – OS TRÊS PORQUINHOS.
OBJETOS DE CONHECIMENTO: Linguagem: Vogal Cursiva Maiúscula.
HABILIDADES: (EI03EF09): Reconhecer a Vogal na oralidade e em palavras distintas, associar o nome de figuras iniciado pela vogal <u>A</u> a sua imagem.
SITUAÇÕES DIDÁTICAS: Em uma caixa colocar placas com figuras que iniciam com a vogal <u>A</u> pronunciar o nome de objetos com a vogal A mostrando e pronunciando pausadamente, o nome dos objetos, focando o som inicial.
ATIVIDADES: Auxiliado pela professora traçar na caixa de areia observando o traçado da vogal. Em seguida atividade no livro de linguagem, páginas: 6,7,8 para os alunos de 5 anos, e páginas:9,10,11 para os alunos de 4 anos.
OBSERVAÇÃO DA COORDENAÇÃO:

Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Após análise do planejamento, observou-se a aula da professora e como as crianças interagiram durante a realização das atividades e como responderam às questões relacionadas ao Plano de Aula, disponibilizado na Imagem 2.

Imagem 2: Crianças interagindo no momento da leitura



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Foi possível identificar que a leitura em voz alta é uma prática muito valorizada pelos professores, pois ajuda a ampliar o vocabulário das crianças e desenvolver a habilidade de escuta. Também foi possível verificar que a utilização de atividades lúdicas, como dramatizações e debates em grupo, contribui para estimular a comunicação oral das crianças.

De acordo com Trelease (2013, p. 02), “O valor da leitura em voz alta é bem documentado: ela estimula a imaginação, expande o desejo, constrói habilidades de escuta e leitura e, talvez o mais importante, instilar um amor pela leitura”.

Após a leitura da história, a professora solicitou às crianças o relato da história, estimulando a oralidade infantil. A participação foi muito boa, como observa-se na Imagem 3.

Imagem 3: Momento do relato



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

O estímulo à oralidade por meio do reconto possibilita à criança estimular a memória, pois elas precisam lembrar da história e participam oralmente. Dessa forma, desenvolvem a linguagem e a oralidade.

Diante dessa observação, é possível apontar que a literatura infantil é um recurso pedagógico muito importante para a promoção da linguagem e oralidade na educação infantil. Os educadores devem estar atentos para utilizar diferentes gêneros literários e atividades que estimulem a imaginação e a criatividade das crianças, além de incentivar a leitura em voz alta e a comunicação oral. Desse modo, é possível contribuir para a formação do leitor e para o desenvolvimento de habilidades comunicativas importantes para o futuro das crianças.

De acordo com Machado (2014, p. 11),

A literatura infantil apresenta possibilidades ilimitadas para o desenvolvimento do potencial humano, seja em termos estéticos, cognitivos ou afetivos. Através dela, a criança é convidada a entrar em contato com diferentes formas de linguagem e de pensamento, ampliando assim seu universo simbólico e seu repertório cultural.

Após o momento da expressão oral das crianças em sala de aula, foi solicitado que elas registrassem em uma caixa de areia as letras da inicial do nome de cada uma, como observado na imagem a seguir:

Imagem 4: Escrita da letra inicial do nome em caixas de areia



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Faz parte do protocolo da escola que os professores realizem pareceres do desenvolvimento das crianças para posterior acompanhamento do desenvolvimento das mesmas.

Alguns registros, como apontam o Anexo 1, mostram o relatório da professora, retratando o desenvolvimento das crianças durante o trabalho realizado. Neste momento da pesquisa de campo, chama atenção a dificuldade da professora em seu trabalho em uma escola da periferia do município de Goiânia, com problemas estruturais e recursos materiais escassos

para executar as aulas. Além de uma sala mista, com 11 estudantes/crianças agrupados em sala de aula da seguinte forma:

- Aluno 01: 4 Anos, apresentou um bom resultado, sabe interagir com os colegas e possui facilidade para desenvolver todas as atividades, tem ótima coordenação motora.
- Aluno 02: 4 anos, teve um bom desenvolvimento, mostrou ter facilidade para aprender, é um aluno que se relaciona harmoniosamente com todos da escola.
- Aluno 03: 4 anos, bom desempenho, sociável e comunicativo, facilidade para aprender e aplicado nas tarefas.
- Aluno 04: 4 anos, Apesar da pouca idade e ser seu primeiro ano na escola o aluno apresentou facilidade no convívio com outras crianças e interesse em aprender.
- Aluna 05: 5 anos, seu desenvolvimento foi positivo, tem facilidade em executar as tarefas e gosta de participar das brincadeiras de integração.
- Aluna 06: 5 anos, desenvolveu bastante, gosta muito do momento de leitura, mostra-se uma criança muito criativa e sociável com todos, interessada em participar de tudo o que a professora aplica.
- Aluna 07: 5 anos, atenciosa, alegre e sempre muito interessada em todas as atividades e brincadeiras, seu desenvolvimento foi muito bom.
- Aluna 08: 5 anos, dos iniciantes esta aluna se destaca na facilidade de compreensão e desempenho das tarefas, ela tem uma ótima interação com seus colegas, sempre está querendo ajudar, muito criativa, muito atenta na hora da leitura, consegue gravar as estorinhas com facilidade e participa com muito interesse nas tarefas e brincadeiras.
- Aluna 09: 5 anos, no início apresentou um pouquinho de dificuldade de integração na turma, mas, teve uma melhora muito boa e tem muito interesse em aprender, participa de todas as atividades com dedicação.
- Aluno 10: 6 anos (1º ano do ensino fundamental), não está alfabetizado e tem muita dificuldade de integração com os coleguinhas, interessado, mas, executa as tarefas com dificuldade.
- Aluno 11: 6 anos (1º ano do ensino fundamental), está alfabetizado, porém, ainda não consegue ler sozinho, é dedicado e se interessa pelas atividades aplicadas.

A professora nos relatou que a sala é pequena e com alunos de diferentes idades. O trabalho pedagógico fica prejudicado. Os dois estudantes de seis anos precisam compartilhar as brincadeiras com as crianças de quatro e cinco anos, o que pedagogicamente é difícil de organizar por tratar-se de propostas diferentes em etapas da Educação Básica diferentes.

Apesar da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) apresentar a perspectiva da transição das etapas, o desenvolvimento da ação pedagógica com idades diferentes torna o trabalho do(a) professor(a) desafiador. Sem contar que, se analisarmos o direito dos estudantes dos anos iniciais aos componentes curriculares do núcleo comum, as horas obrigatórias de atendimento aos estudantes do primeiro ano são negligenciadas.

Em relação à alfabetização, a pesquisa mostra, no relatório da professora, um estudante não alfabetizado que precisa de toda a atenção neste momento em que se encontra na escola. O trabalho com a literatura possibilita o desenvolvimento da leitura, escrita e oralidade. O que a pesquisa mostra é que há necessidade de cumprimento do currículo para que esse estudante seja alfabetizado no primeiro ano.

Em relação ao objeto de pesquisa, foi possível verificar na prática como os educadores estão trabalhando com a literatura infantil e como as crianças estão respondendo a ele. Por meio de entrevista com uma professora e observação *in loco* do trabalho realizado em sala voltado à linguagem e oralidade por meio da literatura, foi possível identificar práticas que aproximam as crianças da leitura e da comunicação oral.

Também foi identificado como a Literatura Infantil está sendo integrada ao currículo escolar, assim como as dificuldades encontradas pelos educadores para trabalhar com esse recurso considerando, neste caso, a diversidade organizacional da sala. Além disso, a pesquisa apontou que a Literatura Infantil é um recurso poderoso no desenvolvimento da linguagem e oralidade das crianças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura infantil revela-se como um importante recurso para o desenvolvimento da linguagem e oralidade na Educação Infantil. Através da leitura compartilhada de histórias e contos infantis, as crianças podem ampliar seu vocabulário, compreender novas estruturas gramaticais e expressões, bem como desenvolver sua capacidade de interpretação e comunicação.

Além disso, a Literatura Infantil oferece um vasto universo de personagens, temas e situações que podem ser explorados pelos educadores para estimular a imaginação, a criatividade e a expressão oral das crianças. Ao vivenciar diferentes histórias e personagens, as crianças podem experimentar emoções, sentimentos e ideias, expressando-se de forma mais livre e criativa.

Por outro lado, a falta de estímulo à leitura e à oralidade pode trazer prejuízos significativos para o desenvolvimento da linguagem e comunicação das crianças. Por isso, é fundamental que os educadores incorporem a literatura infantil no cotidiano da educação infantil/pré-escola, utilizando-a de forma pedagógica e criativa, para estimular a imaginação, a criatividade e a comunicação das crianças.

Nesse sentido, é importante que os educadores sejam capacitados para utilizar a Literatura Infantil de forma adequada, explorando suas potencialidades para o desenvolvimento da linguagem e oralidade das crianças. Com estratégias e metodologias adequadas, é possível contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para uma vida plena e bem-sucedida.

Os resultados da pesquisa indicam que a leitura de histórias e contos infantis pode ser uma forma eficaz de estimular a linguagem oral das crianças, especialmente, quando acompanhada de atividades lúdicas e interativas. Através da leitura compartilhada, as crianças podem aprender novas palavras, estruturas gramaticais e expressões, bem como desenvolver sua capacidade de compreensão e interpretação de textos.

A literatura infantil pode ser utilizada para estimular a criatividade e a expressão oral das crianças. Ao explorar personagens, temas e situações presentes nas histórias, as crianças podem expressar suas opiniões, ideias e sentimentos, ampliando sua capacidade de comunicação e interação social.

Nesse sentido, os resultados apontam para a importância de se incorporar a literatura infantil no cotidiano da Educação Infantil, por meio de estratégias e metodologias que promovam a leitura compartilhada e a expressão oral das crianças.

É necessário que os educadores sejam capacitados para utilizar a literatura infantil de forma pedagógica e criativa, explorando suas potencialidades para o desenvolvimento da linguagem e oralidade das crianças.

Outra perspectiva que emergiu nesta pesquisa foi as condições de trabalho em escolas que organizam os agrupamentos da Educação Infantil junto com a alfabetização. Os professores fazem seu trabalho, mas com certeza, diante de toda a teoria relacionada à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, especificamente a necessidade de atenção à alfabetização, os estudantes são os mais prejudicados.

6.REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010;

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Cambridge: MIT Press, 1965.

KISHIMOTO, TM. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 2002;

MACHADO, Maria Zélia Versiani. **Literatura Infantil:** teoria, análise, didática. São Paulo: Editora Positivo, 2020.

PIAGET, J. **A epistemologia genética.** São Paulo: Martins Fontes, 1976.

TRELEASE, Jim. **O manual da leitura em voz alta, editora Penguin Books, 2019.**

VYGOTSKY, LS. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, LS. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Mundial.2003.

FILOSOFIA PARA CRIANÇA: QUESTÕES, METODOLÓGICAS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

PHILOSOPHY FOR CHILDREN: ISSUES, METHODOLOGIES FOR THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL EDUCATION

SANTANA, Ana Gabriela Pereira¹; REIS, Gabriela Alves dos²; BORGES, Neide Castro de
Morais³; FRIEDRICH, Márcia⁴

RESUMO

Este trabalho aborda a importância da filosofia para criança da educação nos anos iniciais para o seu desenvolvimento social. Tal abordagem se faz necessária, pois o estudo da filosofia implica em trabalhar com alguns conceitos nem sempre presentes nas escolas. Ao propor o tema com atividade primordial e investigativa, as crianças são convidadas a refletir sobre as próprias suposições, refletindo e tirando suas próprias conclusões além de se envolverem com situações presentes na filosofia, tais como identidade, imaginação, verdade, certo e errado, amizades, entre outras. O objetivo deste trabalho é investigar a partir da prática dos professores, como acontece a mediação do conhecimento filosófico por meio do estímulo ao pensamento e o papel do professor como mediador para esse desenvolvimento da criança do ensino fundamental. O objetivo deste será atingido a partir de uma pesquisa de campo em diálogo com os referenciais teóricos pertinentes ao tema. A revisão bibliográfica principal está respaldada na obra do filósofo Matthew Lipman e também se embasa nos pensamentos de outros estudiosos. A pesquisa aponta que ao proporcionar aos alunos um ambiente educativo e reflexivo que possibilita o aperfeiçoamento das habilidades de raciocínio, estará também capacitando-os a pensar filosoficamente sobre a realidade na qual estão inseridos.

Palavras-Chaves: Filosofia. Pensar. Educação. Infância.

ABSTRACT

This work approaches the importance of the philosophy of education for children in the early years for their social development. Such an approach is necessary, as the study of philosophy implies working with some concepts not always present in schools. By proposing the theme with primordial and investigative activity, children are invited to reflect on their own assumptions, reflecting and drawing their own conclusions, in addition to getting involved with situations present in philosophy, such as identity, imagination, truth, right and wrong, friendships, among others. The objective of this work is to investigate, from the teachers' practice, how the mediation of philosophical knowledge happens through the stimulation of thought and the role of the teacher as a mediator for this development of children in elementary school. The objective of this will be achieved from a field research in dialogue with the relevant theoretical references to the theme. The main bibliographic review is based on the work of the philosopher Matthew Lipman and is also based on the thoughts of other scholars. The research points out that by providing students with an educational and reflective environment that enables the improvement of reasoning skills, it will also be enabling them to think philosophically about the reality in which they are inserted.

KEYWORDS: Philosophy. Think. Education. Infancy.

¹ Ana Gabriela Pereira Santana: Acadêmica do Curso de Pedagogia Facunicamps. Email: anagabrielapereira14153@gmail.com

² Gabriela Alves dos Reis: Acadêmica do Curso de Pedagogia Facunicamps. Email: gabidosreis77@gmail.com

³ Neide Castro de Moraes: Acadêmica do Curso de Pedagogia Facunicamps. Email: neide21.borges@outlook.com

⁴ Márcia Friedrich: Professora Orientadora. Mestre em Educação em Ciências e Matemática (UFG). Graduada em Matemática e Física, Graduada em Ciências, Graduada em Pedagogia. Professora da Facunicamps desde 2018. E-mail: marcia.friedrich@facunicamps.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Os conceitos de educação e o do pensamento se entrecruzam ao analisarmos uma proposta cuja finalidade é iniciar as crianças no campo da filosofia. Uma área essencial do conhecimento para a formação do pensamento reflexivo, considerando a importância de pensar, uma leitura sobre a filosofia subjacente foi realizada baseada nos pressupostos do pensador Matthew Lipman. (LIPMAN, 1995). No final da década 1960, Lipman lançou a ideia de que as crianças podem e merecem ter acesso à filosofia e, na tentativa de provar suas convicções, o autor desenvolveu uma metodologia e um currículo específico, assim como materiais didáticos acessíveis à faixa etária dos alunos, na intenção de que sua ideia fosse uma realidade.

Este artigo objetiva conhecer e refletir sobre a proposta existente no programa de filosofia para crianças de Matthew Lipman e da formação educacional dos estudantes desde os primeiros anos escolares. Parte-se do princípio que através de um ambiente investigativo em sala de aula, acredita-se que, ao se trabalhar a perspectiva da filosofia com crianças, elas serão despertadas para o conhecimento, descobrindo situações de vivências mais significativas no seu dia a dia, o que as levará a adquirir autonomia na construção de criação e escolhas, o que modificará sua maneira de pensar e agir.

Filosofia para criança é uma ideia que vem se desenvolvendo em alguns países com uma grande facilidade. No Brasil são poucos os professores que se arriscam em aplicar essa ideia, mas que tende a se expandir. Nessa perspectiva, o “saber pensar” constrói um papel na vida escolar dos alunos. A ideia de investir na educação para o “pensar” ainda na infância pode ser uma realidade em todo Brasil. Mas em que consiste a filosofia para crianças? Que projeto é este que envolve filosofia e crianças? Qual a metodologia usada? Que vantagens traz para a educação? Poderá pensar-se nesta proposta como uma filosofia da educação? São perguntas que de certa forma vão sendo respondidas ao longo desse trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE A TEMÁTICA

A filosofia propõe a ampliação do desenvolvimento das habilidades dos estudantes, ao ser colocada em prática, por meio do diálogo a aprendizagem é motivada, e tem o foco de

fazer a criança pensar de modo reflexivo, formando cidadãos capazes de solucionar problemas, e viver de uma forma ética e investigativa. Com a incorporação da perspectiva metodológica cujo foco sobressalta os aspectos que direcionam as crianças para o pensamento reflexivo onde elas serão estimuladas a modificarem seus conceitos e atitudes, a respeito de determinados temas, permitindo que as próprias ideias sejam ampliadas, e a curiosidade também aumentada, pois a criança deve ser direcionada para reflexão, e aprofundamento do imaginário.

É possível ensinar as crianças do ensino fundamental anos iniciais, que a filosofia está em seu mundo, que a reflexão pode ser desenvolvida de forma que fique visíveis seus pensamentos usando frases completas nas exposições de suas ideias, ou na busca de respostas. Um dos objetivos da filosofia para crianças é mostrar que o conhecer é um processo grupal e social, pois a socialização ocorre no seu dia, em casa, na escola, na interação com seus colegas e professores. Tendo em vista que a filosofia propõe a ampliação do desenvolvimento das habilidades dos estudantes, ao ser colocada em prática, através do diálogo se motiva a aprendizagem, e tem o foco de levar a criança a pensar de modo reflexivo, com o propósito de formar cidadãos capazes de solucionar problemas, e viver de uma forma ética e investigativa.

O reconhecimento da importância do trabalho no seio da comunidade filosófica do tempo pode ser aferido pelo fato de o *Jornal de Filosofia*, o mais importante jornal americano no campo, dedicado a discussão sobre o tema, incluindo as contribuições filosóficas luminosas de Lewis da Universidade de Harvard, e Ernest Nagel, Dewey na Columbia University (LORIERI, 2010, p. 85-86).

Já que a tentativa filosófica comporta a ideia e a prática que interagem e se influenciam mutuamente. Importante frisar que uma ideia é de introduzir a filosofia para crianças, ou seja, pôr as crianças a vivenciarem a sua história, os seus métodos e seus problemas, e, outro aspecto importante é dispor de tudo que é necessário para concretizar essa ideia, que são as instituições. Segundo Lipman (LIPMAN, 1995, p. 44), tudo foi possível com a ajuda, persistência e trabalho dos seus colaboradores, dentre estes Ann Margaret Sharp (norte-americana), que junto com Lipman criou o *Institute for the Advancement of Philosophy for Children* – Instituto para o Desenvolvimento de Filosofia para Crianças.⁵

⁵ Ela é co-autora, com Lipman, de seis Manuais para o professor do currículo de Filosofia para Crianças e autora de Hospital de Bonecos, programa de filosofia para crianças de três a cinco anos. Ela também dirigiu o programa de doutorado em Filosofia para Criança que teve início em janeiro de 1999 na Montclair State University. Realizou numerosos cursos e conferências em mais de trinta países sobre o projeto de Filosofia para Criança,

Segundo o pensamento desses autores, a aprendizagem de uma criança está mais elevada do que qualquer ensino, as formas de estudo estão também no cotidiano em planejamentos nas escolas. Contudo, é importante que a família também mostre para essa criança como é a filosofia. Para que uma criança tenha um bom desempenho nos estudos, é necessário todo apoio familiar. Ao defender e propor um caminho para que as crianças filosofem, Lippman formulou uma crítica aos pressupostos teóricos da tradição filosófico- pedagógico ocidental, que contém três aspectos importantes: coloca-se contra o modelo de (ir)racionalidade filosófica adulta; questiona as concepções filosóficas instrumentalistas da infância; e consegue colocar sua objeção às pedagogias tradicionais. O caminho que Lipman propõe é o de reconhecer o estatuto filosófico do pensamento infantil por parte da filosofia. Portanto, ao pensar com e contra a tradição filosófica, apresenta o seu forte imperativo desse empreendimento crítico, pois não há filosofia sem negação de ideias, sem contraposições e rupturas com o estabelecido. Com longos anos de experiência com filosofia para crianças, Lipman constata que elas são capazes de manifestar os comportamentos cognitivos que são reconhecidos como filosóficos pela tradição, além de terem a capacidade de mergulhar na filosofia. As crianças vivenciam e praticam essa capacidade inerente ao ser humano, que é a possibilidade de filosofar.

Se entendemos a filosofia como um caminho que permite encontrar respostas aos fenômenos do mundo, pode-se dizer que a reflexão filosófica é tão antiga quanto a história da humanidade. Uma das bases da filosofia é a inquietude, a preocupação ou desejo por entender algo, o que faz da filosofia uma experiência reflexiva na procura de respostas sobre um fenômeno. Mas é necessário, neste ponto, ter certos cuidados: a filosofia não pode ser entendida como uma simples técnica de pensamento, mas sim uma disposição ao conhecimento, constante, sobre as coisas que nos rodeiam, acontecem e, normalmente, nos afetam. Como pensava Sócrates, a filosofia também é um espaço para a autocompreensão, com o objetivo de entender a si próprio. Paralelamente, busca pelas essências, ou seja, pelo mais fundamental que constitui aquilo que anima ao entendimento. Com esse propósito, o ensino de filosofia na infância se justifica pela possibilidade de ensinar, em especial a filosofar, desde as séries iniciais do ensino fundamental, corroborando para a formação

inclusive no Brasil em 1989 na Sociedade Portuguesa de Filosofia. Ronald Reed, norte-americano, fundador e diretor do programa Philosophy for Children (Filosofia para Crianças) na *Texas Wesleyan University* (Universidade Wesleyana do Texas, EUA), onde Lipman foi nomeado, pelo seu trabalho e dedicação. Foi autor e co-autor de dez livros, sendo o mais conhecido *Talking With Children* (conversar com as crianças) e Rebeca, sendo este traduzido para português pelo Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças. Ele trabalhou em 1979, com o ensino de Filosofia para Criança, até a sua morte em 1998.

intelectual, moral e afetiva das crianças desde as primeiras etapas de sua vida. Sua importância também nos remete ao fato de que a filosofia faz parte dos sistemas escolares há uma longa data: desde a cultura grega e latina até nossos dias, seja como disciplina obrigatória ou, atualmente, optativa. Outro fator que deve ser mencionado, é o fato de que a reflexão é uma das características marcantes da filosofia e pode ser incentivada em qualquer idade, ou seja, começar na infância.

Em meio a inúmeros fatos que justificam a importância do ensino de filosofia na educação básica, alguns autores enfatizam que ela atende uma das necessidades básicas de todo ser humano: a tentativa de se compreender. Para isso, é possível utilizar dados da experiência, bem como aqueles que provêm das mais diversas ciências. Apesar do nítido reconhecimento da filosofia como espaço e ponte para a formação integral do ser humano, é um fenômeno mundial que o seu ensino não seja considerado como algo fundamental na educação das crianças, salvo contadas experiências. No Brasil, por exemplo, desde a publicação em 2018 da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a filosofia deixou de ser obrigatória no currículo brasileiro. Isto tem gerado inúmeros debates e inquietações por parte de docentes e pesquisadores, que consideram a filosofia de grande relevância na formação dos educandos da educação básica. Frente a esse cenário, o seu papel de resistência é novamente evidenciado.

Concordamos com Lipman e a sua defesa de que desde os primeiros anos escolares, as crianças deveriam aprender a filosofar, pois tal prática se refletiria de forma positiva ao longo de toda a sua formação, facilitando a aprendizagem das mais diversas matérias, além de torná-las cidadãos reflexivos e críticos. As crianças naturalmente são curiosas, portanto, ensiná-las a filosofar, a construir um pensamento próprio que ultrapasse a simples memorização, ampliando os saberes inerentes ao seu intelecto, autoconhecimento, compreensão de valores éticos, dentre tantos outros aspectos, mostra-se uma necessidade latente e que deve ser reconhecida nas inúmeras instituições de ensino brasileiras. Portanto, torna-se uma necessidade a retomada dos projetos de filosofia para crianças que há muito se perderam no contexto brasileiro, especialmente nas instituições públicas.

O acesso ao conhecimento filosófico é imprescindível para que os educandos matriculados na educação básica aprendam a lidar com ideias e informações diversas, ampliando gradativamente seu senso crítico e a forma como compreendem a sociedade. Dessa

forma, “[...] o conhecimento que anteriormente era conduzido apenas por opiniões comuns, destituídos de critérios e ressignificado na medida em que se apropriam de visão holística da vida e da realidade” (PAVIANI, 2003, p. 32). Desse modo, a discussão dos conteúdos filosóficos cumpre o fim pensado por Lipman que se centra na ampliação das habilidades cognitivas dos educandos, a partir dos seus primeiros anos escolares. Por meio do diálogo, os conceitos vão sendo abordados de forma contextualizada, as pré-compreensões são questionadas, as ideias convergentes e divergentes são postas em debate.

Quando as salas de aula são transformadas em pequenas comunidades de investigação, o ensino e a aprendizagem tornam-se mais significativos, uma vez que os problemas são discutidos e os educandos precisam encontrar soluções para cada um deles, de forma coerente e ética, observando os contextos nos quais vivem, os valores compartilhados e aceitos, etc. Na infância a curiosidade é comum, bem como o anseio por conhecer o mundo e o modo como está estruturado, por isso, quando as crianças têm contato com um professor de filosofia, o modo como irá direcionar o processo de ensino e aprendizagem contribuirá efetivamente para seu desenvolvimento integral.

A reformulação do currículo de fato se mostrou uma necessidade no Brasil, entretanto, acreditamos que ao invés de atacar e excluir a filosofia, ela deveria ser inserida na matriz desde os anos iniciais, fomentando a formação docente, a transformação nas aulas mediadas, nas relações dialógicas e investigativas que poderiam ser iniciadas precocemente, retirando os educandos da passividade e tornando-os ativos na construção do seu próprio conhecimento.

3. A FILOSOFIA E AS QUESTÕES METODOLÓGICAS

O respeito à diversidade cultural e intelectual no esforço de construção conjunta do conhecimento impõe uma nova concepção do educar e provoca mudanças no próprio ambiente social. Uma compreensão de que o saber é constituído por conhecimentos evivências que se entrelaçam de forma dinâmica, distante da previsibilidade das ideias anteriores; educandos e professor detentores de experiências próprias, que são aproveitadas no processo. O professor possui uma visão sintética dos conteúdos, os educandos possuem uma visão sincrética, o que torna a experiência um ponto central na formação do conhecimento,

mais do que os conteúdos formais; uma aprendizagem essencialmente coletiva, assim como é coletiva a produção do conhecimento.

O verdadeiro conhecimento não deve se contentar em aderir às descobertas, e sim, ser construído por meio de retificações e do rompimento com ideias precedentes, colocando-se na intenção de uma razão aberta e transformativa, abandonando a preocupação com aspectos úteis para a vida em prol dos aspectos úteis ao espírito. A experiência e o conhecido devem servir como fonte de questionamento na formação do espírito científico, eles não podem ser colocados acima da crítica, visto que não constituírem uma base segura quando desprovidos de apreciação. Categórico ao se pronunciar em oposição, a filosofia alicerçada nas doutrinas que atribuem a formação das ideias aos sentidos “sensualismo”, recebendo suas lições diretamente do dado claro, nítido, seguro, constante, sempre ao alcance do espírito totalmente aberto. As explanações nos mostram que para a formação do “novo” espírito científico é preciso abandonar não apenas o saber comum, mas também o saber fundamentado em critérios estabilizados que não se expõem a novas investigações, análises e questionamentos. É preciso abandonar o racionalismo clássico, pois ele não se compatibiliza ao racionalismo aplicado que respalda o novo espírito científico; para apreender um, é preciso desaprender o outro. Entende-se que se contrapõe ao processo de ensino que coloca o educando como um ser passivo, um mero “depósito” de conhecimentos. Compreender é uma emergência do saber.

O professor será aquele que faz compreender – e na cultura mais avançada em que o educando já compreendeu – será ele quem fará compreender melhor isso, no entanto, não nos parece uma tarefa simples. Ao tentar retirar do educando de tudo o que ele tem arraigado em si, seja pela experiência espontânea, seja pelo que memorizou no âmbito escolar, ou pelo conhecimento vulgar, apresentando-lhes novas informações que julgamos adequadas, podemos correr o risco de o educando abandonar-se a si e ao seu ensinado, diante da soberania do saber do mestre. Mas em que consiste a filosofia para crianças, pode se pensar a proposta da como uma filosofia da educação? Para se entender a resposta à questão é necessário primeiro passar pelo que motivou, e o que levou, a criar este projeto.

A filosofia para criança surge em consequência do comportamento dos estudantes da Universidade de Columbia, New York - EUA, onde Matthew Lipman lecionava Introdução à Lógica, da sua observação das revoltas estudantis de 1968, o filósofo preocupou-se com o que se estava a passar. Recepcionou os esforços desajeitados da Universidade para se reavaliar e

não pôde deixar de concluir que os problemas de Columbia não podiam ser resolvidos no quadro desta instituição. Estudantes e professores tinham saído da mesma matriz da escola primária e secundária. Concluiu então, que não tinham recebido uma educação boa, muito provavelmente tinham chegado a compartilhar as mesmas ideias errôneas que levariam a estropiar a educação posterior em feliz conluio mútuo. Contribuiu-se, também, para o florir desse projeto a oportunidade que Lipman teve de observar os esforços de um professor de crianças com deficiência neurológica para ensiná-las a ler. Perante os esforços inúteis do professor, Lipman sugeriu que lhes fossem dados exercícios para tirar inferências lógicas. Mais tarde, o professor comunicou-lhe que essa prática tinha funcionado. Lipman confirmou seu palpite de que as crianças podiam aproveitar a instrução no raciocínio, contando que recebessem contribuições da filosofia, especialmente nas áreas de lógica, ética, estética e epistemologia. Ressalta-se ainda, que se podia ajudar as crianças a pensar com mais clareza, já que lhe parecia que elas pensavam tão naturalmente como falavam e respiravam.

Todavia, a questão era: como conseguir que pensassem bem? As falhas nos raciocínios dos educandos, os comportamentos e o trabalho de professores com crianças incapacitadas neurologicamente foram as causas, entre outras, que o levaram a pensar que os jovens não só precisavam de estudos sobre a lógica e filosofia, como o contato com ambos teria que ser muito antes da universidade. As crianças e a filosofia são aliadas naturais, pois em ambas, o assombro é o princípio do questionamento. Lipman (1999, p. 24) reafirma que “só os filósofos e os artistas se comprometem sistemática e profissionalmente em perpetuar o assombro, tão característico da experiência cotidiana da criança”. O projeto foi-se desenvolvendo, com a ajuda de alguns colaboradores, criando o *Institute for Advancement of Philosophy for Children no Montclair State College*, tornando-se, anos mais tarde, em *Montclair State University*, hoje com mais de trinta anos. Após o seu desenvolvimento, foram realizados vários seminários regulares intensivos e internacionais de formação em filosofia para criança. Pode-se dizer que pessoas do mundo inteiro têm assistido a esses cursos e divulgado a proposta nos seus lugares de origem ao longo dos últimos trinta anos.

4. METODOLOGIA

Esse artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica e da metodologia lipmaniana que se baseia no pensamento crítico e na filosofia para o desenvolvimento do

raciocínio e da reflexão. O objetivo desse estudo foi analisar os efeitos da utilização dessa abordagem no ensino de filosofia. Para isso, foram selecionados diversos artigos, livros e pesquisas que abordam a filosofia de Matthew Lipman e sua aplicação na educação. A metodologia lipmaniana propõe um ensino baseado no diálogo, no questionamento e na construção de argumentos, estimulado assim o pensamento crítico dos educandos.

Os resultados obtidos a partir dessa revisão bibliográfica indicam que a utilização da metodologia lipmaniana no ensino de filosofia promove uma maior participação dos educandos nas aulas, um aumento na capacidade de argumentação e uma melhora no desenvolvimento do raciocínio lógico. Além disso, os educandos que são expostos a essa abordagem tendem a desenvolver uma postura mais reflexiva e crítica em relação aos conteúdos filosóficos. No entanto, justifica-se que também foram identificadas algumas limitações e desafios na implementação dessa metodologia, como a necessidade de formação adequada dos professores e a resistência de alguns alunos e instituições a uma abordagem mais dialógica e reflexiva.

Ressalta-se ainda que, a pesquisa bibliográfica aponta que a metodologia lipmaniana pode ser uma abordagem eficaz no ensino de filosofia para criança, proporcionando benefícios significativos para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos educandos. No entanto, é importante considerar os desafios e limitações para uma implementação bem sucedida.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para tornar realizável esse trabalho foi desenvolvido uma pesquisa de campo por meio de um questionário com sete professores que atuam diretamente na educação infantil dentre estes participantes, um atua no ensino fundamental anos finais. Dentre os pesquisados, seis são pedagogos, um possui licenciatura em educação física, um possui especialização em educação infantil.

Nessa pesquisa buscou-se aprimorar as técnicas para assim alcançar com mais clareza os objetivos na construção do artigo. Para tanto, estuda-se metodologia, em particular técnicas de pesquisa, que ensinam como gerar, manusear e consumir dados, em contato com a

realidade de cada um dos pesquisados. Que também teve seu direcionamento na metodologia de trabalho a ideia de Matthew Lipman que é a filosofia para criança, sob uma perspectiva do ensinar a pensar com tempo de atuação variando entre um ano a vinte anos de trabalho. A primeira pergunta do questionário foi: Como você vê o pensamento dentro do contexto ensino e aprendizagem? “Acredito que a única educação verdadeira vem do estímulo às potencialidades da criança em função das demandas das situações sociais nas quais ela se encontra”. Qual a sua metodologia de trabalho em sala de aula que direcione para o pensamento crítico da criança e o que você pensa sobre esse assunto?

P1 É de fundamental importância trabalhar de uma forma ampla, onde a criança possa se expressar, sentir-se incluído no processo ensino aprendizagem. Sendo professora, é de fundamental importância trabalhar de uma forma ampla, onde a criança possa se expressar, sentir-se incluído no processo ensino aprendizagem. Sendo uma professora facilitadora, mediadora no processo.

P3 A criança aprende tudo o que ela tem interesse. E ela só pode ser crítica quando ela já tem um domínio em algum conteúdo. E isso só é possível com grande base de dados sobre determinado assunto. Essa perspectiva de criar crianças críticas é uma utopia. É melhor ver as competências e habilidades sendo desenvolvidas que com isso elas irão adquirir mecanismos para se aprofundar nos assuntos que as intrigarem.

P4 Como educador, acredito que o pensamento desempenha um papel essencial na educação. Concordo que a verdadeira educação surge quando estimulamos as potencialidades da criança em resposta às demandas sociais. Em minha metodologia de trabalho, busco promover o pensamento crítico dos alunos, utilizando abordagens pedagógicas que incentivam a investigação, análise e reflexão. Valorizo um ambiente colaborativo de aprendizagem, onde os alunos possam compartilhar ideias e aprender uns com os outros. Acredito que o desenvolvimento do pensamento crítico capacita as crianças a se tornarem cidadãos ativos e engajados, capazes de tomar decisões informadas e contribuir para a sociedade de forma positiva.

P5 Penso que a criança é um sujeito histórico, circunscrito numa classe social, numa cultura, num tempo (cronológico e não cronológico) é, portanto, um sujeito de direitos. Acredito numa metodologia de trabalho que possibilite à criança trazer seus conhecimentos e saberes, que instigue a investigação, a pesquisa, a curiosidade, que amplie, diversifique e complexifique o

que a criança já sabe é já aprendeu. Uma relação de protagonismo da criança tendo acesso ao patrimônio cultural e científico da humanidade de forma atuante e crítica.

P6 Acredito que trabalhando o potencial, de forma que a criança sinta que é capacitada a aprender e ser totalmente ativa no processo de aprendizagem. Podendo se utilizar de inúmeras ferramentas como suporte.

P7 Minha metodologia é crítico emancipatória, usando a dialética para isso. No entanto, é comum e não raro, buscar na fenomenologia subsídios para ensinar ao outro, o sentimento e significados dos seus atos. Assim, levo a criança a imaginar como seria se fosse com ela, enxergar o outro como importante e que como ele, também tem limitações, quer seja, cognitivas ou comportamentais.

O ato de “fazer” filosofia, para c, apresenta como foco o pensar questões articuladas às regras da lógica formal, resultando em pensamento excelente ou pensamento de ordem superior. Assim, o pensamento só poderia se desenvolver por meio da linguagem, o caminho mais coerente para o aprendizado do filosofar seria o “diálogo filosófico”. Dessa forma, o diálogo praticado por Lipman justifica que,

A criança que cresce na família tem sua curiosidade despertada pela aventura das conversas familiares e aprende a “reconhecer as vozes” e a “distinguir os momentos certos quando se fazem declarações, passando paulatinamente a iniciar-se no desenvolvimento da capacidade e participação” deste diálogo contínuo. Quando é chegada a hora para a educação formal, ocorre, mais uma vez: a iniciação no desenvolvimento desta capacidade e na participação da conversa, na qual aprendemos reconhecer as vozes, a distinguir os momentos certos das declarações e adquirimos os hábitos intelectuais e morais apropriados à conversação (LIPMAN, 1995, p. 35).

Com base na segunda questão sobre a filosofia para crianças, ensinar a pensar. Você trabalharia esta temática de que maneira?

P1 Utilizando ferramentas que possam estimular o pensamento e a imaginação, por meio de propostas lúdicas.

P4 Na abordagem da filosofia para crianças, eu trabalharia através de questionamentos, diálogos, leituras adaptadas, jogos e atividades filosóficas, além da exploração de questões filosóficas relevantes para a faixa etária. Isso proporcionaria aos alunos a oportunidade de desenvolver o pensamento crítico, analisar diferentes perspectivas e aplicar princípios

filosóficos em situações cotidianas, capacitando-os a se tornarem pensadores independentes e reflexivos.

P5 Rodas de conversas, assembleias deliberativas, situações problema, atividades artísticas livres e de fruição, elaboração de histórias coletivas tendo a professora por escriba, leitura de imagens, planejamento coletivo de brincadeira, escolha de atividades para portfólio, seleção de materiais para atividades, entrevistas individuais, leitura de poesias, brincadeiras em grandes e pequenos grupos.

P7 Na educação infantil, devemos nos adultos adentrar o universo da mente da criança, então, por meio de histórias e brincadeiras, estimularia as mesmas a pensar em uma solução de problemas, um final para um conto, na construção de um projeto, enxergando pelas lentes infantis.

O professor será aquele que faz compreender – e na cultura mais avançada em que o educando já compreendeu – será ele quem fará compreender melhor isso, no entanto, não nos parece uma tarefa simples. Ao tentar retirar do educando tudo o que ele tem arraigado dentro de si, seja pela experiência espontânea, seja pelo que “memorizou” no âmbito escolar, ou pelo conhecimento informal, apresentando-lhe informações que se julga adequadas, podendo correr o risco de o educando abandonar-se a si e ao seu ensinado, diante da ‘soberania’ do saber do mestre.

A proposta filosofia para crianças se coloca como uma chance de olhar e construir um pensamento crítico, constitui a sagacidade teórica da educação buscando novos horizontes. Com base em Lipman, Malacarne que afirma,

[...] pensar na inserção da Filosofia na escola fundamental é estar disposto a olhar para as crianças, vendo nelas não adultos em miniaturas, mas crianças que são capazes de, quando valorizadas, refletir com vistas a ter ideias próprias, o que é melhor, com grau de compreensão suficiente” (MALACARNE, 2005, p. 63).

Com relação a terceira questão em que se questiona sobre as habilidades cognitivas se agigantam e são fortalecidas a partir de uma comunidade de investigação, pois, a comunidade possibilita tanto a alunos quanto a professores “pensar como o processo pensar” (LIPMAN, 2008 (1995), p. 32.). Como você avaliaria esta questão?

P1 É importante pensar e agir em comum acordo, onde professor e aluno possam ser livres para expressar seus pensamentos de forma livre.

P4 A afirmação de que as habilidades cognitivas se fortalecem em uma Comunidade de Investigação é avaliada considerando-se fatores como a natureza da comunidade, o contexto educacional e as práticas pedagógicas. Nesse ambiente, alunos e professores engajam-se em diálogos colaborativos, investigam problemas e desenvolvem habilidades de pensamento crítico e criativo. A comunidade possibilita que os participantes reflitam sobre seus processos de pensamento, formulando perguntas, buscando evidências e construindo argumentos fundamentados.

P6 Esse processo de diagnóstico investigativo possibilita ao professor utilizar dessas informações para trabalhar de forma mais efetiva e certa.

Porém, a questão radicava em como conseguir que pensassem bem? As falhas nos raciocínios dos educandos, os comportamentos e o trabalho de professores com crianças incapacitadas neurologicamente foram as causas, entre outras, que levaram o pioneiro a pensar que os jovens não só precisavam de estudos sobre a lógica e filosofia, como o contato com ambas teria que ser muito antes da universidade. As crianças e a filosofia são aliadas naturais, pois em ambas o assombro é o princípio do questionamento. Lipman (1999, p. 24) diz que “só os filósofos e os artistas se comprometem sistemática e profissionalmente em perpetuar o assombro, tão característico da experiência cotidiana da criança”. Após o seu desenvolvimento realizaram-se seminários regulares intensivos e internacionais de formação em filosofia para criança. Pode dizer-se que “pessoas do mundo inteiro têm assistido a esses cursos e divulgado a proposta nos seus lugares de origem ao longo dos últimos trinta anos”.

A quarta questão se refere a crianças constantemente são impactadas pelo ritmo excessivo das sociedades modernas, o que por vezes as tornam solitárias, desabrigadas em seus lares por seus responsáveis trabalhadores incessantes. Partindo desse pressuposto, como trabalhar esse aspecto?

P1 É importante criar meios onde as crianças possam se sentir incluídas, apesar da dificuldade que se encontra, para que essas crianças não se sintam sozinhas.

P4 Para abordar o impacto do ritmo excessivo das sociedades modernas nas crianças, é importante promover um equilíbrio saudável entre trabalho e vida pessoal para os

responsáveis. Isso pode ser feito incentivando horários flexíveis, tempo de qualidade em família e o envolvimento dos pais na vida dos filhos. Além disso, criar espaços seguros e acolhedores nas comunidades, onde as crianças possam interagir e se conectar com outras pessoas, pode ajudar a combater a solidão e proporcionar um ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento social e emocional.

P5 A instituição educativa tem o papel de complementar a educação, mas não é uma segunda casa. Família tem seu papel, instituição também, mas não é um contra o outro e sim um aliado ao outro. Então penso que não cabe à escola julgar a educação familiar e sim fazer uma parceria com as famílias, de maneira a mostrar o trabalho desenvolvido e também conquistar um maior engajamento dessas famílias nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de suas crianças.

P6 Dentro da sala de aula podemos criar um ambiente seguro, tranquilo, sem telas e levando a criança ao pensamento reflexivo, que de certa forma irá suprir algumas necessidades da criança, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

P7 Utilizando nas aulas conteúdos de jogos, brincadeiras coletivas, onde se faz necessário a "ajuda" do outro. A ensinar que afeto importa e precisa ser demonstrado. Em rodas de conversascom leitura de história com. Essa temática. Ilustração sobre seu entendimento da mesma ou como se vê ou sente.

A quinta questão perpassa pelo programa “filosofia para crianças”. Lipman idealizava uma ruptura, uma educação que rompa com o paradigma padrão e deve alicerçar-se no paradigma-reflexivo que compreende a educação como “o resultado da participação em uma comunidade de investigação [...]”; consequentemente alunos e professores serão desafiados a pensar sobre o mundo entendido como complexo, problemático e controverso, o que incita o pensamento crítico sobre seus próprios conhecimentos e suas percepções de mundo”. A partir deste pensamento, de que forma você trabalharia esta metodologia?

P4 Sim, a metodologia do programa "Filosofia para Crianças" de Lipman pode ser uma abordagem valiosa para trabalhar o questionamento mencionado. Ao implementar essa metodologia, os alunos são incentivados a participar de comunidades de investigação, onde são desafiados a refletir sobre questões complexas e problemáticas, desenvolvendo assim habilidades de pensamento crítico e a capacidade de questionar seus próprios conhecimentos e

percepções de mundo. Isso pode ajudar as crianças a lidar com a solidão e o isolamento, promovendo um ambiente educacional enriquecedor e estimulante.

P5 Sim, não é fácil romper paradigmas, mas é necessário.

P6 Sim. Me identifico com esse pensamento. Precisamos enxergar além da nossa caixinha e olhar para as especificidades de cada um.

Se hoje, entre nós, se questiona a educação é porque existe abertura para tal questionamento. Foi a filosofia da educação que fez o papel de fornecer critérios para o debate.

A sexta questão se objetiva no seguinte aspecto: Como trabalhar a criatividade da criança e colocar os educandos em situações problemas para potencializar a inteligência e desenvolvimento dos alunos?

P1 Possibilitar a eles momentos onde possam se sentir desafiados, trabalhar habilidades distintas e potencializar o pensamento.

P4 Para trabalhar a criatividade das crianças e colocar os alunos em situações-problema para potencializar sua inteligência e desenvolvimento, é importante incentivar a exploração, a experimentação e o pensamento divergente. Propor desafios abertos, que estimulem a busca por soluções criativas, e promover atividades que envolvam o uso de diferentes habilidades, como o trabalho em equipe, a resolução de quebra-cabeças ou o pensamento crítico, são maneiras eficazes de desenvolver a inteligência e a criatividade dos alunos. Além disso, proporcionar um ambiente seguro, encorajador e livre de julgamentos, que valorize as diferentes perspectivas e ideias, é fundamental para estimular a criatividade e o desenvolvimento pleno dos alunos.

P7 Escute suas falas..... Ali você terá muitos subsídios. E com certeza é através do lúdico.

A sétima questão: Segundo a proposta de metodologia ativas a introdução da filosofia é um desafio pois a criança teria maturidade para trabalhar essa matéria no seu cotidiano escolar, devido aos novos desafios a serem acrescentados?

P3 Onde não se tem princípios, qualquer filosofia é vazia.

P4 Introduzir a filosofia como parte das metodologias ativas pode ser um desafio, pois requer considerar a maturidade cognitiva e emocional das crianças. No entanto, existem abordagens adaptadas à faixa etária, como o programa "Filosofia para Crianças", que utiliza estratégias e materiais adequados para envolver os alunos de forma significativa.

P6 O novo sempre será um desafio, mas com planejamentos estratégicos, dedicação e estudos, com certeza haverá êxito.

P7 Eu acredito que sim e possível. Porém não foi fácil. Requer persistência e um trabalho do coletivo. Onde não é raro, nos acomodamos pelo viés do mais prático e mínimo esforço.

Hoje é possível perceber em algumas instituições de ensino, que a filosofia não tem sido debatida e questionada como deveria pelos profissionais da educação. A filosofia não tem sido refletida coletivamente e construtivamente por parte da maioria dos professores inseridos no ambiente escolar. De fato, a falta de reflexão filosófica na aprendizagem dos educandos em sala de aula pode causar impactos cada vez mais negativos e omissos no conhecimento humano dos aprendizes, fazendo com que os educandos não sejam capazes de desenvolver uma consciência crítica em torno dos fatos sociais, da sociedade em que vivem, do mundo que os cercam.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve a pretensão de fazer algumas considerações sobre as habilidades que o educando adquire quando tem contato com a filosofia, desde os primeiros anos do ensino fundamental. Ao retomarmos a nossa pergunta inicial sobre a importância do ensino da filosofia na educação infantil percebemos que, ao oferecermos um ambiente filosófico, levamos as crianças a refletirem através do diálogo investigativo desenvolvido por Matthew Lipman. Essa teoria possibilitou ao educador desenvolver, didaticamente, aulas de filosofia que contribuirão e facilitarão para o desenvolvimento das habilidades filosóficas na criança. Além do mais, o presente trabalho expressa algumas habilidades que o educando desenvolve ao entrar em contato com a filosofia tais como: identidade, imaginação, verdade, certo, errado, amizade, entre outras e reforça uma das principais exigências da educação de hoje o ensinar a pensar. O programa filosofia para crianças tem se configurado como um dos alicerces para uma proposta educacional que atenda aos anseios de uma sociedade

multiculturalista e transformações econômicas e sociais dinâmicas. Um dos grandes desafios pedagógicos atuais é a conquista da liberdade intelectual, de professores e educandos. A melhoria da qualidade do ensino indica a necessidade de uma formação global, não só de estudantes, mas também dos professores, portanto o exercício do filosofar dá a oportunidade de professores e estudantes, juntos, compreenderem que o saber é constituído por conhecimentos e vivências que se entrelaçam de forma dinâmica, distante da previsibilidade das ideias anteriores.

O verdadeiro conhecimento não deve se contentar em aderir às descobertas, e sim, ser construído por meio de retificações e do rompimento com ideias precedentes, colocando-se na intenção de uma razão aberta e transformadora. As explanações que foram feitas nos mostram que para a formação de um ser crítico é preciso abandonar não apenas o saber comum, mas também o saber fundamentado em critérios que não se expõem a análises e questionamentos. É preciso abandonar o racionalismo clássico, pois ele não se concilia ao racionalismo aplicado para um aprender, é preciso desaprender. Entendemos com isso, que se contrapõe ao processo de ensino que coloca o educando como um ser passivo, um mero depósito de conhecimento. O compreender é uma emergência do saber.

7. REFERÊNCIAS

ARGUMENTO, M.; WERTHEM, J. (Org.). **Educação e participação**. Rio de Janeiro: Philobiblion/IICA/SEPS/MEC, 1985.

BORDENAVE, O. F. **Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: consideração sobre o significado e o papel na participação popular**. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995b.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995a.

DEWEY, J. Atual há 100 anos. 2003. Disponível em <http://www.novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/159_fev03/html/pensadores>. Acesso em: 27 mar. 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTER, P. **Educação e reflexão**. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- GADOTTI, M. **Comunicação Docente - Ensaio caracterização da relação educadora**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1985.
- GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995b.
- KOHAN, W. O. **Filosofia para criança**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GADOTTI, M. **Pensando a prática da Filosofia na Escola**: 2001. Disponível em <<http://www.unb.br/fé/tef/filoesco/fudamentos.html>>. Acesso em 27 mar. 2007.
- KOHAN, W. O.; KENNEDY, D. (Orgs.). **Filosofia e infância: possibilidades de um encontro**. Petrópolis: Vozes, 1999. (Série filosofia e criança; v. 3).
- LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LIPMAN, M. A **Filosofia e o desenvolvimento do raciocínio**. 2000. Disponível em <<http://orbita.starmedea.com/~filocrit/rt2do1.doc> htm>. Acesso em 30 mar. 2007.
- LIPMAN, M. A. **A Filosofia vai à escola**. Trad. de Maria Elice de Brzezinski Prestes e Lucia Maria Silva Kremer. São Paulo: Summus, 1990. (Novas buscas em educação; v. 39)
- LORIERI, M. A. **Filosofia: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MALACARNE, V. **Formação dos professores e o Espaço da Filosofia**. São Paulo, 2005. Texto de Qualificação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Mimeo.
- SÁTIRO, A. **Avaliar: questão humana**. Coleção Pensar, volume 3, p. 29-32, 1997.
- SILVA, Douglas Roberto da et al. **BNCC e fundamentos teóricos da filosofia no Ensino Médio**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, 2021.
- SILVA, M. P. da. **O Programa de filosofia para criança de Matthew Lipman: um estudo crítico**. 2001. Dissertação (Mestrado em educação brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.
- SHARP, A. M. **Algumas pressuposições da noção Comunidade de Investigação**. 2000. Disponível em <http://www.cbcf.com.br/mod_biblioteca.asp?passos=Artigo&ArtigoID=34>. Acesso em: 27 mar. 2007.

WUENSCH, A. M. **Notas para uma história do movimento filosofia para crianças no Brasil**. 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/fé/tef/filoesco/fudamentos.html>>. Acesso em: 27 mar. 2007.

A INFLUÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO DESENVOLVIMENTO DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS E TRATAMENTOS A PARTIR DA TERAPIA COGNITIVO- COMPORTAMENTAL

THE INFLUENCE OF PSYCHIC SUFFERING IN THE DEVELOPMENT OF EATING DISORDERS: AN ANALYSIS OF MECHANISMS AND TREATMENTS BASED ON COGNITIVE-BEHAVIORAL THERAPY

**RIBEIRO, Danielle Rocha de Oliveira¹; PAVANI, Ellen Geórgia Vieira e Silva²;
BARRETO, Wanderson³**

RESUMO

O transtorno alimentar é uma condição de receio ao ganho de peso e supervalorização da aparência corporal que leva à restrição alimentar e perda de peso. Os transtornos alimentares são mais comuns em jovens do sexo feminino e os mais recorrentes são a anorexia nervosa e a bulimia nervosa. Este estudo tem por objetivo analisar de que forma o sofrimento psíquico pode contribuir para o desenvolvimento do transtorno alimentar. Adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica com base em estudos publicados sobre a temática do sofrimento psíquico e o desenvolvimento de transtornos alimentares. Os resultados da pesquisa metodológica apontaram 14 artigos aptos a compor o presente estudo. A literatura científica aponta que o sofrimento psicológico, como a baixa autoestima, ansiedade e insatisfação com a imagem corporal, pode ser um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares. O tratamento desses distúrbios é complexo e envolve uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. O psicólogo desempenha um papel fundamental na prevenção e no tratamento dos transtornos alimentares, trabalhando com o paciente para compreender e lidar com as questões subjacentes aos seus comportamentos alimentares, utilizando técnicas terapêuticas, como a terapia cognitivo-comportamental. Além disso, o psicólogo pode trabalhar na prevenção dos transtornos alimentares, promovendo a saúde mental e a autoestima em grupos de risco. Em suma, a atuação do psicólogo é crucial para a prevenção e tratamento dos transtornos alimentares, ajudando as pessoas a alcançarem o bem-estar emocional e a saúde mental.

Palavras-chave: Transtornos alimentares. Anorexia. Bulimia. Tratamento psicológico.

ABSTRACT

Eating disorder is a condition of fear of weight gain and overvaluation of body appearance that leads to food restriction and weight loss. Eating disorders are more common in young females and the most common are anorexia nervosa and bulimia nervosa. The study questions whether psychological distress is one of the bases for the development of an eating disorder. The present study aimed to analyze how psychic suffering can contribute to the development of an eating disorder. A bibliographic review was adopted as a methodology based on published studies on the subject of psychic suffering and the development of eating disorders. The results of the methodological research indicated 14 articles capable of composing the present study. The scientific literature points out that psychological distress, such as low self-esteem, anxiety and dissatisfaction with body image, can

¹ Danielle Rocha de Oliveira Ribeiro. Curso de Psicologia. danirochagyn@gmail.com

² Ellen Geórgia Vieira e Silva Pavani. Curso de Psicologia. ellenvgeorgia@gmail.com

³ Wanderson Barreto. wanderson.barreto@facunicamps.edu.br

be a risk factor for the development of eating disorders. The treatment of these disorders is complex and involves a combination of biological, psychological and social factors. The psychologist plays a key role in the prevention and treatment of eating disorders, working with the patient to understand and deal with the issues underlying their eating behaviors, using therapeutic techniques such as behavioral and cognitive-behavioral therapy. In addition, the psychologist can work on the prevention of eating disorders, promoting mental health and self-esteem in risk groups. In short, the role of the psychologist is crucial for the prevention and treatment of eating disorders, helping people to achieve emotional well-being and mental health.

Keywords: *Eating disorders. Anorexia. Bulimia. Psychological treatment.*

1.INTRODUÇÃO

O Transtorno Alimentar (TA) é compreendido como uma condição de receio exacerbado ao ganho de peso e a supervalorização da aparência corporal, levando o indivíduo a fazer restrição no consumo de alimentos e, desta forma, levando a perda de peso (APPOLINÁRIO; CLAUDINO, 2005).

Os transtornos alimentares, quando apresentados em jovens, destacam-se no sexo feminino. Situações como o aumento de peso em relação à altura podem criar situações de desvalorização pessoal. Isso mostra a necessidade de uma alteração na maneira de agir, criando condições que levem o jovem a mudar suas opções de consumo alimentar para opções mais saudáveis, e incentivando a queima de calorias através da prática de exercícios físicos. É importante destacar a importância de um emagrecimento saudável e não apenas rápido, tirando o foco exclusivamente da perda de peso (DUNKER et al., 2009).

Os transtornos de ordem alimentar mais comuns são Anorexia Nervosa (AN) e Bulimia Nervosa (BN), ambos, por sua vez, apresentam comportamento alterado de autoimagem relacionados ao peso corporal (GONCALVES et al., 2013). Bulimia, como conhecemos, foi descrita por Gerald Russell em 1979. Ele descreveu suas características como uma fome intensa, onde a pessoa é capaz de devorar um boi (ALVARENGA; SCAGLIUSI, 2010, ROSA; SANTOS, 2011).

Como princípio fundamental no tratamento alimentar, existe o retorno da alimentação de forma regular, a suspensão das formas purgativas e das restrições criadas pelo paciente, sendo este o primeiro passo do tratamento, e não a alternativa medicamentosa (SALZANO; CORDÁS, 2004). De igual importância, também podemos citar a necessidade de tratamento nutricional, psicológico, clínico e farmacológico, sendo recomendados nas variadas referências bibliográficas pesquisadas (CAMPOS; HAACK, 2012).

Estima-se, como mencionado anteriormente, que a maior incidência de transtorno alimentar ocorre em adolescentes e jovens adultos com predominância no sexo feminino. Em

pacientes obesos, estima-se a prevalência de 7,5% a 30% e, já na população geral, a prevalência é de 1,5% a 5% (MUNHOZ et al., 2021).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como pergunta-problema a seguinte questão: o sofrimento psíquico é uma das bases para o desenvolvimento do transtorno alimentar?

O sofrimento psíquico pode estar associado ao desenvolvimento de transtornos alimentares, uma vez que fatores emocionais, como a baixa autoestima, a ansiedade e a depressão, podem contribuir para a disfunção alimentar. Há ainda a possibilidade de desencadear comportamentos alimentares desordenados, tais como restrição alimentar, compulsão alimentar e purgação, que, em casos mais graves, podem evoluir para transtornos alimentares.

O sofrimento psíquico e os transtornos alimentares podem estar relacionados a mecanismos neurobiológicos semelhantes, como alterações na regulação da serotonina e outros neurotransmissores, que podem contribuir para a manifestação desses transtornos. Com isso, pode ser considerado um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares em indivíduos vulneráveis, como adolescentes, pessoas com histórico de traumas emocionais e pacientes com outros transtornos mentais.

A justificativa para a realização deste estudo é a necessidade de entender melhor como o sofrimento psíquico pode estar relacionado ao desenvolvimento de transtornos alimentares, o que pode inclinar importantes análises e ferramentas para a prevenção e o tratamento desses transtornos. Os transtornos alimentares são condições complexas que afetam não apenas a saúde física, mas também a saúde mental e emocional dos indivíduos que os vivenciam.

É importante destacar que os transtornos alimentares são frequentemente associados a questões socioculturais, como a pressão da mídia e da sociedade para ter um corpo idealizado e magro. No entanto, o papel do sofrimento psíquico nessas condições é muitas vezes menos compreendido, e é necessário explorar mais a fundo como os fatores psicológicos podem contribuir para o desenvolvimento de transtornos alimentares. Além disso, entender como a terapia cognitivo-comportamental pode ser aplicada no tratamento desses transtornos é de grande importância, uma vez que essa abordagem tem sido amplamente utilizada e tem se mostrado eficaz em ajudar pacientes com transtornos alimentares a melhorar sua saúde física e mental.

Assim, este estudo tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão dos fatores psicológicos envolvidos no desenvolvimento de transtornos alimentares, bem como para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes de prevenção e tratamento dessas condições.

O estudo tem como objetivo, também, analisar de que forma o sofrimento psíquico pode contribuir para o desenvolvimento do transtorno alimentar, tendo como objetivos específicos: definir o conceito de sofrimento psíquico e pontuar suas características; definir transtorno alimentar de acordo com a DSM-V, destacando os principais transtornos alimentares da atualidade; investigar de que forma mecanismos do sofrimento psíquico influenciam no desenvolvimento do transtorno alimentar; investigar como questões socioculturais influenciam para o desenvolvimento do transtorno alimentar; investigar como o eixo teórico da terapia cognitivo-comportamental e suas técnicas auxiliam no tratamento de pacientes com transtorno alimentar.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.Alimentação e saúde

Há cinco mil anos, a relação entre alimentação e saúde foi descrita pela civilização Védica e tem sido considerada como a precursora dos princípios da alimentação saudável, tanto no mundo oriental, como no mundo ocidental. Esse pensamento indica que o processo de saúde e doença estava fundamentado na união do sagrado ao conhecimento científico, filosófico e religioso, no qual o ser humano deveria estar em harmonia com a natureza, tendo seu corpo como forma de expressão desta relação. Essas mesmas convicções foram assumidas pelos gregos e romanos (precursores da medicina ocidental), devido à grande devoção aos aspectos ideológicos e dietéticos da alimentação (SILVA; RECINE; QUEIROZ, 2002).

No entanto, desde as primeiras sociedades humanas, a luta pela sobrevivência obrigou as pessoas a produzirem regimes alimentares, levando, ao longo do tempo, a uma intensa interação com o meio ambiente. Com a apreensão de técnicas de conservação, puderam suprir as carências sazonais e conquistaram novos produtos para enfrentar o esgotamento de recursos, porém, era vital reconhecer o que seria comestível e, através deste conhecimento, provavelmente foi formada a base da cultura alimentar, que evoluiu continuamente, sob a influência das necessidades biológicas, junto às crenças, às motivações econômicas e, mais tarde, pela evolução da ciência.

De acordo com Silva, Recine e Queiroz (2002), no final do século XIX, a alimentação foi colocada como uma estratégia para a saúde, marcando o início das pesquisas no campo da nutrição científica, as quais iriam influenciar a mudança da concepção da relação entre

alimentação e saúde no mundo ocidental. As recomendações internacionais de promoção da alimentação saudável ressaltavam a importância da variedade de alimentos com fonte de nutrientes, o equilíbrio na escolha destes alimentos baseada nas necessidades individuais e a moderação pelo controle de consumo de alimentos energéticos, principalmente lipídios (gorduras). E, ainda hoje, todas essas regras circunscrevem as diferentes abordagens socioculturais e biológicas sobre os significados da alimentação.

A alimentação é um dos aspectos fundamentais para a boa formação da saúde. O estudo do comportamento alimentar associado à cultura, aos aspectos sociais e ao modo de se alimentar, permite a evolução da saúde e do bem-estar (AZEVEDO; ABUCHAIM, 2006). Rees (1998) diz que uma dieta adequada e balanceada é aquela que atinge todas as necessidades nutricionais de uma pessoa, garantindo a manutenção da saúde e a prevenção de enfermidades, com garantias de crescimento e desenvolvimento satisfatórios, incluindo também todos os nutrientes em quantidades apropriadas e proporcionais uns aos outros. Todavia, a presença ou ausência de um nutriente essencial pode afetar a disponibilidade, a absorção, o metabolismo ou as necessidades dietéticas de outros nutrientes.

2.2.Comportamento alimentar

Segundo Augusto (2002), o comportamento alimentar de uma pessoa segue critérios que variam de hábitos familiares e socioculturais nela atribuídos desde criança, até tabus e preceitos religiosos. Sendo a pessoa sadia ou doente, sua alimentação deve ser adequada ao estado em que se encontra e os alimentos ofertados devem ser para manter ou recuperar seu estado nutricional e ainda servir como medida coadjuvante para retirá-la do estado patológico. Uma pessoa saudável necessita de um plano alimentar que a mantenha sadia, devendo, o plano, ser balanceado de forma a conter todos os nutrientes em quantidades suficientes e preparados da forma correta. Quando isto não ocorre, o próprio organismo arma-se de mecanismos adaptativos para continuar funcionando normalmente, mesmo sem receber alimentação adequada.

Já o organismo enfermo possui esses mecanismos adaptativos limitados e, caso não receba os nutrientes dos quais necessita em quantidades suficientes, aparecerão sintomas característicos do tipo de carência ou excesso de substância nutritiva específica, aliados ao estado patológico (AUGUSTO, 2002). Sendo assim, instala-se sinergismo entre doença e má nutrição, e o processo de alimentação da pessoa ganha importância maior, não sendo encarado somente como um meio de saciar a fome, mas como uma medida terapêutica.

Usualmente, a pessoa come por duas razões: primeira, porque sente fome, o que é capaz de garantir o consumo alimentar em graus compatíveis com as necessidades energéticas e a manutenção dos processos vitais; segunda, para satisfazer o seu apetite. Possivelmente, o comportamento alimentar dos seres humanos encontra-se intimamente relacionado às duas situações sugeridas: fisiológicas ou internas – que apontam a real necessidade de ingestão de alimentos – e ambientais ou externas.

A fome pode ser definida como uma motivação para buscar e consumir alimentos, iniciando um comportamento alimentar (HALFORD; COOPER; DOVEY, 2004). Este processo determina o tamanho da refeição, e o estado da saciedade resulta no fim da refeição, assim como no controle da duração da mesma. A intensidade de resposta da saciedade é correspondente ao intervalo entre refeições ou ocasiões de alimentação e/ou a quantidade de alimento consumido na próxima refeição; sistemas distintos são responsáveis pelo início e término do consumo de alimento, cada um é regulado por sinais e respostas oriundos dos sistemas nervosos central e periférico, incluindo trato gastrointestinal, fígado, cérebro e sistemas sensoriais periféricos. A ingestão termina quando a sensação de saciedade é alcançada (GIETZEN, 1993).

A alimentação está ligada a vários casos de doenças frequentes, levando a pessoa a ter sérias complicações no decorrer da vida, podendo, então, levar à morte. A ansiedade é um grande problema, principalmente para aqueles que querem mudar seus maus hábitos, pois, quem come depressa, poderá adquirir graves transtornos na digestão (COSTA, 2004). Ao mastigar a comida calmamente, a pessoa passa a sentir o gosto do alimento e, com o auxílio da saliva, consegue ter uma boa digestão. Ao optar por uma dieta, deve-se estar atento para que não haja desequilíbrio dos nutrientes, e o excesso de alguns alimentos poderá trazer consequências negativas para a saúde.

2.3. Transtorno Alimentar

De acordo com os autores Appolinário e Claudino (2000), normalmente os transtornos alimentares apresentam suas primeiras manifestações durante o período da infância e da adolescência.

Em conformidade com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), os transtornos alimentares são caracterizados por perturbações significativas na alimentação e no comportamento relacionado à alimentação. Esses transtornos são

diagnosticados com base em critérios específicos que refletem a gravidade e a natureza dos sintomas apresentados (APA, 2014).

A Compulsão Alimentar é definida como:

[...] ingestão, em um período limitado de tempo (aproximadamente duas horas), de uma quantidade de alimentos maior do que a maioria das pessoas consumiria no mesmo período, sob circunstâncias similares, associado a um sentimento de falta de controle sobre o episódio. (KLOBUKOSKI; HÖFELMANN, 2017, p. 2)

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM V), os episódios de compulsão alimentar são acompanhados de três ou mais dos pontos a seguir: comer mais rapidamente do que o normal; comer até se sentir desconfortavelmente cheio; comer grandes quantidades de alimento na ausência da sensação física de fome; comer sozinho por vergonha do quanto se está comendo; sentir-se desgostoso de si mesmo, deprimido ou muito culpado em seguida. Podendo se classificar entre níveis de gravidade, como leve, que pode variar de um a três episódios de compulsão alimentar por semana; moderada de quatro a sete episódios de compulsão alimentar por semana; grave, entre oito a treze episódios de compulsão alimentar por semana; e extrema, com 14 ou mais episódios de compulsão alimentar por semana.

O transtorno da Compulsão Alimentar pode acarretar uma infinidade de problemas à pessoa acometida. Ainda conforme descrito pelo DSM V, o transtorno de compulsão alimentar está associado a uma gama de consequências funcionais, incluindo problemas no desempenho de papéis sociais, prejuízo da qualidade de vida e satisfação com a vida relacionada à saúde, maior morbidade e mortalidade médicas e maior utilização associada a serviços de saúde em comparação a controles pareados por índice de massa corporal. O transtorno pode estar associado também a um risco maior de ganho de peso e desenvolvimento de obesidade (DSM V, 2014). A ansiedade pode ser um fator fortemente ligado ao surgimento e à manutenção do Transtorno da Compulsão Alimentar. O comer compulsivo pode ser uma forma de enfrentamento do sujeito para atenuar os dilemas do cotidiano, favorecendo o sentimento de prazer e compensação. De acordo com Garcia et.al. (2018), em revisão de literatura, percebeu-se que a ansiedade é um agente importante no desenvolvimento da compulsão alimentar, sustentada por uma série de pesquisas precedentes que explicam a grande coexistência entre o Transtorno da Compulsão Alimentar e quadros de ansiedade. Além de afirmar que a ansiedade possui um papel essencial na gênese do Transtorno da Compulsão Alimentar.

Os Transtornos Alimentares, especialmente nas últimas décadas, têm sido objeto de muitas investigações científicas. Pesquisadores como Brian Lask (2000) e J. Mitchel (2001) apontam o caráter multifatorial na etiologia e são unânimes em reconhecer os aspectos constitucionais, sociais, culturais, familiares e de personalidade na origem desses distúrbios, parecendo haver um consenso acerca de uma abordagem multidisciplinar para que haja maior adesão desse tipo de paciente ao tratamento.

Da mesma forma, as crises bulímicas e a recusa anoréxica podem ser compreendidas como comportamentos substitutos da elaboração psíquica esperada na resolução de conflitos intrapsíquicos. E, sendo assim, Anorexia e Bulimia podem assumir uma variedade de significados, desde dificuldades nos processos de individuação experimentados na adolescência, até uma acentuada sensibilidade às mudanças socioculturais.

A compreensão da psicopatologia desses casos viabilizaria tanto a sustentação psicodinâmica quanto a orientação para o trabalho psicoterapêutico, como também algumas diretrizes que ajudem a mapear os modos de examinar esse tipo de sujeito.

Scazufca e Berlink (2004) destacam, entretanto, que muitos estudos psiquiátricos não recomendam o tratamento psicanalítico para os transtornos alimentares, sob o argumento de sua pouca eficácia. Tal posição merece algumas considerações. Segundo os autores, a sugestão tem origem nos estudos de Hilde Bruch, com pacientes anoréxicas que apresentavam como característica principal a pouca autonomia e a queixa de que suas mães sempre falavam por elas.

Para o tratamento desse transtorno, o acompanhamento por equipes de atendimento multidisciplinar tem se mostrado muito eficaz, uma vez que este problema afeta o ser humano em suas múltiplas facetas, partindo da premissa de que somos seres Biopsicossociais e que necessitamos de cuidados com um olhar integral do ser, para a completa manutenção da saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é mais do que apenas a ausência de doenças e, sim, definida por uma série de elementos biológicos, ambientais e socioeconômicos, que em harmonia geram um completo bem-estar físico, mental e social.

2.4.Terapia Cognitivo-Comportamental

Segundo Shinohara (1997), a Terapia Cognitiva tem uma compreensão dos fenômenos relacionados à psicologia humana, concentrando-se nos fatores cognitivos da psicopatologia. A eficácia dessa abordagem reside em reconhecer a influência do pensamento sobre o comportamento e o afeto. Através dela, as pessoas atribuem significado aos sentimentos e

eventos em suas vidas, baseando-se nas hipóteses que permeiam sua identidade, e construindo novas perspectivas para reagir de maneiras diversas em situações específicas.

De acordo com Beck (1964), em qualquer situação, as respostas podem ser expressas por meio de organizações cognitivas ou estruturas. As estruturas cognitivas são componentes da organização cognitiva, em contraste com os processos cognitivos que são passageiros.

A teoria cognitiva se concentra na natureza e na função dos aspectos cognitivos, isto é, no processamento da aquisição de informações e na atribuição de significado a essas informações. De acordo com Biggs e Rush (1999), sua finalidade é descrever a natureza dos conceitos e os resultados dos processos cognitivos envolvidos em determinadas psicopatologias, a fim de contribuir para o bem-estar dos indivíduos.

A história da terapia cognitiva teve início em 1956 com as pesquisas de Aaron Beck sobre os pressupostos psicanalíticos relacionados à depressão. Ao contrário da visão de Freud (1917), que afirmava que pessoas deprimidas tinham uma necessidade inconsciente de sofrer, Beck descobriu que os pacientes apresentavam melhoras em resposta a experiências bem-sucedidas e não resistiam a essas mudanças (BECK; ALFORD, 2000).

Consequentemente, outros pesquisadores começaram a estudar a depressão. Segundo Beck et al. (1979), a depressão passou a ser vista como um transtorno no qual a pessoa constantemente tem expectativas negativas em relação a tudo. A partir disso, outros estudos se desenvolveram com o objetivo de testar estratégias para diminuir essas tendências e evitar a negatividade.

Segundo Beck e Alford (2000), a cognição envolve a interpretação de experiências e eventos futuros, influenciando o funcionamento psicológico e a adaptação do sujeito a um contexto específico. A atribuição de significado é fundamental para a ativação de estratégias adaptativas, controlando emoções e comportamentos por meio dos sistemas psicológicos da atenção e da memória. Os significados podem ser corretos ou incorretos, dependendo do contexto e objetivo específico. No entanto, a predisposição a construções cognitivas falhas é conhecida como “vulnerabilidade cognitiva”. A especificidade cognitiva pode levar a uma síndrome específica, e os significados podem ser públicos ou pessoais, este último construído a partir de implicações e generalizações relacionadas a um evento.

De acordo com Bahls (1999; 2003), transtornos como depressão, transtorno bipolar e transtorno de pânico afetam o funcionamento normal da atividade de organização cognitiva. Em transtornos de ansiedade, há um impedimento na tendência inata de ampliar o foco de atenção, tornando o indivíduo mais vulnerável a “ameaças” e levando a uma esquiva de situações que causa ansiedade intensa. A teoria cognitiva é uma teoria construtivista que

considera que o homem constrói seus significados sobre os fatos e, portanto, constrói sua própria realidade. A forma como o indivíduo interpreta o mundo ao seu redor determina seu comportamento em relação a ele.

3.METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica de aspecto descritivo, em que foram realizadas buscas minuciosas em materiais científicos, tendo, portanto, o objetivo de evidenciar o fenômeno ou comportamento presente em um grupo ou população (SILVA; MENEZES, 2005).

As buscas foram feitas em artigos científicos com o intuito de aprofundar os conhecimentos no tema e conhecer as características do sofrimento psíquico no desenvolvimento de transtornos alimentares. Foram selecionados artigos que descrevessem a influência do sofrimento psíquico no desenvolvimento de transtornos alimentares e incluídos estudos descritos em português publicados entre os anos de 2018 e 2022, com o intuito de buscar estudos mais atuais sobre o assunto. Foram utilizados como descritores: “Transtorno alimentar”, “Terapia Cognitivo Comportamental” e “Sofrimento psíquico”.

Foram excluídos estudos relacionados à outra doença psicológicas que não se referiram a transtornos alimentares, que não contribuíam com informações satisfatórias sobre o tema abordado, e que não se encaixaram no intervalo dos anos previamente determinado.

A coleta de dados foi realizada através de buscas no site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), da Literatura Latino-Americana, do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e da PubMed.

Foram lidos os títulos e resumos dos materiais, selecionando apenas aqueles relacionados ao objetivo da pesquisa, avaliando se corroboravam com a temática. Após a leitura, os artigos selecionados foram lidos na íntegra, avaliados e estudados. A apresentação dos dados analisados foi realizada por meio de quadros seguindo o roteiro de coleta: Autores/Ano; Título da pesquisa; Método; Nome da revista; Conclusões.

Os dados foram vistos pela análise temática de conteúdo, que é dividida em três fases ao longo do meio da pesquisa, fases das quais foram propostas por Bardin (2011). As etapas são organizadas em três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

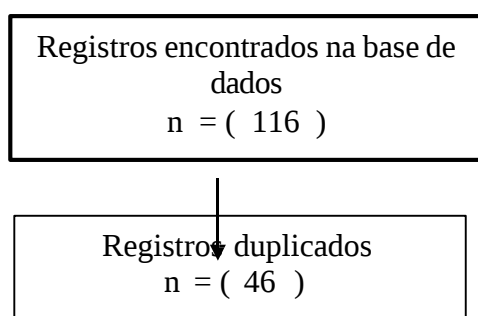
A primeira fase é a pré-análise que visa à organização e à sistematização das ideias iniciais, sendo assim, essa fase compreende a leitura geral do material eleito para análise. De forma geral, visa à organização do material a ser investigado, e tal sistematização serve para que o pesquisador possa conduzir as operações sucessivas de análise. Esta fase visa: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e elaboração de indicadores. A segunda fase, exploração do material, consiste na transformação das informações analisadas, cujo objetivo é a compreensão e o esclarecimento de todo o conteúdo, ou seja, é uma fase de aprofundamento onde os temas a serem explorados são enumerados, considerando-se os recortes dos textos, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação dos dados coletados. A terceira fase visa o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, permitindo captar os conteúdos contidos em todo material coletado, os quais foram interpretados, para a categorização e análise dos significados.

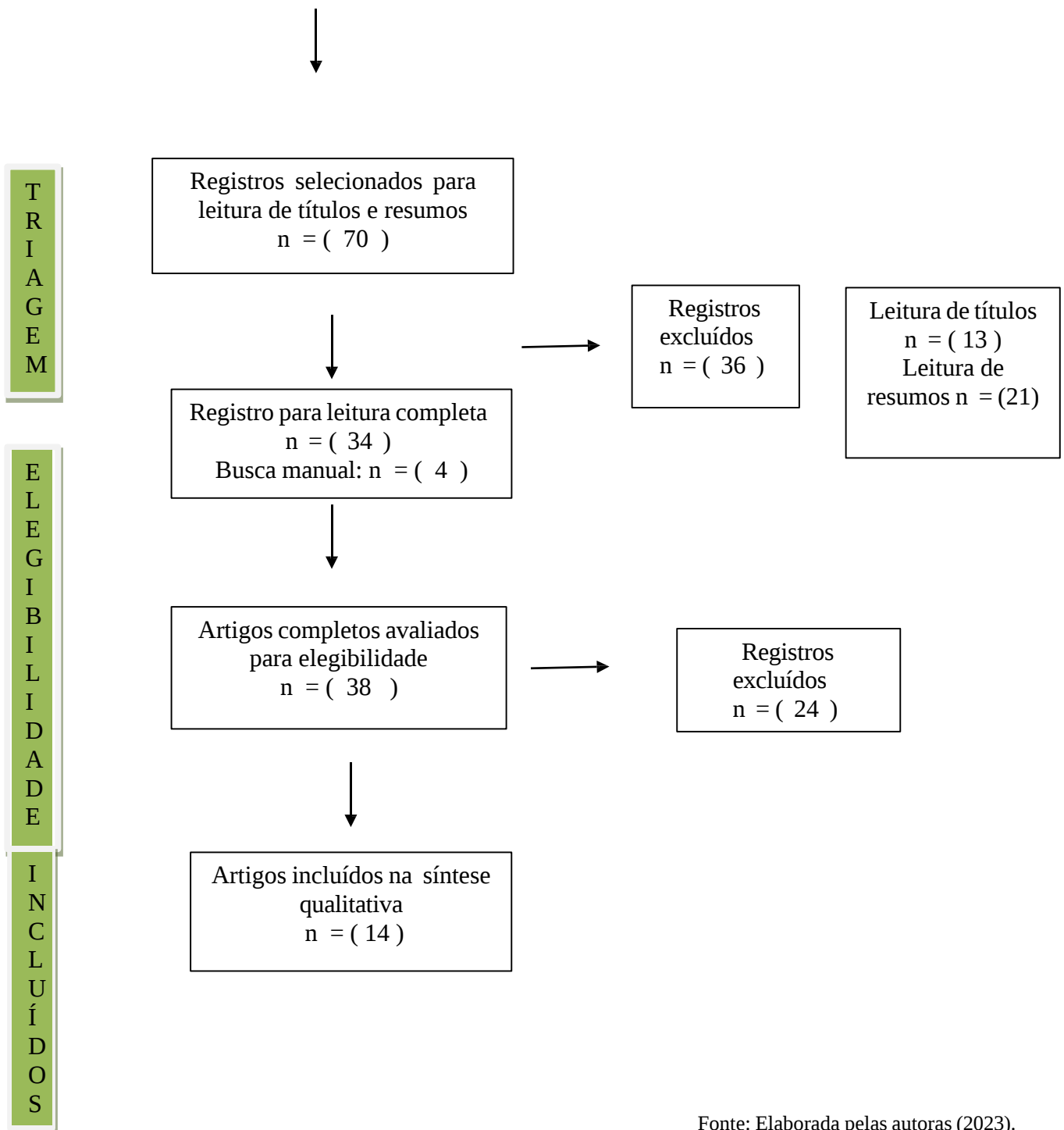
A exploração do material visa uma análise de forma detalhada, norteados os pontos importantes dos artigos a serem analisados, a partir de uma leitura criteriosa. No tratamento de resultados e interpretação, os resultados das categorias temáticas são desenvolvidos e sintetizados, a critério de manejo do autor, e logo em seguida interpretados. Nesta fase, tem destaque das informações para análise reflexiva e crítica.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aplicados os descritores da pesquisa, foram encontrados 116 artigos como resposta. Desses artigos, foram excluídos os artigos duplicados, contando 46 artigos. Os 70 artigos restantes foram lidos os títulos e resumos, sendo excluídos 36 artigos que não respondiam ao objetivo da pesquisa, restando 34 artigos. Foi realizada uma busca manual onde foram selecionados mais 4 artigos, totalizando 38 artigos completos avaliados para elegibilidade. Desses artigos, foram excluídos 24 que estavam fora do recorte temporal previamente estabelecido, restando 14 artigos para compor o estudo em questão (Figura 1).

Figura 1 - Diagrama PRISMA





A leitura dos artigos completos possibilitou verificar estudos homogêneos e heterogêneos, possibilitando a realização da meta-análise. Após a leitura dos artigos, foi realizada uma síntese descritiva com informações contendo o título da pesquisa, o método, o

nome da revista e as conclusões dos estudos selecionados, com posterior análise qualitativa dos mesmos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese descritiva dos artigos selecionados.

Autores/ Ano	Título da pesquisa	Método	Nome da revista	Conclusões
Pinto e Quadrado (2018)	Imagens em construção: satisfação corporal e transtornos alimentares em acadêmicos da área da saúde.	Pesquisa de campo	Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade	Ficou demonstrada a correlação entre insatisfação com a imagem corporal e o desenvolvimento de transtornos alimentares.
Dunker, Alvarenga e Claudino (2018)	Prevenção de transtornos alimentares e obesidade: relato de experiência da implementação do programa New Moves	Relato de caso	Saúde em Debate	O NMB pode ser usado como um modelo de estratégia comportamental diferenciado, podendo ser proposto em escolas de período integral como uma disciplina optativa direcionada às meninas.
Ferreira (2018)	Transtornos Alimentares: principais sintomas e características psíquicas	Revisão bibliográfica	Revista Uningá	A ditadura da magreza e do culto ao corpo perfeito pode influenciar jovens e adolescentes a desenvolverem transtornos alimentares, tornando-os cada vez mais vulneráveis a essa pressão social.
Fortes et al. (2018)	Influência da insatisfação corporal direcionada à magreza na restrição alimentar e nos sintomas bulímicos: uma investigação prospectiva com jovens nadadoras	Investigação com delineamento prospectivo	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	A insatisfação corporal direcionada à magreza, de fato, influencia o desencadeamento tanto da restrição alimentar quanto dos sintomas bulímicos em jovens nadadoras.
Rocha, Andrade e Silva (2018)	Vidas atravessadas pelo abuso sexual e pelo transtorno alimentar	Pesquisa de campo	Investigação qualitativa em saúde	As vítimas demonstram baixa autoestima e não aceitação do próprio corpo, e utilizam práticas alimentares patológicas para modificar o corpo, em busca de retirar as curvas que acreditam ser propiciadoras da violência.
Silva et al. (2018)	Jovens Insatisfeitos com a Imagem Corporal: Estresse,	Pesquisa de campo	Psico-USF	A saúde mental é importante para o não desenvolvimento de transtornos alimentares, sendo essencial um acompanhamento

	Autoestima e Problemas Alimentares			nutricional, programas de controle de estresse e prática de atividades físicas.
Fernandes (2019)	Impacto das mídias sociais sobre a insatisfação corporal e risco de transtornos alimentares e depressão em estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto	Estudo transversal	Universidade Federal de Ouro Preto	O uso de mídias sociais, sobretudo o <i>Instagram</i> , esteve associado à insatisfação corporal e, consequentemente, à chance de desenvolver transtornos alimentares e distúrbios psicológicos em estudantes universitários.
Oliveira, Figueredo e Cordás (2019)	Prevalência de comportamentos de risco para transtornos alimentares e uso de dieta “low carb” em estudantes universitários	Pesquisa de campo	Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade	Destacam-se a alta prevalência da prática de dieta (25,09%) e os maiores níveis de compulsão alimentar neste grupo, além de menor consumo de arroz e pão francês em relação aos que não fizeram dieta.
Pires et al. (2019)	Insatisfação com a imagem corporal e atitudes alimentares em estudantes do ensino secundário	Estudo observacional, analítico e transversal.	Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental	Os resultados obtidos revelam a predominância de insatisfação com a imagem corporal dos jovens, assim como a existência de relação entre as atitudes alimentares e a satisfação corporal.
Farias e Rosa (2020)	A educação alimentar e nutricional como estratégia no tratamento dos transtornos alimentares	Revisão bibliográfica	Brazilian Journal of Health	A Educação Alimentar e Nutricional e a Técnica do Comportamento-cognitivo. Ambas visam à reparação do estado nutricional, redução ou cessação de comportamentos inadequados para a saúde do paciente e convergem para o bem-estar biopsicossocial do paciente, de acordo com a literatura.
Sousa et al. (2020)	Estudo do estado nutricional, imagem corporal e atitudes para transtornos alimentares em acadêmicas de nutrição	Pesquisa de campo descritiva, transversal, com abordagem quantitativa	Revista Enfermagem Atual In Derme	Há relação entre a insatisfação da imagem corporal, atitudes de risco para desenvolvimento de transtornos alimentares e estado nutricional das universitárias.
Lopes e Trajano (2021)	Influência da mídia nos Transtornos Alimentares em adolescentes: Revisão de literatura	Revisão bibliográfica	Research, Society and Development	A terapia cognitivo-comportamental (TCC) aplicada em recursos online pode ser eficaz no tratamento desses transtornos. Isso sugere a importância de refletir sobre o uso apropriado dos meios de comunicação, que podem apresentar tanto benefícios quanto malefícios.

Magagnin et al. (2021)	Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista	Pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva	Physis	Crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tendem a ter hábitos alimentares disfuncionais e comprometimento nas atividades sensoriais, o que dificulta uma alimentação saudável.
Santos et al. (2021)	Comportamento alimentar e imagem corporal em universitários da área de saúde	Pesquisa de campo	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	A imagem corporal negativa, considerando as duas dimensões avaliadas (i.e., perceptiva e atitudinal), foi associada ao comportamento alimentar entre universitários de ambos os sexos.

Os artigos selecionados apresentam uma variedade de abordagens para analisar diferentes aspectos dos transtornos alimentares. A pesquisa de campo mostrou ser a abordagem mais utilizada, seguida de revisão bibliográfica e relato de caso. Os estudos foram conduzidos no Brasil e abordam diferentes tópicos, como a satisfação com a imagem corporal, a adaptação e implementação de programas de prevenção, os motivos do aumento dos transtornos alimentares, a influência da insatisfação corporal direcionada à magreza sobre os transtornos alimentares e as possíveis consequências do abuso sexual na autoestima e na autoimagem corporal das vítimas. A maioria dos estudos destaca a importância da abordagem multidisciplinar para o tratamento dos transtornos alimentares e a necessidade de atenção e intervenção precoce. Alguns estudos também enfatizam a importância da prevenção, especialmente na escola, e a necessidade de técnicas específicas para tratar os sintomas e comportamentos de risco.

As metodologias adotadas pelos autores dos artigos selecionados foram: revisão de literatura, pesquisa de campo, análise observacional, transversal, pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva, investigação com delineamento prospectivo e estudo de caso. Os estudos selecionados tiveram como ênfase a análise da saúde mental e sua influência no desenvolvimento de transtornos alimentares.

O estudo de Ferreira et al. (2018) aponta que os transtornos alimentares têm apresentado crescimento nos últimos anos tendo como um dos principais fatores o crescimento da propagação do corpo perfeito, que leva à busca por maneiras de alcançá-lo sem preocupação com a saúde mental dos indivíduos. Apesar dos transtornos alimentares serem uma predisposição individual, os fatores socioculturais estão contribuindo para um aumento de sua prevalência. Isso se deve à ditadura da magreza e da busca pelo corpo perfeito na atualidade, o

que incentiva, principalmente entre jovens e adolescentes, a ideia da perfeição física. Como resultado, eles ficam cada vez mais vulneráveis a esses transtornos. Para um tratamento efetivo, é necessária uma abordagem multidisciplinar que inclua médicos, psicólogos e nutricionistas trabalhando juntos para um diagnóstico preciso e um prognóstico positivo para essas pessoas.

De acordo com Farias e Rosa (2020), a patogênese dos transtornos alimentares ainda não se encontra totalmente elucidada. No entanto, sabe-se que possui caráter multifatorial. Dentre as causas, cita-se: genéticas, psicológicas, familiares, socioculturais, biológicas e nutricionais. Tais causas, de modo não conhecido, se interagem e levam a consequências físicas, emocionais e sociais. Os transtornos alimentares são considerados uma patologia psiquiátrica grave, com uma etiologia complexa, que resulta em atitudes comportamentais compensatórias como inanição e comportamentos de purgação. Por ser uma doença que afeta profundamente os comportamentos e padrões alimentares dos pacientes, é importante que sejam tratados por uma equipe interdisciplinar, que inclua médicos, psicólogos e, especialmente, nutricionistas.

Santos et al. (2021) em seu estudo chama atenção para a modernidade e as tecnologias existentes que influenciam diretamente na percepção do indivíduo quanto a pensamentos sobre o corpo real. Isso ocorre uma vez que os corpos inatingíveis são propagados livremente nas redes sociais, afetando diretamente a saúde mental do indivíduo que passa a buscar recursos para alcançá-lo podendo levar ao desenvolvimento de transtornos alimentares. Este estudo revela que a imagem corporal negativa está associada aos hábitos alimentares entre universitários, independentemente do gênero. Entre as mulheres que se sentem grandes demais, houve uma associação inversa com restrições alimentares. Já aquelas insatisfeitas com a magreza apresentaram uma ligação direta com a restrição alimentar e inversa com o comportamento emocional. Entre os homens que se sentem grandes demais, houve uma associação com a alimentação emocional. E, aqueles insatisfeitos com excesso de peso, apresentaram uma associação com a dimensão emocional. A imagem corporal e o comportamento alimentar podem ser mudados, por isso, é importante que sejam criadas estratégias para reduzir a pressão estética sobre esse público, a fim de prevenir problemas de saúde como depressão e transtornos alimentares, garantindo uma vida mais saudável para estudantes e futuros profissionais de saúde.

Corroborando com os autores Lopes e Trajano (2021), que apontam que as mídias de massa atuam de forma ativa sobre a vulnerabilidade de indivíduos na fase da adolescência, entende-se que tal influência afeta diretamente a saúde mental de adolescentes que podem apresentar disfunções alimentares devido à insatisfação corporal proveniente dessa fase da vida. A educação adequada para o uso consciente das redes sociais é importante, especialmente para

a população jovem e vulnerável. Sem essa educação, ela está sujeita aos mesmos problemas que outras faixas etárias enfrentam devido à exposição na internet. É preciso revisar e discutir os impactos das redes sociais e estabelecer medidas de segurança para garantir o seu uso saudável. Além disso, influenciadores devem ser encorajados a transmitir boas práticas de alimentação e estilo de vida baseados em evidências científicas, com o apoio de equipes multidisciplinares. Assim, eles podem ser um vetor para a propagação de hábitos saudáveis para populações vulneráveis e minimizar o impacto negativo da mídia de massa. O acompanhamento psicológico e a participação em grupos de apoio também são importantes para ajudar os adolescentes a lidar com os impactos das redes sociais e a evitar distúrbios alimentares. Futuros estudos devem ser realizados para avaliar mais profundamente esses impactos e fornecer informações para aprimorar a educação e a conscientização sobre o uso saudável das redes sociais. A alfabetização midiática também é importante para ajudar os jovens a ter mais autonomia no consumo de conteúdo e minimizar o impacto nas suas percepções sobre suas mudanças corporais e de alimentação.

Em seus estudo, Souza et al. (2020) aplicaram o questionário *Body Shape Questionnaire* (BSQ) em acadêmicos, visando analisar atitudes que levam ao desenvolvimento de transtornos alimentares, os resultados demonstraram prevalência maior de indivíduos insatisfeitos com o corpo e com tendência a desenvolver transtornos alimentares. Conforme os dados coletados, foi possível estabelecer uma relação entre insatisfação corporal, comportamentos de risco para transtornos alimentares e o estado nutricional de universitárias. A insatisfação com a imagem corporal e comportamentos alimentares de risco foram mais frequentes entre as estudantes com estado nutricional eutrófico⁴, especialmente entre as ingressantes no curso. No entanto, aquelas com sobrepeso ou desnutrição também apresentaram insatisfação com a sua aparência. De acordo com o BSQ e EAT-26, a prevalência de indicativos de transtornos alimentares continuou sendo maior entre as estudantes eutróficas, mas também foram encontrados casos entre aquelas com sobrepeso ou obesidade. Os autores complementam ainda que fatores sociais são determinantes para o desenvolvimento de transtornos alimentares, já que a própria sociedade impõe o padrão de perfeição e este é propagado através de campanhas publicitárias.

A pesquisa realizada por Oliveira, Figueredo e Cordás (2019) sobre compulsão alimentar aponta um alto escore que sugere disfunção alimentar com e sem práticas de

⁴ O estado nutricional eutrófico é caracterizado por um equilíbrio adequado entre a ingestão de nutrientes e as necessidades do corpo. Indivíduos com estado nutricional eutrófico apresentam um peso corporal adequado à altura, boa quantidade de massa muscular e gordura corporal dentro dos limites saudáveis. Eles também têm níveis normais de proteínas, vitaminas e minerais em seu corpo, o que lhes permite desempenhar suas atividades diárias sem fadiga ou doenças relacionadas à nutrição.

compensação. Ainda segundo o estudo, o aumento de transtornos alimentares (TA) em estudantes universitários é uma preocupação importante, uma vez que essa população corre um risco elevado de desenvolver transtornos mentais e de sofrer consequências negativas para a saúde, como o comprometimento do rendimento escolar, isolamento social e agravamento de parâmetros clínicos. A mídia, a pressão para atingir uma aparência magra e a internalização de ideais corporais são fatores que aumentam o risco de comportamentos disfuncionais relacionados à alimentação, especialmente em mulheres. Esses comportamentos podem surgir como uma forma de lidar com emoções negativas, cobranças e insatisfação corporal. Por isso, é importante identificar comportamentos de risco, tais como dietas restritivas, jejuns, métodos compensatórios inapropriados (vômitos, uso de laxantes e/ou diuréticos) e atividade física excessiva.

O estudo de Silva et al (2018) avaliou a relação existente entre imagem corporal, estresse percebido, autoestima e comportamento alimentar, onde foram identificados comportamentos alimentares disfuncionais com origem na preocupação em emagrecer, estresse e autoestima. Os adolescentes e jovens dessa amostra apresentaram fatores de risco para transtornos alimentares, como insatisfação com a imagem corporal e tendências a transtornos alimentares, com diferenças entre os sexos que precisam ser consideradas na elaboração de intervenções. Essas diferenças devem ser orientadas pelas influências midiáticas e culturais sobre ideais de beleza física. A prevenção não só resulta em redução de gastos em saúde pública, como também minimiza os efeitos negativos de possíveis distúrbios psicológicos.

Resultado semelhante foi encontrado no estudo de Pires et al. (2019), onde evidenciou-se que jovens estudantes possuem pensamentos negativos relacionados à própria aparência corporal que influencia diretamente nas atitudes alimentares dos mesmos. O tratamento da anorexia nervosa e da bulimia nervosa requer abordagens que contemplem as diversas causas desses transtornos alimentares. O desafio é encontrar um equilíbrio entre medicamentos, ajuste nutricional e terapia psicológica, especialmente a terapia cognitivo-comportamental, que é amplamente aceita e eficaz nas pesquisas. Um tratamento abrangente, que envolva profissionais de saúde e apoio familiar, é fundamental para o sucesso na recuperação. A terapia cognitivo-comportamental tem mostrado resultados positivos no tratamento da anorexia, contribuindo para a adesão ao tratamento nutricional e clínico, trabalhando a imagem corporal e a autoestima, mudando crenças e pensamentos disfuncionais sobre peso e alimentos, e prevenindo recaídas. Já na bulimia, a TCC é útil para interromper os ciclos de compulsão alimentar e purgação, melhorar a autoestima e aspectos sociais, e mudar crenças e pensamentos associados à alimentação e à forma corporal. Com a alta incidência dos transtornos alimentares,

especialmente entre adolescentes mulheres, é crucial que profissionais de saúde estejam preparados para identificar os sintomas, tratar e prever o prognóstico adequadamente.

Fernandes et al. (2018) realizou uma pesquisa com 647 estudantes em que houve prevalência do uso de redes sociais pelos entrevistados, bem como seu uso excessivo. Do total de entrevistados, cerca de 72,3% apresentavam grau de estresse, 54,1% ansiedade, 58,2% sintomas de depressão, 33,5% insatisfação corporal e 42,3% desenvolveram transtornos alimentares. O estudo evidenciou que indivíduos com *Instagram* apresentaram maiores escores de insatisfação corporal e, consequentemente, transtornos alimentares.

Nota-se que o pensamento negativo em relação ao corpo também afeta atletas. No estudo de Fortes et al. (2018), foram realizados testes com nadadoras sobre o corpo ideal. Os resultados encontrados apontam que a insatisfação com o corpo, relacionada a ser magro, tem um impacto significativo tanto na restrição alimentar quanto nos sintomas bulímicos em jovens nadadoras. Por esse motivo, é importante o acompanhamento psicológico e nutricional.

O autismo é outro fator que pode levar ao desenvolvimento de transtornos alimentares, isso ocorre devido ao comprometimento de fatores sensoriais, havendo uma dificuldade em obter e estabelecer uma alimentação saudável. Crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam comportamentos alimentares variados, resultantes da interação de diversos fatores sociais, biológicos, ambientais e familiares. Alguns cuidadores relatam dificuldades com a alimentação de seus filhos, enquanto outros não. Por isso, é importante considerar cada indivíduo com TEA de forma única e além do diagnóstico. A dificuldade no processamento sensorial pode levar a comportamentos alimentares restritivos e compulsivos, e muitas vezes os pais não têm conhecimento sobre atividades sensoriais e não incentivam uma alimentação saudável, o que afeta negativamente a dinâmica familiar. Portanto, é necessário oferecer atenção qualificada a esses indivíduos no tratamento alimentar e nutricional, através de intervenções multiprofissionais. A família desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que o ambiente familiar pode ter um impacto significativo na alimentação dessas crianças e adolescentes (MAGAGNIN et al., 2021).

Os resultados da pesquisa de Pinto e Quadrado (2018) indicam uma alta taxa de participantes insatisfeitos com a aparência física, com mais mulheres do que homens se declarando insatisfeitas. Isso pode estar relacionado às expectativas sociais de beleza feminina. Além disso, os resultados apontam para uma incidência expressiva de comportamentos de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares, embora sejam necessários mais critérios para um diagnóstico oficial. O curso de Enfermagem apresentou o maior percentual de comportamentos de risco, com a amostra quase totalmente composta por mulheres. Esta

correlação entre insatisfação com a aparência e comportamentos de risco para transtornos alimentares é preocupante, pois a insatisfação com a aparência já foi identificada como fator preditor de tais transtornos. A sociedade incentiva a ideia de que o corpo pode ser facilmente controlado e moldado para atender a padrões estéticos. Isso leva algumas pessoas a experimentar diferentes métodos para alcançar esses padrões, enquanto outras tornam essas práticas constantes e patológicas, perpetuando o estereótipo de beleza. É importante ter consciência desses fatores para prevenir o desenvolvimento de transtornos alimentares.

Além desses fatores, de acordo com o estudo de Rocha, Andrade e Silva (2018), a desestruturação da vítima de assédio sexual foi resultado de fatores cruciais, como o abuso repetitivo e prolongado, que era desconsiderado ou minimizado pelas famílias; a imaturidade das crianças que os impediam de reconhecer a ilicitude do comportamento do agressor e de interromper o abuso por conta própria; e a compreensão de que qualquer ato erótico inadequado, mesmo que não seja sexual, pode causar danos permanentes à autoestima e à imagem corporal da vítima. É sabido que o corpo abusado pode levar ao desencadeamento de transtornos alimentares, pois o corpo registra todas as experiências de vida e se relaciona com o mundo de acordo com suas sequelas. Portanto, as vítimas de assédio sexual na infância e adolescência apresentam baixa autoestima e rejeição do próprio corpo devido às lembranças do abuso. Algumas vítimas, ao associarem suas curvas ao sofrimento, recorrem a práticas alimentares prejudiciais para mudar o corpo, como a magreza excessiva ou o excesso de peso. A precoce percepção do abuso pode ajudar a encerrá-lo, dar início ao tratamento adequado à vítima, evitar insatisfações corporais intensas e, conseqüentemente, prevenir o aparecimento de transtornos alimentares. É importante realizar novos estudos com crianças e adolescentes vítimas de assédio sexual para compreender sua relação com o próprio corpo antes que surjam os transtornos.

O estudo de Dunker, Alvarenga e Claudino (2018) teve por objetivo apresentar o processo de implementação do modelo brasileiro do NMB, descrevendo o processo de adaptação de seu conteúdo, as dificuldades e potencialidades encontradas no contexto da cidade de São Paulo (SP). Segundo o estudo, os desafios enfrentados na implementação de programas não são apenas relacionados ao conteúdo e à intervenção, mas também incluem questões de localização, escolas (estrutura e equipe) e perfil dos participantes. Alguns conceitos inovadores apresentados pelo programa, como o conceito de imagem corporal, podem ser “incompreensíveis” para populações com um baixo nível sociocultural. O NMB apresenta potencial para ser replicado e usado como referência para novos modelos de intervenção no país, mas é necessário ajustar seus conteúdos, simplificando o manual e reduzindo o número de atividades propostas, especialmente as relacionadas ao suporte social e à alimentação, para

torná-los mais acessíveis e atraentes para populações com dificuldades de aprendizado. Devido ao seu sucesso internacional, o NMB pode ser proposto como uma disciplina opcional em escolas de tempo integral para meninas, como uma estratégia comportamental diferenciada.

Corroborando com a pesquisa, Farias e Rosa (2020) reafirmam que os transtornos alimentares são uma doença mental séria, com uma causa complexa, resultando em comportamentos prejudiciais como inanição e/ou compulsão alimentar. É importante que sejam tratados por uma equipe de especialistas, incluindo médicos, psicólogos e, especialmente, nutricionistas, pois estes transtornos afetam profundamente as escolhas alimentares e comportamentos do paciente. De acordo com estudos, há diversas ferramentas disponíveis para os nutricionistas, incluindo Educação Alimentar e Nutricional e Terapia Cognitivo Comportamental. Ambas visam a melhoria da saúde nutricional, redução ou fim de comportamentos prejudiciais, e o bem-estar geral do paciente. No entanto, é importante lembrar que a Educação Alimentar e Nutricional é vista como uma estratégia complementar a outros tratamentos, e não é eficaz se usada sozinha. Apesar dos resultados relevantes para profissionais de saúde, é necessário mais pesquisa para avançar no entendimento e tratamento dos transtornos alimentares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura científica aponta que o sofrimento psicológico pode ser um dos fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares. A insatisfação com a imagem corporal, ansiedade, baixa autoestima, entre outros problemas psicológicos podem contribuir para o surgimento e manutenção desses transtornos. No entanto, é importante destacar que o desenvolvimento de transtornos alimentares é resultado de uma complexa interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, e não pode ser explicado por apenas um fator isolado. Portanto, é crucial avaliar e tratar o sofrimento psicológico como uma parte integrante do tratamento para transtornos alimentares.

O sofrimento psíquico pode ser um fator importante no desenvolvimento de transtornos alimentares. Ele pode incluir experiências de estresse, ansiedade, depressão, baixa autoestima, entre outros. Estes fatores emocionais podem afetar a forma como as pessoas percebem e se relacionam com a comida e o corpo, o que pode levar a padrões alimentares disfuncionais e a um comportamento obsessivo em relação à alimentação e ao corpo. Além disso, o sofrimento psíquico pode interferir na capacidade da pessoa de lidar com situações difíceis e resolver problemas de forma saudável, aumentando o risco de desenvolver um transtorno alimentar.

Na prevenção e no tratamento dos transtornos alimentares, a atuação do psicólogo é fundamental. O psicólogo pode trabalhar com a pessoa que apresenta sintomas de transtorno alimentar, ajudando-a a compreender as causas subjacentes às suas escolhas alimentares e comportamentos disfuncionais relacionados à alimentação. Isso pode incluir questões relacionadas ao corpo, à autoestima, a padrões de pensamentos negativos e a conflitos emocionais e sociais.

Além disso, o psicólogo pode desenvolver estratégias terapêuticas para ajudar a pessoa a lidar com essas questões, promovendo o bem-estar emocional e a regulação dos comportamentos alimentares. Essas estratégias podem incluir técnicas de mudança de pensamento, terapia comportamental, terapia cognitivo-comportamental e terapia interpersonal.

A atuação do psicólogo também é importante na prevenção dos transtornos alimentares, trabalhando com grupos de risco, promovendo a saúde mental e a autoestima, e fornecendo informações sobre a importância de uma alimentação saudável e equilibrada.

Em resumo, o papel do psicólogo é essencial no tratamento e na prevenção dos transtornos alimentares, ajudando as pessoas a compreender e lidar com as questões subjacentes a esses distúrbios, promovendo o bem-estar emocional e a saúde mental.

6.REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. DOS S.; SCAGLIUSI, F. B. Nutritional therapy for bulimia nervosa. **Revista de Nutricao**, v. 23, n. 5, p. 907–918, 2010.

APA. Associação Americana de Psiquiatria. DSM V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5 ed. São Paulo: Artmed, 2014.

APPOLINÁRIO, J. C.; CLAUDINO, A. M. Transtornos alimentares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, n. suppl 2, p. 28–31, 2000.

AUGUSTO, A. L. P. A dieta no hospital e no ambulatório. In: AUGUSTO, A. L. P. et al.(Eds.). **Terapia nutricional**. São Paulo: Atheneu, 2002.

AZEVEDO, A. M. C; ABUCHAIM, A. L. G. Bulimia nervosa: classificação diagnóstica e quadro clínico. In: NUNES, M. A. et al. (Orgs.). **Transtornos alimentares e obesidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAHLS, S. C. Depressão: uma breve revisão dos fundamentos biológicos e cognitivos. **Interação**, v. 3, p. 49-60, 1999.

BAHLS, S. C. Uma revisão sobre a terapia cognitivo-comportamental da depressão na infância e na adolescência. **Psicologia Argumento**, v. 21, p. 47-53, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, LTDA; 2009.

BECK, A. T. Thinking and Depression II. Theory and Therapy. **Archives of General Psychiatry**, v. 10, p. 561-571, 1964.

BECK, A. T.; RUSH, A. J.; SHAW, B. F.; EMERY, G. **Cognitive Therapy of Depression**. New York: Guilford Press, 1979.

BECK, A. T.; ALFORD, B. A. **O poder integrador da terapia cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BIGGS, M. M.; RUSH, J. Cognitive and Behavioral Therapies alone and combined with antidepressant medication in the treatment of depression. In: D. S. Janowsky (ed.). **Psychotherapy, indications and outcomes**. Washington: American Psychiatric Press, 1999.

CAMPOS, J. G. S. C. DE;; HAACK, A. Anorexia e bulimia: aspectos clínicos e drogas habitualmente usadas no seu tratamento medicamentoso. **Com. Ciências Saúde**, v. 23, n. 3, p. 253–262, 2012.

COSTA, J. F. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DUNKER, K. L. L.; FERNANDES, C. P. B.; CARREIRA FILHO, D. Influência do nível socioeconômico sobre comportamentos de risco para transtornos alimentares em adolescentes. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 58, n. 3, p. 156–161, 2009.

DUNKER, K. L. L.; ALVARENGA, M. dos S.; CLAUDINO, C. A. M. Prevenção de transtornos alimentares e obesidade: relato de experiência da implementação do programa New Moves. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, pp. 331-342, 2018.

FARIAS, C. T. S.; ROSA, R. H. A educação alimentar e nutricional como estratégia no tratamento dos transtornos alimentares. **Brazilian Journal of Health**, v.3, n.4, p. 10611-10620, 2020.

FERNANDES, K. **Impacto das mídias sociais sobre a insatisfação corporal e risco de transtornos alimentares e depressão em estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto**. 2019. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (Nutrição). Universidade Federal de Ouro Preto - Ouro Preto, 2019.

FERREIRA, T. D. Transtornos Alimentares: principais sintomas e características psíquicas. **Revista Uningá**, v.55, n.2, p.169-176, 2018.

FORTES, L. S. et al Influência da insatisfação corporal direcionada à magreza na restrição alimentar e nos sintomas bulímicos: uma investigação prospectiva com jovens nadadoras. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 3, 2018.

FREUD, S. **Luto e melancolia**. In: Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1917.

GARCIA, G. et al. Relação entre sintomatologia ansiosa, depressiva e compulsão alimentar em pacientes com doenças cardiovasculares. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, 2018.

GIETZEN, D. W. Neural mechanisms in the responses to amino acid deficiency. **The Journal of Nutrition**, v. 123, n. 4, p. 610-625, 1993.

GONCALVES, J. DE A.; MOREIRA, E. A. M.; TRINDADE, E. B. S. DE M.; FIATES, G. M. R. Transtornos alimentares na infância e na adolescência. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 1, p. 96–103, 2013.

HALFORD, J. C. G.; COOPER, G. D.; DOVEY, T. M. The pharmacology of human appetite expression. **Current Drug Targets**, Hilversum, v. 5, n. 3, p. 221-240, 2004.

KLOBUKOSKI, C.; HÖFELMANN, D.A. Compulsão alimentar em indivíduos com excesso de peso na Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, p. 443-452, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n4/1414-462X-cadsc-25-4-443.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

LASK, B. Aetiology. In: LASK, B.; BRYANT-WAUGHT, R. (Ed.) **Anorexia Nervosa and Related Eating Disorders in Childhood and Adolescence**. East Sussex: Psychology Press, 2000.

LOPES, P. A., & TRAJANO, L. A. D. S. N. Influência da mídia nos Transtornos Alimentares em adolescentes: Revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v.10, n.1, p.e20910111649-e20910111649, 2021.

LOTUFO NETO, F. **Terapia comportamental**. Em A. V. Cordioli (Org.) **Psicoterapias: abordagens atuais** (p. 181-191). Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MAGAGNIN, T. Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. **Physis**, v. 31, n. 01, 2021.

MITCHEL J. **The Outpatient Treatment of Eating Disorders**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

MUNHOZ, P. G.; BORGES, G. R.; BEURON, T. A.; PETRY, J. F. A influência da ansiedade na compulsão alimentar e na obesidade de universitários. **Rev. gest. sist. saúde**, v.10, n.1, p.21-44, 2021.

OLIVEIRA, J.O.; FIGUEREDO, L.E.; CORDÁS, T.A. Prevalência de comportamentos de risco para transtornos alimentares e uso de dieta "low carb" em estudantes universitários. **J. bras. psiquiatr.**, v.68, n.4, p.183-190, 2019.

PINTO, D.C.D.; QUADRADO, R.P. Imagens em construção: satisfação corporal e transtornos alimentares em acadêmicos da área da saúde. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, V. 04, ed. especial, fev., 2018, artigo nº 759, 2018.

PIRES, M. de L.G. Insatisfação com a imagem corporal e atitudes alimentares em estudantes do ensino secundário. **Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, p.1647-2160, 2019.

RANGÉ, B. **Bases filosóficas, históricas e teóricas da psicoterapia comportamental e cognitiva**, 1998.

REES, J. M. Controle do peso e distúrbios alimentares. In: MAHAN, L. K.; ESCOTTSTUMP, S. (Orgs.). **Krause – alimentos, nutrição e dietoterapia**. 9. ed. São Paulo: Roca, 1998.

ROCHA, D.B.; ANDRADE, A.C.; SILVA, C.A.B. Vidas atravessadas pelo abuso sexual e pelo transtorno alimentar. **Investigação qualitativa em saúde**, v.2, 2018.

ROSA, B. DE P.; SANTOS, M. A. DOS. Comorbidade entre bulimia e transtorno de personalidade borderline: implicações para o tratamento TT - Co-morbidité entre la boulimie et le trouble de personnalité borderline: implications pour le traitement TT - Comorbidity of bulimia nervosa with bord. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 2, p. 268–282, 2011.

SALZANO, F. T.; CORDÁS, T. A. Tratamento farmacológico de transtornos alimentares. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 31, n. 4, p. 188–194, 2004.

SANTOS, M. M.; MOURA, P.S.; FLAUZINO, P.A.; ALVARENGA, M.S. Comportamento alimentar e imagem corporal em universitários da área de saúde. **J. bras. psiquiatr.**, v.70, n.2, 2021.

SCAZUFCA, A. C.; BERLINK, M. T. Sobre o tratamento psicoterapêutico da anorexia e da bulimia. In: CARDOSO, M. R. (Org.). **Limites**. São Paulo: Escuta, 2004.

SHINOHARA, H. O. Conceituação da terapia cognitivo-comportamental. Em: R. A. Banaco (Org.) **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva**, V. 3 (p. 1-5) São Paulo: Editora Arbytes, 1997.

SILVA, E. L. DA; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 edição ed. Florianópolis, 2005.

SILVA, D. O.; RECINE, E. G. I. G.; QUEIROZ, E. F. O. Concepções de profissionais de saúde da atenção básica sobre a alimentação saudável no Distrito Federal, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, n. 5, p. 1.367-1.377, 2002.

SILVA, A. M. B.; MACHADO, W.L.; BELLODI, A.C.; CUNHA, K.S.; ENUMO, S.R.F. Jovens Insatisfeitos com a Imagem Corporal: Estresse, Autoestima e Problemas Alimentares. **Psico-USF**, v. 23, n. 3, p. 483-495, 2018.

SKINNER, B.F. **Science and human behavior**. New York: Macmillan, 1953.

SOUZA, F. das C. A; OLIVEIRA, J. C. R; ALVES, F. R; SILVA, W. C. Estudo do estado nutricional, imagem corporal e atitudes para transtornos alimentares em acadêmicas de nutrição. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v.93, n.31, 2020.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO FRENTE AO PROCESSO DE LUTO EM PACIENTES HOSPITALIZADOS

THE IMPORTANCE OF PSYCHOLOGICAL ACCOMPANIMENT FRONT OF THE GRIEF PROCESS IN HOSPITALIZED PATIENTS

BARROS, Ana Clara da Silva¹; SILVA, Lanna Loynne Marques Martins²;
BARRETO, Wanderson³.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar como o psicólogo pode se portar frente à doença e ao adoecer do indivíduo hospitalizado, bem como as mudanças no processo de hospitalização. Além disso, buscamos discutir as condutas adequadas para abordar o luto, tais como: entrevista inicial com o paciente, formas de comunicação, uso da psicoeducação. Foi realizada uma pesquisa qualitativa em que os dados permitiram a compreensão da complexidade e da real assistência apresentada pelo psicólogo. Esta análise foi feita através de pesquisas teóricas e bibliográficas a partir de uma revisão sistemática, além de relatos de experiências que ilustraram como foi feito o acompanhamento de todas as etapas do processo da doença e do adoecer. Portanto, conclui-se que para que estes processos sejam realizados, torna-se necessário uma comunicação feita de forma objetiva, potencializando os recursos de enfrentamento e tornando a experiência do paciente positiva, contribuindo assim, para uma otimização hospitalar.

Palavras-chave: luto, acompanhamento, doença, assistência, hospital

ABSTRACT

*This work aimed to analyze how the psychologist can behave in the face of illness and illness of the hospitalized individual, as well as the changes in the hospitalization process. In addition, we seek to discuss the appropriate behaviors to address grief, such as: initial interview with the patient, forms of communication, use of psychoeducation. A qualitative research was carried out in which the data allowed the understanding of the complexity and the real assistance presented by the psychologist. This analysis was carried out through theoretical and bibliographical research based on a systematic review, in addition to experience reports that illustrated how the monitoring of all stages of the disease and illness process was carried out. Therefore, it is concluded that for these processes to be carried out, it is necessary to communicate objectively, enhancing coping resources and making the patient's experience positive, thus contributing to hospital optimization. **Key words:** mourning, accompaniment, illness, assistance, hospital*

¹ Graduanda de Psicologia, e-mail: aclarasb.99@gmail.com

² Graduanda de Psicologia, lanna.loynnemartins@gmail.com

³ Professor Orientador, e-mail: wanderson.barreto@facunicamp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos pôde-se acompanhar a mudança do conceito de saúde, a humanidade dedicou-se a enfrentar o que considerava como ameaça de diversas formas, considerando o que viria a ser doença e saúde. Dentre as concepções, a religiosa tinha grande importância, pois no princípio acreditava-se que a doença era derivada de pecado e/ou maldição, assim como fúria divina diante dos pecados humanos.

O conceito da OMS, divulgado na carta de princípios de 7 de abril de 1948 (desde então o Dia Mundial da Saúde), implicando o reconhecimento do direito à saúde e da obrigação do Estado na promoção e proteção da saúde, diz que saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade. Este conceito refletia, de um lado, uma aspiração nascida dos movimentos sociais do pós-guerra: o fim do colonialismo, a ascensão do socialismo. Saúde deveria expressar o direito a uma vida plena, sem privações. (SCLIAR, 2007, p. 30)

O presente artigo é resultado de leituras e reflexões sobre a importância do acompanhamento psicológico frente ao processo de luto em pacientes hospitalizados. Para a realização deste projeto foram feitos alguns levantamentos considerados relevantes: quais impactos o luto terá no tratamento do paciente? Como identificar os recursos de enfrentamento e usá-los a favor da melhora do quadro do paciente? Como o psicólogo poderá realizar um atendimento humanizado a partir do acolhimento ofertado? Desse modo, como o psicólogo poderá identificar as fases do luto e auxiliar no processo destas perdas do paciente durante sua hospitalização?

Enquanto hipóteses iniciais, levantamos a ideia de que o psicólogo poderá realizar um trabalho de forma assertiva podendo implementar diversas técnicas que possam auxiliar no manejo destas questões.

Diante disso, o presente trabalho se justifica tendo como área específica do conhecimento a psicologia hospitalar, pretendo-se mostrar a importância do acompanhamento psicológico no processo de luto dos pacientes hospitalizados, usando a psicoeducação, recursos de enfrentamento e validação das demandas. É importante ressaltar o papel do psicólogo nessas situações, pois temos como hipóteses a noção de que as intervenções citadas poderão auxiliar psicólogos e estudantes de psicologia em reta final de curso, bem como em momentos cruciais na vida dos pacientes hospitalizados. Conquanto, se sabe parcamente sobre as intervenções que podem ser feitas para auxiliar esse processo, ainda que se tenha várias pesquisas sobre o tema com ricas contribuições, muitas das quais serviram de embasamento para a elaboração dessa pesquisa.

Portanto, o interesse pelo tema surgiu a partir de uma atuação acadêmica de estágio supervisionado baseado em atendimentos realizados no ambiente hospitalar bem como outros estudos já realizados pelas autoras deste trabalho no que tange o luto, além disso, no decorrer deste trabalho, serão abordados aspectos tais como: recursos de enfrentamento e validação das demandas identificadas e apresentadas, comunicação não verbal, conduta do psicólogo com o paciente e abordagem da psicoeducação, a entrevista com o paciente, como apresentar-se e como avaliar o paciente psicopatologicamente como um todo. E, a partir dos resultados e discussões, não tencionamos oferecer um manual de como esse acompanhamento deverá ser feito, nem uma receita que lhe viabilize sucesso, mas sim realizar uma proposta que possibilite pensar e averiguar todas estas técnicas apresentadas, e com isso, analisar de forma convencionalmente mais correta nossa própria conduta enquanto profissionais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A partir dos estudos realizados, abaixo iremos discorrer sobre pontos considerados importantes diante do processo de hospitalização do paciente em processo de luto bem como a conduta que o psicólogo poderá utilizar para compreender e auxiliar o paciente assim como a equipe nas demandas que julgar necessária.

2.1. Luto

O homem tem poucas certezas durante a sua vivência, e, apesar de repudiar ou inconscientemente não aceitar o fato, uma de suas certezas é a finitude da vida, diante da clareza desse processo, quando nos propomos a imaginar um fim para nós mesmos, a morte acaba sendo um ato solitário, isso pode ser decorrente de vários fatores, entre eles são as ligações criadas com seus estimados. Conforme Kübler-Ross (2017, p.12) “em nosso inconsciente, a morte nunca é possível quando se trata de nós mesmos. É inconcebível para o inconsciente imaginar um fim real para nossa vida na terra”.

Quando retornamos no tempo, em busca de estudos quanto a cultura e povos antigos, pode-se perceber que o homem em geral sempre evitou ou repulsou a morte. De acordo com Franco (2021, p.69) “esta é a principal tarefa do trabalho de luto: romper os laços com ele, confrontando os sentimentos e emoções associados à perda, chorando a morte, expressando tristeza ou saudades do morto”.

O processo de luto mal elaborado, fantasioso e fora da realidade pode trazer algumas consequências difíceis – como traumas, apesar de alguns indivíduos terem clareza sobre a importância de passar por esse processo, ainda resta a dúvida sobre a morte devido ao mistério envolvido no processo, por não saber para onde o ente querido está indo e como será a nova permanência nesse ambiente, ou se a vida acaba no momento da morte do corpo físico.

Quando crescemos e começamos a perceber que nossa onipotência não é tão onipotente assim, que nossos desejos mais fortes não têm força suficiente para tornar possível o impossível, desaparece o medo de se ter contribuído para a morte de um ente querido e, por conseguinte, some a culpa; o medo permanece subjacente, mas só enquanto não for fortemente despertado. (KÜBLER-ROSS, 2017, p. 16)

Não há maneira padrão de viver esse processo de luto, cada ser é individual, único, carregado de bagagens que são decorrentes de suas ligações, vivências sociais e culturais, e por esse motivo o luto é um processo singular e incomparável, desse modo, é um período de tristeza, podendo evoluir para um estado mais profundo, que deve ser vivido e elaborado. Esses sentimentos devem ser considerados parte do processo, sem reprimir a perda, com a finalidade de que o indivíduo volte a ter interesse em coisas rotineiras, como: trabalho, estudo, relações, lazer, entre outros. Segundo Franco (2021, p.175), “a ideia de superá-lo não se mostra saudável, pois ele não é um obstáculo na vida da pessoa, e sim uma experiência de tal grandeza que se pode ser considerada um processo até mesmo de crescimento pessoal”.

2.2. Fases do luto

Elisabeth Kübler-Ross é referência em assuntos que concernem à morte e luto, muito de sua escrita serviu de embasamento para esta obra, em seu livro *Sobre a morte e o morrer* a autora divide o luto em cinco estágios, os quais iremos abordar mais abaixo:

Primeiro estágio: negação e isolamento, neste estágio a autora relata sobre a forma como muitos pacientes em fase terminal reagem com negação a respeito de sua finitude, é comum ouvir destes pacientes frases tais como: “Não, não pode ser verdade” ou ainda “Isso não pode estar acontecendo comigo”. Essas reações eram observadas tanto em pacientes cuja notícia era dada no início do tratamento quanto naqueles que não haviam sido informados da verdade, seja pelo médico seja pela equipe como um todo, assim como também naqueles que vinham a saber posteriormente por incumbência particular.

Tal negação é proveniente da comunicação feita de forma repentina e ríspida ou prontamente por alguém que não os conheça, não levando em consideração a aptidão e preparo do paciente para obter a informação. “O que quero ressaltar é que em todo paciente existe, vez

por outra a necessidade da negação, mais frequente no começo de uma doença séria do que no fim da vida” (KÜBLER-ROSS, 2017, p.53).

Segundo estágio: a raiva, em contraposição ao estágio de negação, é dificultosa do ponto de vista familiar e hospitalar lidar com esse estágio, pois a raiva se lança e exterioriza em diversas direções, projetando também no ambiente, e, em determinadas vezes, sem um motivo considerável.

Nesse estágio a grande temática é que poucos se dispõem a colocarem-se no lugar do paciente, assim como questionarem-se também de onde pode estar vindo esta raiva do paciente. Diante da pausa forçada de tantos contextos da vida do paciente, não seria válida tamanha e extravagante raiva sobre àqueles que poderão viver tudo aquilo que ele em determinado momento não viverá? Para além disso, pior que não analisar o motivo da raiva do paciente é assumir esta em termos pessoais, quando a princípio, nada tem de relação direta conosco. Portanto, é importante tolerarmos a raiva do paciente, seja ela racional ou não, pois o alívio do fato de tê-la expressado contribuirá para uma melhor aceitação.

Terceiro estágio: a barganha, este estágio é o menos conhecido, porém, muito útil ao paciente apesar de por um tempo bastante curto. Trata-se de um esforço por parte do paciente em obter um prêmio por “bom comportamento”, bem como uma meta que ele impõe a si mesmo. Em grande parte, essas barganhas são realizadas com Deus e mantidas em segredo, é uma troca e/ou combinado de uma vida dedicada a Ele recebendo por isso um tempo maior de vida.

Em geral essas promessas estão ligadas a algum tipo de culpa, e o ideal seria que a equipe não desconsiderasse esse fator. Considerando isso, segundo Kübler-Ross (2017, p.99), “um capelão ou médico dedicados podem muito bem querer descobrir se o paciente está sentindo culpa por não ter frequentado a igreja com mais assiduidade, ou se existem desejos hostis mais profundos e inconscientes que aceleram tais culpas”.

Quarto estágio: depressão, diante da impossibilidade de negar a doença, o paciente passa a apresentar novos sintomas, ficando mais magro, debilitado, e com isso dando lugar para que a raiva e a sua revolta concedam lugar ao sentimento de perda.

Podemos dividir a depressão em dois tipos: reativa e preparatória. A depressão reativa deve ser analisada ao contrário da segunda, visto que a pessoa compreensiva não terá problemas em identificar as razões da depressão. Já o segundo tipo – preparatória – não se dá com uma perda passada, mas leva em consideração as perdas possíveis.

De acordo com Kübler-Ross (2017, p.104), “Se deixarmos que exteriorize seu pesar, aceitará mais facilmente a situação e ficará agradecido aos que puderem estar com ele neste estado de depressão sem repetir constantemente que não fique triste”.

Quinto estágio: aceitação. Neste estágio, o sujeito adoecido que teve tempo para formular tudo o que descrevemos acima, estará diante de um caminho em que não experimentará mais raiva ou depressão no que diz respeito a seu destino, pois ao decorrer de todos estes acontecimentos, pudera revelar todos os seus sentimentos pelas pessoas saudáveis ou por aqueles que não eram obrigados a estar diante da morte tão precocemente.

Cabe salientar que não podemos confundir aceitação com um estágio de felicidade, é como uma escapula de emoções e vivências. Neste momento, de acordo Kübler-Ross, (2017, p.133) “Quando deixam de lutar, a luta acaba. Em outras palavras, quanto mais se debatem para driblar a morte inevitável, quanto mais tentam negá-la, mais difícil será alcançar o estágio final de aceitação com paz e dignidade.”

2.4 Recursos de enfrentamento

Os recursos de enfrentamento no processo de luto são significativos, pois, a partir do reconhecimento e identificação destes, o sujeito estará verdadeiramente ligado às suas estratégias de lidar com o sofrimento e a dor. Quando o sujeito não foge e/ou adia esses fatores, obtém uma postura essencial diante da superação e elaboração do seu processo.

As formas de enfrentamento se diversificam a depender da subjetividade de cada indivíduo, porém, alguns fatores vêm sendo reconhecidos como primordiais no processo de enfrentamento, tais como: religião, espiritualidade, rede de apoio familiar e suporte psicológico.

Tendo por base os aspectos apresentados anteriormente, serão evidenciadas a seguir as formas de enfrentamento que se mostram necessárias. Nesses processos, a religião é usada como uma esperança pautada na expectativa de cura e bem-estar que o indivíduo deseja. Cabe ressaltar que, religião e espiritualidade se distinguem: a primeira está ligada a crenças e a uma instituição religiosa; segunda refere-se a uma relação estabelecida pelo indivíduo com uma pessoa ou alguma força na qual ele acredita. Como aponta Neves, Gondim, Pinheiro (2022, p.464) “é a partir dessa perspectiva, na crença em uma força maior, que sentimentos de culpa, raiva e ansiedade, muitas vezes vivenciados no processo de adoecimento, podem ser superados”.

A rede de apoio familiar, por sua vez, assume o papel de cuidador e de acompanhante, possibilitando e incentivando a reabilitação do paciente. Utiliza-se da sua facilidade em estabelecer vínculos sociais e afetivos, desencadeando um suporte emocional ressaltando a

importância desse tipo de apoio e cuidado para com o paciente. Segundo Neves, Gondim, Pinheiro (2022, p.460), “A importância da família neste ambiente está no fato de esta servir de elemento de apoio entre o paciente e a instituição, além de ser capaz de manter vínculos e tornar o espaço mais seguro”. A partir disso, a família possibilitará a diminuição dos sintomas psicológicos negativos e auxiliará na hospitalização e acolhimento para a pessoa acamada.

O suporte psicológico no ambiente hospitalar se dá de forma presente e ativa no que tange a escuta e acolhimento, dando direção e promovendo atitudes voltadas para o cuidado do paciente, assim como auxiliando na elaboração das suas angústias e da sua vivência. Como aponta Junged, Jurkiewicz (2012, p.5) “a oferta da escuta durante a internação é uma possibilidade de elaboração de vivências. Ocorre através da fala do paciente e da escuta do profissional”. Ou seja, ao perceber a sua própria fala, o paciente estará sujeito a notar efeitos em si aos quais desconhecia, no entanto expressam sua vida, auxiliando na elaboração dos acontecimentos, visto que, elaborar uma vivência exige bastante trabalho mental no que diz respeito a deixar o objeto perdido.

2.5 A entrevista inicial com o paciente

A entrevista com o paciente é de suma importância, pois é através dela que o profissional conseguirá criar uma relação de contato inicial, é uma “visão entre”. Segundo Dalgalarondo (2019, p.97) “assim, a técnica e a habilidade em realizar entrevistas são atributos fundamentais e insubstituíveis do profissional da saúde em geral e da saúde mental em particular”.

Compreende-se que o intuito da entrevista não se trata apenas de uma coleta de dados, mas também de uma forma de considerar a subjetividade do paciente, é importante ressaltar também que o entrevistador deve estar presente de forma ativa, de modo que suas preocupações, preconceitos e vivências não atrapalhem seu julgamento diante do paciente, para que assim ele possa sentir-se acolhido e validado mobilizando e instigando sua capacidade de autoajuda.

Para que a entrevista seja bem conduzida, é importante que o profissional fale pouco e ouça pacientemente, o sujeito enfermo. Porém, em dado momento, exige-se que o entrevistador seja mais ativo, e isso muda com frequência conforme algumas funções: do paciente e de sua personalidade; do contexto institucional; dos objetivos da entrevista, bem como da personalidade do entrevistador.

É importante ressaltar também algumas posturas que devem ser evitadas para que a entrevista não seja inadequada ou improdutiva, tais como: posturas estereotipadas, atitudes de

desprezo, postura rígida, atitudes excessivamente neutra ou fria, reações exageradamente emotivas, julgamentos, reações emocionais intensas de pena ou compaixão, responder com hostilidade ou agressão, entrevistas excessivamente prolixas e fazer muitas anotações.

Desse modo, cada entrevista tem a sua peculiaridade, segundo Dalgalarrodo (2019, p.100), “o entrevistador, ao entrar em contato com cada novo paciente, deve preparar seu espírito para encarar o desafio de conhecer essa nova pessoa, formular um diagnóstico e entender”.

2.6 Comunicação verbal e não verbal

A palavra comunicar é oriunda do latim *communicare*, que denota “tornar comum, compartilhar, trocar opiniões, associar, conferenciar”. Ou seja, independente da comunicação ser verbal ou não-verbal, é sabido que ela precisará estar presente e inserida no *setting* terapêutico, suscitando emoções e sentimentos que possam permitir que o sujeito consiga compreender não só o que foi dito ou expressado, mas também compreender os sentimentos do interlocutor.

Portanto, a competência em comunicação interpessoal – verbal e não-verbal – é uma habilidade fundamental a ser adquirida, a qual possibilita a excelência do cuidar em saúde. A compreensão da comunicação através de sinais não-verbais é importante principalmente para profissionais cuja ação está intimamente relacionada ao corpo e ao movimento, uma vez que contribui de forma relevante para melhorar os relacionamentos, sejam eles pessoais ou profissionais. (RAMOS, BORTAGARAI, 2011, p. 165)

A comunicação não-verbal, de um modo geral, baseia-se muito em respostas automáticas e reflexos fornecendo informações valiosas; diante disso, é importante observar alguns pontos essenciais, tais como os sinais emitidos. Diante desses aspectos, segundo Dalgalarrodo (2019, p.119), temos “1) o ambiente da comunicação no qual ocorre o encontro das pessoas; 2) a aparência física das pessoas em interação; 3) a proxêmica; 4) os vários movimentos corporais e 5) a ‘paralinguagem’”.

Outro fator essencial na avaliação do paciente, é observar e descrever como está o seu aspecto global, isso inclui a sua postura corporal, podendo ser avaliada através das roupas, acessórios, bem como suas vestes e seu olhar, visto que isso pode dizer muito sobre seu estado mental interior, tendo isto como recurso importante para o diagnóstico assim como para conhecer o sujeito como pessoa.

2.7 Humanização no atendimento

É importante ressaltar que para um atendimento humanizado seja realizado, alguns aspectos devem ser observados e disponibilizados, tais como: estrutura institucional, quadro de equipe multidisciplinar qualificada, recursos e materiais essenciais para que assim seja garantido a dignidade no atendimento.

Se tivesse que resumir a missão de humanização num sentido amplo, além da melhora do tratamento intersubjetivo, dir-se-ia que se trata de incentivar, por todos os meios possíveis, a união e colaboração interdisciplinar de todos os envolvidos, dos gestores, dos técnicos e dos funcionários, assim como a organização para a participação ativa e militante dos usuários nos processos de prevenção, cura e reabilitação. (OLIVEIRA, COLLIER, VIERA, 2006, p. 281)

Pode-se ressaltar que a assistência em saúde assim como o ato de cuidar das pessoas, dispõe do vínculo entre o paciente e a equipe, esta relação é pautada pela empatia, promoção de saúde e bem-estar.

O respeito pelo espaço do paciente é de suma importância, assim como a escuta, pois através disso será possível observar o desejo do paciente em relação ao atendimento, levando em consideração que este desejo ainda é a autonomia que lhe pertence, visto que, dentre os outros serviços prestados que ele recebe, o do psicólogo é o único que ele pode negar e/ou rejeitar. Caso o paciente aceite o serviço do profissional de psicologia, ele poderá ofertar a sua escuta qualificada e acolhimento, esta escuta poderá ser desde as pautas mais emergentes às vivências, indo para além dos sintomas físicos que lhe acometem.

2.8 Psicoeducação

A psicoeducação no ambiente hospitalar é uma das técnicas mais utilizadas. Segundo Bruggmann, Corrêa, Korb (2022 p. 559), “a psicoeducação é emergente do campo da psicoterapia, que por sua vez, tem sua origem nas palavras gregas *Psykhê* (mente) e *Therapeuein* (curar)”.

Surgiu no ano de 1970 estabelecendo um maior entendimento da complexidade do ser humano, consiste em instruir o paciente e seus cuidadores de forma que compreendam sobre o seu tratamento, assim como as suas patologias, sejam elas físicas ou psíquicas, é ensiná-los a terem uma autonomia e conscientização do seu real estado clínico, promovendo assim um autoconhecimento a respeito do seu tratamento e possíveis evoluções.

Na completude da sua prática, a psicoeducação resgata, reconhece e valoriza a autonomia do paciente sobre sua meta terapêutica e condições de saúde, seu uso é único e

exclusivo como intervenção psicoterapêutica, ou seja, seu intuito é de a partir dos diferentes conjuntos e técnicas, contribuir para a saúde do paciente.

De acordo com Lemes, Neto (2017, p.6), é importante ressaltar que a psicoeducação “no âmbito da saúde engloba não somente a Psicologia, mas, também, envolve outros enfoques disciplinares, visto que a saúde também permeia os aspectos comportamentais, emocionais e sociais”.

2.9 O Hospital e a Psicologia Hospitalar

A hospitalização implica em estar sob o olhar de uma equipe, que presta cuidados e proporciona a promoção e prevenção de saúde. Todavia, estar internado em um ambiente hospitalar exige adaptações e a abdicação de uma rotina, com isso, o desacelerar possibilita um maior e melhor cuidado. Exigindo um esforço que o indivíduo não está apto a cumprir, visto que o processo de hospitalização é algo único na vida do paciente e o sujeito adoecido depara-se com diferentes formas de perdas, tais como: afetivo-sociais, de autonomia, financeira, sendo alguns destes fatores de grande importância em sua rotina.

De acordo com Simonetti (2016, p.15), a Psicologia hospitalar “é o campo de entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento”. É importante ressaltar que a psicologia hospitalar tem como objetivo avaliar o indivíduo como um todo, levando em consideração o contexto biopsicossocial e não somente a sua sintomatologia.

Conforme Simonetti (2016, p.15), “a psicologia hospitalar não trata apenas das doenças com causas psíquicas, classicamente denominadas ‘psicossomáticas’, mas sim dos aspectos psicológicos de toda e qualquer doença”. Ao integrar a equipe de saúde, o psicólogo tem como papel facilitar a comunicação e criar possibilidades de vínculo e interações com o paciente e a família com a equipe.

Partindo da perspectiva de um trabalho integralizado entre os profissionais, alguns aspectos tornam-se relevantes como modo de intervenção. É importante ressaltar tanto para o paciente quanto para o profissional que o indivíduo hospitalizado deve ser tratado para além da doença e do adoecer, com isso pode ser significativo o prontuário afetivo, contendo informações – nome do paciente, apelido, comida favorita, música preferida, filhos, animal de estimação – tendo como intuito reavivar as memórias do paciente fora do contexto hospitalar, e para o profissional, compreender que este paciente é alguém para além do leito em que ocupa.

Os atendimentos nos hospitais que possuem o Serviço de Psicologia recebem demandas de diversos setores, como maternidade, pediatria, oncologia entre outras que necessitam deste serviço.

Quando esse serviço é solicitado, é importante compreender junto ao solicitante os principais motivos desse encaminhamento. Ao adentrar-se com a real demanda o psicólogo deve compreender qual a principal forma de intervir, seja com o paciente, seja com o familiar que o acompanha, para isso, a triagem psicológica é importante, bem como a assistência aos familiares e à rede de apoio, análise da influência dos fatores biopsicossocioespirituais sobre o indivíduo internado, acompanhamento psicológico pré, peri e pós-operatório, realizando *rapport*, uma forma de criar uma relação com os pacientes, batendo à porta, pedindo licença, sorrindo, chamando o paciente pelo nome, perguntando como estava se sentindo e como passou a noite/dia. Desse modo, faz-se necessárias ações a serem desenvolvidas para que o paciente venha a aderir ao tratamento de forma mais colaborativa resultando numa hospitalização positiva.

Dentre essas ações, podemos citar: Entrevista psíquica ou exame psíquico, que consiste em triagem e levantamento de dados prévios; avaliação cognitiva, incluindo emoção, atenção, memória, raciocínio etc., avaliação emocional e identificação das demandas, compreensão de situações vivenciadas estimulando participação no tratamento, identificando forma de organização familiar, mecanismos de defesa e recursos de enfrentamento do paciente.

Avaliação cognitiva, realizada para determinar o nível das funções cognitivas do paciente, nível de consciência, coma ou sedação, avaliação da qualidade do despertar, tais como: abra os olhos ao despertar? Interage aos estímulos externos? Orientação autopsíquica e alopsíquica, verificando a capacidade do paciente em relação a si e ao mundo. Atenção, vigilância, capacidade do paciente de perceber e focar nos estímulos externos, manutenção da atenção e de manter a atenção voluntária.

Pensamento, curso de ideias, quantidade e velocidade com que tais ideias vêm, a forma e o conteúdo dessas ideias, verificando se o paciente tem ideias propriamente ditas e se condizem com a realidade, se são reais ou fantasiosas.

Memória, avaliando as memórias de longo prazo, com quem mora, quais são os familiares mais próximos, histórico de saúde, memória recente, que dia chegou no hospital, quais informações repassadas pelo médico na última visita e memória imediata, realizando alguns questionamentos de qualquer orientação realizada no início do atendimento, tais como: lembra-se do meu nome? Qual a minha profissão?

Sensopercepção, identificação de estímulos externos pelos órgãos dos sentidos, simbolização subjetiva. Avaliação emocional, humor e afeto, quais emoções sentidas pelos pacientes, em relação ao que o cerca: pessoas, ambiente, passado, futuro. Observando ao longo do atendimento: expressão facial do paciente, postura, conteúdo afetivo predominantes no relato e o tipo de afeto transmitido no momento.

3. METODOLOGIA

Através do método de pesquisa qualitativa, foram realizadas análises em uma ampla busca em teorias, livros e autores para que fosse possível indagar e esclarecer as possibilidades apresentadas a partir de uma revisão sistemática do tema, bem como relatos de experiências que puderam proporcionar uma maior compreensão do processo.

Enfatizando o tema, nosso principal objetivo com esta pesquisa está em identificar os principais métodos que podem ser utilizados pelo psicólogo diante das adversidades com os pacientes hospitalizados no que tange ao processo de luto, bem como a importância de sua atuação tanto individualmente quanto em conjunto com a equipe hospitalar.

Para a elaboração da presente pesquisa, foram realizadas consultas em livros e artigos científicos, como critério de inserção utilizou-se (1) artigos de língua portuguesa; (2) que foram publicados tendo como base os saberes e práticas da psicologia hospitalar; (3) textos publicados em um recorte temporal entre 1998 e 2022, escolhemos esse recorte temporal considerando a quantidade de materiais disponíveis acerca do tema e levando em consideração a abrangência temporal dessas publicações no Brasil. Não optamos por um recorte menor para não perdermos em robustez teórica.

Posteriormente ao processo citado acima, os artigos e livros foram inseridos a partir de uma revisão sistemática, para assim, verificar se estes correspondiam com os critérios estabelecidos. Não descartando estudos que englobassem o campo hospitalar como um todo, visto que, existem diversos aspectos que também podem auxiliar de forma complementar com o objetivo do presente trabalho.

Além disso, para fortalecer o conhecimento aqui apresentado, realizamos relatos de experiência a partir de trabalhos enquanto estagiárias em um hospital na cidade de Goiânia, que tem como seguimentos: centro cirúrgico, emergência, exames, hemodinâmica, internações e UTI, dentre as especialidades dos hospital têm-se: angiologia, cardiologia, cirurgia cardíaca, cirurgia geral, cirurgia plástica, cirurgia torácica, eletrofisiologia, endocrinologia,

gastroenterologia, geriatria, hematologia, infectologia, nefrologia, neurocirurgia, oftalmologia, ortopedia, pneumologia, psiquiatria, radiologia intervencionista, urologia e vascular.

O estágio foi realizado no ano de 2023 sob supervisão da preceptora e psicóloga do hospital, com carga horária de cinco horas, os atendimentos eram realizados pela dupla de escritoras deste trabalho. Os atendimentos eram designados pela preceptora do estágio, e a partir disso era feita uma coleta de dados a respeito do histórico do paciente, motivos da sua admissão e situação do quadro até o momento do atendimento. A partir da revisão feita e da coleta de dados apresentada, poderemos descrever como essa bagagem teórica poderá auxiliar na prática seguindo os métodos que discorreremos até aqui.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na relação entre os autores dos artigos e livros encontrados na revisão sistemática realizada, pudemos encontrar dados que são de suma importância e que podem ser contemplados, auxiliando e possibilitando o desenvolvimento de estratégias a fim de lidar com as dificuldades durante o processo de hospitalização do paciente, conforme discorreremos abaixo:

QUADRO 1. Textos selecionados

AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE MATERIAL	TÍTULO DA OBRA
ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA	1998	Artigo	O conceito de <i>coping</i> : uma revisão teórica
ALMEIDA	2004	Artigo	A entrevista psicológica como um processo dinâmico e criativo
OLIVEIRA, COLLET; VIERA	2006	Artigo	A humanização na assistência à saúde
SCLIAR	2007	Artigo	História do conceito de saúde
RAMOS; BORTAGARAI	2011	Artigo	A comunicação não-verbal na área da saúde
SOARES; CUSTÓDIO	2011	Artigo	Impactos emocionais da alteração da rotina em idosos hospitalizados

RIBEIRO; DACAL	2012	Artigo	A instituição hospitalar e as práticas psicológicas no contexto da saúde pública: notas para reflexão
JUGEND; JURKIEWICZ	2012	Artigo	A assistência psicológica através da escuta clínica durante a internação
LEMES; NETO	2017	Artigo	Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde
CALSAVARA; SCORSOLINI-COMIN; CORSI	2019	Artigo	A comunicação de más notícias em saúde: aproximações com a abordagem centrada na pessoa
LUKACHAKI; OLIVEIRA; GOMES	2020	Artigo	A psicologia hospitalar e a humanização no hospital: um relato de experiência
NEVES; GONDIM; PINHEIRO	2022	Artigo	<i>Coping</i> na hospitalização: estratégia de enfrentamento familiar de pacientes na unidade semi-intensiva
BRUGGMANN; CORRÊA; KORB	2022	Artigo	A psicoeducação no processo de trabalho do enfermeiro de saúde mental
SIMONETTI	2016	Livro	Manual de psicologia hospitalar o mapa da doença
KÜBLER-ROSS	2017	Livro	Sobre a morte e o morrer
DALGALARRONDO	2019	Livro	Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais
FRANCO	2021	Livro	O luto no século 21 uma compreensão abrangente do fenômeno

Fonte: BARROS, SILVA (2023).

Correlacionando as ideias de Antoniazzi, Dell’Aglio Bandeira (1998) e Neves, Gondim e Pinheiro (2022) pode-se perceber que em um são abordados os conceitos de *coping* e os modelos existentes, a eficácia das estratégias e as relações com traços de personalidade, reforçando questões para estudos futuros no que tange ao tema, visto que, de acordo com os autores, há poucos estudos acerca deste. No outro, discorre acerca do *coping* no contexto hospitalar, com foco nos recursos de enfrentamento identificados na pesquisa realizada, tendo como resultado a religiosidade, a distração através de redes sociais, leituras e interações sociais.

Os recursos de enfrentamento dentro do ambiente hospitalar são de suma importância para auxiliar no processo de hospitalização, para Neves, Gondim e Pinheiro (2022, p. 457) “estar internado em um ambiente como esse exige muitas adaptações no cotidiano, tanto de quem cuida quanto de quem recebe cuidados.”

A partir desses dois estudos, conseguir identificar a partir da fala do paciente os seus potenciais recursos presentes e o que é mais importante para ele naquele momento e a forma como isso pode impactar na melhora de seu tratamento, é, por consequência, potencializar esses recursos de forma que a hospitalização se transforme em um processo onde o paciente tenha estímulos para continuar contribuindo com a sua possível melhora, bem como para que a hospitalização seja positiva no que tange o bem-estar psíquico do paciente.

Almeida (2004) visa analisar os aspectos em relação à entrevista psicológica, desenvolvendo um estudo investigando quais são os componentes interativos entre o participante e o entrevistador observando a situação da fala e o conjunto das respostas a determinados estímulos atentando-se a chegada do entrevistado; o curso da conversa e o momento final da entrevista, para que com isso obtenha os indicadores mais importantes para avaliação desejada.

Diante do apresentado pelo autor, conclui-se que a forma como o paciente se porta durante o atendimento realizado também deve ser considerada, visto que, pode transparecer alguns sentimentos, observando como se dá o seu comportamento em conjunto com a sua fala, visando também obter os reais objetivos da entrevista inicial, possibilitar compreender as manifestações do sujeito quanto ao seu modo de se estruturar e se relacionar.

Com Ramos; Bortagarai (2011) pode-se complementar acerca das informações citadas acima, visto que, os autores deste destacam que a comunicação não-verbal abrange grande parte das possibilidades de expressão em um contexto de interação social, assim como os sinais que podem ser observados dentro desses cenários para substituir ou contradizer a comunicação verbal e para que os sentimentos sejam demonstrados. Em contrapartida, a forma de comunicar também é essencial visto que pode impactar o paciente de diversas formas, Calsavara, Scorsolini-Comin e Corsi (2019) ressaltam a importância de ponderar a forma como tal notícia será comunicada, utilizando protocolos que possam auxiliar nos momentos de maior vulnerabilidade.

Contudo, é possível pensar no uso das diversas formas de comunicação existentes e como elas podem auxiliar no momento do atendimento de forma que as demandas do paciente

sejam observadas não só pelo que ele traz, mas também pelo que se observa de seu comportamento.

Scliar (2007) abrange a evolução histórica da saúde e o seu relacionamento com as diversas culturas existentes se estendendo também às políticas sociais e econômicas destacando a evolução da humanidade a respeito. Diante disso, Oliveira, Collet e Viera (2006) trazem importantes considerações no que tange o histórico sobre o entendimento da humanidade e a humanização no atendimento, destacando que para que essa humanização aconteça a comunicação é algo imprescindível, assim como as condições materiais e estruturais do ambiente, dando lugar de fala aos usuários e profissionais, para assim promoverem ações de humanização nos serviços de saúde.

Em consonância com o descrito acima, Lukachaki, Oliveira e Gomes (2020) trazem importantes discussões acerca das possibilidades de articulação entre a política de humanização nacional e a prática do psicólogo hospitalar, ressaltando a relevância do trabalho realizado pela equipe multiprofissional de saúde.

Em paralelo, Soares e Custódio (2011), Ribeiro e Dacal (2012), Jugend e Jurkiewicz (2012) retratam a construção e a evolução do hospital e suas práticas assistenciais, demonstrando a importância da subjetividade no contexto da internação, as alterações emocionais causadas diante desse cenário de hospitalização com relação às alterações no espaço pessoal e antigos hábitos e distanciamento das pessoas do convívio rotineiro.

Para isso, o acompanhamento psicológico faz-se necessário possibilitando a elaboração dessas vivências, as reações psicológicas frequentes que afetam o estado clínico do paciente, contribuindo dessa forma com o tratamento médico. A partir da discussão dos autores, torna-se evidente as mudanças do conceito de saúde, a inclusão do psicólogo como peça fundamental no processo de saúde doença, pois, diante do trabalho realizado ele poderá possibilitar o acolhimento e um atendimento mais humanizado em conjunto com a equipe.

Bruggmann, Corrêa e Korb (2022) propõem que a Psicoeducação é uma técnica de intervenção que visa promover habilidades cognitivas que possibilitam ter uma visão de si e da realidade instigando a ampliação do autoconhecimento. Já Lemes e Neto (2017) entendem a psicoeducação como uma técnica que relaciona os instrumentos psicológicos e pedagógicos objetivando ensinar o paciente quanto à patologia física e/ou psíquica, bem como sobre seu tratamento. Desse modo, é possível realizar um trabalho de prevenção e conscientização em saúde.

É importante destacar que a psicoeducação quando envolvida com o processo de doença, poderá possibilitar a promoção de saúde, visto que, a partir da elucidação e da ampla visão a respeito da doença, o paciente estará ciente de sua real situação e possíveis melhoras, com isso, a equipe proporcionará a ele uma integralidade presente em seu atendimento. As intervenções psicoeducacionais darão suporte e apoio não só para o paciente, mas para aqueles que também o acompanham durante todo o seu processo de internação.

A obra de Simonetti (2016) nos traz ricas contribuições de uma forma ampla do contexto hospitalar, entrelaçando a ciência e arte como especialidades de grande valia, tendo a arte como um encontro terapêutico e a ciência como elemento de organização e esquematização do raciocínio clínico.

Nesse estudo, o autor discorre a respeito da atuação do psicólogo no contexto hospitalar, bem como as suas contribuições, neste sentido, entende-se as funções e atribuições do psicólogo diante de suas atividades realizando-as de forma integralizada, facilitando a comunicação entre a equipe e o paciente, possibilitando um maior vínculo entre estes e a família. Compreendendo também qual a melhor forma de intervir, independente de ser com o paciente ou com o familiar presente.

Dalgalarrondo (2019) buscou ofertar aos estudantes e profissionais diversos conceitos descritivos no que tange a psicopatologia, e para além disso, os conhecimentos científicos que são de suma importância acerca da mente humana e seus transtornos.

Todavia, o seu livro nos trouxe importantes conceitos a respeito da entrevista inicial com o paciente, bem como a forma que devemos realizá-la, e acerca da comunicação nãoverbal destacou a importância do ambiente onde o diálogo ocorrerá, como está o seu aspecto global, aspecto este que pode ser avaliado de diversas formas, tais como: pelas roupas, adereços e olhar.

Em conformidade, Kübler-Ross (2017) relata com uma linguagem sensível e precisa, os estágios do luto de forma que possamos compreender e refletir acerca do tema com um olhar mais encorajado a aproximarmos-nos dessa experiência afim de ajudar os pacientes em seus últimos momentos.

Em seus relatos, pudemos compreender os estágios do luto e como se portar diante do paciente enquanto sujeito em sofrimento, nesse sentido, buscou-se compreender os cinco estágios: negação e isolamento, raiva, barganha, depressão e aceitação, e a partir do entendimento e da diferenciação de cada um destes, possibilitar um maior acolhimento ao paciente visto que, através da clareza de como cada um age em conformidade com seu atual estágio, será possível auxiliar de forma mais apropriada.

Franco (2021) traz importantes considerações com uma visão abrangente a respeito das teorias do luto, perpassando a psicanálise, o pensamento sistêmico e a teoria do apego. No que tange ao contexto cultural, religioso e espiritual, volta a sua atenção às relações culturais da religião católica e do mundo anglófono, ressalta também as diversas formas de expressão do luto em suas formas normais e complicadas.

Por fim, a autora ressalta o luto em suas mais variadas formas, levando em consideração o contexto cultural e religioso, bem como o impacto que esses aspectos trazem acerca do processo vivenciado por cada indivíduo durante o luto.

Diante de toda leitura e análise bibliográfica apresentada, abaixo citaremos 2 casos do estágio prático para assim discutirmos os relatos vivenciados pelas autoras.

Relato de experiência – caso 1

A paciente 1 tinha 59 anos, estava em 4º PO de drenagem pleural, teve derrame no pulmão direito, história prévia de neoplasia pulmonar. Tratava-se de uma paciente muito positiva e otimista quanto ao tratamento, era muito consciente de todos os procedimentos que já havia realizado, contou-nos sobre sua história de vida e luta nos tratamentos que já realizou, destacou sobre os médicos que a marcaram, o cuidado e paciência, o que, segundo ela: ajudava muito a passar por todos esses processos, enfatizou o atendimento humanizado que estava recebendo, tinha como recursos de enfrentamento a rede de apoio familiar.

O coping é concebido como o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas. Os esforços despendidos pelos indivíduos para lidar com situações estressantes, crônicas ou agudas, têm se constituído em objeto de estudo da psicologia social, clínica e da personalidade, encontrando-se fortemente atrelado ao estudo das diferenças individuais. (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998, p. 274)

Desse modo, é importante ressaltar que quanto maior clareza o paciente tiver quanto ao seu tratamento e o seu quadro clínico, melhor será sua forma de lidar com a situação a ser enfrentada, assim como compreender o que o ambiente hospitalar desperta no indivíduo durante o processo de hospitalização.

Neste caso, podemos verificar o quinto estágio do luto, aceitação, a paciente em questão pôde perpassar por todo o seu tratamento de forma que compreendesse e formulasse sua complexidade, e ainda assim, manteve-se positiva quanto ao seu tratamento, apoiada pelos seus recursos de enfrentamentos presentes, possibilitando assim, conforme Kübler-Ross, (2017, p.132) “Cuidar de si mesma tanto quanto possível, manter a dignidade e a independência sempre que pudesse.”

Relato de experiência – caso 2

A paciente 2 tinha 87 anos, admitida para tratamento de uma pneumonia, era muito receptiva, falante, discorreu sobre sua história de vida, sobre a família, tinha como recursos de enfrentamento a fé e a rede de apoio familiar, em especial os netos e bisnetos. Falou bastante acerca deles e de sua rotina para com eles, relatou ter sido bem cuidada, assim como ter recebido um atendimento humanizado, a paciente estava em uso de medicamento Alprazolam e Quetiapina para controle da ansiedade, além de realizar também acompanhamento psicológico, a paciente enfatiza a relevância da atuação do psicólogo a partir da sua experiência e relação com a psicoterapia.

Dessa forma, é possível que o processo de hospitalização e suas adversidades sejam amenizadas a partir do apoio familiar recebido e das estratégias de enfrentamento propostas pelos mesmos, assim como a importância da equipe multidisciplinar realizando o atendimento e promovendo um cuidado para com o paciente.

A população idosa tem estado cada vez mais presente nos hospitais, sendo essas hospitalizações geralmente mais demoradas que as demais. Daí percebe-se a necessidade de trabalhar com as especificidades dessa população, tentando promover um atendimento que consiga suprir todas as necessidades dessa clientela. Deve-se reforçar a necessidade da equipe multidisciplinar e interdisciplinar para promover um cuidado sistematizado a esse paciente idoso e fazer com que os períodos de internação sejam reduzidos ao mínimo de tempo necessário à reabilitação, tendo uma prática centrada na pessoa e não na doença e tornar esse idoso um sujeito da sua saúde, como participante ativo no controle da mesma. (SOARES, CUSTÓDIO, 2011, p. 21)

Diante dos relatos desta paciente, pôde-se perceber o luto pela perda de autonomia e de sua rotina, bem como a forma como esta perpassa pelo estágio de aceitação também, mantendo-se esperançosa quanto ao seu tratamento e atendimento recebido, esta paciente, pautada nos seus recursos de enfrentamento, ressalta a esperança que a mantém e a sustenta, conforme afirma Kübler-Ross (2017, p.134), “É a sensação de que tudo deve ter algum sentido, que pode compensar, caso suportem, por mais algum tempo.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objetivo relatar a forma com que o luto é vivenciado de acordo com os seus estágios, entender os tipos de luto em pacientes hospitalizados, bem como as estratégias que podem ser utilizadas pelo profissional a fim de tornar o processo de hospitalização digno e mais humanizado.

A partir das pesquisas realizadas, pôde-se ressaltar que para que o processo de luto em pacientes hospitalizados a partir das intervenções feitas pelo psicólogos compreendendo os processos de luto, seus estágios, realizando a validação da demanda bem como um atendimento humanizado e integralizado com a equipe, identificando e potencializando os recursos de enfrentamento, comunicando de forma objetiva, incluindo o paciente no seu real diagnóstico, contribuirá para que o mesmo passe por esse processo de maneira mais saudável.

No ambiente hospitalar, percebe-se ser muito comum os pacientes trazerem relatos de como está sendo o processo de hospitalização, discorrerem sobre sua vida fora do ambiente hospitalar, assim como suas obrigações que são pausadas durante o processo de internação, de sua rotina, bem como preocupações referentes ao bem-estar de seus acompanhantes.

Portanto, fica claro a importância da atuação do psicólogo nos diversos ambientes hospitalares e a sua principal função, tornar o atendimento dos pacientes mais humanizado, auxiliar nos recursos de enfrentamento, assim como o trabalho na equipe multidisciplinar, mantendo os recursos terapêuticos e potencializando o acolhimento, contribuindo para que a hospitalização seja positiva durante esse período.

6. REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Adriane Scomazzon; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; BANDEIRA, Denise Ruschel. **O conceito de coping: Uma revisão teórica.** *Rev. Estudos de psicologia*, dez., 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1998000200006>.

BRUGGMANN, Mario Sergio; CORRÊA, Sandra Mara; KORB, Djéssica. **A psicoeducação no processo de trabalho do enfermeiro de saúde mental.** *Rev. Journal Archives of Health*, mar-abr., 2022. Disponível em: <https://DOI:10.46919/archv3n3-001>.

CALSAVARA, Vanessa Jaqueline; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; CORSI, Carlos Alexandre Curylofo. **A comunicação de más notícias em saúde: aproximações com a abordagem centrada na pessoa.** *Rev. abordagem gestalt.*, Goiânia, abr. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180968672019000100010&lng=pt&nrm=iso.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** 3. ed. São Paulo: Artmed Editora Ltda, 2019.

DE ALMEIDA, Nemésio Vieira. **A entrevista psicológica como um processo dinâmico e criativo.** *Rev. Psic, São Paulo*, jun., 2004. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167673142004000100005&lng=pt&nrm=iso.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno**. São Paulo: Summus Editorial, 2021.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a Morte e o Morrer**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEMES, Carina Belomé; ONDERE NETO, Jorge. **Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde**. **Rev. Temas Psicologia**, mar. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2017000100002&lng=pt&nrm=iso.

LUKACHAKI, Karoline Reis Dos Santos; DE OLIVEIRA, Bárbara Carolina Lima, GOMES, Marília Daefiol Herrero. **A psicologia hospitalar e a humanização no hospital: Um relato de experiência**. **Rev. Interdisciplinar de ciências humanas e sociais**, jul-dez, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.33872/revcontrad.v1n1.e013>.

MAIANA, Jugend; JURKIEWICZ, Rachel. **A assistência psicológica através da escuta clínica durante a internação**. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, 21, jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582012000100002&lng=pt&nrm=iso.

NEVES, Letícia; GONDIM, Andressa Alencar; PINHEIRO, Joana Angélica Marques. **Coping na hospitalização; estratégia de enfrentamento familiar de pacientes na unidade semi-intensiva**. **Rev. São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/25943871.2022v31i2p455-474>.

RAMOS, Ana Paula; BORTAGARAI, Francine Monara. **A comunicação não-verbal na área da saúde**. **Rev. CEFAC.**, Santa Maria, jan-fev, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-18462011005000067>.

RIBEIRO, José Carlos Santos; DACAL, Maria Del Pilar Ogando. **A instituição hospitalar e as práticas psicológicas no contexto da Saúde Pública: notas para reflexão**. **Rev. SBPH**, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582012000200006&lng=pt&nrm=iso.

SCLIAR, Moacyr. **História do conceito de saúde**. **Rev. Saúde Coletiva**, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>.

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. 8. ed. São Paulo: Casapsi Livraria e Editora Ltda, 2016.

SOARES, Nadyelle Noberto; CUSTÓDIO, Misael Rabelo De Martins. **Impactos emocionais da alteração da rotina em idosos hospitalizados**. **Rev. Encontro**, 2011. Disponível em: <https://seer.pgscogna.com.br/renc/article/download/2491/2385>.

VIEIRA, Cláudia Silveira; COLLET, Neusa; DE OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves. **A humanização na assistência à saúde. Rev. Latino-am Enfermagem**, mar-abr, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000200019>.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE A PERCEPÇÃO DA VELHICE

THE INFLUENCE OF THE MEDIA ON THE PERCEPTION OF OLD AGE

SILVA¹, Ângela Cristina SILVA², Raila Lopes da

RESUMO

A percepção das pessoas sobre seus próprios corpos, e o que elas pensam a respeito dos corpos dos outros não é um evento que ocorre de forma isolada. A cultura a qual pertence os indivíduos são lentes que interferem na visão dos sujeitos e em vários temas, incluindo a aparência. A mídia é um dos meios pelos quais as pessoas são influenciadas, inclusive no que tange a beleza e a juventude, que são aspectos sempre valorizados pelos meios de comunicação. O artigo tem por objetivo analisar a influência da mídia sobre a percepção da velhice. Para isso, foi realizada uma pesquisa de âmbito bibliográfico com a finalidade de verificar a percepção do sujeito sobre envelhecer, a adoração da beleza e a exaltação da juventude.

Palavras-chave: Velhice. Envelhecer. Beleza e bem-estar.

ABSTRACT

People's perception of their own bodies and what they think about the bodies of others is not an isolated event. The culture to which individuals belong are lenses that interfere in the subjects' vision and in various themes, including appearance. The media is one of the means by which people are influenced, including with regard to beauty and youth, which are aspects that are always valued by the media. The article aims to analyze the influence of the media on the perception of old age. For this, a bibliographical research was carried out in order to verify the subject's perception of aging, the adoration of beauty and the exaltation of youth.

Keywords: Old age. To age. Beauty and welfare.

1. INTRODUÇÃO

A escolha pela presente temática se deu a partir do interesse acadêmico inicial em adentrar nos estudos do Transtorno Dismórfico Corporal, porém, percebeu-se que não havia muitas publicações a respeito, o que poderia vir a se tornar um empecilho para a execução da pesquisa. Durante a busca por artigos relacionados ao tema inicialmente pretendido, foi encontrado o trabalho de Cavalcanti (2015), que se debruçava sobre a seguinte questão: o Transtorno Dismórfico Corporal pode ser desencadeado a partir do surgimento dos sinais da idade? Tendo em vista a possibilidade do adoecimento mental devido a uma condição para qual

¹ Ângela Cristina Silva do Curso de Psicologia da FacUnicamps, Faculdade Unida de Campinas. E-mail: ac.fac2019@gmail.com

² Raila Lopes da Silva do Curso de Psicologia da FacUnicamps, Faculdade Unida de Campinas. E-mail: raila.haila@gmail.com

todos os seres humanos caminham, em um momento em que a juventude é glorificada e a busca da permanência da juventude, dia a dia, é mais procurada, esta pesquisa tem como justificativa a necessidade da compreensão de como a alta percepção dos indivíduos em relação aos seus corpos é construída e, como os fatores que interferem na composição da alta imagem podem dificultar a aceitação dos traços físicos que o tempo impõe ao corpo. Uma vez que se tem conhecimento de fatores que contribuem para o adoecimento, é possível pensar em fatores que promovam a saúde.

O problema central da presente pesquisa é se existe influência da mídia na maneira como os indivíduos reagem à chegada dos sinais do envelhecimento. A mídia, a depender do conteúdo, pode atuar de forma negativa, levando o indivíduo à busca incessante por atingir um padrão de beleza que, por mais que se tente, não é possível ser alcançado. Indicativos dessa afirmativa podem ser demonstrados através da crescente preocupação com aparência, combustível para a venda de produtos que prometem manter ou devolver a jovialidade, como também da procura por procedimentos estéticos e outras maneiras distintas de se parecer com o que é considerado “bonito”, ou seja, a forma como todos devem parecer. Nem sempre ao olhar no espelho o sujeito se sentirá satisfeito com o que vê. Às vezes, ele pode achar que está acima do peso ou magro demais; com lábios muito finos ou grossos demais; cabelos lisos demais ou com cachos demais, dentre várias outras características possíveis. Segundo Silva, Japur e Penaforte (2019), cada indivíduo tem uma maneira de enxergar seu próprio corpo, como também tem sentimentos e pensamentos específicos sobre ele.

Porém, a elaboração dos pensamentos sobre o próprio corpo, os sentimentos de contentamento ou de frustração ao olhar-se não são edificados puramente pelo sujeito, há por trás deles aspectos referentes à cultura em que o indivíduo vive e a sociedade da qual faz parte (SILVA; JAPUR; PENAFORTE, 2019). É por meio da cultura que muitos costumes são passados de geração em geração, incluindo aqui os padrões de beleza estipulados por um povo, padrões que se tornam objetivos, independente das metas para cumpri-los. Além dos padrões de beleza impostos culturalmente, a mídia, por meio de seus comerciais, procura vender em potinhos a juventude eterna, mesmo que esta não exista, pois faz parte do processo biológico do ser humano envelhecer (PAPALIA, 2022).

Com este trabalho, objetiva-se demonstrar que os meios de comunicação, em suas diversas formas, não apenas divertem e informam, mas também através do que neles são divulgados, influenciam no que diz respeito aos pensamentos, sentimentos e comportamentos daqueles que da mídia consomem; explicar de que modo a mídia contribui para que as pessoas sintam a necessidade de manter-se eternamente jovens; analisar como o ideal do “corpo

perfeito” afeta os comportamentos das pessoas frente ao envelhecimento e descrever a visão dos indivíduos a respeito da vida tardia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A adoração da beleza e o desejo de ser belo não são aspectos que se encontram presentes apenas na modernidade. Uma das características do mito é trazer ao momento atual fatos do passado. Segundo Viana e Cirino (2020), a mitologia grega, que data de milênios, conta a história de Afrodite, uma deusa graciosa, mulher de beleza estonteante, nunca vista. Saída do mar, fauna e flora reverenciava e festejava seu nascimento. Afrodite, na mitologia grega, é considerada a deusa da beleza e do amor à humanidade, porém, há uma segunda versão, em que Afrodite permanece sendo vista como a deusa do amor, todavia, é o amor ao desejo, ao prazer e ao corpo (VIANA; CIRINO, 2020).

2.1. O corpo ao longo do tempo

Historicamente, de tempos em tempos, o corpo foi compreendido de modo distinto. Para Sócrates, na Grécia Antiga, o homem ser saudável era uma condição de inestimável valor e, este bem-estar ser acompanhado por beleza era um aspecto importante. Ele mesmo, para cultivar a boa forma, praticava atividades físicas e expressava preocupação com os próprios hábitos alimentares. Sócrates não lutava nas guerras ou participava de jogos olímpicos, mas estas eram práticas realizadas no país e os que participavam delas deveriam estar preparados, fisicamente, para tal (CASSIMIRO; GALDINO, 2012).

Na Idade Média, a igreja era quem detinha o poder, ditava as regras na sociedade e interferia em todas as esferas da vida que se constituíam nela. Obedecer às normas da igreja era a única forma de alcançar a salvação. Segundo Cassimiro e Galdino (2012), a preocupação com o corpo dava lugar à preocupação com a redenção da alma, os deleites temporários da terra eram recusados em troca de um futuro e eterno deleite no céu. Nesse contexto, qualquer representação corporal que não estivesse de acordo com as ideias difundidas pela igreja era entendida como corrupção da alma e, conseqüentemente, pecado (CASSIMIRO; GALDINO, 2012).

O Renascimento foi a ponte para a passagem da Idade Média para a Modernidade, colocando fim ao domínio exercido pela igreja. O objeto de adoração do homem torna-se ele mesmo. As inovações tecnológicas permitem o surgimento das indústrias, e assim, o surgimento

do Capitalismo. Conforme Cassimiro e Galdino (2012), o corpo agora é visto como mantenedor do Capitalismo, na medida em que esse corpo produz e é consumidor.

2.2. Padrões de beleza

Para Medeiros *et al.* (2022), a visão do homem sobre o meio em que ele se encontra é carregada do que até então a ele foi ensinado. Em outras palavras, o olhar que o homem lança ao seu redor é impregnado pela cultura do local onde vive. Esse aspecto torna a cultura um norteador dos comportamentos humanos, ao mesmo tempo em que também desempenha forças sobre eles. De acordo com os autores supramencionados, em diferentes sociedades a beleza física é uma característica valorizada culturalmente, fato esse que também se faz presente modernamente.

Conforme Medeiros *et al.* (2022), espera-se que o sujeito tenha esta ou aquela aparência, que ele seja capaz de caber em “formas” fabricadas social e culturalmente. Quando isso não acontece o sujeito é julgado e passa a ser visto como aquele que não se encaixa, o que o torna, na visão dos demais, o estranho, o feio, o bizarro (MEDEIROS *et al.*, 2022). Contudo, é importante ressaltar que os padrões de beleza sempre se transformam, caminham ao lado do momento atual, o que é moda hoje, amanhã não mais será e, suas mudanças os tornam inalcançáveis (MEDEIROS *et al.*, 2022) por mais que os indivíduos neles procurem chegar. O mito da beleza surge vinculado à imagem da mulher, e mesmo sendo uma jovem deusa com uma beleza encantadora, ainda assim, não parece ser suficiente, pois a deusa é ornamentada por outras deusas para complementar a imagem corporal já perfeita de Afrodite.

Viana e Cirino (2020) citam um estudo internacional realizado pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), em que o Presidente da ISAPS, Dr. Renato Saltz avalia o crescimento mundial das cirurgias e procedimentos estéticos pelo mundo em 2017. Os Estados Unidos é o país com mais procedimentos, cirúrgicos ou não, realizados mundialmente com 18,4%, em seguida o Brasil com 10,4% e o Japão com 7,2%. Considerando todos os procedimentos estéticos realizados mundialmente, as mulheres representam 86,4% e os homens apenas 14,4%.

Saltz (2018 *apud* VIANA; CIRINO, 2020) manifesta-se sobre o crescimento da procura pelos procedimentos e cirurgias estéticas em vários países em todo o mundo e considera que a tendência será de maior procura, pois os pacientes aproveitam as inovações para melhorarem sua aparência e se sentirem bem. No entanto, Viana e Cirino (2020) ressaltam que a ideologia da beleza é, provavelmente, para atender às perspectivas de negócios das indústrias do ramo da

estética, sem a existência da intenção de deixar os indivíduos satisfeitos com a própria aparência.

É possível perceber que assim como Afrodite é um mito dos tempos antigos (VIANA; CIRINO, 2020), a beleza é um mito da modernidade, no sentido de que a ideologia do que é belo, provavelmente, objetiva atender as expectativas das grandes indústrias ao invés de deixar as pessoas felizes e satisfeitas com a própria aparência (VIANA; CIRINO, 2020). Segundo Medeiros *et al.* (2022), as pessoas frequentemente encontram em seus corpos partes que não as agradam visualmente, como por exemplo, lábios finos, seios que consideram muito grandes ou extremamente pequenos, ou o tamanho do nariz, entretanto, segundo Viana e Cirino (2020), a mídia, como propagadora dos ideais de beleza, pode influenciar a forma como cada indivíduo se sente em relação à própria aparência.

A beleza física é uma característica valorizada culturalmente e o sujeito que não se encaixa nos padrões de beleza fabricados socialmente e culturalmente é considerado como inferiorizado e esquisito. Nessa perspectiva, cria-se um esforço de se pertencer, a todo custo, dentro dos parâmetros dos padrões de beleza, logo, esta pode ser uma nuance para o desenvolvimento do Transtorno Dismórfico Corporal (TDC). O TDC é uma distorção ao modo de como o indivíduo percebe sua própria imagem, se sentindo ífero, com um incômodo excessivo causando malefícios a saúde física e mental (MEDEIROS *et al.*, 2022).

A busca por alcançar o objetivo de um ideal de beleza se torna inatingível, pois esse preceito sempre muda. É comum a insatisfação pessoal com determinadas características da própria imagem. No entanto, a exacerbação da preocupação e buscas por procedimentos cirúrgicos e estéticos, pode causar transtornos nas esferas alimentares, psicológicas, sociais e comportamentais. O TDC é caracterizado por essa aflição excessiva na aparência que causa sofrimento na pessoa, e isto passa a ser de preocupação clínica (MEDEIROS *et al.*, 2022).

2.3. Os meios de comunicação

De acordo com Fernandes (2016), ao longo dos anos a sociedade tem passado por diversas modificações, as quais se expressam nos pensamentos e comportamentos de cada um, como também no campo das atividades laborais e da produção científica e de tecnologias. As mudanças nessas áreas levaram a mudanças nos meios de comunicação, os quais, atualmente, proporcionam à população, facilidades e velocidade no processo de troca de informações (FERNANDES, 2016).

Como fruto das evoluções tecnológicas nasceu a internet, que começou a ser utilizada nas empresas, depois chegou até as casas e hoje acompanha as pessoas aonde vão e aonde desejam a utilizar (FERNANDES, 2016). As informações publicadas na rede de computadores alcançam um grande número de pessoas ao mesmo tempo, principalmente por meio da tela dos smartphones, que estão sempre à mão para serem usados a qualquer hora e em qualquer lugar, permitindo que os usuários escolham o conteúdo que querem consumir, como também se tornem criadores de conteúdo para compartilhar com outros possíveis consumidores (FERNANDES, 2016).

Devido à variedade de materiais que na internet podem ser encontrados, nela também se encontram conectados um público variado (FERNANDES, 2016), com idades, interesses e objetivos diversificados. A internet propiciou novos modos de trabalhar, novos modos de estudar e, tudo isso foi facilitado a partir do desenvolvimento do telefone celular. No Brasil, até os anos 90, as pessoas tinham acesso ao telefone condicionado ao local em que estivessem (FERNANDES, 2016), entretanto, agora, com a maioria das pessoas encontra-se um telefone, pois além do telefone fixo, hoje existe o telefone móvel, que os permite estar conectados o tempo todo.

Segundo Fernandes (2016), os anos 2000 marcam o início das redes sociais virtuais. As comunidades reuniam pessoas distantes com interesses em comum, que passavam a se relacionar através delas. Tanto o *Orkut* como o *Facebook* foram responsáveis por novos moldes na forma de interação (FERNANDES, 2016). E assim, para Silva, Japur e Penaforte (2019), as redes sociais, que são tipos de mídias da contemporaneidade, passaram a ser muito faladas e a contar com a participação de boa parte da população.

A capacidade de alcançar uma grande quantidade de pessoas e de exercer influência sobre elas faz da televisão, do rádio, das revistas, cinema e das redes sociais meios de comunicação chamados mídia (MOREIRA, 2010). Segundo Moreira (2010), o conceito de mídia está associado à criação, divulgação e captação de mensagens. As mídias virtuais ocupam boa parte do tempo dos indivíduos, o que colabora para que as relações com os outros aconteçam mais no mundo virtual do que no mundo real (MOREIRA, 2010).

2.4. A vida tardia

O combate às doenças transmissíveis, alimentação adequada aliada a hábitos de vida considerados mais saudáveis e o desenvolvimento econômico, dentre outros, são fatores que contribuíram para que as pessoas vivam mais (PAPALIA, 2022). Devido a tais mudanças,

segundo Moreira e Nogueira (2008), no ano de 2025, o número de idosos pode chegar a 1,2 bilhões. Visto como um país com população jovem, o Brasil caminha com passos rápidos em direção à mudança demográfica (MOREIRA; NOGUEIRA, 2008), o que se deve aos baixos índices de natalidade e a melhora na qualidade de vida dos brasileiros.

Se por um lado os avanços da ciência e um estilo de vida que favoreça a saúde do ser humano é uma boa notícia, por outro, a falta de preparo da sociedade para lidar com os idosos é um problema. De acordo com Papalia (2022), é possível perceber que a sociedade discrimina o idoso devido à sua idade, sendo esta prática conhecida como idadismo. Um dos motivos pelo qual os idosos são vítimas do preconceito pode estar relacionado aos estereótipos, pois os velhos são vistos como incapazes, decrepitos e incompetentes (PAPALIA, 2022). Essa maneira de enxergar a velhice dificulta o tratamento aos idosos e a aceitação da chegada da própria velhice.

Conforme Ballone (2000), a valorização dada aos jovens pela sociedade e a preocupação com a imagem e a boa aparência, que às vezes se sobressaem em comparação a outras características do ser humano, faz com que o velho seja o inimigo da modernidade. Uma vez que a velhice é um processo inevitável, torna-se incomodo o convívio com quem a representa, fazendo com que a sociedade rejeite o indivíduo que já envelheceu (BALLONE, 2008). Sendo a sociedade atual assentada em aspectos como produtividade e beleza, o idoso não tem espaço, pois não produz, tão pouco é belo (BALLONE, 2008).

É perceptível na mídia o reforço da imagem em que os personagens heroicos são representados por artistas jovens, em contrapartida, os personagens bandidos são retratados na faixa de 35 a 40 anos. Já os velhinhos se enquadram nos personagens cômicos. Em se tratar de propagandas a situação é pior, os serviços e produtos vinculados ao prazer são promovidos por atores jovens e atléticos. Para a faixa etária de meia idade, são propagandas consideradas de grande importância, como supermercado, planos de saúde e seguros. Para os idosos, nos poucos momentos em que aparecem lhe são atribuídos personagens para dar um clima espirituoso ou caricato (BALLONE, 2000)

Moreira e Nogueira (2008) realizaram uma pesquisa qualitativa composta por indivíduos do sexo feminino e masculino, entre quarenta e sessenta anos de idade. O objetivo era coletar dados sobre como as pessoas percebem o envelhecimento e pensam o processo de envelhecer. Os autores constataram que o envelhecimento é encarado de formas diferentes pelos sujeitos e que também é uma condição estigmatizada. Ser velho coloca as pessoas em uma posição na qual ele é excluído e, o que vale é apenas a juventude cultuada na contemporaneidade.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados do Google Acadêmico, SciELO e PePSIC. A busca foi feita por meio da utilização de descritores de forma cruzada e única, tais como: envelhecimento, mídia, padrões de beleza, e corpo. Tais descritores foram empregados em buscas que relacionaram o tema com a Psicologia. Os textos selecionados foram aqueles publicados nos últimos 20 anos, devido o surgimento das principais redes sociais, como o *Facebook* (2004), e o avanço das tecnologias, que possibilitaram o acesso à rede a qualquer hora e qualquer lugar, o que facilitou o acesso de todos ao mundo cibernético.

Assim, foi utilizada a estratégia de levantamento de dados baseados nos artigos e pesquisas apresentados anteriormente, com intuito de analisar e estudar os casos ali apresentados, e seus dados coletados para a presente pesquisa bibliográfica. Ao todo, foram escolhidos para a realização dos resultados e discussão seis artigos. A escolha se deu pelo fato de que, apesar de cada trabalho analisar os aspectos relevantes para este estudo separadamente, as ideias se completam e chegam à mesma conclusão no que se refere às redes sociais.

Trabalhos referentes à influência da mídia sobre crianças e adolescentes não foram considerados, tornando-se este um critério de exclusão. A data de publicação dos trabalhos também foi levada em conta no momento da escolha, assim, selecionar trabalhos a partir do ano 2000 foi critério de inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 1 - Artigos Selecionados

AUTORES	TÍTULO	ANO	OBJETIVOS
BARBOSA; MATOS; COSTA.	Um olhar sobre o corpo: O corpo ontem e hoje.	2011	Entender aspectos sociais e culturais que contribuem para a construção e representação do corpo na sociedade.
DALLABRIDA <i>et al.</i>	Idealização do padrão de beleza na contemporaneidade.	2020	Entender como a população pode ser influenciada pela mídia a fazer cirurgias para se enquadrarem no padrão de beleza imposto pela sociedade.
DELBONI <i>et al.</i>	Gerascofobia – O medo de envelhecer na contemporaneidade.	2013	Entender as causas do medo de envelhecimento.

MONTEFUSCO	A negação do envelhecimento e a manutenção da juventude veiculados em revistas femininas: um estudo de psicologia social.	2013	Entender a busca em manter-se jovem e compreender como é divulgado pela mídia para o público feminino.
MOREIRA; NOGUEIRA.	Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade.	2008	Compreender o processo de envelhecimento no qual o cenário cultua juventude e beleza.
SAMPAIO; FERREIRA.	Beleza, identidade e mercado.	2009	Entender o porquê da procura em atingir padrões de beleza corporal.

Fonte: Google Acadêmico.

De acordo com Barbosa, Matos e Costa (2011), se em um dado momento histórico, a importância do corpo situava-se na capacidade que este tem de produção, a importância atribuída a ele na contemporaneidade situa-se nas possibilidades que este tem de consumir o que é produzido. O importante não é se o corpo precisa do que é oferecido, mas que ele consuma se o produto está disponível. Assim, através das propagandas vinculadas na mídia que incentivam o corpo malhado e a pele imaculada, “vende-se” a aparência idealizada. Se o cabelo cai, há quem ofereça implantes, se as rugas aparecem, há quem ofereça o preenchimento.

Conforme Barbosa, Matos e Costa (2011), quando o sujeito recorre a estes recursos, está em busca de um meio de evitar críticas sociais sobre sua fisionomia e atender o que se espera para ela. Utilizando-se de vários meios, o indivíduo disfarça no corpo o que considera feio e esconde aquilo que os outros não querem ver (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011).

Sabe-se que as marcas do tempo vêm, assim, pensa-se em como adiá-las, eliminá-las. Como afirmam Barbosa, Matos e Costa (2011), o que não oferecem aos corpos é a alternativa de acolhê-las e aceitá-las. Conforme Montefusco (2013), o plano das indústrias não é que as pessoas se sintam realizadas com o próprio corpo, e sim, que continuem desejosas de alcançar a perfeição, para que continue consumindo.

As ideias a respeito dos atributos físicos que se deve ter ou manter não surgem do nada (DALLABRIDA *et al.*, 2020). A concepção de beleza é uma edificação social. Logo, é possível conceber que a percepção negativa sobre o surgimento dos sinais do envelhecimento não se constrói de forma isolada.

Padrões de beleza não repercutem apenas na vida do sexo feminino ou masculino, eles atingem os dois, mas segundo Montefusco (2013), as mulheres, as quais sempre foram cobradas a respeito de sua aparência, se sentem na obrigação de estar conforme as expectativas sociais. Independente de suas ocupações espera-se que estejam sempre jovens e belas.

A eclosão das redes sociais permitiu partilhar com os amigos e familiares os momentos registrados, em vídeo ou foto, no dia a dia. O surgimento das redes sociais também permitiu às indústrias compartilharem com todos que a acessam, imagens de corpos malhados e rostos imaculados, que insinuam como os corpos de todos os homens e mulheres deveriam ser. Ação que, de acordo com Sampaio e Ferreira (2009), faz com que as pessoas desconfiem das opiniões positivas que tem a respeito do seu próprio corpo, pois o “bonito” nos comerciais é aquela imagem que, entre outras características, não mostre os sinais que chegam a partir de certa de idade.

Para Dallabrida *et al.* (2020), tais anúncios colaboram para que os indivíduos adotem para si o que é fisicamente agradável para os outros com o propósito de pertencer a um determinado grupo e ser aceito por ele. Nesse sentido, as medidas antienvelhecimento, como os produtos e procedimentos estéticos oferecidos nos anúncios encontrados na mídia, podem ser aderidas, a fim de que o indivíduo seja visto como jovem e pertencendo este grupo.

Delboni *et al.* (2013) afirmam que a mídia, como ferramenta do capitalismo, contribui para que as pessoas rejeitem o envelhecimento, já que o conteúdo vinculado por ela aponta para essa condição como o momento de derrocada do ciclo de vida dos seres humanos, portanto, os meios de comunicação, sejam eles redes sociais, revistas, TV etc., podem agir como um fator que acentua a preocupação com a chegada do envelhecimento e de suas marcas.

A sociedade segue rumo ao envelhecimento e, mesmo sendo uma etapa da vida comum a todos, alguns, mais do que outros, se preocupam com a chegada dela. Por meio da supervalorização da beleza exterior e da juventude como sinônimo de felicidade. Delboni *et al.* (2013) afirmam que os meios de comunicação podem aumentar a inquietação dos sujeitos em relação ao envelhecer e, a inquietação exacerbada pode levar a patologias. Portanto, o medo do envelhecimento, que pode ser provocado ou acentuado pelo simples ato de rolar a *timeline* do *Instagram* pode se transformar em um transtorno.

As preocupações com o envelhecimento não têm a ver apenas com as marcas físicas que o tempo estampa no corpo. Conforme Delboni *et al.* (2013), também estão relacionadas com o modo como serão enxergados e tratados pelos outros quando envelhecerem, uma vez que os

velhos passam a serem vistos como pessoas que não produzem, não consomem, não têm status social, são feios e estão à beira da morte.

Para Montefusco (2013), os traços físicos avisam àqueles ao redor do indivíduo mais do que o fato de que seu corpo está envelhecendo, estes sinais representam a perda do vigor, das forças, da capacidade de realizar as mesmas atividades e das condições de cuidar de si próprio. Delboni *et al.* (2013) ainda destacam os fatores psicológicos associados ao envelhecimento, como por exemplo, o adoecimento, o óbito de pessoas próximas e a perda de ocupação social.

De acordo com Moreira e Nogueira (2008), nos atendimentos clínicos psicoterápicos há muitas pessoas que sentem dificuldades para lidar com o envelhecimento, como também fazem uso dos produtos e serviços que fazem a falsa promessa de os manterem prolongadamente com a aparência jovem. Os autores salientam que “como o envelhecimento é evidenciado de uma forma antagônica ao padrão estético imposto, ele passa a ser vivido como um defeito que precisa ser disfarçado por meio de múltiplas técnicas que prometem o rejuvenescimento” (MOREIRA; NOGUEIRA, 2008, p. 63). O ser humano anseia por uma vida longa, mas uma vida em que a juventude não termine.

Na contemporaneidade, há mais do que o culto ao corpo e a beleza. Atualmente o culto à juventude sempre eterna. Porém, de acordo com Montefusco (2013), é inverdade que se pode ser jovem para sempre, mas essa ideia é reforçada mediante às novas composições químicas antienvelhecimento e técnicas cirúrgicas inovadoras que são frequentemente divulgadas.

A juventude tornou-se mais uma das “formas” nas quais os sujeitos precisam se encaixar, e assim, modelam seus corpos através da compra de cosméticos e da realização dos procedimentos estéticos (MONTEFUSCO, 2013). Ao que parece, por intermédio da mídia, a indústria da beleza oferece aos seus clientes a receita da juventude eterna, mas, ao passo de que a juventude eterna ainda não pode ocorrer, o que trabalham incessantemente para manter longamente são os lucros que vão receber.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não importa se é pelo celular, tablet, TV ou computador. Não importa o horário nem o local. A partir dos avanços tecnológicos, acessar a internet e as redes sociais se tornou algo fácil e rápido. Cada vez mais, seja por motivos de trabalho ou lazer, passasse mais tempo na frente das telas, sendo assim, é impossível negar que estas não exerçam influência no pensamento e comportamento dos indivíduos.

A mídia é a principal ferramenta das indústrias para tornar as pessoas consumidoras de seus produtos, mas isso se torna um problema quando, nos esforços de vender suas mercadorias, dissemina ideias relacionadas a corpos perfeitos somados à beleza e juventude eterna. Assim, por meio das propagandas que incentivam, por exemplo, a eliminação dos sinais da idade, e destacam a juventude como o único momento em que se pode ser feliz, as pessoas passam a desaprovar seus corpos reais e rejeitar as mudanças que ocorrem no corpo e em suas vidas sociais devido à passagem do tempo. Como consequência, passam a temer o envelhecimento.

Ora, se a sociedade enxerga o sujeito velho como alguém que não tem mais nada a oferecer, totalmente dependente e visualmente desagradável, sendo tais concepções acentuadas pelos comerciais expostos na mídia, como não temer o envelhecimento em seus aspectos sociais e físicos? Envelhecer não é uma condição que pertence a um ou a outro, envelhecer faz parte do processo biológico de todos. Envelhecimento não pode ser entendido como adoecimento, e sim como mais uma etapa da vida, onde pode ainda haver prazer e desenvolvimento.

Para a psicologia, que se dedica ao cuidado do ser humano, que é indissociável nos seus aspectos biológicos, psicológicos, sociais e espirituais é de extrema importância examinar a influência que o ambiente em que o indivíduo está inserido exerce no seu modo de pensar, sentir e agir, no que diz respeito ao mundo e sobre si mesmo. Sendo assim, questionar as interferências da mídia na subjetividade de cada sujeito é um tema relevante, visto que atualmente a população em massa tem acesso e passam horas do seu tempo com os olhos voltados para ela. Não se pode promover a saúde se não se conhece os fatores que adoecem, portanto, diante da possibilidade de alguns conteúdos encontrados na mídia causarem danos à saúde física e mental dos sujeitos, é preciso que o psicólogo compreenda como tais prejuízos acontecem para que dessa maneira possa intervir a fim de minimizá-los.

6. REFÊRENCIAS

BALLONE, G. J. Transtornos do envelhecimento. **Psiqueweb**. Programa de Psiquiatria Clínica na Internet. 2000. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br> Acesso em: 19 out. 2022.

BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. UM OLHAR SOBRE O CORPO: O CORPO ONTEM E HOJE. **Psicologia & Sociedade**. Porto, Portugal, Jun, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WstTrSKFNy7tzvSyMpqfWjz/?lang=pt> Acesso em: 06 maio 2023.

CASSIMIRO, Érica Silva; GALDINO, Flávio Sales. **AS CONCEPÇÕES DE CORPO**

1º Periódico da Unicamps Ciência

Unicamps Ciências Humanas. V.1 nº 1 ago. /dez.2023

CONSTRUÍDAS AO LONGO DA HISTÓRIA OCIDENTAL: DA GRECIA ANTIGA À CONTEMPORANEIDADE. UFSJ. 2012. Disponível em: ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistametanoia/4_GERALDO_CONFERIDO.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

CAVALCANTI, A. L. T. O desenvolvimento do transtorno dismórfico corporal durante o envelhecimento pode acontecer? **Anais Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**, v. 2, n. 1, ISSN 2318-0854. set. 2015.

DALLABRIDA, R.; DOS SANTOS BALDISSERA, R.; DA SILVA CARVALHO, L.; GRANIEL KINN, V. IDEALIZAÇÃO DO PADRÃO DE BELEZA NA CONTEMPORANEIDADE: INFLUENCIA DAS REDES SOCIAIS. **Salão do Conhecimento**, [S. l.], v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/18165>. Acesso em: 06 maio 2023.

DELBONI, B.; JOAQUIM, S.; PLONER, K.; RANGEL CYRINO, L. Gerascofobia – o medo de envelhecer na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 10, n. 2, 7 dez. 2013. Disponível em: < <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/3320> >. Acesso em: 06 maio 2023.

FERNANDES, E. A. A evolução da comunicação impactada pela tecnologia. **Ideias & Inovação**, v. 3, n. 2, p. 93-102, set. 2016.

MEDEIROS, L. P. de; SOUTO, B. L. C.; FERNANDES, V. L.; TRISTÃO, M. L. V.; DIAS, L. C.; SILVA, M. A.; ROCHA, L. C. dos S. O.; NEPOMUCENO, B. F. V.; NETO, R. S.; MOURA, I. G. S. Transtorno dismórfico corporal: relação com os padrões de beleza. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 3, p. e9930, 17 mar. 2022.

MONTEFUSCO, Erica Vila Real. **A negação do envelhecimento e a manutenção da juventude veiculados em revistas femininas**: um estudo de psicologia social. 2013. 125f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6858> >. Acesso em: 06 maio 2023.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade. **PEPSIC**. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000200009. Acesso em: 19 out. 2022.

MOREIRA, Virgínia; NOGUEIRA, Fernanda Nícia Nunes. Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. **Psicologia USP**. 2008. Disponível em: redalyc.org/pdf/3051/305123726009.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

PAPALIA, Diane E; MARTORELL, Gabriela Alicia. **Desenvolvimento Humano**. 14. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill Education, 2022.

SAMPAIO, Rodrigo P. A. de; FERREIRAI, Ricardo Franklin. Beleza, identidade e mercado. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 120-140, abr. 2009. Disponível

em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 maio 2023.

SILVA, A. F. S.; JAPUR, C. C.; PENAFORTE, F. R. O. Repercussões das redes sociais na imagem corporal de seus usuários: revisão integrativa. **Psicologia: Teoria e prática**, v. 36, e36510, p. 1-13, 2020.

VIANA, Adriano Carvalho; CIRINO, Marta. O MITO DE AFRODITE EM CONTRAPONTO AO MITO DA BELEZA NA CONTEMPORANEIDADE. **Revista**

Lumen. 2020. Disponível em:

periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/114/196. Acesso em: 19 out. 2022.

CRIANÇAS QUE PASSARAM PELO PROCESSO DE LUTO: UM ESTUDO A PARTIR DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

CHILDREN WHO PASSED THROUGH THE GRIEF PROCESS: A STUDY BASED ON DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY

LIMA, Abigail Rodrigues da Silva¹; SILVA, Edilane Ribeiro²; LIMA, Gabrielle Fernandez Barbado³; SILVA, Jéssika Camilla Lima⁴.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é ressaltar a importância do processo de luto infantil, a partir de uma visão mais humanizada e consciente, para que o processo em si seja elaborado pela criança. Para isso, é importante que haja o processo de conscientização da família em relação à criança, com o intuito de evitar traumas, sequelas ou problemas futuros, para que ela possa elaborar e lidar com o luto. Além disso, toda a sociedade deveria estar atenta, agindo de forma esclarecedora, sem idealizações ou explicações fantasiosas para com a criança que está vivenciando esta perda. Para tanto, foi feita uma pesquisa de método de pesquisa teórica e de campo onde o principal intuito foi abranger como o luto é trabalhado e como ele é informado a esta criança, onde foi elaborado um questionário semiestruturado. No resultado obtido através da pesquisa, pode-se concluir que é de suma importância falar de maneira clara e objetiva sobre a morte para com a criança, fazendo, assim, com que ela esteja ciente e possa elaborar esse processo de luto de forma que não traga prejuízos psicológicos futuros.

Palavras-chave: Luto. Luto infantil. Infância. Família. Psicologia do desenvolvimento.

ABSTRACT

The general objective of this work is to emphasize the importance of the child mourning process, from a more humanized and conscious view, so that the process itself is elaborated by the child. For this, it is important that there is a process of family awareness in relation to the child, in order to avoid trauma, sequels or future problems, so that the child can elaborate and deal with grief. In addition, the whole of society should be attentive, acting in an enlightening way, without idealizations or fanciful explanations for the child who is experiencing this loss. For that, a research of theoretical and field research method was carried out where the main intention was to cover how mourning is worked and how it is informed to this child, where a semistructured questionnaire was elaborated. In the result obtained through the research, it can be concluded that it is of paramount importance to speak clearly and objectively about death with the child, thus making them aware and able to elaborate this grieving process in a way that does not bring future psychological harm.

Keywords: Grief. Childhood grief. Childhood. Family. Developmental psychology.

¹ Graduanda em Psicologia. FacUnicamps. Email: rodriguesabigail69@gmail.com

² Graduanda em Psicologia. FacUnicamps. Email: dillaribeiro3132@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia. FacUnicamps. Email: gabriellefernandez62@gmail.com

⁴ Graduanda em Psicologia. FacUnicamps. Email: jessikacls@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Observando o cenário e a forma de demonstrar a importância da elaboração do luto, esse processo apresenta-se como algo primordial, que faz parte da vida do ser humano, e a sociedade, de modo geral, compreende que a criança mesmo se apresentando como um ser em desenvolvimento e de ideias fantasiosas alcança aquilo que transcorre ao seu redor, essa elaboração trará consigo a percepção de como o adulto conseguirá dizer a criança o que houve, e a subjetividade marca esse processo (SANTOS; MUNER, 2020).

Pois, apesar de ser considerado um ser em desenvolvimento, é necessário que a criança passe por todas as fases, incluindo as perdas que ela terá no decorrer da sua vida. Desde o começo a criança, mesmo que inconsciente, reconhece a morte, pois é um acontecimento que fará parte de toda a sua vida, sua dificuldade algumas vezes é nomeá-la e cabe aos adultos auxiliar nessa tarefa (OLIVEIRA, 2001).

Para a criança, perder alguém que era o seu alicerce traz consigo muitas inseguranças e medos quanto ao papel que esta pessoa cumpria em sua vida, pois ela se vê com o sentimento de desamparo e impotência frente a perda, frente a perda dessa pessoa que era importante para o seu seio familiar. A elaboração do luto das crianças pode ocorrer com conversas, esclarecimentos abertos, apoio e empatia, conforme apresenta Santos e Muner (2020).

Segundo Aciole e Bergamo (2019), é importante levar em consideração os valores, a cultura e o modo de criação da família em que essa criança está inserida, para que se possa compreender como será essa vivência do processo de luto, tanto para ela quanto para os seus atuais responsáveis. Desse modo, as crianças possuem um modelo próprio de elaboração do luto, pois ele possui características específicas, levando em consideração que a criança está estruturando a sua personalidade.

Nesse momento, há o questionamento sobre qual seria a melhor forma de comunicar a morte à criança, e com isso, surgem aspectos para serem levadas em consideração como: cultura, acesso à informação e questões socioeconômica, dentre outros. O que nos leva a perguntar: Luto infantil, de que forma o luto deve ser apresentado para a criança, visando facilitar a elaboração do mesmo, e evitando maiores danos em seu desenvolvimento emocional, e quais são as estratégias mais eficazes para apoiá-las nesse processo?

Esse tema foi escolhido pela importância de se conhecer os processos que as crianças vivem em seu momento de perda, como essa comunicação deve ser feita, de que forma os adultos podem abordar estes assuntos com suas crianças. A vida é cheia de fases, e uma fase importante, que todos podem vir a vivenciar é o processo de luto, nesta pesquisa, abrangearemos essa temática, porque existe, ainda hoje, um grande tabu acerca da morte.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Luto

Em geral, o homem tem poucas certezas durante a sua vivência, e uma delas é a finitude da sua vida, e mesmo tendo certeza desse processo, é inevitável passar por essa perda, isso pode ser decorrente de vários fatores, entre eles são as ligações criadas com seus estimados que partem, e tal ligação é forte o bastante a ponto de gerar sofrimento para quem fica, tal processo em alguns casos foge da realidade e até aprisiona esta pessoa ao processo do luto, como pode-se confirmar na escrita de Eliane Mendlowicz:

O processo de luto, por sua vez, se realiza através do teste de realidade, que ao evidenciar reiteradamente que o objeto não mais existe, exige que a libido se desprenda do objeto perdido. Entretanto, sublinha que esta exigência não é fácil de ser cumprida. As pessoas tendem a se agarrar insistentemente a seus investimentos libidinosos e não abrem mão de suas ligações mesmo quando outro objeto se apresenta a elas. Afirma, como já observamos, que quando essa oposição é muito forte pode ocorrer um aprisionamento intenso no objeto, a ponto de se instalar uma psicose desejosa alucinatória, resultado de um total fracasso do juízo de realidade (MENDLOWICZ, 2000, p. 88)

E o processo de luto mal elaborado, fantasioso e fora da realidade pode trazer algumas consequências difíceis para a fase adulta, como traumas, apesar de alguns indivíduos terem clareza sobre a importância de passar por esse processo de forma menos traumática possível, ainda resta a dúvida sobre a morte devido ao mistério envolvido no processo, por não saber para onde o ente querido está indo e como será a nova permanência nesse ambiente, ou se a vida acaba no momento da morte do corpo físico, segundo Eliane Mendlowicz (2000).

Não há maneira padrão de viver esse processo de luto, cada ser é individual, único, carregado de bagagens que são decorrentes de suas ligações, vivências familiares e sociais, culturais, características pessoais, personalidade, e por esse motivo o luto é único em cada ser e não deve ser considerado doença, patologia ou trauma, é um período de tristeza, podendo evoluir para um estado mais profundo, que deve ser vivido e elaborado, esses sentimentos devem ser considerados parte do processo, sem reprimir a perda, ou o processo, com a finalidade de que o indivíduo volte a ter interesse em coisas rotineiras, como: trabalho, estudo, relações, lazer, entre outros, como relatado abaixo:

O luto é vivenciado de maneira singular; não existe um padrão de reação; há variações em intensidade e duração, influenciadas por fatores como o contexto da morte e as características do enlutado. Por isto, é necessário não interpretar como patológicas, reações que são naturais. Para que o apoio ao indivíduo enlutado possa ser efetivo e para que equívocos sejam evitados, é necessário considerar as culturas, as crenças, os contextos e as dinâmicas dos relacionamentos familiares, bem como identificar fatores que possam prejudicar o enfrentamento do luto, como a não manifestação dos sentimentos, o adiamento do processo ou a negação da perda (ACIOLE; BERGAMO, 2019, p. 2).

2.2. O Luto infantil

A terapia mais indicada para auxiliar as crianças a passarem pelo processo de luto, se chama “Ludoterapia”, onde utilizam-se aspectos e meios naturais para facilitar a comunicação, a criança consegue se expressar através das brincadeiras e trazer em pauta seus conflitos e emoções, é através desse brincar que existe a maior possibilidade do autodesenvolvimento desta demanda delicada, como a morte de ente querido. A Ludoterapia tem origem na Psicanálise e se desenvolveu com importantes teóricos que trabalhavam com crianças ao longo do tempo (COLOVINI; BERTOLINI, 2013).

Kovács (1992) diz que a questão da origem da vida e da morte está presente na criança, principalmente no que concerne à separação definitiva do corpo, as crianças têm uma boa capacidade de observação, então elas percebem quando o adulto está de alguma forma evitando um assunto ou escondendo algo, mesmo que seja para sua fantasiosa proteção. Ao não falar, o adulto acredita que isto seja melhor para a criança, e para evitar dor e desamparo, porém isso ocorre exatamente ao contrário, trazendo inseguranças e muitas dúvidas (KOVÁCS, 1992).

Quando se perde alguém de grande importância, enfrenta-se uma das coisas que são inevitáveis no processo natural da vida: o luto. A psiquiatra suíço-americana Kübler-Ross (1996) define o luto como o processo que se inicia com uma perda e vai até sua elaboração, quando o indivíduo enlutado volta, novamente, ao mundo externo, é um período de recolhimento em si, uma experiência emocional profunda e individual, definida pela capacidade de lidar com perdas.

Conforme estudos de Kovács :

Para que o processo de luto possa ocorrer, é necessário realizar um trabalho de desidentificação e desinvestimento de energia, que permita a introjeção do objeto perdido na forma de lembranças, palavras e atos, e a possibilidade de investir a energia em outro objeto. Quando a criança não consegue se desidentificar, e quando ocorre sentimento de culpa por se sentir responsável pela morte do outro, como resultado de seus impulsos destrutivos, pode surgir o desejo ou a necessidade de se reunir com a pessoa perdida, como forma de reparar os seus erros ou como necessidade de punição. (RAIMBAULT, 1979 *apud* KOVÁCS, 1992, p. 49).

Testemunhar a morte faz parte da vida e faz parte da nossa existência. A única certeza que temos é a provocação de desamparo, fragilidade das pessoas e tristeza. A difícil realidade da separação e aprender a viver em um mundo sem pessoas específicas. A dor surge como resultado dessa separação e este é um processo dinâmico e multidimensional pelo qual os

indivíduos passam quando perdem algo importante, segundo a autora Kovács (1992) que fez um estudo sobre luto.

Todos esses sintomas de sentimentos, questionamentos e expressões estão associados a perdas. A morte também afeta as crianças, mas, é um conceito complexo de entender, pois tem como premissa o enfrentamento da própria finitude e sujeito, costuma-se evitá-lo, especialmente quando a conversa está acontecendo com as crianças, o que pode prejudicar o processo de enfrentamento do luto para a criança de acordo com Kovács (1992, p. 48): “A morte da mãe, do pai ou de um irmão provoca uma imensa dor, falar dessa morte não significa criar ou aumentar a dor, pelo contrário, pode aliviar a criança e facilitar a elaboração do luto.”

O fenômeno da morte como um todo é um enigma indecifrável, eventos estressantes para adultos e crianças, por esse motivo, muitos pais e cuidadores limitam ao mínimo a troca de informações com seus filhos sobre esse assunto, na intenção de protegê-los, mas na verdade, o ocultamento da verdade não auxilia no processo de luto da criança e sim pode causar transtornos e frustração (KOVÁCS, 1992).

Para Kovács (1992):

O ocultamento da verdade perturba o processo de luto da criança e a sua relação com o adulto. A criança também gostaria de negar a morte, mas quando os fatos contradizem o que lhe informam, fica completamente perturbada e frustrada. A primeira reação diante da perda de uma pessoa amada é a negação, e se o adulto reforça essa atitude, fica difícil passar para as outras fases do luto (KOVÁCS; 1992; p. 49)

É possível compreender, a partir da citação de Kovács (1992), que o silêncio, a negação ou o uso de explicações abstratas da morte podem atrapalhar e confundir o desenvolvimento geral de uma criança, seus pensamentos, ao invés de dar-lhe conforto e clareza sobre as circunstâncias de sua perda, causam-lhe confusões, além de que, ignorar problemas pode levar a sofrimento emocional, como medo, confusão, ansiedade, estresse, morte e mal-entendidos relacionados a problemas de perda e tristeza.

Para encontrar a melhor forma de esclarecer o que é a morte, precisamos saber em que ponto do desenvolvimento cognitivo e emocional a criança entende que as abordagens não são as mesmas dependendo do estágio de desenvolvimento, portanto, essa observação é importante e argumentos sobre a apropriação do conceito de morte pelas crianças podem ser encontrados a partir dos estágios estabelecidos por Jean Piaget que afirma que no chamado estágio sensório-motor, o conceito de morte está ausente e as crianças percebem a morte como uma ausência ou falta (KOVÁCS, 1992).

Ainda em seu livro, Kovács (1992) afirma que as crianças em pré-operatório associam a morte à imobilidade, mas tendem a ver a morte como um fenômeno temporário e reversível, durante o processo de perda eles entendem o contraste entre vida e morte, e a morte como um

processo final e permanente e mesmo que as crianças ainda não consigam explicar completamente as causas da morte, ainda sim são capazes de entender completamente o conceito de morte em termos de sua disfunção, irreversibilidade e inevitabilidade.

Por fim, na fase operacional formal, o conceito de morte torna-se mais abstrato e, por meio de explicações naturais, fisiológicas e teológicas, as crianças aprendem que a morte é inevitável, universal, irreversível e você passará a entendê-la como algo pessoal:

Várias pesquisas foram feitas no sentido de apontar o desenvolvimento do conceito de morte na criança. Uma das pioneiras foi Nagy (in Torres, 1980), que estudou 378 crianças húngaras de 3 a 10 anos, utilizando desenhos e palavras, para verificar como as crianças lidam com o conceito de morte. Na primeira etapa, até os 5 anos, não há noção de morte como definitiva e esta é associada ao sono ou separação, a criança percebe a morte como temporária e gradual, podendo ser reversível. Na segunda etapa, entre os 5 e 9 anos, a autora observou que há uma tendência para personificar a morte, como alguém que vem buscar a pessoa. A morte já é percebida como irreversível, mas não como universal. Na terceira etapa, entre 9-10 anos, a morte é compreendida como cessação de atividades, que ocorre dentro do corpo, e realiza a sua característica de universalidade (KOVÁCS; 1992, p. 51).

Falar sobre a morte com crianças costuma ser um grande desafio para os adultos, no entanto, a autora Kovács (1992) afirma ser possível e essencial estabelecer o diálogo no contexto da morte e do luto para ajudar as crianças a lidar com seus medos e fantasias de morte, tornando mais fácil para elas expressarem suas emoções, e dando apoio para que as crianças processem sua própria dor, e tudo isso feito de forma lúdica, ou compatível a linguagem da criança: “Neste caso, podem-se usar palavras e experiências que sejam compreendidas pela criança. Não se trata de evitar o tema e sim, de trazê-lo para uma dimensão que possa ser assimilada pela criança, de acordo com o seu nível de desenvolvimento” (KOVÁCS, 1992, p. 52).

2.3. Fases do luto

Segundo Kubler-Ross & Keller (2005 *apud* DE MORAES LIRIO et al, 2022, p. 919-920) o luto contém cinco estágios, sendo eles:

O primeiro estágio é negação, como seu próprio nome diz, retrata a recusa da notícia, a não aceitação do evento ocorrido. O segundo estágio é a raiva, onde ocorre uma projeção da dor do enlutado para um objeto, pessoa, grupo ou figura religiosa. O terceiro estágio é a barganha acompanhada pelo sentimento de culpa, acontece as promessas de que se, por um acaso exista a presença de um Deus, por exemplo, a pessoa fará tudo diferente para ter aquele que morreu de volta, além do sentimento de culpa decorrente da impotência "queria ter feito mais" ou "não estive tão presente como deveria". O quarto estágio refere-se a depressão não patológica, onde o uso da medicalização só deve ser prescrita em casos extremos e sob acompanhamento psicoterapêutico. O último e quinto estágio é a aceitação, havendo a compressão lógica sobre a morte, vivendo e ressignificando sua rotina sem a pessoa que faleceu.

Segundo a psicóloga Gil (2019), em entrevista ao G1, afirma que o luto não é algo ruim, mas sim necessário, acrescenta que é uma etapa que precisamos encarar, compreender e enfrentar, para assim termos a possibilidade de ter uma vida saudável e equilibrada. Pois é através deste equilíbrio que conseguimos encontrar o grande efeito da palavra superação, que denomina como uma ação maior, que implica no presente do significado da palavra esperança tão vivida e sonhada em quem vive o luto.

2.4. Ludoterapia

Como o brincar estimula a criança a se organizar ao longo do tempo, desenvolver habilidades motoras, aprender sobre suas próprias necessidades, pensamentos e estimular a construção de relacionamentos seguros e estimulantes, é um componente fundamental do desenvolvimento infantil. Com esse recurso, as crianças podem criar atividades lúdicas, bolhas em torno de si, onde se sintam seguros, sejam acolhidos por mágicos e realizem suas fantasias. Mas para isso é essencial que ela esteja no ambiente certo para ela. Por isso, é importante que existam pessoas de todas as idades que reconhecem o brincar e valorizam o processo. Segundo Silva (2020, p. 12):

A palavra lúdico vem do “latim ludus e significa brincar” (MASSA, 2013, p. 113). Neste brincar estão incluídos os jogos e os brinquedos. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo.

Com base na literatura infantil existente, a leitura de histórias permite que as crianças se identifiquem com alguns personagens a partir de suas experiências emocionais, e a situação vivida se assemelha a uma história literária. Dessa forma, o contar de histórias ajuda a criança a navegar em situações difíceis em um espaço seguro e pode ser um recurso utilizado por todos aqueles que cuidam de uma criança de uma forma ou de outra (ALENCAR, 2019).

De acordo com Axline (1972), os brinquedos passam a representar simbolicamente um sistema de linguagem que a criança pode ancorar para exteriorizar e renomear a realidade vivenciada. Assim, é importante nestas salas de discussão acolher as questões e os sentimentos das crianças e traduzir as metáforas que possam ser utilizadas.

Ainda segundo Axline (1972), criar um ambiente confortável e seguro para as crianças significa ouvir ativamente e responder às perguntas das crianças, fornecer respostas francas que sejam adequadas à idade e ao desenvolvimento. Ao compartilhar informações abertamente, podemos reduzir a ansiedade, a confusão e os mal-entendidos. Além disso, a utilização do cuidado lúdico no cotidiano enfatiza a humanização, proporcionando uma abordagem holística

do cuidado à criança e à família. O lúdico deve ser entendido como um facilitador que pode ser usado de várias maneiras diferentes (AXLINE, 1972).

Conforme Barreto e Rocha (2015), a Ludoterapia é de fundamental importância para o desenvolvimento das informações que tangem a temática morte, principalmente, se houver sua figura principal parental, esse fato deve ser levado com muito significado, pois essas crianças ainda se encontram dependentes física e emocionalmente destes adultos. A ludoterapia consegue acessar esses conflitos e dificuldades que se encontram no íntimo dessas crianças.

2.5. Psicologia do Desenvolvimento

De acordo com Papalia e Feldman (2013), o desenvolvimento humano tem três domínios, sendo eles: físico, cognitivo e psicossocial e todos eles estão ligados. Papalia e Feldman (2013, p. 37) explicam:

Desenvolvimento físico: Crescimento do corpo e do cérebro, incluindo os padrões de mudança nas capacidades sensoriais, habilidades motoras e saúde. Desenvolvimento cognitivo Padrão de mudança nas habilidades mentais, tais como aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade. Desenvolvimento psicossocial Padrão de mudança nas emoções, personalidade e relações sociais.

Papalia e Feldman (2013) afirmam que algumas diferenças no desenvolvimento do indivíduo podem ser causadas por além das diferenças físicas como gênero, altura, peso, saúde, temperamento, personalidade etc, elas podem ser causadas também pelo ambiente em que vivem: lares, comunidade e sociedade.

Ribeiro (2016) afirma que o desenvolvimento não ocorre apenas na infância, e embora esses estudos sejam recentes, é possível dizer que o desenvolvimento ocorre nas demais fases da vida do ser humano também como na adolescência, fase adulta e velhice.

Embora existam algumas perspectivas diferentes e diferentes processos sobre a teoria do desenvolvimento humano, como citam Papalia e Feldman (2013), não iremos falar de cada uma delas detalhadamente, mas apenas citar para maior esclarecimento sobre existir várias fontes que explicam o desenvolvimento humano:

Cinco grandes perspectivas sustentam boa parte das teorias influentes e da pesquisa sobre desenvolvimento humano: (1) psicanalítica, que se concentra nas emoções e nos impulsos inconscientes; (2) da aprendizagem, que estuda o comportamento observável; (3) cognitiva, que analisa os processos do pensamento; (4) contextual, que enfatiza o impacto do contexto histórico, social e cultural; e (5) evolucionista/sociobiológica, que considera as bases evolucionistas e biológicas do comportamento. (PAPALIA & FELDMAN, 2013, p. 58)

Para Papalia e Feldman (2013), essas influências estão relacionadas as origens da hereditariedade que estão ligadas as características transferidas recebidas dos pais biológicos e espaço externo, ou seja, antes e depois do nascimento.

A partir dessa perspectiva, é relevante pontuar de acordo com as teorias acima, que o campo do desenvolvimento humano desempenha grandes influências em cada etapa de vida, o que torna cada indivíduo singular, respeitando sua subjetividade que é o que faz dela única (PAPALIA & FELDMAN, 2013).

2.6. Fases do desenvolvimento Erik Erikson

De acordo com Bossi, Santos e Ardnas-Bonifacino (2010) Erik Erikson foi responsável por desenvolver a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial na Psicologia, na qual ele tinha como fundamento a interação da pessoa com o meio em que ela convivia. Ele determinou 8 (oito) fases, das quais cada uma delas estavam interligadas diretamente com as etapas de vida do cidadão, na qual iremos ver nos parágrafos seguintes sobre como elas foram descritas e os principais pontos que elas abordavam no desenvolvimento do ser humano, segundo o autor da Teoria (BOSSI, SANTOS, ARDANS-BONIFACINO, 2010).

2.6.1. Confiança básica vs Desconfiança básica

Essa é a fase inicial da vida, nela Erikson (1972, apud BASSI, SANTOS & ARNDNSBONIFACINO, 2010) definiu que o bebê, que acabou de chegar ao mundo, está disponível a receber qualquer coisa que vem para suprir suas necessidades, e acrescenta que quando ele recebe dos seus provedores acaba gerando uma grande confiança e nesta fase, a sua forma de sentir ser amado é através do leite materno, e tudo aquilo que possa ser ingerido através de sua boca e supre as necessidades básicas do corpo.

2.6.2. Autonomia vs vergonha e dúvida

Segundo Bossi, Santos e Ardans-Bonifacio (2010, p. 3), essa fase é marcada pelo:

Poder que a criança adquire em reter e eliminar se converte no que Erikson chama de uma batalha pela autonomia. No entanto, um treino demasiado rígido ou prematuro acaba privando a criança da sua livre tentativa de controle. Tal fato faz com que a criança necessite se defender e, para isso, ela se utilizará da regressão (um mais primitivo controle oral), ou passará a utilizar as fezes como munição agressiva, tornando-se uma pessoa hostil e perigosa.

Assim, percebemos que a partir dessa fase já ocorre uma formação da identidade da criança, na qual ela começa a desenvolver uma independência de seus provedores, e desejar o que ela quer.

2.6.3. Iniciativa vs culpa

Nessa fase temos uma grande evolução da criança, que de acordo com Erikson (1972 apud BOSSI, SANTOS, ARDANS-BONIFACINO, 2010) consiste em libertar a iniciativa e colaborar com as capacidades da criança para realizar tarefas consideradas adultas.

É uma fase em que a criança detém uma alta capacidade de imaginação, que é gerada pela sua liberdade de locomoção e linguagem (que é bastante aprimorada), isso induz a criança a um patamar de iniciativa, mas também de culpa por as vezes não conseguir realizar algumas coisas que a sua imaginação cria (BOSSI, SANTOS, ARDANS-BONIFACINO, 2010).

2.6.4. Diligência vs inferioridade

Essa é a fase em que a criança desenvolve o interesse em aprender, é quando ela sai do seu convívio familiar e tem um contato maior com outras pessoas, pais, professores etc. Aqui é que ela começa a praticar o seu esforço em querer ser algo e obter o seu devido reconhecimento, a partir de outros. Mas também, é uma fase em que o oposto (a inferioridade) também pode vir à tona gerando sentimentos na criança de que ela não consegue, de que ela não é capaz, concretizando em seu consciente de que ela “nunca prestará para nada” (ERIKSON, 1972 apud BOSSI, SANTOS, ARDANS-BONIFACINO, 2010, p. 5).

2.6.5. Identidade vs confusão de identidade

Segundo Bossi, Santos e Ardans-Bonifacino (2010) O período de latência ocorre ao fim da puberdade, essa é uma fase extremamente delicada e cheia de incertezas, novas descobertas, junto com a puberdade e a descoberta da sexualidade e da genitália, também conhecida como: adolescência e nessa fase o jovem adolescente tem que lidar com muitas questões, tanto social quanto psíquica e fisiológica, ele percebe que tem que dar conta de tudo de uma vez, todas essas incertezas que o mundo adulto está se abrindo.

Esse é um momento que existe grande preocupação com a sua aparência, o que as outras pessoas pensam ao seu respeito. Erikson (1972 apud BOSSI, SANTOS, ARDANS-BONIFACINO, 2010) destaca que os adolescentes precisam de uma moratória, para que assim possam integrar os elementos das fases precedentes. Os adolescentes estão em busca de identidade, mas só encontram confusão em seu caminho, com tanto para se descobrir e

aprender sobre esse mundo novo de possibilidade (BOSSI, SANTOS, ARDANSBONIFACINO, 2010).

2.6.6. Intimidade vs isolamento

Além da identidade, se descobre a intimidade, que vai além das relações íntimas e sexuais, o indivíduo deseja conexão, amizade, laços para firmar, tanto com amigos, quanto família, esta intimidade é importante para seu desenvolvimento social, pois, sem conseguir desenvolver tamanha façanha, ele pode se encontrar com o isolamento, sem conseguir compartilhar uma verdadeira intimidade com outras pessoas (BOSSI, SANTOS, ARDANSBONIFACINO, 2010).

2.6.7. Generatividade vs estagnação

O ser humano tem a necessidade de orientar a sua próxima geração para que a mesma se estabeleça de acordo com Erikson (1972 apud BOSSI, SANTOS, ARDANSBONIFACINO, 2010), isso tem a ver com o fato de querer dar seguimento a toda uma geração, um legado para não deixá-la morrer, e não apenas com relação a um pai e uma mãe, mas no sentido geral, até mesmo para os sujeitos que não tem filhos, mas desenvolvem esse sentimento. O simples fato de ter filhos, não significa que irá desenvolver a generatividade, já que implica em um desvelo nos cuidados da criança, o que nem todos os sujeitos conseguem desenvolver segundo Bossi, Santos e Ardans-Bonifacino (2010).

2.6.8. Integridade vs desespero

Última fase descrita por Erik Erikson, que retrata o amadurecimento conseguido com o decorrer da vida, com a idade: “é a aceitação pela pessoa do seu único ciclo vital e daqueles que se tornaram significantes para ela como algo que tinha de ser e que, necessariamente, não permite substituição” (ERIKSON, 1972 apud BOSSI, SANTOS, ARDANS-BONIFACINO, 2010, p.7). Ela vive a integridade em sua máxima, lida com as escolhas que fez durante a vida, com os desapontamentos, desilusões, mas também com suas alegrias. No final da vida, segundo Erikson, o sujeito lida novamente com uma crise de identidade que também pode ser expressa como o: “eu sou o ue sobrevive de mim” (BOSSI, SANTOS, ARDANS-

BONIFACINO, 2010, p.7).

3. METODOLOGIA

Para compreensão do que é método, CIRIBELE (2003 apud PRAÇA, 2015, p. 74) cita: “Método científico pode ser definido como um conjunto de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador científico, direciona seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para alcançar dados que suportam ou não sua teoria inicial.”

Para este estudo, foi realizada uma pesquisa teórica seguida de uma pesquisa de campo, com a intenção de validar os estudos encontrados. Através dessas buscas, foram encontrados inúmeros artigos, dos quais foram selecionados 27 para serem usados, na introdução, referencial teórico, metodologia e na articulação de dados. A pesquisa de campo foi realizada de forma virtual por meio de uma entrevista semiestruturada utilizando como instrumento a plataforma *Google Form* onde foi produzido um formulário contendo sete questões.

O formulário foi compartilhado em redes sociais com o intuito de atingir e englobar um público geral onde os dados brutos se transformam em dados estatísticos para serem tabulados. Um total de cento e vinte e três pessoas responderam individualmente o questionário que foi aberto ao público.

A ciência se baseia em pesquisa científica, feita com técnica que traz a segurança no resultado, mas em cada área específica utilizam-se métodos específicos para corroborar o resultado, devido a diversidade existente no ser humano deve-se buscar a melhor forma de levantar os dados necessários do objeto de pesquisa. Assim, existem diversas pesquisas, conforme Antônio J. Severino (2014, p. 102) no livro *Metodologia do Trabalho Científico*: “a ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”.

O método utilizado neste trabalho é tanto qualitativo quanto quantitativo, sua coleta foi feita através do levantamento de dados numéricos, dados estes que são analisados através de fórmulas matemáticas, como: porcentagem, probabilidade, estatística e equações.

Sobre o método quantitativo e qualitativo, Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p. 6-7) explicam:

- a) a pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;
- b) a pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das

mais variadas particularidades dos indivíduos (DALFOVO, LANA, SILVEIRA, 2008, p. 6-7).

Com o recurso das pesquisas quantitativas e qualitativas, foi possível fazer uma entrega de dados numéricos e descritos de forma clara com as respostas fornecidas pelos entrevistados. O formulário continha as seguintes perguntas, sendo que seis eram perguntas objetivas, e apenas a pergunta número sete foi aberta a respostas discursivas.

- 1) A partir de qual idade você acredita que a criança começa a ter entendimento sobre a elaboração do luto?
- 2) De que forma você informaria este óbito para a criança?
- 3) Você pressupõe que a criança tem capacidade de lidar com a morte de um ente querido?
- 4) Você acredita que um luto mal elaborado pode interferir no desenvolvimento da criança?
- 5) Você acha importante ter um acompanhamento psicológico no processo de elaboração do luto infantil?
- 6) Em sua infância você enfrentou o luto de um ente querido?
- 7) Se sim, você foi informado?

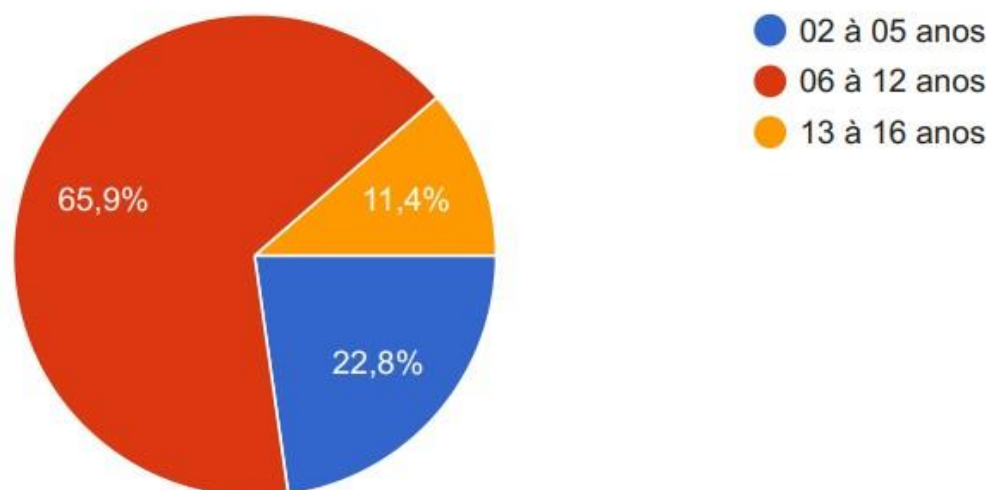
A presente pesquisa teve finalidade exclusivamente acadêmica e de cumprimento às exigências para produção e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso. Ressaltamos que a atual pesquisa não foi submetida ao comitê de ética por inviabilidade de tempo até sua aprovação, bem como por demandas e implicações institucionais presentes na FacUnicamps. Apesar disso, realizamos a pesquisa prezando pelo rigor científico e pela redução de risco aos participantes que responderam o formulário virtual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa quantitativa, o objetivo principal é validar hipóteses. Para isso, foi empregado um questionário contendo diversas perguntas relacionadas à temática específica do estudo.

Com base nas questões abaixo, conseguimos um retorno significativo, tendo 123 pessoas dispostas a contribuir com suas respostas para a pesquisa, o que nos permitiu obter resultados precisos e confiáveis. Esses resultados serão apresentados no próximo tópico da pesquisa. É importante lembrar que a qualidade das respostas depende da clareza das questões formuladas e do método de coleta de dados utilizado.

Gráfico 01 – A partir de qual idade você acredita que a criança começa a ter entendimento sobre a elaboração do luto?



Fonte: Alunas (2023).

Pode-se constatar na pergunta número 1 (um) que de 123 (cento e vinte e três) pessoas, 81 (oitenta e um), ou seja, 65% (sessenta e cinco por cento) das pessoas que responderam, acreditam que a criança passa a ter entendimento sobre a elaboração do luto a partir dos 06 (seis) anos de idade até os 12 (doze) anos, 22,8% (vinte e dois, oito por cento), 28 (vinte e oito) delas acreditam que o processo de entendimento se dá a partir dos 02 (dois) aos 05 (cinco) anos e 11,4% (onze, quatro por cento), 14 (quatorze) delas, acreditam que somente dos 13 (treze) aos 16 (dezesesseis) anos as crianças entendem o processo de luto. Segundo Domingos e Maluf (2003) a criança é capaz de perceber o que acontece a sua volta, mesmo que não consigam se expressar verbalmente devido a sua fase de desenvolvimento cognitivo. Ou seja, a compreensão da morte está lado a lado com o desenvolvimento cognitivo da criança, por isso a compreensão do que está acontecendo fica mais clara conforme a idade.

Conforme o resultado da pesquisa na porcentagem citada acima, as respostas vão de encontro ao resultado esperado, pois a partir dos 06 (seis) anos a criança consegue compreender a morte como algo definitivo e inevitável, porém, pode apresentar dificuldades em expressar os seus sentimentos assim como pode começar também a questionar as crenças da sua família em relação a este tema.

É importante ressaltar a terapia familiar nesse contexto, pois a partir disso é possível que os recursos próprios saudáveis possam ser despertados e utilizados nesse difícil enfrentamento da criança para com o luto.

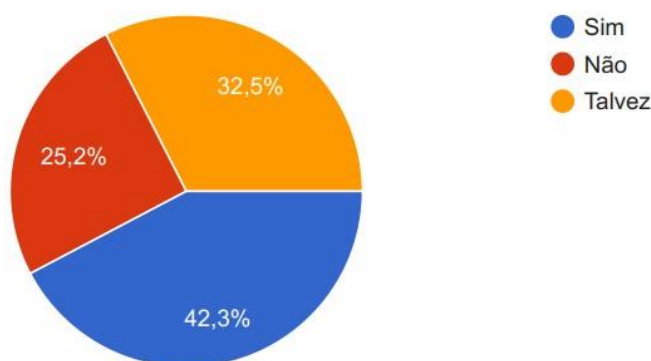
Gráfico 2 – De que forma você informaria este óbito para a criança?



Fonte: Alunas (2023).

Na questão número 2 (dois), 51,2% (cinquenta e um, dois por cento), 63 (sessenta e três) pessoas, responderam que informariam de forma objetiva, 47,2% (quarenta e sete, dois por cento), 58 (cinquenta e oito) pessoas informariam de maneira lúdica/fantasiada e 1,6% (um, seis por cento), 2 (duas) pessoas, omitiriam a informação da criança, segundo Yamaura e Veronez (2016) a melhor forma de comunicar o óbito a uma criança é por meio de uma abordagem clara e objetiva, levando em consideração sua idade e estágio cognitivo e é essencial que o adulto esteja aberto e disponível para responder a todas as perguntas e dúvidas que a criança possa ter.

Gráfico 3 – Você pressupõe que a criança tem capacidade de lidar com a morte de um ente querido?

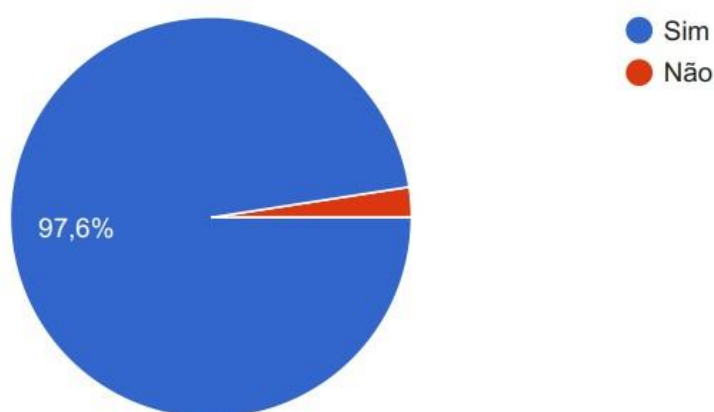


Fonte: Alunas (2023).

Na questão número 3 (três) foram divididas as respostas em 3 (três) opções diretas; sim, não e talvez, houve um certo equilíbrio nas respostas dos participantes, 42,3% (quarenta e dois, três por cento), 52 (cinquenta e duas) pessoas, acreditam que a criança dispõe de capacidades para lidar com a morte, 32,5% (trinta e dois, cinco por cento), 40 (quarenta) pessoas, acreditam que talvez a criança tenha como superar o luto e 25,2% (vinte e cinco, dois por cento), 31 (trinta e uma) pessoas, acreditam que a criança não é capaz de lidar com a morte de um ente querido. Esconder da criança a morte não contribui ou evita o sofrimento do processo e pode distorcer a

realidade para ela. O resultado da questão confirma o que Ramos (2016) fala em sua pesquisa que é importante ressaltar que ocultar a morte da criança não contribui para evitar o sofrimento do processo e pode distorcer a realidade para ela. Esses resultados corroboram as descobertas da pesquisa realizada que destaca a importância de permitir que crianças e adolescentes vivenciem o evento, evitando evitar o assunto ou excluí-los do processo, inclusive permitindo que participem do ritual fúnebre.

Gráfico 4 – Você acredita que um luto mal elaborado pode interferir no desenvolvimento da criança?



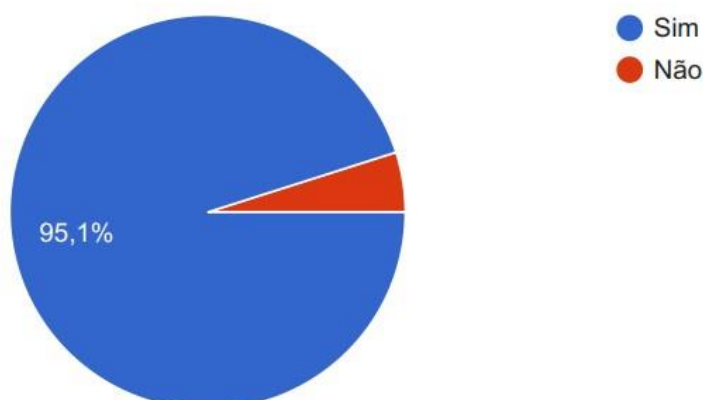
Fonte: Alunas (2023).

Na questão número 4 (quatro), de acordo com a pesquisa, 120 (cento e vinte) pessoas, ou seja, 97,6% (noventa e sete, seis por cento) dentre os pesquisados afirmaram que a criança com um luto mal elaborado pode sim interferir em seu desenvolvimento. Apenas 2,4%, (dois, quatro por cento), ou seja, 3 (três) pessoas, votaram na opção negativa. Segundo Oliveira (2001 *apud* GOMES & GONÇALVES, 2015) um processo de luto mal elaborado, pode desencadear uma série de patologias e se manifestar de inúmeras formas, tais como melancolia ou estagnação do desenvolvimento.

Esses dados estão em consonância com as considerações de Oliveira (2001 *apud* GOMES & GONÇALVES, 2015), que destacam a importância de um processo de luto bem elaborado para o desenvolvimento saudável da criança. Segundo os autores, quando o luto não é adequadamente elaborado, podem surgir diversas manifestações patológicas, como a melancolia e a estagnação do desenvolvimento.

É essencial compreender que o luto é um processo individual e complexo, e seu impacto na criança pode variar de acordo com sua idade, personalidade e recursos de enfrentamento. Portanto, a atenção aos sinais de luto mal elaborado e a busca por intervenções adequadas se tornam fundamentais para minimizar possíveis consequências negativas e promover um desenvolvimento saudável durante esse período desafiador.

Gráfico 5 – Você acha importante ter um acompanhamento psicológico no processo de elaboração do luto infantil?



Fonte: Alunas (2023).

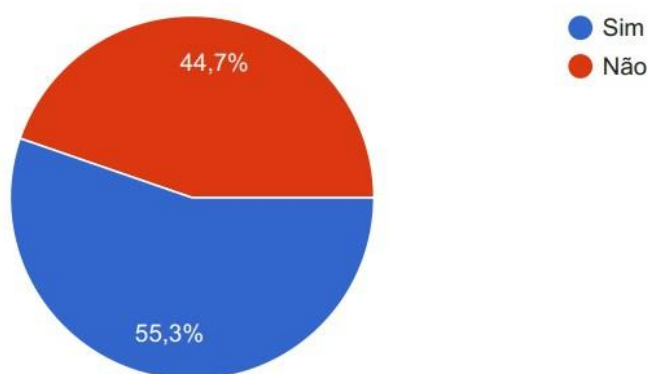
Essa alta porcentagem de respostas positivas está em consonância com os parâmetros esperados, uma vez que o acompanhamento psicológico tem como objetivo principal restaurar o equilíbrio emocional, reestruturar a vivência da perda e proporcionar à criança um novo significado para sua experiência, permitindo que sentimentos positivos, encobertos pela dor, angústia e medo venham à tona.

De acordo com Camps (2022), o luto da criança e o luto do adulto são diferentes, e normalmente a criança não vai assimilar alguns aspectos da situação, por essa razão a criança necessita de um adulto ao seu lado para tirar suas dúvidas e acompanhar esse momento, e participar do momento fúnebre pode ajudar a concretizar a perda e elaborar melhor o luto. Além disso, Camps (2022) também diz que o processo da clínica com a criança é importante, pois oferece acolhimento acerca de sua situação e lhe permite expressar seus sentimentos.

Sobre o acolhimento terapêutico:

O acolhimento terapêutico, busca, então, favorecer um ambiente para que a criança entre em contato com as dúvidas, questionamentos e emoções suscitados em resposta à perda, bem como para que possa constituir recursos suportivos, favorecendo seu processo de autorregulação e ampliando seus recursos de enfrentamento (CAMPS, 2022, p. 48-49).

Gráfico 6 – Em sua infância você enfrentou o luto de um ente querido?



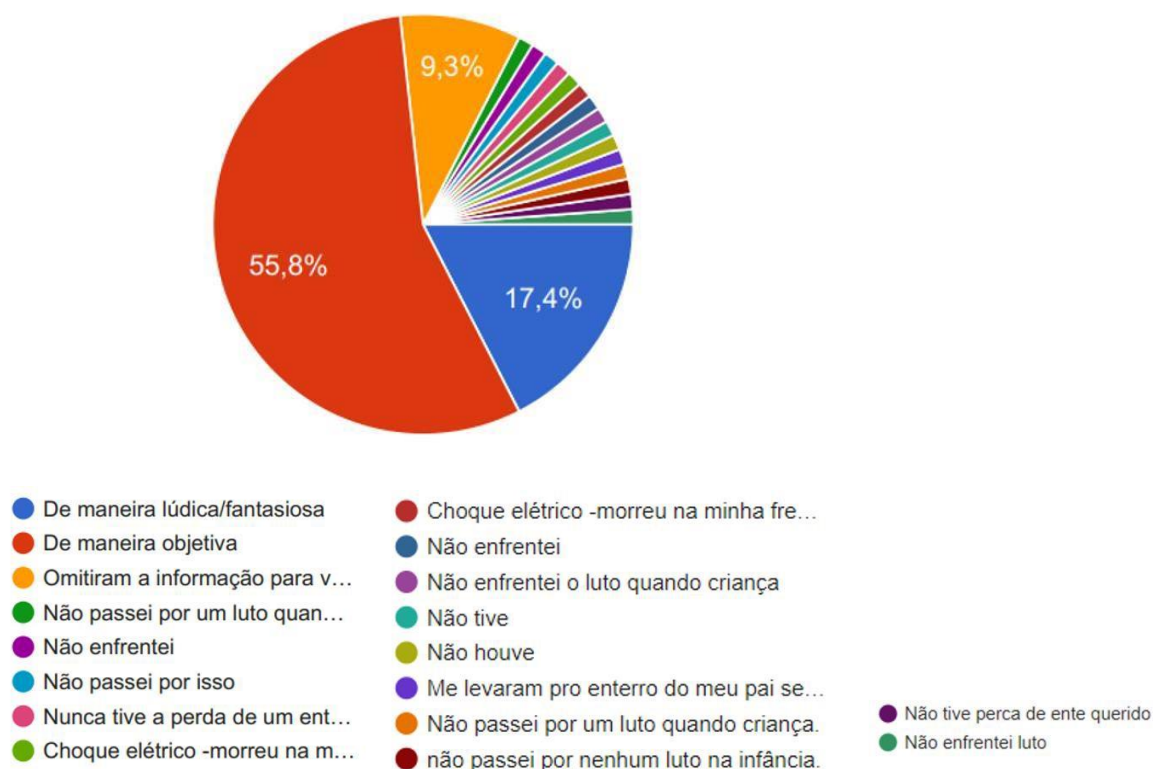
Fonte: Alunas (2023).

Na questão número 6 (seis), 68 (sessenta e oito) pessoas responderam que sofreram o luto de um ente querido na infância, o que corresponde aos 55,3% (cinquenta e cinco, três por cento) dos entrevistados. Já 55 (cinquenta e cinco) pessoas, sendo 44,7% (quarenta e quatro, sete por cento) dos entrevistados responderam que não enfrentaram o luto de um ente querido na infância.

Segundo Klinger, Miranda e Oliveira (2021), a vivência do luto na infância pode ter um impacto significativo no desenvolvimento psicológico e emocional da criança. A perda de um ente querido nessa fase pode desencadear uma série de emoções complexas e desafios no processo de adaptação. Estudos têm demonstrado que o silêncio, negação ou explicações abstratas podem atrapalhar e confundir o desenvolvimento da criança, e ainda causar ansiedade, medo e sofrimento emocional (KOVÁCS, 1992).

Além disso, a pesquisa de Camps (2022) destaca a importância de se ter a presença de um adulto para acompanhar o momento e ajudar na elaboração do luto. A presença de redes de apoio, como familiares, amigos e profissionais de saúde, desempenha um papel fundamental no auxílio da criança na compreensão da perda, na expressão de emoções e na construção de um significado pessoal para a experiência.

Gráfico 7 – Se sim, você foi informado?



Fonte: Alunas (2023).

Concluindo com a pergunta número 7 (sete), 55,8% (cinquenta e cinco, oito por cento), ou seja, 48 (quarenta e oito) pessoas responderam que foram informadas de maneira objetiva, 17,4% (dezessete, quatro por cento), 14 (quatorze) delas, souberam de forma lúdica/fantásiosa, 9,3% (noventa e três, três por cento), 8 (oito) destas tiveram a informação omitida, 14,4% (quatorze, quatro por cento), 12 (doze) delas, não passaram ou não vivenciaram o luto, 3,6% (três, seis por cento), dentre as respostas que tivemos, citaremos 3 (três) respostas em que as pessoas descreveram detalhadamente como obtiveram essa informação.

Primeira resposta: "Me levaram para o enterro do meu pai sem me dizer absolutamente nada. E eu não entendia o que era morrer."

Segunda resposta: "Me explicaram que eu não veria mais a pessoa, já que ela tinha falecido, mas nunca conseguiram explicar o "porquê", e sempre diziam que ela estava dormindo ou que tinha ido morar com os anjos e virado uma estrela."

Terceira resposta: "choque elétrico, morreu na minha frente, parada cardíaca."

É possível constatar, a partir dos dados apresentados, que um número significativo de participantes (123) recebeu a informação do falecimento de um ente querido de forma lúdica. Essa abordagem pode levantar questionamentos sobre a consideração da capacidade de entendimento da criança em relação a essa situação.

De acordo com a literatura especializada, a comunicação do falecimento de um ente querido para a criança requer sensibilidade e adequação ao seu desenvolvimento cognitivo e

emocional. Segundo Piaget (1964), é fundamental que os adultos sejam conscientes das fases do desenvolvimento da criança, adaptando a linguagem e o conteúdo da informação de acordo com a sua capacidade de compreensão.

Além disso, Kovács (1992) enfatiza a importância da presença de um adulto para melhor compreensão do luto e é essencial que os responsáveis e adultos envolvidos considerem a idade, o nível de compreensão e o contexto emocional da criança ao comunicar o falecimento de um ente querido, optando por uma abordagem que seja clara, respeitosa e adaptada ao seu estágio de desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objetivo questionar a forma com que o luto é comunicado e vivenciado pela criança, qual seria a melhor maneira de administrar essa informação e como a criança elabora o processo de luto. Quando a comunicação é feita de forma objetiva, porém, incluindo a ludoterapia nesse processo, a fim de auxiliar o entendimento dessa criança para a assimilação e entendimento dela de maneira menos agressiva e se possível, incluindo o brincar como parte desse processo, principalmente levando em consideração sua idade, cognição e desenvolvimento. Incluindo a criança como parte integrante do grupo familiar, contribui para que a mesma passe por esse processo de maneira mais saudável.

O resultado da pesquisa vai ao encontro de teorias sustentadas pelos principais autores utilizados nesse trabalho, em que confirmam que o ideal é comunicar de forma objetiva, clara e acolhedora os temas relacionados ao luto.

É possível afirmar, através dos dados apresentados, que dos cento e vinte e três participantes, 65,9% acreditam que crianças de 06 à 12 anos conseguem compreender o luto nesta idade e, segundo Domingos e Maluf (2004) a criança já consegue perceber a morte e consegue captar rapidamente o que está acontecendo ao seu redor, e 51,2% das respostas apontaram que a melhor forma dessa informação ocorrer é de maneira clara e objetiva; algo que vem de encontro com o que Yamuaura e Veronez (2016), 97,6% dos pesquisados acreditam que um luto mal elaborado pode influenciar o desenvolvimento da criança, inclusive pode desencadeando uma série de patologias e outras inúmeras formas, como: melancolia, segundo Oliveira (2001 *apud* GOMES & GONÇALVES, 2015).

O adulto deve apresentar à morte a criança de modo que não haja ambiguidade, contradições, evitando metáforas, deixando de forma clara e sucinta a real situação. É importante que esse assunto tão evitado pelos adultos para com as crianças seja debatido, esta

é uma temática relevante, pois há uma contribuição para que mesmo passando por um processo de luto e não tendo o entendimento do adulto, a criança desenvolva métodos para lidar de forma que traga menos prejuízos para a sua vida futura, diminua traumas, haja a construção de crenças adaptativas e com isso a perda não tenha tanto impacto na vida diária desse ser.

Assim, a criança que passa pelo processo do luto pode elaborar de forma clara e com o apoio de seu responsável a situação vivenciada, trazendo como exemplo futuro em um dado momento em que será ele o adulto que irá apresentar a morte a uma criança. A pesquisa confirma a importância de uma criança em processo de luto ter um acompanhamento psicológico para ajudá-la a lidar com a situação, o que pode trazer a compreensão de que até mesmo adultos que estão em constante desenvolvimento podem ter dificuldades em elaborar situações assim, quanto mais uma criança que não se desenvolveu como um ser maduro.

6. REFERÊNCIAS

ACIOLE, Giovanni Gurgel; BERGAMO, Daniela Carvalho. **Cuidado à família enlutada: uma ação pública necessária.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Tkwg7QgrTqbHqySsxw8hJZf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2022.

AITA, Karla Maria Siqueira Coelho. SOUZA, Airle Miranda. **Cenas sobre a morte, reveladas pela criança cardiopata, por abrir o coração.** Belém: UEPA, 2016.

ALENCAR, Natani Pereira de. **A contação de histórias como prática humanizadora da assistência durante a hospitalização infantil: revisão integrativa.** Cazajearas: UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

AXLINE, Virginia Mae. **Ludoterapia a dinâmica interior da criança.** Minas Gerais: Editora do Professor, 1972.

BARRETO, Jorgiana Baú Mena; ROCHA, Marilise Vanusa. A ludoterapia no processo do luto infantil: Um estudo de caso. **Pesquisa em Psicologia-anais eletrônicos**, 2015.

BERTOLINI, Rosemari Stein; COLOVINI, Cristian Ericksson. **LUDOTERAPIA – Centrada na Criança.** Disponível em: <https://s17029d3866931cca.jimcontent.com/download/version/1409435515/module/8878856669/name/Ludoterapia%20Centrada%20na%20Crian%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BOSSI, Tatiele Jacques. SANTOS, Anelise Schaurich dos. A **ANS- ONACNO**, **éctor Omar. O Ciclo vital segundo Erik Erikson e a Constituição da Identidade:** Experiência com um grupo de adolescentes. Santa Maria, UFSM, 2010.

CAMPS, Patricia Barrachina. **Um olhar da Gestalt-terapia para o luto da criança:** uma revisão integrativa de literatura. São Paulo: USP – Universidade de São Paulo, 2022.

DALFOVO, Michael Samir. LANA, Rogério Adilson. SILVEIRA, Amélia. Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um resgate teórico. Blumenau: **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 1, n. 4, 2008.

DE MORAES LÍRIO, Erica et al. o acolhimento dos estágios do luto na psicoterapia. **ANAIS DA MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CESUCA-ISSN 2317-5915**, n. 16, p. 917-925, 2022.

DOMINGOS, Basílio; MALUF, Maria Regina. Experiências de perda e de luto em escolares de 13 a 18 anos. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, p. 577-589, 2003.

GIL, Nayara Milhorança. **Psicóloga revela fases do luto e como ele pode ser superado aos poucos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especialpublicitario/interplan-assistencia-funeral/interplan-ao-seu-lado-em-todos-os-momentos/noticia/2019/09/03/psicologa-revela-fases-do-luto-e-como-ele-pode-ser-superadoaos-poucos.ghtml>. Acesso em 07 jun. 2022.

GOMES, Lauren Beltrão; GONÇALVES, Jadete Rodrigues. **Processo de luto: a importância do diagnóstico diferencial na prática clínica**. Florianópolis: UFSC, 2015.

KLINGER, Ellen Fernanda. MIRANDA, Fábio Jesus. OLIVEIRA, Daniela Ponciano. O luto na infância: uma revisão sistêmica. Vol. 11, **International Journal of Development Research**, 2021.

KÓVACS, Maria Júlia. **Morte e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a Morte e o Morrer**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MENDLOWICZ, Eliane. **O luto e seus destinos**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/v8QBzBP6WNwrvGCLPg9fBwc/?lang=pt#>. Acesso em: 07 jun. 2022.

OLIVEIRA, Tereza Marques de. **O Psicanalista Diante da Morte**. São Paulo: Mackenzie, 2001.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. 3. ed. Neuchâtel/Suíça: Editions Delachaux et Niestlé, 1964.

PAPALIA, Diane E.. FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da Pesquisa Científica: Organização Estrutural e os Desafios para Redigir o Trabalho de Conclusão. 1. ed. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”** (ISSN: 0486-6266).

RAMOS, Vera Alexandra Barbosa. **O processo de luto**. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1021.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022

RIBEIRO, Maisa Elena. **Psicologia do desenvolvimento**. Londrina: Educacional, 2016.

SANTOS, Jhennifer Lima Figueira. MUNER, Luana Comito. **Luto**: os aspectos psicológicos da criança na segunda infância em seu processo. Disponível em: <http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/246> Acesso em: 27 maio 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Wilma Vieira. **Desafios e possibilidades da ludicidade na educação infantil**. Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2020.

YAMAURA, Luciana Parisi Martins; VERONEZ, Fulvia de Souza. Comunicação sobre a morte para crianças: estratégias de intervenção. **Psicol. hosp.** (São Paulo), São Paulo, v. 14, n. 1, p. 78-93, jan. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092016000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2022.

A INFLUÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO DESENVOLVIMENTO DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS E TRATAMENTOS A PARTIR DA TERAPIA COGNITIVOCOMPORTAMENTAL

THE INFLUENCE OF PSYCHIC SUFFERING IN THE DEVELOPMENT OF EATING DISORDERS: AN ANALYSIS OF MECHANISMS AND TREATMENTS BASED ON COGNITIVE-BEHAVIORAL THERAPY

RIBEIRO, Danielle Rocha de Oliveira¹; PAVANI, Ellen Geórgia Vieira e Silva²; BARRETO, Wanderson³

RESUMO

O transtorno alimentar é uma condição de receio ao ganho de peso e supervalorização da aparência corporal que leva à restrição alimentar e perda de peso. Os transtornos alimentares são mais comuns em jovens do sexo feminino e os mais recorrentes são a anorexia nervosa e a bulimia nervosa. Este estudo tem por objetivo analisar de que forma o sofrimento psíquico pode contribuir para o desenvolvimento do transtorno alimentar. Adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica com base em estudos publicados sobre a temática do sofrimento psíquico e o desenvolvimento de transtornos alimentares. Os resultados da pesquisa metodológica apontaram 14 artigos aptos a compor o presente estudo. A literatura científica aponta que o sofrimento psicológico, como a baixa autoestima, ansiedade e insatisfação com a imagem corporal, pode ser um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares. O tratamento desses distúrbios é complexo e envolve uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. O psicólogo desempenha um papel fundamental na prevenção e no tratamento de transtornos alimentares, trabalhando com o paciente para compreender e lidar com as questões subjacentes aos seus comportamentos alimentares, utilizando técnicas terapêuticas, como a terapia cognitivo-comportamental. Além disso, o psicólogo pode trabalhar na prevenção dos transtornos alimentares, promovendo a saúde mental e a autoestima em grupos de risco. Em suma, a atuação do psicólogo é crucial para a prevenção e tratamento dos transtornos alimentares, ajudando as pessoas a alcançarem o bem-estar emocional e a saúde mental.

Palavras-chave: Transtornos alimentares. Anorexia. Bulimia. Tratamento psicológico.

ABSTRACT

Eating disorder is a condition of fear of weight gain and overvaluation of body appearance that leads to food restriction and weight loss. Eating disorders are more common in young females and the most common are anorexia nervosa and bulimia nervosa. The study questions whether psychological distress is one of the bases for the development of an eating disorder. The present study aimed to analyze how psychic suffering can contribute to the development of an eating disorder. A bibliographic review was adopted as a methodology based on published studies on the subject of psychic suffering and the development of eating disorders. The results of the methodological research indicated 14 articles capable of composing the present study. The scientific literature points out that psychological distress, such as low self-esteem, anxiety and dissatisfaction with body image, can be a risk factor for the development of eating disorders. The treatment of these disorders is complex and involves a combination of biological, psychological and social factors. The psychologist plays a key role in the prevention

¹ Danielle Rocha de Oliveira Ribeiro. Curso de Psicologia. danirochagyn@gmail.com

² Ellen Geórgia Vieira e Silva Pavani. Curso de Psicologia. ellenvgeorgia@gmail.com

³ Wanderson Barreto. wanderson.barreto@facunicamps.edu.br

and treatment of eating disorders, working with the patient to understand and deal with the issues underlying their eating behaviors, using therapeutic techniques such as behavioral and cognitive-behavioral therapy. In addition, the psychologist can work on the prevention of eating disorders, promoting mental health and self-esteem in risk groups. In short, the role of the psychologist is crucial for the prevention and treatment of eating disorders, helping people to achieve emotional well-being and mental health.

Keywords: *Eating disorders. Anorexia. Bulimia. Psychological treatment.*

1.INTRODUÇÃO

O Transtorno Alimentar (TA) é compreendido como uma condição de receio exacerbado ao ganho de peso e a supervalorização da aparência corporal, levando o indivíduo a fazer restrição no consumo de alimentos e, desta forma, levando a perda de peso (APPOLINÁRIO; CLAUDINO, 2005).

Os transtornos alimentares, quando apresentados em jovens, destacam-se no sexo feminino. Situações como o aumento de peso em relação à altura podem criar situações de desvalorização pessoal. Isso mostra a necessidade de uma alteração na maneira de agir, criando condições que levem o jovem a mudar suas opções de consumo alimentar para opções mais saudáveis, e incentivando a queima de calorias através da prática de exercícios físicos. É importante destacar a importância de um emagrecimento saudável e não apenas rápido, tirando o foco exclusivamente da perda de peso (DUNKER et al., 2009).

Os transtornos de ordem alimentar mais comuns são Anorexia Nervosa (AN) e Bulimia Nervosa (BN), ambos, por sua vez, apresentam comportamento alterado de autoimagem relacionados ao peso corporal (GONCALVES et al., 2013). Bulimia, como conhecemos, foi descrita por Gerald Russell em 1979. Ele descreveu suas características como uma fome intensa, onde a pessoa é capaz de devorar um boi (ALVARENGA; SCAGLIUSI, 2010, ROSA; SANTOS, 2011).

Como princípio fundamental no tratamento alimentar, existe o retorno da alimentação de forma regular, a suspensão das formas purgativas e das restrições criadas pelo paciente, sendo este o primeiro passo do tratamento, e não a alternativa medicamentosa (SALZANO; CORDÁS, 2004). De igual importância, também podemos citar a necessidade de tratamento nutricional, psicológico, clínico e farmacológico, sendo recomendados nas variadas referências bibliográficas pesquisadas (CAMPOS; HAACK, 2012).

Estima-se, como mencionado anteriormente, que a maior incidência de transtorno alimentar ocorre em adolescentes e jovens adultos com predominância no sexo feminino. Em

pacientes obesos, estima-se a prevalência de 7,5% a 30% e, já na população geral, a prevalência é de 1,5% a 5% (MUNHOZ et al., 2021).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como pergunta-problema a seguinte questão: o sofrimento psíquico é uma das bases para o desenvolvimento do transtorno alimentar?

O sofrimento psíquico pode estar associado ao desenvolvimento de transtornos alimentares, uma vez que fatores emocionais, como a baixa autoestima, a ansiedade e a depressão, podem contribuir para a disfunção alimentar. Há ainda a possibilidade de desencadear comportamentos alimentares desordenados, tais como restrição alimentar, compulsão alimentar e purgação, que, em casos mais graves, podem evoluir para transtornos alimentares.

O sofrimento psíquico e os transtornos alimentares podem estar relacionados a mecanismos neurobiológicos semelhantes, como alterações na regulação da serotonina e outros neurotransmissores, que podem contribuir para a manifestação desses transtornos. Com isso, pode ser considerado um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares em indivíduos vulneráveis, como adolescentes, pessoas com histórico de traumas emocionais e pacientes com outros transtornos mentais.

A justificativa para a realização deste estudo é a necessidade de entender melhor como o sofrimento psíquico pode estar relacionado ao desenvolvimento de transtornos alimentares, o que pode inclinar importantes análises e ferramentas para a prevenção e o tratamento desses transtornos. Os transtornos alimentares são condições complexas que afetam não apenas a saúde física, mas também a saúde mental e emocional dos indivíduos que os vivenciam.

É importante destacar que os transtornos alimentares são frequentemente associados a questões socioculturais, como a pressão da mídia e da sociedade para ter um corpo idealizado e magro. No entanto, o papel do sofrimento psíquico nessas condições é muitas vezes menos compreendido, e é necessário explorar mais a fundo como os fatores psicológicos podem contribuir para o desenvolvimento de transtornos alimentares. Além disso, entender como a terapia cognitivo-comportamental pode ser aplicada no tratamento desses transtornos é de grande importância, uma vez que essa abordagem tem sido amplamente utilizada e tem se mostrado eficaz em ajudar pacientes com transtornos alimentares a melhorar sua saúde física e mental.

Assim, este estudo tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão dos fatores psicológicos envolvidos no desenvolvimento de transtornos alimentares, bem como para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes de prevenção e tratamento dessas condições.

O estudo tem como objetivo, também, analisar de que forma o sofrimento psíquico pode contribuir para o desenvolvimento do transtorno alimentar, tendo como objetivos específicos: definir o conceito de sofrimento psíquico e pontuar suas características; definir transtorno alimentar de acordo com a DSM-V, destacando os principais transtornos alimentares da atualidade; investigar de que forma mecanismos do sofrimento psíquico influenciam no desenvolvimento do transtorno alimentar; investigar como questões socioculturais influenciam para o desenvolvimento do transtorno alimentar; investigar como o eixo teórico da terapia cognitivo-comportamental e suas técnicas auxiliam no tratamento de pacientes com transtorno alimentar.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.Alimentação e saúde

Há cinco mil anos, a relação entre alimentação e saúde foi descrita pela civilização Védica e tem sido considerada como a precursora dos princípios da alimentação saudável, tanto no mundo oriental, como no mundo ocidental. Esse pensamento indica que o processo de saúde e doença estava fundamentado na união do sagrado ao conhecimento científico, filosófico e religioso, no qual o ser humano deveria estar em harmonia com a natureza, tendo seu corpo como forma de expressão desta relação. Essas mesmas convicções foram assumidas pelos gregos e romanos (precursores da medicina ocidental), devido à grande devoção aos aspectos ideológicos e dietéticos da alimentação (SILVA; RECINE; QUEIROZ, 2002).

No entanto, desde as primeiras sociedades humanas, a luta pela sobrevivência obrigou as pessoas a produzirem regimes alimentares, levando, ao longo do tempo, a uma intensa interação com o meio ambiente. Com a apreensão de técnicas de conservação, puderam suprir as carências sazonais e conquistaram novos produtos para enfrentar o esgotamento de recursos, porém, era vital reconhecer o que seria comestível e, através deste conhecimento, provavelmente foi formada a base da cultura alimentar, que evoluiu continuamente, sob a influência das necessidades biológicas, junto às crenças, às motivações econômicas e, mais tarde, pela evolução da ciência.

De acordo com Silva, Recine e Queiroz (2002), no final do século XIX, a alimentação foi colocada como uma estratégia para a saúde, marcando o início das pesquisas no campo da nutrição científica, as quais iriam influenciar a mudança da concepção da relação entre alimentação e saúde no mundo ocidental. As recomendações internacionais de promoção da alimentação saudável ressaltavam a importância da variedade de alimentos com fonte de nutrientes, o equilíbrio na escolha destes alimentos baseada nas necessidades individuais e a moderação pelo controle de consumo de alimentos energéticos, principalmente lipídios (gorduras). E, ainda hoje, todas essas regras circunscrevem as diferentes abordagens socioculturais e biológicas sobre os significados da alimentação.

A alimentação é um dos aspectos fundamentais para a boa formação da saúde. O estudo do comportamento alimentar associado à cultura, aos aspectos sociais e ao modo de se alimentar, permite a evolução da saúde e do bem-estar (AZEVEDO; ABUCHAIM, 2006). Rees (1998) diz que uma dieta adequada e balanceada é aquela que atinge todas as necessidades nutricionais de uma pessoa, garantindo a manutenção da saúde e a prevenção de enfermidades, com garantias de crescimento e desenvolvimento satisfatórios, incluindo também todos os nutrientes em quantidades apropriadas e proporcionais uns aos outros. Todavia, a presença ou ausência de um nutriente essencial pode afetar a disponibilidade, a absorção, o metabolismo ou as necessidades dietéticas de outros nutrientes.

2.2.Comportamento alimentar

Segundo Augusto (2002), o comportamento alimentar de uma pessoa segue critérios que variam de hábitos familiares e socioculturais nela atribuídos desde criança, até tabus e preceitos religiosos. Sendo a pessoa sadia ou doente, sua alimentação deve ser adequada ao estado em que se encontra e os alimentos ofertados devem ser para manter ou recuperar seu estado nutricional e ainda servir como medida coadjuvante para retirá-la do estado patológico. Uma pessoa saudável necessita de um plano alimentar que a mantenha sadia, devendo, o plano, ser balanceado de forma a conter todos os nutrientes em quantidades suficientes e preparados da forma correta. Quando isto não ocorre, o próprio organismo arma-se de mecanismos adaptativos para continuar funcionando normalmente, mesmo sem receber alimentação adequada.

Já o organismo enfermo possui esses mecanismos adaptativos limitados e, caso não receba os nutrientes dos quais necessita em quantidades suficientes, aparecerão sintomas característicos do tipo de carência ou excesso de substância nutritiva específica, aliados ao

estado patológico (AUGUSTO, 2002). Sendo assim, instala-se sinergismo entre doença e má nutrição, e o processo de alimentação da pessoa ganha importância maior, não sendo encarado somente como um meio de saciar a fome, mas como uma medida terapêutica.

Usualmente, a pessoa come por duas razões: primeira, porque sente fome, o que é capaz de garantir o consumo alimentar em graus compatíveis com as necessidades energéticas e a manutenção dos processos vitais; segunda, para satisfazer o seu apetite. Possivelmente, o comportamento alimentar dos seres humanos encontra-se intimamente relacionado às duas situações sugeridas: fisiológicas ou internas – que apontam a real necessidade de ingestão de alimentos – e ambientais ou externas.

A fome pode ser definida como uma motivação para buscar e consumir alimentos, iniciando um comportamento alimentar (HALFORD; COOPER; DOVEY, 2004). Este processo determina o tamanho da refeição, e o estado da saciedade resulta no fim da refeição, assim como no controle da duração da mesma. A intensidade de resposta da saciedade é correspondente ao intervalo entre refeições ou ocasiões de alimentação e/ou a quantidade de alimento consumido na próxima refeição; sistemas distintos são responsáveis pelo início e término do consumo de alimento, cada um é regulado por sinais e respostas oriundos dos sistemas nervosos central e periférico, incluindo trato gastrointestinal, fígado, cérebro e sistemas sensoriais periféricos. A ingestão termina quando a sensação de saciedade é alcançada (GIETZEN, 1993).

A alimentação está ligada a vários casos de doenças frequentes, levando a pessoa a ter sérias complicações no decorrer da vida, podendo, então, levar à morte. A ansiedade é um grande problema, principalmente para aqueles que querem mudar seus maus hábitos, pois, quem come depressa, poderá adquirir graves transtornos na digestão (COSTA, 2004). Ao mastigar a comida calmamente, a pessoa passa a sentir o gosto do alimento e, com o auxílio da saliva, consegue ter uma boa digestão. Ao optar por uma dieta, deve-se estar atento para que não haja desequilíbrio dos nutrientes, e o excesso de alguns alimentos poderá trazer consequências negativas para a saúde.

2.3. Transtorno Alimentar

De acordo com os autores Appolinário e Claudino (2000), normalmente os transtornos alimentares apresentam suas primeiras manifestações durante o período da infância e da adolescência.

Em conformidade com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), os transtornos alimentares são caracterizados por perturbações significativas na alimentação e no comportamento relacionado à alimentação. Esses transtornos são diagnosticados com base em critérios específicos que refletem a gravidade e a natureza dos sintomas apresentados (APA, 2014).

A Compulsão Alimentar é definida como:

[...] ingestão, em um período limitado de tempo (aproximadamente duas horas), de uma quantidade de alimentos maior do que a maioria das pessoas consumiria no mesmo período, sob circunstâncias similares, associado a um sentimento de falta de controle sobre o episódio. (KLOBUKOSKI; HÖFELMANN, 2017, p. 2)

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM V), os episódios de compulsão alimentar são acompanhados de três ou mais dos pontos a seguir: comer mais rapidamente do que o normal; comer até se sentir desconfortavelmente cheio; comer grandes quantidades de alimento na ausência da sensação física de fome; comer sozinho por vergonha do quanto se está comendo; sentir-se desgostoso de si mesmo, deprimido ou muito culpado em seguida. Podendo se classificar entre níveis de gravidade, como leve, que pode variar de um a três episódios de compulsão alimentar por semana; moderada de quatro a sete episódios de compulsão alimentar por semana; grave, entre oito a treze episódios de compulsão alimentar por semana; e extrema, com 14 ou mais episódios de compulsão alimentar por semana.

O transtorno da Compulsão Alimentar pode acarretar uma infinidade de problemas à pessoa acometida. Ainda conforme descrito pelo DSM V, o transtorno de compulsão alimentar está associado a uma gama de consequências funcionais, incluindo problemas no desempenho de papéis sociais, prejuízo da qualidade de vida e satisfação com a vida relacionada à saúde, maior morbidade e mortalidade médicas e maior utilização associada a serviços de saúde em comparação a controles pareados por índice de massa corporal. O transtorno pode estar associado também a um risco maior de ganho de peso e desenvolvimento de obesidade (DSM V, 2014). A ansiedade pode ser um fator fortemente ligado ao surgimento e à manutenção do Transtorno da Compulsão Alimentar. O comer compulsivo pode ser uma forma de enfrentamento do sujeito para atenuar os dilemas do cotidiano, favorecendo o sentimento de prazer e compensação. De acordo com Garcia et.al. (2018), em revisão de literatura, percebeuse que a ansiedade é um agente importante no desenvolvimento da compulsão alimentar, sustentada por uma série de pesquisas precedentes que explicam a grande coexistência entre o

Transtorno da Compulsão Alimentar e quadros de ansiedade. Além de afirmar que a ansiedade possui um papel essencial na gênese do Transtorno da Compulsão Alimentar.

Os Transtornos Alimentares, especialmente nas últimas décadas, têm sido objeto de muitas investigações científicas. Pesquisadores como Brian Lask (2000) e J. Mitchel (2001) apontam o caráter multifatorial na etiologia e são unânimes em reconhecer os aspectos constitucionais, sociais, culturais, familiares e de personalidade na origem desses distúrbios, parecendo haver um consenso acerca de uma abordagem multidisciplinar para que haja maior adesão desse tipo de paciente ao tratamento.

Da mesma forma, as crises bulímicas e a recusa anoréxica podem ser compreendidas como comportamentos substitutos da elaboração psíquica esperada na resolução de conflitos intrapsíquicos. E, sendo assim, Anorexia e Bulimia podem assumir uma variedade de significados, desde dificuldades nos processos de individuação experimentados na adolescência, até uma acentuada sensibilidade às mudanças socioculturais.

A compreensão da psicopatologia desses casos viabilizaria tanto a sustentação psicodinâmica quanto a orientação para o trabalho psicoterapêutico, como também algumas diretrizes que ajudem a mapear os modos de examinar esse tipo de sujeito.

Scazufca e Berlink (2004) destacam, entretanto, que muitos estudos psiquiátricos não recomendam o tratamento psicanalítico para os transtornos alimentares, sob o argumento de sua pouca eficácia. Tal posição merece algumas considerações. Segundo os autores, a sugestão tem origem nos estudos de Hilde Bruch, com pacientes anoréxicas que apresentavam como característica principal a pouca autonomia e a queixa de que suas mães sempre falavam por elas.

Para o tratamento desse transtorno, o acompanhamento por equipes de atendimento multidisciplinar tem se mostrado muito eficaz, uma vez que este problema afeta o ser humano em suas múltiplas facetas, partindo da premissa de que somos seres Biopsicossociais e que necessitamos de cuidados com um olhar integral do ser, para a completa manutenção da saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é mais do que apenas a ausência de doenças e, sim, definida por uma série de elementos biológicos, ambientais e socioeconômicos, que em harmonia geram um completo bem-estar físico, mental e social.

2.4.Terapia Cognitivo-Comportamental

Segundo Shinohara (1997), a Terapia Cognitiva tem uma compreensão dos fenômenos relacionados à psicologia humana, concentrando-se nos fatores cognitivos da psicopatologia. A

eficácia dessa abordagem reside em reconhecer a influência do pensamento sobre o comportamento e o afeto. Através dela, as pessoas atribuem significado aos sentimentos e eventos em suas vidas, baseando-se nas hipóteses que permeiam sua identidade, e construindo novas perspectivas para reagir de maneiras diversas em situações específicas.

De acordo com Beck (1964), em qualquer situação, as respostas podem ser expressas por meio de organizações cognitivas ou estruturas. As estruturas cognitivas são componentes da organização cognitiva, em contraste com os processos cognitivos que são passageiros.

A teoria cognitiva se concentra na natureza e na função dos aspectos cognitivos, isto é, no processamento da aquisição de informações e na atribuição de significado a essas informações. De acordo com Biggs e Rush (1999), sua finalidade é descrever a natureza dos conceitos e os resultados dos processos cognitivos envolvidos em determinadas psicopatologias, a fim de contribuir para o bem-estar dos indivíduos.

A história da terapia cognitiva teve início em 1956 com as pesquisas de Aaron Beck sobre os pressupostos psicanalíticos relacionados à depressão. Ao contrário da visão de Freud (1917), que afirmava que pessoas deprimidas tinham uma necessidade inconsciente de sofrer, Beck descobriu que os pacientes apresentavam melhoras em resposta a experiências bem-sucedidas e não resistiam a essas mudanças (BECK; ALFORD, 2000).

Consequentemente, outros pesquisadores começaram a estudar a depressão. Segundo Beck et al. (1979), a depressão passou a ser vista como um transtorno no qual a pessoa constantemente tem expectativas negativas em relação a tudo. A partir disso, outros estudos se desenvolveram com o objetivo de testar estratégias para diminuir essas tendências e evitar a negatividade.

Segundo Beck e Alford (2000), a cognição envolve a interpretação de experiências e eventos futuros, influenciando o funcionamento psicológico e a adaptação do sujeito a um contexto específico. A atribuição de significado é fundamental para a ativação de estratégias adaptativas, controlando emoções e comportamentos por meio dos sistemas psicológicos da atenção e da memória. Os significados podem ser corretos ou incorretos, dependendo do contexto e objetivo específico. No entanto, a predisposição a construções cognitivas falhas é conhecida como “vulnerabilidade cognitiva”. A especificidade cognitiva pode levar a uma síndrome específica, e os significados podem ser públicos ou pessoais, este último construído a partir de implicações e generalizações relacionadas a um evento.

De acordo com Bahls (1999; 2003), transtornos como depressão, transtorno bipolar e transtorno de pânico afetam o funcionamento normal da atividade de organização cognitiva.

Em transtornos de ansiedade, há um impedimento na tendência inata de ampliar o foco de atenção, tornando o indivíduo mais vulnerável a “ameaças” e levando a uma esquivas de situações que causa ansiedade intensa. A teoria cognitiva é uma teoria construtivista que considera que o homem constrói seus significados sobre os fatos e, portanto, constrói sua própria realidade. A forma como o indivíduo interpreta o mundo ao seu redor determina seu comportamento em relação a ele.

3.METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica de aspecto descritivo, em que foram realizadas buscas minuciosas em materiais científicos, tendo, portanto, o objetivo de evidenciar o fenômeno ou comportamento presente em um grupo ou população (SILVA; MENEZES, 2005).

As buscas foram feitas em artigos científicos com o intuito de aprofundar os conhecimentos no tema e conhecer as características do sofrimento psíquico no desenvolvimento de transtornos alimentares. Foram selecionados artigos que descrevessem a influência do sofrimento psíquico no desenvolvimento de transtornos alimentares e incluídos estudos descritos em português publicados entre os anos de 2018 e 2022, com o intuito de buscar estudos mais atuais sobre o assunto. Foram utilizados como descritores: “Transtorno alimentar”, “Terapia Cognitivo Comportamental” e “Sofrimento psíquico”.

Foram excluídos estudos relacionados à outra doença psicológicas que não se referiram a transtornos alimentares, que não contribuíam com informações satisfatórias sobre o tema abordado, e que não se encaixaram no intervalo dos anos previamente determinado.

A coleta de dados foi realizada através de buscas no site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), da Literatura Latino-Americana, do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e da PubMed.

Foram lidos os títulos e resumos dos materiais, selecionando apenas aqueles relacionados ao objetivo da pesquisa, avaliando se corroboravam com a temática. Após a leitura, os artigos selecionados foram lidos na íntegra, avaliados e estudados. A apresentação dos dados analisados foi realizada por meio de quadros seguindo o roteiro de coleta: Autores/Ano; Título da pesquisa; Método; Nome da revista; Conclusões.

Os dados foram vistos pela análise temática de conteúdo, que é dividida em três fases ao longo do meio da pesquisa, fases das quais foram propostas por Bardin (2011). As etapas são organizadas em três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase é a pré-análise que visa à organização e à sistematização das ideias iniciais, sendo assim, essa fase compreende a leitura geral do material eleito para análise. De forma geral, visa à organização do material a ser investigado, e tal sistematização serve para que o pesquisador possa conduzir as operações sucessivas de análise. Esta fase visa: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e elaboração de indicadores. A segunda fase, exploração do material, consiste na transformação das informações analisadas, cujo objetivo é a compreensão e o esclarecimento de todo o conteúdo, ou seja, é uma fase de aprofundamento onde os temas a serem explorados são enumerados, considerando-se os recortes dos textos, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação dos dados coletados. A terceira fase visa o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, permitindo captar os conteúdos contidos em todo material coletado, os quais foram interpretados, para a categorização e análise dos significados.

A exploração do material visa uma análise de forma detalhada, norteados os pontos importantes dos artigos a serem analisados, a partir de uma leitura criteriosa. No tratamento de resultados e interpretação, os resultados das categorias temáticas são desenvolvidos e sintetizados, a critério de manejo do autor, e logo em seguida interpretados. Nesta fase, tem destaque das informações para análise reflexiva e crítica.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aplicados os descritores da pesquisa, foram encontrados 116 artigos como resposta. Desses artigos, foram excluídos os artigos duplicados, contando 46 artigos. Os 70 artigos restantes foram lidos os títulos e resumos, sendo excluídos 36 artigos que não respondiam ao objetivo da pesquisa, restando 34 artigos. Foi realizada uma busca manual onde foram selecionados mais 4 artigos, totalizando 38 artigos completos avaliados para elegibilidade. Desses artigos, foram excluídos 24 que estavam fora do recorte temporal previamente estabelecido, restando 14 artigos para compor o estudo em questão (Figura 1).

Figura 1 - Diagrama PRISMA

Registros encontrados na base de
dados

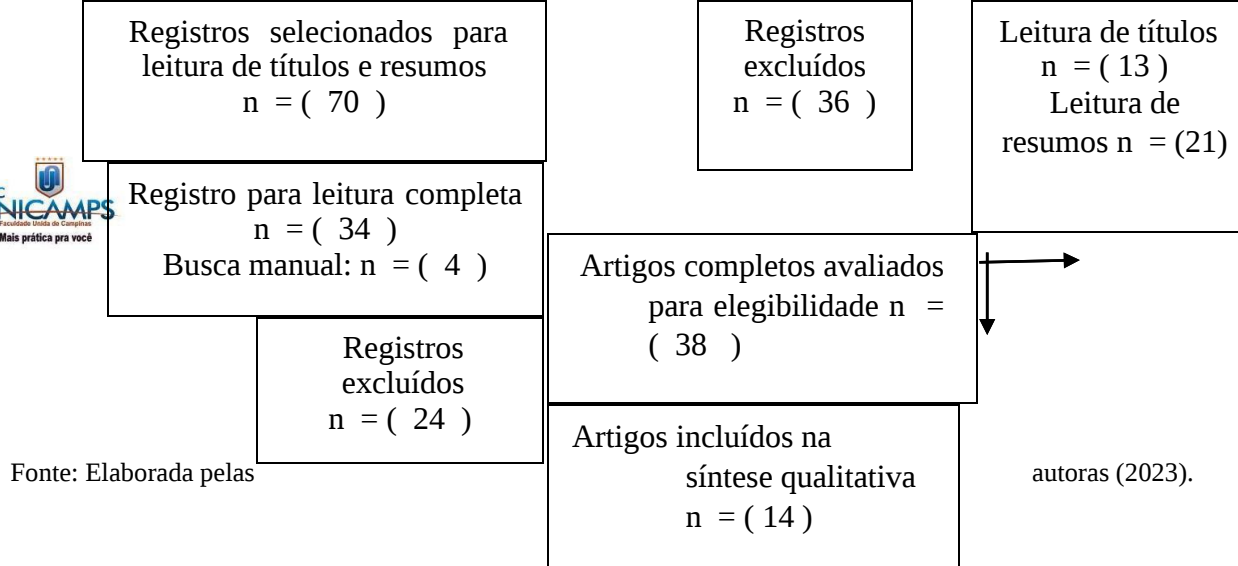
$$n = (116)$$



Registros duplicados

$$n = (46)$$





A leitura dos artigos completos possibilitou verificar estudos homogêneos e heterogêneos, possibilitando a realização da meta-análise. Após a leitura dos artigos, foi realizada uma síntese descritiva com informações contendo o título da pesquisa, o método, o nome da revista e as conclusões dos estudos selecionados, com posterior análise qualitativa dos mesmos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese descritiva dos artigos selecionados.

Autores/ Ano	Título da pesquisa	Método	Nome da revista	Conclusões
Pinto e Quadrado (2018)	Imagens em construção: satisfação corporal e transtornos alimentares em acadêmicos da área da saúde.	Pesquisa de campo	Revista LatinoAmericana de Estudos em Cultura e Sociedade	Ficou demonstrada a correlação entre insatisfação com a imagem corporal e o desenvolvimento de transtornos alimentares.

Dunker, Alvarenga e Claudino (2018)	Prevenção de transtornos alimentares e obesidade: relato de experiência da implementação do programa New Moves	Relato de caso	Saúde em Debate	O NMB pode ser usado como um modelo de estratégia comportamental diferenciado, podendo ser proposto em escolas de período integral como uma disciplina optativa direcionada às meninas.
Ferreira (2018)	Transtornos Alimentares: principais sintomas e características psíquicas	Revisão bibliográfica	Revista Uningá	A ditadura da magreza e do culto ao corpo perfeito pode influenciar jovens e adolescentes a desenvolverem transtornos alimentares, tornando-os cada vez mais vulneráveis a essa pressão social.
Fortes et al. (2018)	Influência da insatisfação corporal direcionada à magreza na restrição alimentar e nos sintomas bulímicos: uma investigação prospectiva com jovens nadadoras	Investigação com delineamento prospectivo	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	A insatisfação corporal direcionada à magreza, de fato, influencia o desencadeamento tanto da restrição alimentar quanto dos sintomas bulímicos em jovens nadadoras.
Rocha, Andrade e Silva (2018)	Vidas atravessadas pelo abuso sexual e pelo transtorno alimentar	Pesquisa de campo	Investigação qualitativa em saúde	As vítimas demonstram baixa autoestima e não aceitação do próprio corpo, e utilizam práticas alimentares patológicas para modificar o corpo, em busca de retirar as curvas que acreditam ser propiciadoras da violência.
Silva et al. (2018)	Jovens Insatisfeitos com a Imagem Corporal: Estresse,	Pesquisa de campo	Psico-USF	A saúde mental é importante para o não desenvolvimento de transtornos alimentares, sendo essencial um acompanhamento

	Autoestima e Problemas Alimentares			nutricional, programas de controle de estresse e prática de atividades físicas.
Fernandes (2019)	Impacto das mídias sociais sobre a insatisfação corporal e risco de transtornos alimentares e depressão em estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto	Estudo transversal	Universidade Federal de Ouro Preto	O uso de mídias sociais, sobretudo o <i>Instagram</i> , esteve associado à insatisfação corporal e, consequentemente, à chance de desenvolver transtornos alimentares e distúrbios psicológicos em estudantes universitários.

Oliveira, Figueredo e Cordás (2019)	Prevalência de comportamentos de risco para transtornos alimentares e uso de dieta “low carb” em estudantes universitários	Pesquisa de campo	Revista LatinoAmericana de Estudos em Cultura e Sociedade	Destacam-se a alta prevalência da prática de dieta (25,09%) e os maiores níveis de compulsão alimentar neste grupo, além de menor consumo de arroz e pão francês em relação aos que não fizeram dieta.
Pires et al. (2019)	Insatisfação com a imagem corporal e atitudes alimentares em estudantes do ensino secundário	Estudo observacional, analítico e transversal.	Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental	Os resultados obtidos revelam a predominância de insatisfação com a imagem corporal dos jovens, assim como a existência de relação entre as atitudes alimentares e a satisfação corporal.
Farias e Rosa (2020)	A educação alimentar e nutricional como estratégia no tratamento dos transtornos alimentares	Revisão bibliográfica	Brazilian Journal of Health	A Educação Alimentar e Nutricional e a Técnica do Comportamento-cognitivo. Ambas visam à reparação do estado nutricional, redução ou cessação de comportamentos inadequados para a saúde do paciente e convergem para o bem-estar biopsicossocial do paciente, de acordo com a literatura.
Sousa et al. (2020)	Estudo do estado nutricional, imagem corporal e atitudes para transtornos alimentares em acadêmicas de nutrição	Pesquisa de campo descritiva, transversal, com abordagem quantitativa	Revista Enfermagem Atual In Derme	Há relação entre a insatisfação da imagem corporal, atitudes de risco para desenvolvimento de transtornos alimentares e estado nutricional das universitárias.
Lopes e Trajano (2021)	Influência da mídia nos Transtornos Alimentares em adolescentes: Revisão de literatura	Revisão bibliográfica	Research, Society and Development	A terapia cognitivocomportamental (TCC) aplicada em recursos online pode ser eficaz no tratamento desses transtornos. Isso sugere a importância de refletir sobre o uso apropriado dos meios de comunicação, que podem apresentar tanto benefícios quanto malefícios
Magagnin et al. (2021)	Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista	Pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva	Physis	Crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tendem a ter hábitos alimentares disfuncionais e comprometimento nas atividades sensoriais, o que dificulta uma alimentação saudável.

Santos et al. (2021)	Comportamento alimentar e imagem corporal em universitários da área de saúde	Pesquisa de campo	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	A imagem corporal negativa, considerando as duas dimensões avaliadas (i.e., perceptiva e atitudinal), foi associada ao comportamento alimentar entre universitários de ambos os sexos.
-------------------------	--	-------------------	----------------------------------	--

Os artigos selecionados apresentam uma variedade de abordagens para analisar diferentes aspectos dos transtornos alimentares. A pesquisa de campo mostrou ser a abordagem mais utilizada, seguida de revisão bibliográfica e relato de caso. Os estudos foram conduzidos no Brasil e abordam diferentes tópicos, como a satisfação com a imagem corporal, a adaptação e implementação de programas de prevenção, os motivos do aumento dos transtornos alimentares, a influência da insatisfação corporal direcionada à magreza sobre os transtornos alimentares e as possíveis consequências do abuso sexual na autoestima e na autoimagem corporal das vítimas. A maioria dos estudos destaca a importância da abordagem multidisciplinar para o tratamento dos transtornos alimentares e a necessidade de atenção e intervenção precoce. Alguns estudos também enfatizam a importância da prevenção, especialmente na escola, e a necessidade de técnicas específicas para tratar os sintomas e comportamentos de risco.

As metodologias adotadas pelos autores dos artigos selecionados foram: revisão de literatura, pesquisa de campo, análise observacional, transversal, pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva, investigação com delineamento prospectivo e estudo de caso. Os estudos selecionados tiveram como ênfase a análise da saúde mental e sua influência no desenvolvimento de transtornos alimentares.

O estudo de Ferreira et al. (2018) aponta que os transtornos alimentares têm apresentado crescimento nos últimos anos tendo como um dos principais fatores o crescimento da propagação do corpo perfeito, que leva à busca por maneiras de alcançá-lo sem preocupação com a saúde mental dos indivíduos. Apesar dos transtornos alimentares serem uma predisposição individual, os fatores socioculturais estão contribuindo para um aumento de sua prevalência. Isso se deve à ditadura da magreza e da busca pelo corpo perfeito na atualidade, o que incentiva, principalmente entre jovens e adolescentes, a ideia da perfeição física. Como resultado, eles ficam cada vez mais vulneráveis a esses transtornos. Para um tratamento efetivo, é necessária uma abordagem multidisciplinar que inclua médicos, psicólogos e nutricionistas trabalhando juntos para um diagnóstico preciso e um prognóstico positivo para essas pessoas.

De acordo com Farias e Rosa (2020), a patogênese dos transtornos alimentares ainda não se encontra totalmente elucidada. No entanto, sabe-se que possui caráter multifatorial. Dentre as causas, cita-se: genéticas, psicológicas, familiares, socioculturais, biológicas e nutricionais. Tais causas, de modo não conhecido, se interagem e levam a consequências físicas, emocionais e sociais. Os transtornos alimentares são considerados uma patologia psiquiátrica grave, com uma etiologia complexa, que resulta em atitudes comportamentais compensatórias como inanição e comportamentos de purgação. Por ser uma doença que afeta profundamente os comportamentos e padrões alimentares dos pacientes, é importante que sejam tratados por uma equipe interdisciplinar, que inclua médicos, psicólogos e, especialmente, nutricionistas.

Santos et al. (2021) em seu estudo chama atenção para a modernidade e as tecnologias existentes que influenciam diretamente na percepção do indivíduo quanto a pensamentos sobre o corpo real. Isso ocorre uma vez que os corpos inatingíveis são propagados livremente nas redes sociais, afetando diretamente a saúde mental do indivíduo que passa a buscar recursos para alcançá-lo podendo levar ao desenvolvimento de transtornos alimentares. Este estudo revela que a imagem corporal negativa está associada aos hábitos alimentares entre universitários, independentemente do gênero. Entre as mulheres que se sentem grandes demais, houve uma associação inversa com restrições alimentares. Já aquelas insatisfeitas com a magreza apresentaram uma ligação direta com a restrição alimentar e inversa com o comportamento emocional. Entre os homens que se sentem grandes demais, houve uma associação com a alimentação emocional. E, aqueles insatisfeitos com excesso de peso, apresentaram uma associação com a dimensão emocional. A imagem corporal e o comportamento alimentar podem ser mudados, por isso, é importante que sejam criadas estratégias para reduzir a pressão estética sobre esse público, a fim de prevenir problemas de saúde como depressão e transtornos alimentares, garantindo uma vida mais saudável para estudantes e futuros profissionais de saúde.

Corroborando com os autores Lopes e Trajano (2021), que apontam que as mídias de massa atuam de forma ativa sobre a vulnerabilidade de indivíduos na fase da adolescência, entende-se que tal influência afeta diretamente a saúde mental de adolescentes que podem apresentar disfunções alimentares devido à insatisfação corporal proveniente dessa fase da vida. A educação adequada para o uso consciente das redes sociais é importante, especialmente para a população jovem e vulnerável. Sem essa educação, ela está sujeita aos mesmos problemas que outras faixas etárias enfrentam devido à exposição na internet. É preciso revisar e discutir os impactos das redes sociais e estabelecer medidas de segurança para garantir o seu uso saudável.

Além disso, influenciadores devem ser encorajados a transmitir boas práticas de alimentação e estilo de vida baseados em evidências científicas, com o apoio de equipes multidisciplinares. Assim, eles podem ser um vetor para a propagação de hábitos saudáveis para populações vulneráveis e minimizar o impacto negativo da mídia de massa. O acompanhamento psicológico e a participação em grupos de apoio também são importantes para ajudar os adolescentes a lidar com os impactos das redes sociais e a evitar distúrbios alimentares. Futuros estudos devem ser realizados para avaliar mais profundamente esses impactos e fornecer informações para aprimorar a educação e a conscientização sobre o uso saudável das redes sociais. A alfabetização midiática também é importante para ajudar os jovens a ter mais autonomia no consumo de conteúdo e minimizar o impacto nas suas percepções sobre suas mudanças corporais e de alimentação.

Em seus estudo, Souza et al. (2020) aplicaram o questionário *Body Shape Questionnaire* (BSQ) em acadêmicos, visando analisar atitudes que levam ao desenvolvimento de transtornos alimentares, os resultados demonstraram prevalência maior de indivíduos insatisfeitos com o corpo e com tendência a desenvolver transtornos alimentares. Conforme os dados coletados, foi possível estabelecer uma relação entre insatisfação corporal, comportamentos de risco para transtornos alimentares e o estado nutricional de universitárias. A insatisfação com a imagem corporal e comportamentos alimentares de risco foram mais frequentes entre as estudantes com estado nutricional eutrófico⁴, especialmente entre as ingressantes no curso. No entanto, aquelas com sobrepeso ou desnutrição também apresentaram insatisfação com a sua aparência. De acordo com o BSQ e EAT-26, a prevalência de indicativos de transtornos alimentares continuou sendo maior entre as estudantes eutróficas, mas também foram encontrados casos entre aquelas com sobrepeso ou obesidade. Os autores complementam ainda que fatores sociais são determinantes para o desenvolvimento de transtornos alimentares, já que a própria sociedade impõe o padrão de perfeição e este é propagado através de campanhas publicitárias.

A pesquisa realizada por Oliveira, Figueredo e Cordás (2019) sobre compulsão alimentar aponta um alto escore que sugere disfunção alimentar com e sem práticas de compensação. Ainda segundo o estudo, o aumento de transtornos alimentares (TA) em estudantes universitários é uma preocupação importante, uma vez que essa população corre um

⁴ O estado nutricional eutrófico é caracterizado por um equilíbrio adequado entre a ingestão de nutrientes e as necessidades do corpo. Indivíduos com estado nutricional eutrófico apresentam um peso corporal adequado à altura, boa quantidade de massa muscular e gordura corporal dentro dos limites saudáveis. Eles também têm níveis normais de proteínas, vitaminas e minerais em seu corpo, o que lhes permite desempenhar suas atividades diárias sem fadiga ou doenças relacionadas à nutrição.

risco elevado de desenvolver transtornos mentais e de sofrer consequências negativas para a saúde, como o comprometimento do rendimento escolar, isolamento social e agravamento de parâmetros clínicos. A mídia, a pressão para atingir uma aparência magra e a internalização de ideais corporais são fatores que aumentam o risco de comportamentos disfuncionais relacionados à alimentação, especialmente em mulheres. Esses comportamentos podem surgir como uma forma de lidar com emoções negativas, cobranças e insatisfação corporal. Por isso, é importante identificar comportamentos de risco, tais como dietas restritivas, jejuns, métodos compensatórios inapropriados (vômitos, uso de laxantes e/ou diuréticos) e atividade física excessiva.

O estudo de Silva et al (2018) avaliou a relação existente entre imagem corporal, estresse percebido, autoestima e comportamento alimentar, onde foram identificados comportamentos alimentares disfuncionais com origem na preocupação em emagrecer, estresse e autoestima. Os adolescentes e jovens dessa amostra apresentaram fatores de risco para transtornos alimentares, como insatisfação com a imagem corporal e tendências a transtornos alimentares, com diferenças entre os sexos que precisam ser consideradas na elaboração de intervenções. Essas diferenças devem ser orientadas pelas influências midiáticas e culturais sobre ideais de beleza física. A prevenção não só resulta em redução de gastos em saúde pública, como também minimiza os efeitos negativos de possíveis distúrbios psicológicos.

Resultado semelhante foi encontrado no estudo de Pires et al. (2019), onde evidenciouse que jovens estudantes possuem pensamentos negativos relacionados à própria aparência corporal que influencia diretamente nas atitudes alimentares dos mesmos. O tratamento da anorexia nervosa e da bulimia nervosa requer abordagens que contemplem as diversas causas desses transtornos alimentares. O desafio é encontrar um equilíbrio entre medicamentos, ajuste nutricional e terapia psicológica, especialmente a terapia cognitivo-comportamental, que é amplamente aceita e eficaz nas pesquisas. Um tratamento abrangente, que envolva profissionais de saúde e apoio familiar, é fundamental para o sucesso na recuperação. A terapia cognitivocomportamental tem mostrado resultados positivos no tratamento da anorexia, contribuindo para a adesão ao tratamento nutricional e clínico, trabalhando a imagem corporal e a autoestima, mudando crenças e pensamentos disfuncionais sobre peso e alimentos, e prevenindo recaídas. Já na bulimia, a TCC é útil para interromper os ciclos de compulsão alimentar e purgação, melhorar a autoestima e aspectos sociais, e mudar crenças e pensamentos associados à alimentação e à forma corporal. Com a alta incidência dos transtornos alimentares,

especialmente entre adolescentes mulheres, é crucial que profissionais de saúde estejam preparados para identificar os sintomas, tratar e prever o prognóstico adequadamente.

Fernandes et al. (2018) realizou uma pesquisa com 647 estudantes em que houve prevalência do uso de redes sociais pelos entrevistados, bem como seu uso excessivo. Do total de entrevistados, cerca de 72,3% apresentavam grau de estresse, 54,1% ansiedade, 58,2% sintomas de depressão, 33,5% insatisfação corporal e 42,3% desenvolveram transtornos alimentares. O estudo evidenciou que indivíduos com *Instagram* apresentaram maiores escores de insatisfação corporal e, conseqüentemente, transtornos alimentares.

Nota-se que o pensamento negativo em relação ao corpo também afeta atletas. No estudo de Fortes et al. (2018), foram realizados testes com nadadoras sobre o corpo ideal. Os resultados encontrados apontam que a insatisfação com o corpo, relacionada a ser magro, tem um impacto significativo tanto na restrição alimentar quanto nos sintomas bulímicos em jovens nadadoras. Por esse motivo, é importante o acompanhamento psicológico e nutricional.

O autismo é outro fator que pode levar ao desenvolvimento de transtornos alimentares, isso ocorre devido ao comprometimento de fatores sensoriais, havendo uma dificuldade em obter e estabelecer uma alimentação saudável. Crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam comportamentos alimentares variados, resultantes da interação de diversos fatores sociais, biológicos, ambientais e familiares. Alguns cuidadores relatam dificuldades com a alimentação de seus filhos, enquanto outros não. Por isso, é importante considerar cada indivíduo com TEA de forma única e além do diagnóstico. A dificuldade no processamento sensorial pode levar a comportamentos alimentares restritivos e compulsivos, e muitas vezes os pais não têm conhecimento sobre atividades sensoriais e não incentivam uma alimentação saudável, o que afeta negativamente a dinâmica familiar. Portanto, é necessário oferecer atenção qualificada a esses indivíduos no tratamento alimentar e nutricional, através de intervenções multiprofissionais. A família desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que o ambiente familiar pode ter um impacto significativo na alimentação dessas crianças e adolescentes (MAGAGNIN et al., 2021).

Os resultados da pesquisa de Pinto e Quadrado (2018) indicam uma alta taxa de participantes insatisfeitos com a aparência física, com mais mulheres do que homens se declarando insatisfeitas. Isso pode estar relacionado às expectativas sociais de beleza feminina. Além disso, os resultados apontam para uma incidência expressiva de comportamentos de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares, embora sejam necessários mais critérios para um diagnóstico oficial. O curso de Enfermagem apresentou o maior percentual de

comportamentos de risco, com a amostra quase totalmente composta por mulheres. Esta correlação entre insatisfação com a aparência e comportamentos de risco para transtornos alimentares é preocupante, pois a insatisfação com a aparência já foi identificada como fator preditor de tais transtornos. A sociedade incentiva a ideia de que o corpo pode ser facilmente controlado e moldado para atender a padrões estéticos. Isso leva algumas pessoas a experimentar diferentes métodos para alcançar esses padrões, enquanto outras tornam essas práticas constantes e patológicas, perpetuando o estereótipo de beleza. É importante ter consciência desses fatores para prevenir o desenvolvimento de transtornos alimentares.

Além desses fatores, de acordo com o estudo de Rocha, Andrade e Silva (2018), a desestruturação da vítima de assédio sexual foi resultado de fatores cruciais, como o abuso repetitivo e prolongado, que era desconsiderado ou minimizado pelas famílias; a imaturidade das crianças que os impediam de reconhecer a ilicitude do comportamento do agressor e de interromper o abuso por conta própria; e a compreensão de que qualquer ato erótico inadequado, mesmo que não seja sexual, pode causar danos permanentes à autoestima e à imagem corporal da vítima. É sabido que o corpo abusado pode levar ao desencadeamento de transtornos alimentares, pois o corpo registra todas as experiências de vida e se relaciona com o mundo de acordo com suas sequelas. Portanto, as vítimas de assédio sexual na infância e adolescência apresentam baixa autoestima e rejeição do próprio corpo devido às lembranças do abuso. Algumas vítimas, ao associarem suas curvas ao sofrimento, recorrem a práticas alimentares prejudiciais para mudar o corpo, como a magreza excessiva ou o excesso de peso. A precoce percepção do abuso pode ajudar a encerrá-lo, dar início ao tratamento adequado à vítima, evitar insatisfações corporais intensas e, conseqüentemente, prevenir o aparecimento de transtornos alimentares. É importante realizar novos estudos com crianças e adolescentes vítimas de assédio sexual para compreender sua relação com o próprio corpo antes que surjam os transtornos.

O estudo de Dunker, Alvarenga e Claudino (2018) teve por objetivo apresentar o processo de implementação do modelo brasileiro do NMB, descrevendo o processo de adaptação de seu conteúdo, as dificuldades e potencialidades encontradas no contexto da cidade de São Paulo (SP). Segundo o estudo, os desafios enfrentados na implementação de programas não são apenas relacionados ao conteúdo e à intervenção, mas também incluem questões de localização, escolas (estrutura e equipe) e perfil dos participantes. Alguns conceitos inovadores apresentados pelo programa, como o conceito de imagem corporal, podem ser “incompreensíveis” para populações com um baixo nível sociocultural. O NMB apresenta potencial para ser replicado e usado como referência para novos modelos de intervenção no

país, mas é necessário ajustar seus conteúdos, simplificando o manual e reduzindo o número de atividades propostas, especialmente as relacionadas ao suporte social e à alimentação, para torná-los mais acessíveis e atraentes para populações com dificuldades de aprendizado. Devido ao seu sucesso internacional, o NMB pode ser proposto como uma disciplina opcional em escolas de tempo integral para meninas, como uma estratégia comportamental diferenciada.

Corroborando com a pesquisa, Farias e Rosa (2020) reafirmam que os transtornos alimentares são uma doença mental séria, com uma causa complexa, resultando em comportamentos prejudiciais como inanição e/ou compulsão alimentar. É importante que sejam tratados por uma equipe de especialistas, incluindo médicos, psicólogos e, especialmente, nutricionistas, pois estes transtornos afetam profundamente as escolhas alimentares e comportamentos do paciente. De acordo com estudos, há diversas ferramentas disponíveis para os nutricionistas, incluindo Educação Alimentar e Nutricional e Terapia Cognitivo Comportamental. Ambas visam a melhoria da saúde nutricional, redução ou fim de comportamentos prejudiciais, e o bem-estar geral do paciente. No entanto, é importante lembrar que a Educação Alimentar e Nutricional é vista como uma estratégia complementar a outros tratamentos, e não é eficaz se usada sozinha. Apesar dos resultados relevantes para profissionais de saúde, é necessário mais pesquisa para avançar no entendimento e tratamento dos transtornos alimentares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura científica aponta que o sofrimento psicológico pode ser um dos fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares. A insatisfação com a imagem corporal, ansiedade, baixa autoestima, entre outros problemas psicológicos podem contribuir para o surgimento e manutenção desses transtornos. No entanto, é importante destacar que o desenvolvimento de transtornos alimentares é resultado de uma complexa interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, e não pode ser explicado por apenas um fator isolado. Portanto, é crucial avaliar e tratar o sofrimento psicológico como uma parte integrante do tratamento para transtornos alimentares.

O sofrimento psíquico pode ser um fator importante no desenvolvimento de transtornos alimentares. Ele pode incluir experiências de estresse, ansiedade, depressão, baixa autoestima, entre outros. Estes fatores emocionais podem afetar a forma como as pessoas percebem e se relacionam com a comida e o corpo, o que pode levar a padrões alimentares disfuncionais e a

um comportamento obsessivo em relação à alimentação e ao corpo. Além disso, o sofrimento psíquico pode interferir na capacidade da pessoa de lidar com situações difíceis e resolver problemas de forma saudável, aumentando o risco de desenvolver um transtorno alimentar.

Na prevenção e no tratamento dos transtornos alimentares, a atuação do psicólogo é fundamental. O psicólogo pode trabalhar com a pessoa que apresenta sintomas de transtorno alimentar, ajudando-a a compreender as causas subjacentes às suas escolhas alimentares e comportamentos disfuncionais relacionados à alimentação. Isso pode incluir questões relacionadas ao corpo, à autoestima, a padrões de pensamentos negativos e a conflitos emocionais e sociais.

Além disso, o psicólogo pode desenvolver estratégias terapêuticas para ajudar a pessoa a lidar com essas questões, promovendo o bem-estar emocional e a regulação dos comportamentos alimentares. Essas estratégias podem incluir técnicas de mudança de pensamento, terapia comportamental, terapia cognitivo-comportamental e terapia interpersonal.

A atuação do psicólogo também é importante na prevenção dos transtornos alimentares, trabalhando com grupos de risco, promovendo a saúde mental e a autoestima, e fornecendo informações sobre a importância de uma alimentação saudável e equilibrada.

Em resumo, o papel do psicólogo é essencial no tratamento e na prevenção dos transtornos alimentares, ajudando as pessoas a compreender e lidar com as questões subjacentes a esses distúrbios, promovendo o bem-estar emocional e a saúde mental.

6.REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. DOS S.; SCAGLIUSI, F. B. Nutritional therapy for bulimia nervosa. **Revista de Nutricao**, v. 23, n. 5, p. 907–918, 2010.

APA. Associação Americana de Psiquiatria. DSM V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5 ed. São Paulo: Artmed, 2014.

APPOLINÁRIO, J. C.; CLAUDINO, A. M. Transtornos alimentares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, n. suppl 2, p. 28–31, 2000.

AUGUSTO, A. L. P. A dieta no hospital e no ambulatório. In: AUGUSTO, A. L. P. et al.(Eds.). **Terapia nutricional**. São Paulo: Atheneu, 2002.

AZEVEDO, A. M. C; ABUCHAIM, A. L. G. Bulimia nervosa: classificação diagnóstica e quadro clínico. In: NUNES, M. A. et al. (Orgs.). **Transtornos alimentares e obesidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAHLS, S. C. Depressão: uma breve revisão dos fundamentos biológicos e cognitivos. **Interação**, v. 3, p. 49-60, 1999.

BAHLS, S. C. Uma revisão sobre a terapia cognitivo-comportamental da depressão na infância e na adolescência. **Psicologia Argumento**, v. 21, p. 47-53, 2003.

BARDIN. L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, LTDA; 2009.

BECK, A. T. Thinking and Depression II. Theory and Therapy. **Archives of General Psychiatry**, v. 10, p. 561-571, 1964.

BECK, A. T.; RUSH, A. J.; SHAW, B. F.; EMERY, G. **Cognitive Therapy of Depression**. New York: Guilford Press, 1979.

BECK, A. T.; ALFORD, B. A. **O poder integrador da terapia cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BIGGS, M. M.; RUSH, J. Cognitive and Behavioral Therapies alone and combined with antidepressant medication in the treatment of depression. In: D. S. Janowsky (ed.). **Psychotherapy, indications and outcomes**. Washington: American Psychiatric Press, 1999.

CAMPOS, J. G. S. C. DE;; HAACK, A. Anorexia e bulimia: aspectos clínicos e drogas habitualmente usadas no seu tratamento medicamentoso. **Com. Ciências Saúde**, v. 23, n. 3, p. 253–262, 2012.

COSTA, J. F. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DUNKER, K. L. L.; FERNANDES, C. P. B.; CARREIRA FILHO, D. Influência do nível socioeconômico sobre comportamentos de risco para transtornos alimentares em adolescentes. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 58, n. 3, p. 156–161, 2009.

DUNKER, K. L. L.; ALVARENGA, M. dos S.; CLAUDINO, C. A. M. Prevenção de transtornos alimentares e obesidade: relato de experiência da implementação do programa New Moves. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, pp. 331-342, 2018.

FARIAS, C. T. S.; ROSA, R. H. A educação alimentar e nutricional como estratégia no tratamento dos transtornos alimentares. **Brazilian Journal of Health**, v.3, n.4, p. 1061110620, 2020.

FERNANDES, K. **Impacto das mídias sociais sobre a insatisfação corporal e risco de transtornos alimentares e depressão em estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto**. 2019. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (Nutrição). Universidade Federal de Ouro Preto - Ouro Preto, 2019.

FERREIRA, T. D. Transtornos Alimentares: principais sintomas e características psíquicas. **Revista Uningá**, v.55, n.2, p.169-176, 2018.

FORTES, L S. et al Influência da insatisfação corporal direcionada à magreza na restrição alimentar e nos sintomas bulímicos: uma investigação prospectiva com jovens nadadoras. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 3, 2018.

FREUD, S. **Luto e melancolia**. In: Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1917.

GARCIA , G. et al. Relação entre sintomatologia ansiosa, depressiva e compulsão alimentar em pacientes com doenças cardiovasculares. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, 2018.

GIETZEN, D. W. Neural mechanisms in the responses to amino acid deficiency. **The Journal of Nutrition**, v. 123, n. 4, p. 610-625, 1993.

GONCALVES, J. DE A.; MOREIRA, E. A. M.; TRINDADE, E. B. S. DE M.; FIATES, G. M. R. Transtornos alimentares na infância e na adolescência. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 1, p. 96–103, 2013.

HALFORD, J. C. G.; COOPER, G. D.; DOVEY, T. M. The pharmacology of human appetite expression. **Current Drug Targets**, Hilversum, v. 5, n. 3, p. 221-240, 2004.

KLOBUKOSKI, C.; HÖFELMANN, D.A. Compulsão alimentar em indivíduos com excesso de peso na Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, p. 443-452, 2017. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n4/1414-462X-cadsc-25-4-443.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

LASK, B. Aetiology. In: LASK, B.; BRYANT-WAUGHT, R. (Ed.) **Anorexia Nervosa and Related Eating Disorders in Childhood and Adolescence**. East Sussex: Psychology Press, 2000.

LOPES, P. A., & TRAJANO, L. A. D. S. N. Influência da mídia nos Transtornos Alimentares em adolescentes: Revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v.10, n.1, p.e20910111649-e20910111649, 2021.

LOTUFO NETO, F. **Terapia comportamental**. Em A. V. Cordioli (Org.) **Psicoterapias: abordagens atuais** (p. 181-191). Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MAGAGNIN, T. Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. **Physis**, v. 31, n. 01, 2021.

MITCHEL J. **The Outpatient Treatment of Eating Disorders**. Minneapolis: University of Minnessota Press, 2001.

MUNHOZ, P. G.; BORGES, G. R.; BEURON, T. A.; PETRY, J. F. A influência da ansiedade na compulsão alimentar e na obesidade de universitários. **Rev. gest. sist. saúde**, v.10, n.1, p.21-44, 2021.

OLIVEIRA, J.O.; FIGUEREDO, L.E.; CORDÁS, T.A. Prevalência de comportamentos de risco para transtornos alimentares e uso de dieta "low carb" em estudantes universitários. **J. bras. psiquiatr.**, v.68, n.4, p.183-190, 2019.

PINTO, D.C.D.; QUADRADO, R.P. Imagens em construção: satisfação corporal e transtornos alimentares em acadêmicos da área da saúde. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, V. 04, ed. especial, fev., 2018, artigo nº 759, 2018.

PIRES, M. de L.G. Insatisfação com a imagem corporal e atitudes alimentares em estudantes do ensino secundário. **Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, p.16472160, 2019.

RANGÉ, B. **Bases filosóficas, históricas e teóricas da psicoterapia comportamental e cognitiva**, 1998.

REES, J. M. Controle do peso e distúrbios alimentares. In: MAHAN, L. K.; ESCOTTSTUMP, S. (Orgs.). **Krause – alimentos, nutrição e dietoterapia**. 9. ed. São Paulo: Roca, 1998.

ROCHA, D.B.; ANDRADE, A.C.; SILVA, C.A.B. Vidas atravessadas pelo abuso sexual e pelo transtorno alimentar. **Investigação qualitativa em saúde**, v.2, 2018.

ROSA, B. DEP.; SANTOS, M. A. DOS. Comorbidade entre bulimia e transtorno de personalidade borderline: implicações para o tratamento TT - Co-morbidité entre la boulimie et le trouble de personnalité borderline: implications pour le traitement TT - Comorbidity of bulimia nervosa with bord. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 2, p. 268–282, 2011.

SALZANO, F. T.; CORDÁS, T. A. Tratamento farmacológico de transtornos alimentares. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 31, n. 4, p. 188–194, 2004.

SANTOS, M. M.; MOURA, P.S.; FLAUZINO, P.A.; ALVARENGA, M.S. Comportamento alimentar e imagem corporal em universitários da área de saúde. **J. bras. psiquiatr.**, v.70, n.2, 2021.

SCAZUFCA, A. C.; BERLINK, M. T. Sobre o tratamento psicoterapêutico da anorexia e da bulimia. In: CARDOSO, M. R. (Org.). **Limites**. São Paulo: Escuta, 2004.

SHINOHARA, H. O. Conceituação da terapia cognitivo-comportamental. Em: R. A. Banaco (Org.) **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva**, V. 3 (p. 1-5) São Paulo: Editora Arbytes, 1997.

SILVA, E. L. DA; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 edição ed. Florianópolis, 2005.

SILVA, D. O.; RECINE, E. G. I. G.; QUEIROZ, E. F. O. Concepções de profissionais de saúde da atenção básica sobre a alimentação saudável no Distrito Federal, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, n. 5, p. 1.367-1.377, 2002.

SILVA, A. M. B.; MACHADO, W.L.; BELLODI, A.C.; CUNHA, K.S.; ENUMO, S.R.F. Jovens Insatisfeitos com a Imagem Corporal: Estresse, Autoestima e Problemas Alimentares. **Psico-USF**, v. 23, n. 3, p. 483-495, 2018.

SKINNER, B.F. **Science and human behavior**. New York: Macmillan, 1953.

SOUZA, F. das C. A; OLIVEIRA, J. C. R; ALVES, F. R; SILVA, W. C. Estudo do estado nutricional, imagem corporal e atitudes para transtornos alimentares em acadêmicas de nutrição. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v.93, n.31, 2020.

FEMINICÍDIO: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

FEMINICIDE: EXPRESSION OF THE SOCIAL ISSUE

SILVA, Daniele Helena Azevedo¹; SOUSA, Juliana Dourado de²; SILVA, Samara Brasil da³; SILVA, Édar Jessie Dias Mendes da⁴

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema do feminicídio como expressão da questão social, sob a perspectiva do Serviço Social, com ênfase nas contribuições teóricas de Simone de Beauvoir, Scott, bem como Saffioti, dentre outros. O objetivo é compreender a complexidade desse fenômeno e seu impacto na sociedade contemporânea. Através de uma pesquisa bibliográfica e análise de dados, identificou-se que o feminicídio é um reflexo das desigualdades de gênero e das estruturas sociais opressivas.

Palavras-chave: Feminicídio. Questão Social. Serviço Social. Desigualdades de Gênero.

ABSTRACT

The present work addresses the theme of femicide as an expression of the social question, from the perspective of Social Work, with emphasis on the theoretical contributions of Simone de Beauvoir, Scott, as well as Saffioti, among others. The objective is to understand the complexity of this phenomenon and its impact on contemporary society. Through bibliographical research and data analysis, it was identified that femicide is a reflection of gender inequalities and oppressive social structures.

Keywords: Femicide. Social Issues. Social Service. Gender Inequalities.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é uma problemática presente em diversas sociedades ao redor do mundo, revelando a persistência das desigualdades de gênero e das estruturas sociais opressivas. Nesse contexto, o feminicídio se destaca como uma forma extrema de violência de gênero, que resulta na morte de mulheres em decorrência de sua condição de gênero. Essa realidade alarmante tem despertado a atenção de

¹ Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social pela Faculdade Unida de Campinas FacUnicamps. E-mail: danielehelena0512@gmail.com

² Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social pela Faculdade Unida de Campinas FacUnicamps. E-mail: juliana.dourado760@gmail.com

³ Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social pela Faculdade Unida de Campinas FacUnicamps. E-mail: brasilsamara@gmail.com

⁴ Doutoranda em Educação, Mestra em Serviço Social, orientadora e professora do curso de Serviço Social da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps. E-mail: edar.silva@facunicamps.edu.br

diferentes áreas de conhecimento, incluindo o Serviço Social, que busca compreender e enfrentar esse fato inescrutável. Também afeta significativamente seus familiares, gerando traumas psicológicos e emocionais e financeiros por ser essa mulher a responsável pela manutenção da renda familiar.

O presente estudo tem como objetivo analisar o feminicídio entendendo-o como expressão da questão social, sob a perspectiva do Serviço Social. Para tanto, serão utilizadas as contribuições teóricas de autoras e atores, como Simone de Beauvoir, Scott, Saffioti, que destacam a opressão das mulheres e as desigualdades de gênero como elementos fundamentais na compreensão desse fenômeno.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a qual contribuiu com o embasamento a partir de uma revisão bibliográfica, com o intuito de identificar as causas, as manifestações e os impactos do feminicídio na sociedade contemporânea. Além disso, foi enfatizada a importância da Lei Maria da Penha como um instrumento legal fundamental para a proteção das mulheres e o enfrentamento da violência de gênero.

Ao compreender a complexidade do feminicídio e suas inter-relações com as desigualdades de gênero, o Serviço Social pode desempenhar um papel essencial no enfrentamento desse problema social.

No contexto específico de Goiás, destaca-se o elevado número de casos de feminicídio, reforçando a necessidade de medidas preventivas e de proteção às mulheres e uma análise de quais são os fatores que condicionam esse Estado ser referência no feminicídio. É fundamental estabelecer debates e pesquisas que levem a sociedade goiana a refletir sobre essa condição e implementar políticas públicas eficazes para reduzir os índices de feminicídio em Goiás.

Dessa forma, ao aprofundar o conhecimento sobre o feminicídio como expressão da questão social, busca-se contribuir na compreensão desse fenômeno e para o fortalecimento das políticas voltadas à sua prevenção e enfrentamento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse estudo, o objeto é o feminicídio e o compreendemos como sendo uma expressão da questão social inserido no contexto de uma cultura patriarcal, predominantemente machista em que o homem exerce poder sobre a mulher e mesmo estando em um contexto contemporâneo é capaz de cometer barbáries de violências às mulheres e de decidir, ele, sobre a vida e/ou morte de suas esposas, companheiras, namoradas, filhas, entre outros.

A partir da análise de referenciais sobre a temática, consideramos que essa discussão envolve, entre outros assuntos, a questão de gênero, esclarecimentos sobre a concepção do que é feminicídio, aprofundamento nos dados sobre a violência contra a mulher e um debate sobre impactos do feminicídio em familiares.

2.1 A Violência Contra a Mulher: uma discussão de gênero

Scott (1995, p.72) no estudo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, enfatiza que o termo "gênero" não se refere apenas às diferenças biológicas e sexuais do que é ser homem ou mulher, mas sim à maneira como foi construído histórico e socialmente essas diferenças.

Na sua maioria, as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. (SCOTT, 1995, p.74).

Scott (1995, p.72), identifica que, em se tratando de gênero, homem e mulher são “definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado”. Para o autor, o termo “gênero” começou a ser utilizado em substituição ao termo “mulheres” em estudos que discutiam a história das mulheres, pois, o uso deste último carregava uma carga de parcialidade e separação. A adoção do termo gênero buscava uma neutralidade de posição, além de trazer mais autenticidade e confiabilidade para o estudo dessa área.

O termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. (Scott, 1995, p.75).

Scott (1995) não nega que exista diferença entre o sexo feminino e o masculino, mas, que isso não é motivo para estabelecer a desigualdade de gêneros, que é quando um sexo, nesse caso o masculino se sobrepõe com dominação sobre o outro que é o feminino e não leva em conta a diversidade e complexidade do que é ser mulher ao longo da história.

Assim, para Scott (1995, p.86), existem duas definições de gênero "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder", mas, a configuração de como se estabelecem essas relações não se resume ao gênero, pois, de acordo com a autora, essas relações também podem ter outras configurações e por conta

disso é necessário compreender como essas relações se constroem e o que de fato está na essência dessa questão que é uma relação de poder.

As sociedades constroem o gênero por meio de práticas e discursos, que são responsáveis por produzir significados específicos em torno das diferenças sexuais. Essa construção social tem como “ajuda” para sua manutenção a igreja, a justiça, e também a cultura, que além da manutenção dessas diferenças, também são responsáveis pela criação das mesmas. (SCOTT, 1995, p.92).

Conforme afirma Scott (1995, p.85), “a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX”. Assim, ao incorporar o gênero como uma categoria analítica, buscou-se desafiar as teorias existentes e ampliar a compreensão sobre as desigualdades de gênero.

De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que tiveram as feministas contemporâneas de incorporar o termo “gênero” às abordagens teóricas existentes e de convencer os adeptos de uma ou outra escola teórica de que o gênero fazia parte de seu vocabulário. (SCOTT, 1995, p.85).

Ao considerar o gênero como uma categoria analítica, é possível identificar como suas desigualdades são produzidas e mantidas por meio de estruturas sociais, culturais e políticas, bem como afetam diferentes grupos de homens e mulheres de maneira diferente. (SCOTT, 1995). Em sua obra “O Segundo Sexo”, Beauvoir (1967) argumenta que a sociedade constrói o papel feminino: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (p.13). A qualidade de ser mulher não é decretada pela biologia, mas sim pela cultura e sociedade em que vivemos.

De acordo com Beauvoir (1967), a identidade de gênero feminina não é algo natural, mas sim uma construção social que se dá a partir do contato da mulher com a sociedade em que vive. Isto é, as mulheres são ensinadas prematuramente a desempenharem papéis específicos na sociedade, baseados em estereótipos e expectativas de gênero. Sendo assim, as meninas não recebem a mesma atenção e

valorização em relação às suas partes genitais como os meninos. Isso contribui para a construção de uma identidade de gênero feminina que é baseada em uma ausência ou negação da sexualidade, tornando-se um elemento que pode levar à sensação de inferioridade em relação aos homens.

A sorte da menina é muito diferente. Nem mães nem amas têm reverência e ternura por suas partes genitais; não chamam a atenção para esse órgão secreto de que só se vê o invólucro e não se deixa pegar; em certo sentido, a menina não tem sexo. Não sente essa ausência como uma falha; seu corpo é evidentemente uma plenitude para ela, mas ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade. (BEAUVOIR, 1967. p.14).

Para a autora, a desigualdade de gênero é influenciada desde a infância, conforme a criança se desenvolve e a sociedade expande, a superioridade masculina se torna mais explícita. Para as crianças do sexo feminino a identificação com a mãe e com a inclinação feminina pode ser uma resposta temporária, mas quando são expostas a um ambiente amplo, percebem que são os homens que dominam e governam.

Quanto mais a criança cresce, mais o universo se amplia e mais a superioridade masculina se afirma. Muitas vezes, a identificação com a mãe não mais se apresenta como solução satisfatória; se a menina aceita, a princípio, sua vocação feminina, não o faz porque pretenda abdicar: é, ao contrário, para reinar; ela quer ser matrona porque a sociedade das matronas parece-lhe privilegiada; mas quando suas frequentações, estudos, jogos e leituras a arrancam do círculo materno, ela compreende que não são as mulheres e sim os homens os senhores do mundo. É essa revelação — muito mais do que a descoberta do pênis — que modifica imperiosamente a consciência que ela toma de si mesma. (BEAUVOIR, 1967. p.28). Portanto, para Simone de Beauvoir, a questão de gênero está enraizada na relação de poder entre homens e mulheres na sociedade. Enquanto os meninos são encorajados a serem agressivos, independentes e a dominar a natureza, as meninas são ensinadas a serem passivas, dependentes e a cuidar dos outros. “Assim, a passividade que caracteriza essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (...).

(BEAUVOIR, 1967. p.21).

De maneira oposta, os homens são encorajados a serem independentes e auto afirmativos.

Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os outros meninos, despreza as meninas. Subindo nas árvores, brigando com colegas, enfrentando-os em jogos violentos, ele apreende seu corpo com um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta (...). (BEAUVOIR, 1967. p.21).

Concordando com Beauvoir, percebemos que essas diferenças na socialização contribuem para a construção de estereótipos de gênero e para a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, o que favorece a resistência cultural do patriarcado em aceitar o papel da mulher na sociedade contemporânea.

Saffioti (1987) em seu livro “O poder do macho”, debate sobre a cultura machista, impondo esta como delimitação dos papéis sociais que as mulheres e os homens devem desempenhar na sociedade. Essa imposição de papéis de gênero estereotipados pode afetar negativamente a vida das mulheres, limitando suas oportunidades e restringindo seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p.8).

Essa delimitação de papéis de gênero também pode levar à naturalização da violência contra as mulheres e à sua objetificação, tratando-as como banais artefatos

sexuais. Além disso, a cultura falocentrista⁵ também pode contribuir para a reprodução de desigualdades salariais entre homens e mulheres, bem como para a sub-representação feminina em cargos de liderança e poder. (SAFFIOTI, 1987).

Para a autora, o poder que os homens têm sobre as mulheres numa relação, se manifesta em seu nível extremo em situações de estupro, sendo nesse caso, a imposição do desejo masculino, não se importando se há reciprocidade, não respeitando o desejo e a escolha da mulher, que deveria ter esse poder sobre seu próprio corpo; pois não lhe é perguntado, lhe é apenas imposto um desejo que não é seu, “segundo a ideologia dominante, mulheres não tem direito de desejar, não tem direito de escolha” (SAFFIOTI, 1987, p. 18).

As relações homem-mulher, na medida em que estão permeadas pelo poder do macho, negam enfaticamente prazer. Esta negação do prazer, embora atinja mais profundamente a mulher, não deixa de afetar o homem (SAFFIOTI, 1987).

A autora (1987, p. 27) enfatiza que “não parece justo, ao discorrer sobre as discriminações praticadas contra as mulheres, esquecer os homens”. A inculcação da superioridade do masculino é também presente na mulher, que é educada com a visão da soberania masculina, e por fim reproduz essa proposta machista na sociedade. Defende que essas definições de papéis do que homens e mulheres podem ou não fazer, traz limitações de desenvolvimento, também, para os homens, e que essas definições precisam ser mudadas e, para que isso ocorra, primeiramente “é preciso que se conheçam, pelo menos, as discriminações fundamentais de que é alvo, com frequência, a mulher” (p. 27), para além: compreender que mulheres são possuidoras de igualdade, apesar da diferença de sexo.

A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos. Quando proibem os filhos de chorar, alegando que “homem não chora”, e exigem que as filhas “se sentem como mocinhas”, estão passando aos mais jovens este sistema de ideias que privilegia o homem em prejuízo da mulher. (SAFFIOTI, 1987, p. 34).

Quanto à perpetuação da supremacia masculina, tanto os homens quanto as mulheres exercem um papel importante na redução e na transmissão de valores, crenças

⁵ Falocentrista é um termo que se refere a uma perspectiva ou sistema de pensamento que coloca o falo (pênis) como centro ou ponto central da sexualidade, do poder e das relações de gênero. VIEIRA, Marcus André. Sobre o falocentrismo ou notas de psicanálise, sexo e política - primeira parte. Disponível em: <https://uqbarwapol.com/sobre-o-falocentrismo-ou-notas-de-psicanalise-sexo-e-politica-primeira-parte-marcus-andre-vieira-ebp/>. Acesso em: 29 maio 2023.

e na definição dos papéis femininos e masculinos, a omissão ou atuação dos pais na educação pode favorecer a reprodução desses padrões impostos. (SAFFIOTI, 1987).

A autora diz ainda que, muitos homens podem transmitir diferentes padrões de comportamentos aos seus filhos, exigindo de meninas e meninos que tenham comportamentos diferentes uns dos outros, ao alimentar a dicotomia entre a mulher santa e a mulher prostituta, esses homens contribuem para a manutenção do estado de coisas que inferioriza e limita socialmente as mulheres. Essas atitudes reforçam estereótipos prejudiciais e perpetuam a desigualdade de gênero, ao impor normas mais restritivas às mulheres e permitir maior liberdade aos homens. (SAFFIOTI, 1987).

Outro fator frequentemente lembrado para explicar a inferioridade social da mulher concerne aos preconceitos milenares, transmitidos através da educação, formal e informal, às gerações mais jovens. Não há dúvida de que existem preconceitos contra a mulher [...] Ficou claro por que não se pode escrever um livro sobre a mulher, deixando de lado o homem? Da mesma maneira, seria impossível escrever sobre o homem sem mencionar a mulher. Se cada um destes seres se situa, socialmente, em diferentes polos da relação de dominação-exploração; não se pode abordar um, esquecendo o outro. É a relação que importa, na análise dos fenômenos sociais. E esta relação, quer quando se examinam as categorias de sexo, quer quando se analisa a convivência de distintas raças, no Brasil e em muitos outros países, caracteriza-se como uma relação de dominação e exploração. (SAFFIOTI, 1987, p. 28 - 29).

A violência de gênero é uma expressão da desigualdade estrutural entre homens e mulheres, e as raízes dessa desigualdade estão na cultura patriarcal e em valores que perpetuam a submissão e a objetificação das mulheres. (SAFFIOTI, 1987).

Ao refletirmos sobre o que nos apresenta Saffioti, observamos como a naturalização da violência de gênero está presente em diversas esferas da vida social, e como isso afeta diretamente as mulheres, ainda nos dias atuais. A violência de gênero é uma realidade no Brasil e no mundo, com altos índices de feminicídio, violência sexual, psicológica e física. O que afirma a presença do patriarcalismo e a resistência de sua negação como modelo da sociedade contemporânea.

De acordo com o artigo, A Naturalização da Violência de Gênero na Contemporaneidade, de Santos e Andrade (2018), existe uma naturalização da violência de gênero “a mulher está inserida dentro de uma sociedade onde prevalece uma cultura patriarcal, em que a naturalização da violência contra esse gênero está alicerçada pelo patriarcalismo (...)” (p.11).

Essa naturalização também é decorrente pelo fato de que a violência é manipulada como uma prática de dominação entre as classes desiguais, tornando-se camuflada nas sociedades de classes, principalmente na sociedade burguesa, que trás consigo uma ideologia de desigualdade para manter o sistema revigorando. (SANTOS; ANDRADE, 2018, p.11). Segundo o estudo de Santos e Andrade (2018), Essa cultura machista, presente na sociedade se alia à violência contra a mulher, e reafirma a opressão das mulheres dentro da sociedade, onde

os valores de liberdade e igualdade lhes são negados. Para as autoras existe um papel social destinado à mulher desde o nascimento:

A partir do momento em que nós, mulheres, nascemos já recebemos uma série de predefinições de como devemos nos comportar, as roupas que devemos usar, com quem devemos nos relacionar, as profissões que devemos ter, enfim, uma série de padrões impostos por uma sociedade machista que nos torna uma classe inferior e desrespeitada. (SANTOS; ANDRADE, 2018, p.12).

As mulheres são submetidas a um conjunto de predefinições que ditam sua conduta, vestimenta, relacionamentos e escolhas profissionais, as quais são impostas por uma sociedade machista, que as relega a uma posição inferior e desrespeitada. Essa imposição de papéis sociais pré-estabelecidos para as mulheres limita sua liberdade de expressão, autonomia e desenvolvimento pessoal e profissional. (SANTOS; ANDRADE, 2018).

A cultura de consenso da violência contra a mulher persiste, apesar das medidas legais de proteção. A Lei Maria da Penha é um exemplo da tentativa de mudar essa realidade, uma vez que foi criada para proteger as mulheres da violência doméstica e familiar. No entanto, mesmo com a existência da lei, ainda há muitas mulheres que sofrem violência e têm suas denúncias ignoradas ou minimizadas, evidenciando a persistência da cultura machista e a necessidade de mudanças estruturais na sociedade (SANTOS; ANDRADE, 2018).

No Brasil, a Lei Maria da Penha (nº 11.340 de 2006) que visa o enfrentamento a todas as formas de violência contra mulher, propiciou a redução de cerca de 10% dos homicídios de mulheres durante dez anos de existência. Mas o machismo arraigado entre as relações sociais continua fazendo incontáveis vítimas em todo país, o que podemos denominar de feminicídio e uma cultura do estupro, ancoradas na desigualdade de gênero, que exclui, mata e silencia mulheres em todos os países. De acordo com dados fornecidos pelo Disque 180, cerca de 749.024 mil atendimentos foram realizados em 2015, ou seja, um atendimento a cada 42 segundos, sem contar com os outros atendimentos realizados pelos demais aparatos de denúncias, e as denúncias que sequer são realizadas. Com isso podemos vislumbrar que a violência contra mulher em qualquer modalidade continua perpassando todas as barreiras de enfrentamento, ocorrendo contra muitas mulheres que necessitam ser vistas e respeitadas enquanto seres humanos possuidores de direitos. (SANTOS; ANDRADE, 2018, p.3).

No que diz respeito aos direitos adquiridos ao longo dos anos pela categoria feminina, Silva e Silva (2020), em seu artigo intitulado “Da Declaração à Efetivação: Uma Análise sobre a Trajetória dos Principais Instrumentos Internacionais de Proteção aos Direitos das Mulheres no Tempo e Sua Influência no Cenário Brasileiro”, destacam a Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher, de 1948, que concedeu às mulheres os mesmos direitos civis que os homens. No Brasil, essa proteção foi promulgada apenas em 1953, por meio do Decreto 52.476.

Conforme mencionado por Silva e Silva (2020), a Convenção de Belém do Pará, de 1994, estabeleceu, pela primeira vez, o direito das mulheres de viverem uma vida livre de violência, ao tratar a violência contra elas como uma violação aos direitos humanos. “Além disso, a Convenção de Belém do Pará foi determinante para a consagração dos deveres dos Estados-Parte⁶ para com as mulheres, devendo eles adotarem políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra essas.” (SILVA; SILVA, p.7).

A relação direta desse aspecto da Convenção com a Lei Maria da Penha deve-se ao fato de ter servido como base para responsabilizar o Brasil perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) em abril de 2001, devido a grave tolerância do país em relação à violência perpetrada pelo ex-esposo de Maria da Penha, o que culminou em uma tentativa de assassinato (SILVA; SILVA, 2020, p.7-8).

Artigo 10 - A fim de proteger o direito de toda mulher a uma vida livre de violência, os Estados-Partes deverão incluir nos relatórios nacionais à Comissão Interamericana de Mulheres informações sobre as medidas adotadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, para prestar assistência à mulher afetada pela violência, bem como sobre as dificuldades que observarem na aplicação das mesmas e os fatores que contribuem para a violência contra a mulher. (SILVA; SILVA, 2020, p.8).

Compreender o contexto histórico da trajetória feminina no Brasil é fundamental para elaborar estratégias e medidas de redução da violência contra as mulheres. Preto e Schorr (2020, p. 101) abordam essa perspectiva em seus estudos “O empoderamento feminino sob a perspectiva histórico-cultural da trajetória da mulher desde o século XIX até os dias atuais”. Os relatos colaboram para evidenciar a atuação das mulheres, a busca por reconhecimento e transformação em diversas esferas da sociedade, sejam estas sociais, políticas e culturais. Embora exista a ideia de que mulheres não tinham relevância para construírem mudanças, existe também o outro lado, que determina que são protagonistas de grandes conquistas e sempre se posicionaram em busca delas, mesmo quando ainda não tinham direito sequer de frequentar escolas ou de votar. As autoras mencionam ainda que há quem acredite que os movimentos feministas na contemporaneidade são desnecessários, pois acreditam que os direitos das mulheres já foram conquistados ou por desconhecem a importância dos movimentos feministas para as conquistas alcançadas através dos mesmos. “Em relação aos pensamentos interligados ao pós-feminismo, há uma ideologia invertida de valores, visto que a intenção do

⁶ Estado Parte significa cada um dos países signatários do presente Acordo e aqueles que a ele aderirem posteriormente. Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, 1969. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/conv_viena.html. Acesso em: 29 mai. 2023.

movimento feminista é lutar todos os dias contra a submissão masculina, dispor da autonomia de vontade das mulheres e a busca pela igualdade de direito.” (PRETO; SCHORR, 2020 p. 101).

A visão dos movimentos feministas não se limita apenas ao diálogo com mulheres, pelo contrário, busca também dialogar com todas as classes sociais, pois é de suma importância abordar a finalidade desses movimentos e os motivos que levam mulheres a permanecer na luta até os dias atuais. Ao promover a discussão na sociedade de forma ampla, os movimentos feministas buscam elucidar e atingir diferentes camadas da sociedade, expandindo o entendimento sobre a importância da igualdade de gênero. Uma abordagem inclusiva tem por objetivo superar preconceitos e estereótipos, possibilitando que todas as classes sociais possam compreender a relevância e os impactos positivos da luta feminista e desses movimentos. Ao alcançar perspectivas distintas se torna possível promover uma transformação social mais ampla e duradoura, buscando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

(PRETO; SCHORR, 2020).

É visível a importância dos movimentos femininos na sociedade, visto que estabeleceu diversas oportunidades na vida das mulheres para que elas pudessem exercer de forma livre e igualitária seus direitos, tanto na participação política, como o direito ao voto, consequência positiva do movimento das sufragistas, como também, nas transformações sociais (PRETO; SCHORR, 2020, p. 100).

As reflexões e análises dos diferentes autores possibilitam-nos compreender que, apesar da presença na atualidade da violência pela perspectiva de gênero, não se pode deixar de visualizar as conquistas e debates sobre os direitos humanos de mulheres no âmbito nacional e internacional e a luta para novos hábitos em relação à condição da mulher na sociedade.

2.2 Femicídio: morrer por ser mulher

Caicedo-Roa, et al. (2022, p. 11) relatam que falar de feminicídio é falar da violência sofrida por mulheres e meninas. Discorrem que antes do feminicídio ocorre formas de violência que afetam a qualidade de vida e causam inseguranças à vida de mulheres e meninas.

Os autores utilizam a palavra mulheres e meninas para estabelecer que o feminicídio ocorre por questão de gênero, pelo fato de ser feminino. Esse destaque dimensiona o

aspecto cultural do patriarcado do poder do homem na relação familiar que na atualidade está presente mesmo com muitos avanços.

De acordo com Caicedo-Roa et al. (2022), no Brasil, foi estabelecida a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15), em 09 de março de 2015, com o objetivo de tipificar o assassinato de mulheres pela circunstância de serem mulheres. Essa legislação considera feminicídio quando o crime envolve violência doméstica e familiar, além de menosprezo ou discriminação em relação à condição de mulher.

Segundo os autores (idem) a mudança nos papéis tradicionais de homens e mulheres, juntamente com o ingresso feminino no mercado de trabalho, proporcionou maior independência econômica e reprodutiva das mulheres, o que refletiu na relação homem/mulher. Essa situação gerou conflitos, uma vez que os homens foram deslocados do papel tradicional, resultando na não aceitação desse novo paradigma, e na criação de obstáculos com aumento de comportamentos agressivos contra as mulheres. “Inclusive, o desemprego masculino e a separação por parte da mulher são considerados fatores de risco para feminicídio” (CAICEDO-ROA, et al, 2022, p. 3).

O Núcleo de Gênero do Ministério Público do Estado de São Paulo levantou 364 casos de mortes violentas de tentativas e crimes consumados de feminicídio. O estudo também mostrou que os feminicidas praticam crimes durante o dia e à noite, todos os dias da semana, principalmente na casa da própria vítima ou do casal, dos parentes da vítima ou seus arredores, em 66% dos casos. (CAICEDO-ROA et al., 2022, p. 3).

No contexto brasileiro, é observada uma maior incidência de feminicídio entre pessoas que têm, ou tiveram uma relação de união estável, seguido por namorados ou ex-namorados. As principais motivações dos crimes de feminicídio incluem situações de separação ou rompimento do relacionamento, atos de ciúmes/machismo e discussões banais. Além disso, observa-se que os meios mais comumente utilizados para os ataques são armas brancas e de fogo. A vitimização das mulheres dentro do ambiente doméstico, afastado do espaço público, demonstra a natureza privada dos crimes, e ao mesmo tempo o modo como esses crimes são cometidos, evidenciando a desvantagem física e a falta de proteção da vítima em relação ao agressor (CAICEDO-ROA et al., 2022).

No mesmo estudo, foram levantadas informações relacionadas à aplicação da Lei Maria da Penha. Nos casos, a hipótese de relação afetiva é comumente associada ao feminicídio, aparecendo como qualificadora em 87% deles. Nos demais casos em que também havia componente de gênero, houve denúncia por homicídio, mostrando a dificuldade da aplicação da lei nos casos de gênero fora da relação afetiva. (CAICEDO-ROA et al., 2022).

Minayo (2006, p. 22) em seu estudo “Violência e Saúde”, enfatiza que “uma das mais fundamentais contribuições das demandas das minorias⁷ foi a de trazer para o cotidiano, para o chão da realidade existencial das pessoas comuns, a discussão da violência que, tradicionalmente, ocorria no plano das relações políticas formais”, pois, ao trazer a subjetividade para a discussão da violência, se destaca a importância de refletir sobre como a violência afeta as existências individuais e coletivas. É essencial reconhecer que a violência não é algo abstrato, mas que tem impactos concretos na vida de quem a vivencia.

A violência, em si, não é um tema da área de saúde, mas, a afeta porque acarreta lesões, traumas e mortes físicas e emocionais [...] A participação do movimento de mulheres brasileiras, na introdução da violência de gênero na pauta do setor saúde no Brasil, teve uma expressão fundamental na construção do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), promulgado em 1983. O programa incorpora de forma clara a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, cuja reflexão sobre a violência de gênero têm lugar de destaque (MINAYO, 2006, p. 8).

Segundo Mynayo (2006), a área da saúde exerce um importante papel na abordagem de vários problemas que afetam as mulheres, os profissionais dessa área são cruciais para diagnóstico, tratamento e apoio às mulheres que são vítimas dessas violências, e também são responsáveis pela identificação dos sinais dessas violências.

O acompanhamento e a avaliação como uma forma de atuar na implantação e na implementação monitorada da política pública, sobretudo pelo fato de a violência ser um tema relativamente novo no setor saúde necessita ser encarado de forma muito diferente do que é tradicional nos processos de vigilância epidemiológica convencional. A violência não é uma doença e nem uma epidemia. Como fenômeno social, os indicadores de prevenção e de êxito precisam ser delineados com parâmetros de inclusão social (MINAYO, 2006, p. 59).

De acordo com Martins (2017) em sua Dissertação "Determinantes da violência doméstica contra a mulher no Brasil", a violência doméstica contra a mulher no Brasil é caracterizada principalmente pela violência física cometida por algum membro da família. Ela evidencia que, em estudo realizados pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) em 2013, no mundo retrata que a taxa de homicídios entre homens é quatro vezes maior do que entre mulheres. No entanto, mais de 50% dos homicídios femininos são causados por homens com alguma relação com a mulher.

⁷ O termo minoria refere-se, na sociologia, a grupos sociais historicamente excluídos do processo de garantia dos direitos básicos por questões étnicas, de origem, por questões financeiras e por questões de gênero e sexualidade. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodu%C3%A7%C3%A3o%20de%20desigualdades%20na%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf

Martins (2017) descreve que a violência doméstica contra a mulher não é um fenômeno verificado apenas no Brasil. Menciona que, na Ásia e Europa, 55% dos homicídios femininos são causados por seus parceiros ou familiares. Além disso, destaca que na África, América Central e América do Sul esse número é ainda maior, chegando a 70% dos casos.

De acordo com a autora (idem) três momentos na história brasileira foram relevantes para fortalecer a luta e enfrentamento contra a violência feminina: o primeiro foi em 1985 em São Paulo com a criação das Delegacias de Defesa da Mulher – DDMs; o segundo foi em 1990, a criação de juizados especiais e; o Terceiro foi em 2006 com a Lei Maria da Penha de nº 11.340.

A Lei Maria da Penha surgiu com o objetivo de combater de forma efetiva a violência doméstica e impor maiores custos para o agressor, estabelecendo que, caso o opressor não pague a fiança, ele permanecerá preso, em contraste com o que ocorria anteriormente. Dessa forma, a Lei trouxe maior severidade na punição e proporcionou maior proteção à vítima por meio das redes de apoio (MARTINS, 2017, p. 13).

“A violência doméstica pode ser manifestada de diversas formas(...), sendo estas divididos em cinco grupos: físico, patrimonial, sexual, moral e psicológico.” (MARTINS, 2017, p. 21).

A violência física implica na ação que gera ferimentos e causa danos ao corpo da vítima, e é pode ser manifestada através de tapas, chutes, murros, empurrões, perfurações, cortes, queimaduras, tiros, dentre outros. Já a violência psicológica se refere a uma conduta que causa danos emocionais e diminuição da autoestima, gerando prejuízo ao seu desenvolvimento. Esta ainda engloba ações que visem desagradar e controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaças, constrangimentos, humilhações, manipulação, isolamento, vigilância constante, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e ainda limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outra ação que cause prejuízo à saúde psicológica. (Lei nº 11.340, art. 7º, I e II) A terceira manifestação é a violência sexual, que se manifesta quando o agressor obriga a vítima a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, a partir de intimidação, ameaças, coações ou uso da força. Além disso, inclui condutas que induzem a mulher a comercializar sua sexualidade, ou ainda a limitação dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. (Lei nº 11.340, art. 7º, III) A violência patrimonial se refere à retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens materiais, podendo ser objetos e/ou documentos. Por fim, a violência moral constitui qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (Lei nº 11.340, art. 7º, IV e V). No presente estudo, a modalidade de violência doméstica considerada é a violência física. (MARTINS, 2017, p. 22).

Meneghel e Portella (2017) em seu estudo: “Feminicídios: conceitos, tipos e cenários” alegam que “os cenários onde ocorrem os feminicídios ajudam a compreender os seus determinantes, alguns conhecidos de longa data, outros emergentes na atualidade.” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p. 4). Um dos cenários são os ambientes familiares, perpassado, mesmo na atualidade, por uma cultura de domínio masculino em

que a mulher deve obediência e benevolência à figura masculina, seja, ao pai, ao irmão, ao namorado, ao colega de trabalho, ao esposo ou ao companheiro.

Em mais de 70% dos assassinatos de mulheres por parceiro íntimo há relatos de violência de gênero em níveis ascendentes em termos de frequência e gravidade. Mulheres que possuem melhores níveis de escolaridade, situação socioeconômica e laboral que os companheiros estão em maior risco, indicando a presença do fenômeno chamado backlash ou feminicídios perpetrados por homens (companheiros ou conhecidos) quando estão em situação socioeconômica ou social desvantajosa em relação às mulheres ou quando elas querem separar-se e eles não o desejam. Dentre os agressores há uma sobre prevalência de homens desempregados, que possuem armas de fogo, histórico de agressões e ameaças de morte dirigidas à vítima. (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p. 5).

Segundo Meneghel e Portella (2017), um segundo cenário do feminicídio é a existência de agressão sexual, que ocorre em todas as classes sociais, no âmbito público e no privado, delimitando e intimidando a autonomia da mulher de viver de forma segura na sociedade, não sendo essas livres para frequentar bares, festas, baladas sem o julgamento de promiscuidade e, portanto, estão disponíveis, “representa a situação em que as mulheres estão na posição de meros objetos descartáveis, tornando esse ato extremamente perigoso pela necessidade do agressor de eliminar testemunhas e vestígios, matando a vítima após uma violação sexual.”

Um terceiro cenário que deve ser mencionado é a exploração e o tráfico sexual de mulheres e meninas, que infelizmente se tornou um negócio lucrativo em âmbito global. É preocupante constatar que essas práticas ilegais contam com a conivência e proteção de indivíduos influentes, como políticos, policiais e membros do sistema judiciário, em diversos países (MENEGHEL; PORTELLA, 2017). Além desses cenários, também, considera-se “as execuções de mulheres em conflitos armados, a perseguição e morte de militantes políticas e sociais, a eliminação de grupos considerados inferiores em ações de limpeza racial como o que acontece com mulheres pertencentes a minorias étnicas.” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p. 5).

Pasinato (2011), em seu artigo: “Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil”, destaca que existe uma lacuna de conhecimento em relação à compatibilidade entre violência urbana, criminalidade urbana e gênero, assim como o impacto desses aspectos na vida das mulheres.

Para a autora (idem), as áreas de pesquisa sobre violência e segurança pública têm se desenvolvido de forma isolada, sem estabelecer relações entre as diferentes experiências de violência e vitimização. Isso resulta em uma reprodução da lógica que separa o espaço público e o privado. Consequentemente, a violência doméstica e conjugal não é reconhecida como um problema de segurança pública, e a participação das mulheres

na violência urbana não são abordados em pesquisas. O que torna necessário criar conexões entre esses dois campos de estudo, superando a dicotomia entre o público e o privado, e questionando percepções tradicionais sobre os papéis sociais de gênero.

Diante desse quadro, é preciso reconhecer que a classificação dos homicídios de mulheres como Femicídios não contribuirá para o conhecimento e a compreensão sobre eles. Assim, ao invés de aplicar uma categoria que é homogeneizante, parece ser mais produtivo explorar as causas e os contextos em que ocorrem para qualificar os eventos e compreender as relações de poder que concorrem para sua prática. (PASINATO, 2011, p. 24).

Em concordância com as reflexões de Pasinato (2011), reconhecemos que os homicídios de mulheres, em sua maioria, ocorrem em ataques no ambiente doméstico, perpetrados por seus parceiros íntimos ou conhecidos. No entanto, é essencial investigar as mortes ocorridas em outros contextos que ainda são pouco explorados pelas pesquisas no Brasil, levando em consideração a crescente participação das mulheres na criminalidade urbana.

A autora ressalta que existem algumas indicações sobre essa participação, destacando que as mulheres estão mais expostas como vítimas indiretas da criminalidade urbana. Além disso, ao analisar os homicídios de mulheres, percebe-se que as vítimas são mães, irmãs, filhas, companheiras ou namoradas, assassinadas em ações direcionadas aos homens de suas famílias, frequentemente envolvidos com a criminalidade.

É importante reconhecer que as mulheres também possuem uma participação direta no mundo do crime, o que as expõe a uma maior vulnerabilidade à violência. Embora não haja dados que ilustrem esse envolvimento de forma abrangente, é possível observar um aumento no número de mulheres ingressando na população prisional. (PASINATO, 2011).

A categoria feminicídio é recente no Brasil e requer estudos articulados com as diferentes políticas públicas e sociais, não dispomos de um conjunto de argumentos que permitam analisar sua validade política para a classificação das mortes de mulheres. Este artigo teve como objetivo trazer algumas contribuições que, se espera, sejam úteis para o aprofundamento do debate. (PASINATO. 2011, p.25).

2.3 O Mapa da Violência Contra a Mulher Brasil

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) explica que o mapa da violência é uma forma de expor e alertar a sociedade sobre as violências sofridas pelas mulheres nos estados brasileiros, e fazer com que, através dos dados coletados e expostos, mostre a importância de haver políticas públicas que possam preservar a vida das mulheres e as

condições básicas de sobrevivência destas. De acordo com os dados coletados, através de boletins de ocorrência das polícias civis das 27 Unidades da Federação, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2021, para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, apontam que houve:

[...] um leve recuo nos registros de feminicídio em 2021, ao mesmo tempo que apontam o aumento dos registros de estupro e estupro de vulnerável no mesmo ano. Os dados preliminares de violência letal contabilizam 1.319 mulheres vítimas de feminicídio no último ano, decréscimo de 2,4% no número de vítimas; e 56.098 estupros (incluindo vulneráveis), apenas do gênero feminino, crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior. (BRASIL, 2021, p.2).

Com os dados apresentados na publicação "Violência contra mulheres em 2021" pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021, p.4), em 2019 houve um total de 1.328 vítimas de feminicídio no país, já em 2020, houve um aumento de 23 vítimas, totalizando 1.351 vítimas de feminicídio; em 2021, diferenciando-se dos últimos anos citados, houve um declínio no total de vítimas, sendo registrados 1.319 vítimas.

Quadro 1 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública - taxas de feminicídios nos estados brasileiros de acordo com os anos de 2019, 2020 e 2021.

ESTADOS COM MAIORES ÍNDICES DE FEMINICÍDIOS			
ESTADOS	2019	2020	2021
São Paulo	184	179	136
Minas Gerais	146	151	152
Bahia	101	114	88
Rio Grande do Sul	97	80	96
Rio de Janeiro	85	78	80
Paraná	89	73	75

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

Com a análise mensal feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), de 2019 a 2020:

Indicam que houve um aumento dos casos entre os meses de fevereiro e maio de 2020, quando houve maior restrição nas medidas de isolamento social. Em

2021, a tendência de casos seguiu muito próxima àquela verificada no ano anterior à pandemia, com média mensal de 110 feminicídios. (BRASIL, 2021, p.5).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021, p.8) diz que no ano de 2021 houve um crescimento nos registros de estupro e estupro de vulnerável contra meninas e mulheres no Brasil, e que durante a pandemia de COVID-19 foi observado que houve uma diminuição acerca dos registros de denúncias. A própria situação de isolamento provocada no período, gerou subnotificações.

Foram registrados 56.098 boletins de ocorrência de estupros, incluindo vulneráveis, apenas do gênero feminino. Isso significa dizer que, no ano passado, uma menina ou mulher foi vítima de estupro a cada 10 minutos, considerando apenas os casos que chegaram até as autoridades policiais. (BRASIL, 2021, p.8)

Ao fazer a análise mensal de estupro de vulnerável contra meninas e mulheres no Brasil no período de 2019 a 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) destaca que:

[...] o mês de abril de 2020 marca o menor número de registros de estupro de mulheres em todo o período. Trata-se do mês de intensificação das medidas de isolamento social na maior parte dos estados brasileiros, o que sugere que a redução dos casos está relacionada a uma maior dificuldade de acesso das mulheres às delegacias para registro de Boletins de Ocorrência. Após abril de 2020, iniciasse a retomada nos casos de estupro registrados, tendência que permanece em 2021. (BRASIL, 2021, p.10)

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021, p.12), “o número total de estupros de vítimas do gênero feminino no país foi de 61.531 em 2019, passando para 54.116 em 2020, e a 56.098 em 2021.”. O quadro a seguir mostra os 14 estados que se destacaram com altas taxas de crimes de violência sexual contra vítimas do gênero feminino.

Quadro 2 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública estupros de vítimas do gênero feminino de acordo com os anos de 2019, 2020 e 2021.

ESTADOS COM ALTOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA SEXUAL			
ESTADOS	2019	2020	2021
São Paulo	11.684	10.487	10.644
Paraná	5.811	4.889	5.025
Rio de Janeiro	4.686	4.086	4.432
Minas Gerais	4.624	3.904	3.889
Rio Grande do Sul	4.127	3.468	3.469
Santa Catarina	4.089	3.480	3.298
Pará	3.159	2.940	2.955

Bahia	3.043	2.660	2.818
Goiás	2.939	2.493	2.545
Pernambuco	2.159	2.047	1.959
Mato Grosso	1.952	1.684	1.668
Mato Grosso do Sul	1.925	1.576	1.833
Ceará	1.749	1.548	1.702
Maranhão	1.254	1.166	1.706

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

De acordo com Cerqueira (2022) no estudo: “Atlas da Violência contra a Mulher de 2022” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, 2022), o Brasil registrou 50.056 assassinatos de mulheres entre 2009 e 2019, sendo que somente em 2018 foram registrados 4.519 assassinatos. Isso significa que, em média, uma mulher foi morta a cada 2 horas. Além disso, estima-se que a taxa de feminicídio no Brasil seria cerca de 10% maior se a Lei Maria da Penha não tivesse sido implantada em 2006 (Ipea, 2022, p.1).

Conforme Cerqueira (2022), os dados do Atlas da Violência mostram que em 2019 houve um aumento de 6,1% na taxa de homicídio de mulheres na residência, enquanto a taxa de homicídio de mulheres fora da residência teve uma diminuição de 28,1%. Além disso, no período de 2008 a 2018, foi registrado um incremento de 8,3% na taxa de homicídios de mulheres dentro da própria casa.

Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2022), em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. O risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vez maior do que o de uma mulher não negra. Isso indica que, para cada mulher não negra morta, quase duas mulheres negras são mortas. Além disso, estima-se que ocorram no Brasil 822 mil casos de estupro por ano, sendo que mais de 80% das vítimas são mulheres. Em relação à faixa etária das vítimas, há um maior número de registros de até 20 anos (IPEA, 2022, p.1).

2.4 Impactos de feminicídios em familiares

De acordo com a pesquisa de iniciação científica intitulada "Impacto do feminicídio em familiares das mulheres assassinadas", realizada por Piber e Silva (2017), é possível compreender as manifestações de violência na vida das mulheres a partir da análise de fatores históricos, sociológicos e antropológicos. Essa violência está presente nos contextos das relações estruturadas por homens e mulheres, sendo uma produção intrínseca dos sistemas patriarcal e capitalista. Segundo os autores, ela visa ao controle da vida, do corpo e da sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, instituições e estados (PIBER; SILVA, 2017, p. 1). A lei nº 13.104/2015, promulgada no Brasil, reconheceu o termo feminicídio ao incluí-lo no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio. "O foco central da pesquisa é abordar o feminicídio e suas consequências na vida dos familiares das mulheres vítimas de assassinato" (PIBER; SILVA, 2017, p. 1).

O estudo de Chagas et al. (2022), realizado por meio de uma análise documental de 34 processos judiciais de feminicídios consumados ocorridos no Distrito Federal entre 2016 e 2017, observou-se que a maioria dos familiares apresentaram agravos na saúde mental. O crime também obriga à reorganização familiar, e os filhos enfrentaram a experiência da tripla perda: morte da genitora, prisão do genitor e separação dos irmãos. Além disso, as crianças e os adolescentes foram expostos à cena do crime, e o medo em relação ao agressor persistiu durante o processo.

O estudo aponta a falta de acolhimento protetivo pelo sistema de justiça, além de queixas de vitimização e de violação à memória da vítima no julgamento e na cobertura midiática. Portanto, há a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas para familiares das vítimas.

Mulheres vítimas de violência doméstica podem sofrer uma série de problemas de saúde física e mental, que são desencadeados ou agravados pelos episódios de agressão. Isso inclui consequências diretas dos atos de violência, como cortes, fraturas, queimaduras, abortos e partos prematuros, bem como problemas crônicos, cardíacos, gastrointestinais, hipertensão, entre outros. Em relação à saúde mental, é comum que as vítimas apresentem quadros de depressão, ansiedade, insônia, transtorno do estresse pós-traumático, doenças psicossomáticas, autolesões, ideação suicida, abuso de álcool e medicamentos, entre outros. Infelizmente, o desfecho final desse contínuo de violência pode ser o suicídio da vítima ou o feminicídio (CHAGAS et al, 2022, p. 5).

Diversos estudos e revisões de literatura indicam que a exposição de crianças e adolescentes à violência, seja como vítimas ou testemunhas, gera consequências para o seu desenvolvimento nas esferas cognitiva, emocional e social. A violência pode desencadear problemas de depressão, ansiedade, retraimento social, comportamentos agressivos, ideação suicida, sintomas somáticos, comportamento antissocial, evasão escolar, dificuldades de aprendizado e comportamentos regressivos. Além disso, crianças e adolescentes imersos em contextos violentos podem repetir tais comportamentos na vida adulta, no fenômeno da transmissão intergeracional da violência. Também podem se sentir confusos, divididos ou obrigados a intermediar os conflitos ou a defender uma das partes. (CHAGAS et al, 2022, p.6).

“A perda de uma pessoa por homicídio traz consequências de curto e longo prazo para as pessoas próximas. Familiares das vítimas de homicídio são reconhecidos pela literatura como covítimas, vítimas secundárias, indiretas ou ocultas”. (CHAGAS et al, 2022, p.6),

Em consonância com Chagas et al. (2022), a perda repentina de um familiar por homicídio afeta significativamente o processo de luto da família, uma vez que a morte inesperada impede o luto antecipatório, que ocorre quando a família tem a oportunidade de se preparar e se despedir de um ente querido que está seriamente doente. A morte violenta pode ter um impacto profundo na saúde física e emocional dos membros da família, resultando em possíveis prejuízos sociais e ocupacionais. Sentimentos de choque, culpa, raiva e inconformismo são comumente experimentados, e a perda também pode desencadear ou agravar condições como insônia, ansiedade, depressão, transtorno do estresse pós-traumático, tentativas de suicídio, dores no peito, perda de memória, hipertensão, problemas gastrointestinais, perda ou ganho de peso e aumento do consumo de álcool e tabaco, entre outros.

Os impactos também são sentidos no relacionamento social e familiar, podendo haver redução ou empobrecimento dos vínculos. Além disso, algumas famílias precisam mudar de moradia, seja por medo de represálias por parte dos autores do crime, seja pelas lembranças do familiar que permeiam a residência anterior. (CHAGAS et al., 2022, p.7)

Há uma carência de pesquisas brasileiras específicas sobre o efeito do feminicídio na vida dos filhos das vítimas, sobretudo quando as vítimas são crianças e adolescentes e o agressor é o próprio pai. (Chagas et al., 2022).

Um dos fatores que pode auxiliar os familiares a lidar com a perda por morte violenta é a percepção de justiça, já que o sentimento de impunidade pode prolongar o processo de luto. A investigação e o julgamento do crime devem proporcionar reparação às famílias, por meio do direito à justiça e à verdade e do respeito à memória da vítima. Algumas famílias se sentem revitimizadas quando os crimes não são solucionados, quando não recebem informações suficientes durante a investigação ou não concordam com a sentença aplicada ao caso. (CHAGAS et al, 2022, p.8).

A forma como o crime é retratado pela mídia também exerce um impacto significativo, contribuindo para revitimizar as famílias e aumentar o peso emocional do

crime. No contexto brasileiro, a cobertura midiática do feminicídio da adolescente Eloá também incorporou o discurso do amor romântico, contribuindo para desresponsabilizar o agressor perante a opinião pública, ao qualificar seus atos como "desespero amoroso"⁸. Observou-se que a abordagem da mídia online sobre feminicídios no Brasil e em Portugal abrangeu três grandes categorias temáticas: aniquilamento simbólico das mulheres, ideia de pertencimento e propriedade sexual, e terrorismo patriarcal e misoginia. Nesse contexto, houve hostilidade, desqualificação e discriminação às mulheres, enquanto os aspectos sócio-histórico-culturais das violências contra as mulheres foram deixados de lado, contribuindo para a legitimação e banalização dos crimes e reforçando ideias sexistas e patriarcais (CHAGAS et al., 2022).

Enfatizando sobre a temática que aborda as consequências psicológicas no que diz respeito ao assassinato de mulheres por serem mulheres, Silva et al. (2022), em seu estudo ressalta que o feminicídio é um crime considerado hediondo, que interrompe abruptamente a vida de várias mães, deixando seus filhos como órfãos do feminicídio. Essas crianças são expostas a traumas psicológicos que irão acompanhá-las ao longo de suas vidas, gerando sérias consequências sociais.

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública, resultando em uma variedade de questões físicas, psicológicas, sociais, patrimoniais e outros problemas em um contexto sociocultural. Em muitos casos, esse problema leva à vida prematuramente ceifada de muitas mulheres vítimas de um crime hediondo (SILVA et al., 2022). A violência do feminicídio deixa um rastro de dor que perdura além do momento do assassinato da mulher. Os familiares, especialmente os filhos, enfrentam inúmeras dificuldades na reconstrução de suas vidas, lidando com a ausência da mãe e a formação de novos núcleos familiares em novos lares. (SILVA et al., 2022).

O pai e a mãe desempenham papéis fundamentais como figuras de apego na vida dos filhos, influenciando seu comportamento na fase adulta e comprometendo o futuro das crianças com suas ausências. A precariedade dos serviços públicos destinados a auxiliar na superação da perda agrava a situação, gerando um sentimento de revolta, pois, na maioria dos casos, a mulher já estava em processo de separação e acaba sendo separada pela morte. As crianças e adolescentes perdem não apenas a relação de afeto familiar, mas também a proteção e referência, que são pilares para um desenvolvimento psicológico e social saudável, sendo profundamente afetadas. Uma abordagem clínica da psicologia

⁸ ROSSI, Túlio Cunha. O discurso de amor na violência contra mulheres: análise sociológica de Quem matou Eloá. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 1-18, 2020.

social do feminicídio discute como essa violência quebra e amputa socialmente todos os princípios de estruturação que a Psicologia utiliza como base no ciclo vital. (SILVA et al., 2022).

A extensão dos assassinatos de mulheres no país é cristalina, porém majoritariamente subnotificada e minimizada pelos órgãos responsáveis. O aumento das taxas de violência está relacionado à falta de efetividade da lei, ao aumento da vulnerabilidade das mulheres durante o enfrentamento da violência e à falta de preparo dos profissionais no acolhimento das vítimas, sejam elas mulheres ou crianças e adolescentes órfãos do feminicídio. A violência no Brasil é um problema estrutural que gera pânico na população, perdas financeiras para o país e reduz a qualidade de vida da população. Essa questão está relacionada à falência e corrupção das instituições públicas, principalmente nas áreas da educação e segurança. Além disso, enfrentamos problemas relacionados à falha do sistema judiciário em aplicar punições rigorosas para crimes violentos. A estrutura estatal brasileira também é marcada pelo racismo, mantendo a população negra à margem da sociedade e no centro dos crimes violentos ligados às questões socioculturais do país (SILVA et al., 2022).

Silva et al. (2022) afirma que, com o aumento constante de casos de feminicídio é criado um drama paralelo e com graves consequências psicológicas: o de crianças e adolescentes que perderam a mãe para a violência e, em muitos casos, o pai para a prisão.

As crianças e adolescentes expostos a violência extrema, acabam órfãos de mãe e, na maioria dos casos, perdem o pai também, é comum que os autores do crime, quase sempre o companheiro ou ex-companheiro das vítimas, sejam presos ou cometam suicídio. Com o núcleo familiar desfeito, as crianças e adolescentes são amparadas por familiares ou levadas a abrigos, enquanto precisam lidar com o luto e os traumas psicológicos deixados pela violência de um crime hediondo. (SILVA et al, 2022, p.7).

3. METODOLOGIA

Para Gil (2007), a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa. Já na fase teórica desse trabalho, foi utilizada a pesquisa exploratória com descrição bibliográfica, com vistas a proporcionar maior esclarecimento sobre o tema.

A revisão de literatura adquiri, tanto uma dimensão de classificação, de ordem descritiva, como um ângulo de análise crítica, ou seja, que ultrapassa a simples explicitação daquilo que já se produziu, possibilitando uma leitura atenta da realidade que aponta lacunas e necessidades de investigação ainda não suficientemente contempladas pelos pesquisadores (Creswell, 2010).

Para realizar este levantamento foram consultados autores e autoras nacionais sobre a temática e as legislações federais relacionadas nas referências ao final deste artigo. A partir da análise das referências selecionadas elaborou-se primeiramente o aporte teórico para referenciar e situar do que, de quem, qual período estávamos descrevendo. Após, buscamos situar o contexto dos aspectos de referência aos direitos humanos de mulheres. Apoiados nos dados para levantamento de informações sobre a violência contra mulheres e feminicídio e encontramos material como Mapas da violência e Boletim Epidemiológicos.

4. RESULTADO

O município de Goiânia localiza-se no estado de Goiás, na região centro-oeste do Brasil. Conforme publicação feita no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que teve sua última atualização em dezembro de 2022, estimou-se que o número de habitantes na capital do estado de Goiás seria de 1.555.626.

Quadro 3 - Número de habitantes por faixa etária – 2022.

Faixa Etária	Feminino (N)	Masculino (N)	Total (N)
0 a 4 anos	46.268	48.347	94.65
5 a 9 anos	49.757	51.367	101.124
10 a 14 anos	52.889	53.522	106.411
15 a 19 anos	55.423	55.304	110.727
20 a 24 anos	55.423	57.013	114.267
25 a 29 anos	60.812	59.626	120.438
30 a 34 anos	69.999	66.895	136.894
35 a 39 anos	72.514	67.481	139.995
40 a 44 anos	67.515	61.520	129.035
45 a 49 anos	57.041	50.972	108.013
50 a 54 anos	50.983	43.424	94.407

55 a 59 anos	46.005	36.760	82.765
60 a 64 anos	39.681	29.977	69.658
65 a 69 anos	32.172	23.012	55.184
70 a 74 anos	23.452	16.121	39.573
75 a 79 anos	14.905	9.883	24.788
80 anos ou mais	17.728	10.004	27.732
TOTAL	814.398	741.228	1.555.626

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DAS/CGIAE.

4.1 Violência contra as mulheres em Goiânia: em números

Segundo o artigo “Perfil dos óbitos femininos por homicídios em Goiânia” escrito por David et al. (2020), ao analisar o perfil das vítimas de feminicídio é possível perceber que o perfil predominante é “jovens, solteiras, pardas, de baixa escolaridade e moradoras em regiões menos favorecidas do município” (Vieira, p.4, 2020), mulheres em vulnerabilidade social, de acordo com o autor, estão mais propensas a serem vítimas de feminicídio ou sofrer alguma outra violência.

O autor afirma em sua obra que em Goiânia, no período entre 2008 e 2015, houve 376 mulheres mortas por agressão, e que:

A maioria das vítimas eram mulheres de 20 a 39 anos (57,5%), solteiras (78,8%), pardas (61,1%) e tinham baixa escolaridade (58,4%). Aproximadamente 20% dos óbitos femininos ocorreram entre adolescentes (DAVID, p.3, 2020).

Com o levantamento de David (2020), percebe-se que armas de fogo ganham destaque nos casos de feminicídios, seguido por objetos penetrantes ou cortantes, "o local de ocorrência do óbito mais frequente foi a via pública (36,2%), seguido dos hospitais (24,5%) e domicílio (23,9%)" (DAVID, p.3, 2020).

Sobre os distritos de Goiânia, no artigo de David et al (2020) diz que:

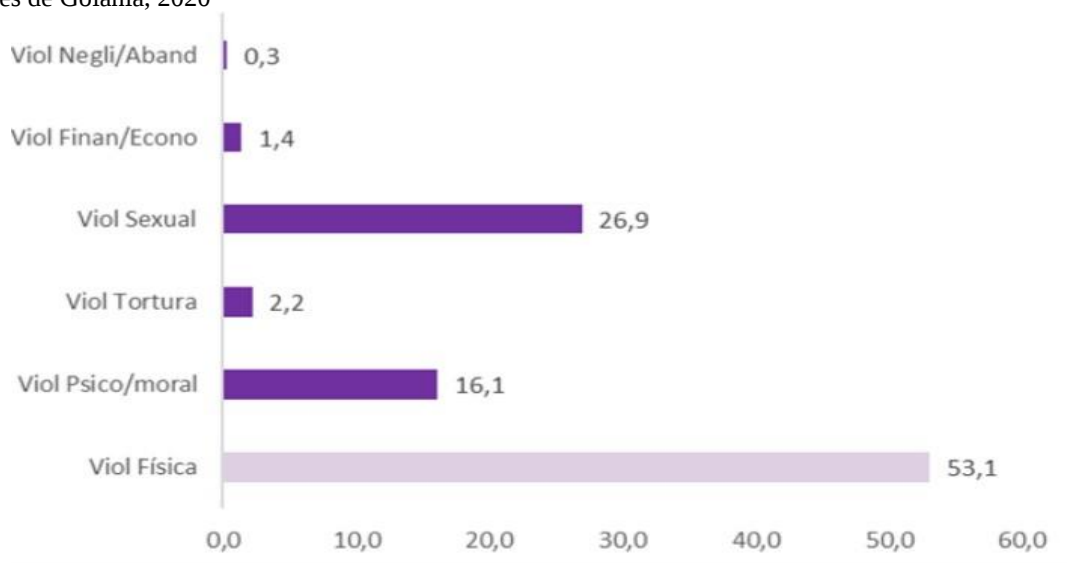
Os distritos sanitários onde mais ocorreram os óbitos femininos por agressão foram o Sudoeste (19,5%), seguido do Campinas-Centro (17,3%), Noroeste (16,7%), Leste (13,5%), Sul (11,4%), Oeste (11,1%) e Norte (10,5%). Dentre os registros de mortes femininas por agressão, 9,3% não tinham registros da região de moradia das vítimas. Três regiões se destacaram em relação à frequência de homicídios femininos no município de Goiânia (Noroeste, Sudoeste e Centro), correspondendo a mais da metade dos feminicídios (53,5%), distribuída nos sete distritos sanitários. Essa disparidade na distribuição de óbitos femininos identificada enfatiza a grande desigualdade

espacial intraurbana evidenciando altas concentrações de mortes em regiões menos favorecidas do município. (DAVID et al, 2020, p. 4-5).

Em relação aos dias da semana, de 2008 a 2015, Vieira (2020) diz que 37,5% dos feminicídios ocorrem aos fins de semana, e em relação aos meses, durante os mesmos períodos, é perceptível que as maiores taxas de óbitos ocorreram em abril, setembro, outubro e janeiro (David et al, 2020, p.4). Regiões economicamente menos desenvolvidas se destacam com acréscimos de taxas de feminicídios, e nessas regiões os homicídios masculinos também têm taxas altas, logo, onde a sociedade é mais violenta, as mulheres são mais penalizadas de acordo com David et al (2020).

O Boletim Epidemiológico de violência contra as mulheres e Feminicídio em Goiânia registrou que em 2020 foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em 2020: 2.507 casos de violências interpessoais ou autoprovocadas. Desse total, 1.514 (60,4%) eram residentes de Goiânia e desses, 1.038 (68,6%) eram do sexo feminino. (GOIÂNIA, 2021)

Quadro 4 - Percentual do tipo de violências interpessoais notificada em mulheres adultas (20 a 59 anos) residentes de Goiânia, 2020



Fonte: Sistema de Informação Sinan-Net –SMS/SVS/DIVEP/NVPS.

Os dados apontam que a violência física contra a mulher prevalece em relação as demais violências. Mas, quando se trata de violência, o significado dos índices mesmo sendo menor é relevante. Notamos que mulheres foram submetidas a torturas, negligências e abandono, tiveram sua questão psicológica e sexual afetadas e a violência sexual.

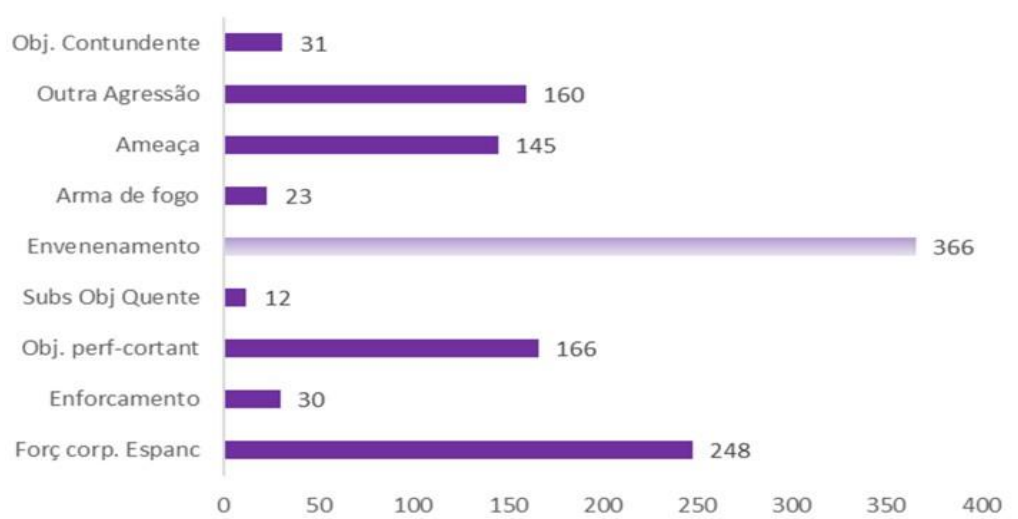
Quadro 5 - Frequência do provável autor(a) da violência notificada contra mulheres residentes em Goiânia, por ciclo de vida, 2020.



Fonte: Sistema de Informação Sinan-Net –SMS/SVS/DIVEP/NVPS.

Prevalece a perspectiva da violência acometida pelo cônjuge e companheiro, o que reforça o aspecto histórico da relação de dominação do homem e da prevalência de seu mandonismo na convivência, herança do modelo patriarcal.

Quadro 6 - Frequência das notificações de violências contra mulheres adultas (20 a 59 anos) segundo o meio utilizado. Goiânia, 2020



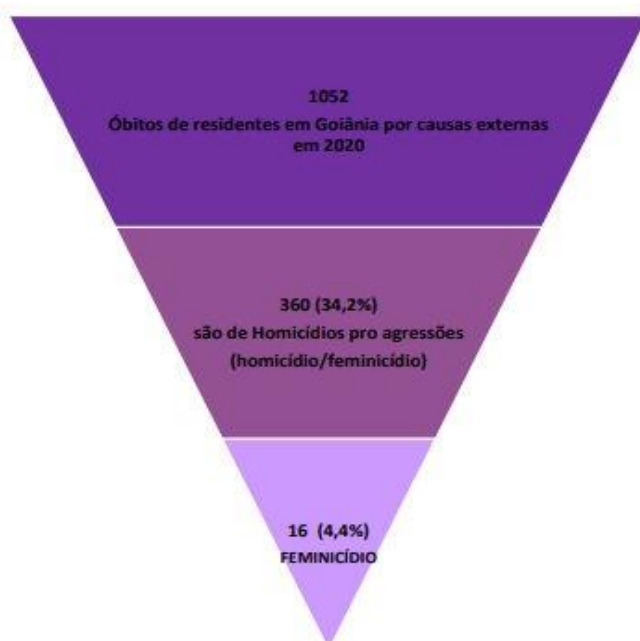
Fonte: Sistema de Informação Sinan-Net –SMS/SVS/DIVEP/NVPS.

Um dos meios utilizados para violência foi o envenenamento, isso ocorre porque também a mulher para se libertar da violência utiliza de envenenamento para cometer suicídio, e também a utilização desse procedimento pelos maridos e companheiros. Fator relevante para estudos é esse aspecto do envenenamento que as próprias mulheres

recorrem como forma de sair da convivência abusiva e até morrem por essa prática, o que deveria ser referenciado como feminicídio, pois, foi provocado pelas violências vividas.

Em Goiânia, foram registrados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) o total de 1.052 óbitos de residentes por todas as causas externas em 2020 (agressões, acidentes de trânsito, envenenamento, quedas, suicídios, outras). Dentre as causas externas, verificou-se 360 (34,2%) de mortes por agressões interpessoais (Cid10: X85-Y09), e, dentre estas, 16 (4,4%) ocorreram entre pessoas do sexo feminino. (GOIÂNIA, 2021, p. 18)

Figura 1 - Caracterização dos feminicídios de 15 a 59 anos de residentes de Goiânia, 2020.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

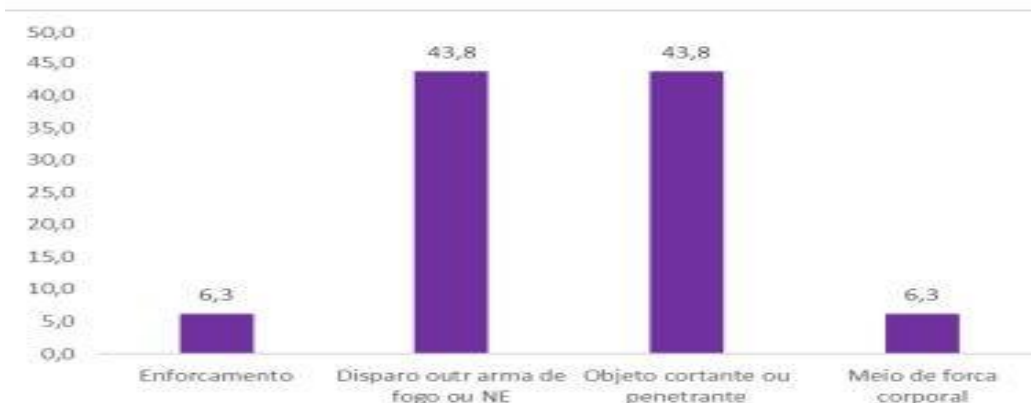
Figura 2 - Caracterização dos feminicídios de 15 a 59 anos de residentes de Goiânia, 2020.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

As figuras 1 e 2 apresentam dados sobre o feminicídio. Dados sobre o homicídio também insere o feminicídio como uma possibilidade. O perfil mostra mulheres jovens, negras e com ensino médio concluído.

Figura 3 - Percentual do meio utilizado para o feminicídio em residentes de Goiânia, 2020



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

No quadro acima verifica-se que 43,8% dos casos de feminicídio foram cometidos por uso de arma de fogo e objeto cortante ou penetrante, mas, percebemos que outras formas violentas foram praticadas com uso de força como enforcamento e agressão.

O fato de a mulher morrer por ser mulher em uma sociedade pós-moderna, em que o homem tem acesso até a inteligências artificiais para seu cotidiano e um arsenal de tecnologias e recursos, é uma barbárie. E para o Serviço Social essa situação está na ordem

de intervenção dos profissionais para o reconhecimento dos direitos humanos de mulheres. Nessa perspectiva o estudo de Cunha et al. (2019) “Feminicídio: uma análise à luz do Serviço Social”, analisa o feminicídio e as legislações de proteção, como a Lei do feminicídio e Maria da Penha, destacando a relação entre os movimentos feministas e os direitos humanos no contexto da violência contra a mulher.

Conforme discutido por Cunha et al. (2019), o movimento feminista desafiou a ideia de que as questões sexuais são inerentes à natureza das mulheres e dos homens. Isso resultou em uma maior análise da problemática da violência contra a mulher, desconstruindo a concepção de que essa violência está relacionada aos significados atribuídos, de forma essencializada, à masculinidade, à feminilidade e à relação entre homens e mulheres em nossa cultura.

No Brasil, até o ano de 2002, o Código Civil defendia práticas discriminatórias contra as mulheres, como a possibilidade de anulação do casamento caso a mulher não fosse virgem, tratando-a como uma mercadoria que poderia ser devolvida à família. Além disso, o Código Penal brasileiro previa uma disposição controversa em relação aos crimes sexuais, permitindo a extinção da punibilidade por meio do casamento do agressor com a vítima ou das vítimas com terceiros. Essas disposições refletiam os valores conservadores e desconsideravam os sentimentos e traumas enfrentados pelas vítimas (CUNHA et al. 2019).

A violência contra a mulher se constitui como uma expressão da “questão social”, a qual demanda intervenção do Estado via políticas sociais públicas. Trata-se, pois, das desigualdades de gênero, raça e classe, portanto, um dos objetos sobre os quais incide o trabalho dos (as) assistentes sociais, no qual é colocado aos profissionais o desafio de estabelecer alianças com o projeto feminista de emancipação das mulheres em situação de violência, uma vez que os ideários feministas estão em consonância com o projeto ético-político-profissional materializado, dentre outros princípios, conforme preconiza o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais (1993) (CUNHA et, 2019, p.6).

O Serviço Social, assim como outras categorias profissionais, é chamado a contribuir mediante seu ofício, nos diversos serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, em vários espaços sócio ocupacionais, tendo em vista que tal problemática demanda condutas na esfera da prevenção e combate à violência materializada no sistema de garantia de direitos às mulheres, previstos na Lei Maria da Penha nas áreas da assistência social, previdência, saúde, educação, emprego e renda, assim por diante. (CUNHA et al., 2019).

O conjunto CFESS-CRESS condena veementemente a violência de gênero, pois vai contra todos os princípios que norteiam nosso Código de Ética Profissional, atacando a liberdade, a autonomia, ferindo a cidadania, baseando-se no exercício do árbitro e desrespeitando a diversidade. Sempre estamos em luta pela superação da violência contra a mulher e pela construção de uma nova

ordem societária e dominação de gênero, de etnia e sem exploração de classe. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, promoveram nos últimos 30 anos ações em lutas de uma sociedade radicalmente democrática, anticapitalista e em defesa de todos. Os documentos do CFESS explicitam o combate ao machismo e à hétero normatividade, além de o Código de Ética de 1993 evocar princípios que valorizam a liberdade e a autodeterminação dos sujeitos éticos e preconizam a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como, o combate à desigualdade de gênero e à discriminação da população LGBT. (CUNHA et al., 2019, p.7-8).

Cunha et al. (2019), descreve que apesar das significativas conquistas alcançadas, a violência contra a mulher continua sendo naturalizada na sociedade, tanto no espaço público quanto no privado. As mulheres enfrentam diariamente diversas formas de violência, incluindo assédio, discriminação, agressões físicas e psicológicas, entre outras. No entanto, um dos principais desafios ainda existentes é a falta de percepção da situação de violência e a subnotificação dos casos. Motivados pelo medo, a descrença no sistema de justiça, o constrangimento no atendimento e a vergonha, as mulheres encontram obstáculos estruturais no acesso ao suporte necessário após sofrerem agressões.

Diante desse cenário, é imprescindível que se invista em políticas públicas de enfrentamento e combate à violência contra as mulheres. Esses investimentos devem ir além do repasse de recursos financeiros, englobando também a capacitação das instituições e profissionais competentes, a fim de garantir um atendimento adequado e sensível às vítimas. É importante ressaltar que, em muitas situações, mulheres que buscam auxílio em instituições de apoio sofrem novamente com a violência, desta vez de natureza institucional, na qual a culpa é atribuída à vítima. Além disso, o modo como o atendimento é conduzido exerce grande influência na decisão da vítima em prosseguir com o processo de denúncia e busca por justiça. (CUNHA et al. 2019)

As políticas públicas voltadas para as mulheres estão enfrentando sérios cortes de verbas federais, o que tem impacto direto na qualidade dos serviços oferecidos. Essa redução de recursos financeiros compromete a efetividade dessas políticas e dificulta o alcance da igualdade de direitos. É fundamental considerar a diversidade das mulheres e suas especificidades em termos de raça, classe social e identidade de gênero ao desenvolver e implementar políticas públicas. Essas políticas são necessárias para combater as desigualdades e opressões de gênero, com ênfase no enfrentamento à violência e ao feminicídio. Ao priorizar o combate a essas questões, as políticas públicas para mulheres se tornam mecanismos importantes na luta por igualdade de direitos (CUNHA et al, 2019).

Concordamos com Cunha et al (2019), que é preciso investir, ampliar orçamentos para o enfrentamento dessa questão do feminicídio, ao invés de reduzir gastos. A realidade discutida nesse estudo sobre o feminicídio aponta que na atualidade brasileira a concepção de mulher está ancorada em uma raiz patriarcal que nega a liberdade da mulher e a retém na imagem religiosa e conservadora que deve submissão ao sexo masculino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica e da análise de dados, foi possível compreender a complexidade do feminicídio e seu impacto na sociedade no contexto contemporâneo. No decorrer do estudo, evidenciou-se que o feminicídio não pode ser assimilado apenas como um crime isolado, mas como um reflexo das desigualdades de gênero e das estruturas sociais opressivas presentes em nossa sociedade.

Do ponto de vista social é possível identificar a relação direta entre o feminicídio e as questões sociais como machismo, patriarcado, violência doméstica, entre outras. O/A assistente social precisa estar preparado/a para lidar com a complexidade dessa problemática, promovendo ações que fortaleçam as redes de proteção e promoção de enfrentamento da violência contra a mulher e do feminicídio.

No entanto, é importante ressaltar que o enfrentamento do feminicídio não deve se restringir apenas ao âmbito das políticas públicas. É necessário um movimento amplo e contínuo da sociedade como um todo, questionando valores, desconstruindo estereótipos e promovendo uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

Diante disso, conclui-se que os profissionais assistentes sociais devem articular-se com outros profissionais e movimentos sociais para propor estudos, pesquisas, capacitações que contribuam para a transformação das estruturas sociais opressivas e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

6. REFERÊNCIAS

Amilton Filho pleiteia criação de programa de proteção a órfãos de feminicídio em

Goiás. **Agência assembleia de Notícias.** Disponível em <<https://portal.al.go.leg.br/noticias/124537/amilton-filho-pleiteia-criacao-de-programa-de-protecao-a-orfaos-de-feminicidio-em-goias>> acessado em 07 de junho de 2023.

ANGÉLICO, Rocio; DIKENSTEIN, Violeta; FISCHBERG, Sabrina; MAFFEO, Florencia. El feminicidio y la violencia de género en la prensa argentina: un análisis de voces, relatos y actores. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 78, p. 281-303, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. 499 p. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>. Acesso em: maio de 2023.

BRASIL. Fórum brasileiro de segurança pública: Violência contra mulheres em 2021. **Revista Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 14. ano 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher2021-v5.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023, às 22:13.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/mulher/plano-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Violência contra a mulher: isso é da sua conta. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, [s.d.]. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/atos-normativos/violencia-contra-a-mulher-isso-e-da-sua-cont-a-3.pdf/view>. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Serviços Especializados de Atendimento à Mulher. Senado Federal. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>> acessado em junho de 2023.

CAICEDO-ROA, Mônica; BANDEIRA, Lourdes; CORDEIRO, Ricardo. "Femicídios e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n383829>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência contra a Mulher de 2022**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>. Acesso em: 04 de jun. 2023.

CHAGAS, C. B. et al. Impactos de feminicídios em familiares: saúde mental, justiça e respeito à memória. **Revista Eletrônica Direitos na Sociedade**, Canoas, v. 10, n. 2, 2022. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/09/Impactos-defeminicidios-em-familires.pdf>

CONVENÇÃO de Viena sobre o Direito dos Tratados, 1969. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/conv_viena.html. Acesso em: 29 mai. 2023

CRESWELL, J. W. Revisão da literatura. In: CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**. 3. ed., Porto Alegre, RS: Artmed; pp. 48-75, 2010.

CUNHA, L. D. C., et al. **Feminicídio**: uma análise à luz do Serviço Social. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_753_7535cbbae95d42d1.pdf

DATASUS 2000 a 2021 – **Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS A/DAENT/CGIAE**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def> acessado em junho 2023.

DAVID, L. M. V (Edição Suplementar 4). Perfil dos óbitos femininos por homicídios no município de Goiânia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, n. 73 (suppl 4) • 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/reben/a/RMQZ4nLMMhJnbHyZGhym6jw/?lang=pt#:~:text=37%20mulheres%20morreram%20por%20agress%C3%A3o,fogo%20\(64%2C0%25\).G1.Mulheres%20est%C3%A3o%20em%2038%20dos%20cargos%20de%20lideran%C3%A7a%20no%20Brasil,mostra%20pesquisa.G1-Dia%20das%20Mulheres,8%20mar.2022](https://www.scielo.br/j/reben/a/RMQZ4nLMMhJnbHyZGhym6jw/?lang=pt#:~:text=37%20mulheres%20morreram%20por%20agress%C3%A3o,fogo%20(64%2C0%25).G1.Mulheres%20est%C3%A3o%20em%2038%20dos%20cargos%20de%20lideran%C3%A7a%20no%20Brasil,mostra%20pesquisa.G1-Dia%20das%20Mulheres,8%20mar.2022). Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-estao-em-38percent-dos-cargos-de-lideranca-no-brasil-mostra-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2023, às 16:08;

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOIÂNIA. Secretaria de Saúde. **Boletim Epidemiológico 01/2021**. Violências contra mulheres e Feminicídio em Goiânia 2020. Disponível em: <https://saude.goiania.go.gov.br/wp-uploads/sites/3/2021/03/Boletim-viol-contra-mulherfinal-8-marco.pdf>, acessado em: maio de 2023

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. DISPONIVEL EM <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>> acessado em: junho de 2023.

MARTINS, J. N. **Determinantes da violência doméstica contra a mulher no Brasil**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/2034/1307> Acesso em: mai. 2023.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Femicídios: uma perspectiva multidimensional. In: GONÇALVES, Helen; MENEGHEL, Stela (Org.). **Feminicídio: violência de gênero e morte de mulheres**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Coleção Temas em Saúde. 134 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: maio 2023.

NEVES, Sofia; GOMES, Silvia; MARTINS, Dirceleena. Narrativas mediáticas sobre o feminicídio na intimidade: análise de um jornal popular. **Ex æquo**, Lisboa, v. 34, p. 77-92, 2016. Acesso em 04 de abril de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. OMS: uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. ONU Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: maio 2023.

PASINATO, V. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 125-133, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/k9RYCQZhFVgJLhr6sywV7JR/>.

PIBER, L. D., SILVA, J. K. Impacto do feminicídio em familiares das mulheres assassinadas. **13º mundos de mulheres & fazendo gênero 11 transformações, conexões, deslocamentos**, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzZZPIjtzOjQ6IjUwMTciO30iO3M6MT0iaCI7czoMjoiNTVjMDgxMDExMDk0MzRiZjI2YWY4YTUyYTIwYmEwMTkiO30%3D](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzZPIjtzOjQ6IjUwMTciO30iO3M6MT0iaCI7czoMjoiNTVjMDgxMDExMDk0MzRiZjI2YWY4YTUyYTIwYmEwMTkiO30%3D)

PRETO, A. dos S., & SCHOOR, J. S. O empoderamento feminino sob a perspectiva histórico-cultural da trajetória da mulher desde o século XIX até os dias atuais. **IUS GENTIUM**, v. 11, n. 1, 82–112, 2021. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/528>.

ROSSI, T. C. O discurso de amor na violência contra mulheres: análise sociológica de Quem matou Eloá. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 1-18, 2020. Acesso em abril de 2023.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, C. F. S; ANDRADE, M. J. E. A Naturalização da Violência de Gênero na Contemporaneidade. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** / Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23228>. Acesso em: maio 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista de História**, v.

20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: abril de 2023.

SILVA, CB, & SILVA, GNF. Da Declaração à Efetivação: Uma Análise sobre a Trajetória dos Principais Instrumentos Internacionais de Proteção aos Direitos das Mulheres no Tempo e Sua Influência no Cenário Brasileiro. **Revista Pensamento jurídico**, vol.15, n.1, 1 de jan/abr.2020, 22 pg. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/258/323>. Acesso em: maio de 2023.

SILVA, Glória Maria da et al. Os Órfãos do Feminicídio: Consequências Psicológicas. **Revista Eletrônica Direitos na Sociedade**, Canoas, v. 10, n. 2, p. 7, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/11042>. Acesso em: 4 maio 2023.

VIEIRA, Marcus André. Sobre o falocentrismo ou notas de psicanálise, sexo e política primeira parte. Disponível em: <https://uqbarwapol.com/sobre-o-falocentrismo-ou-notas-de-psicanalise-sexo-e-politicaprimeira-parte-marcus-andre-vieira-ebp/>. Acesso em: maio de 2023.

MULHER: CORPO E DIREITOS HUMANOS

WOMAN: BODY AND HUMAN RIGHTS

GRACIANO, Bruna Ribeiro ¹ LIMA, Claudienis Costa Oliveira de ² SANTOS, Kamilla Lopes dos ³ LOPES, Maria Eduarda Oliveira ⁴ SILVA, Edar Jessie Dias Mendes da ⁵

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar as diferentes concepções sobre a categoria Mulher ao longo da história ocidental, em termos de liberdade, de direito sobre seu corpo. A problemática se desenvolveu a partir do questionamento: Quais as motivações históricas, políticas, sociais e econômicas que influenciam na ausência de direito da mulher sobre seu próprio corpo? As leituras e representações das mulheres ao longo dos diferentes períodos históricos se alteraram devido a diversos fatores, os quais apresentam continuidades na atualidade, mesmo que sob outros moldes e, são instrumentalizados em discursos pejorativos e obstáculos legislativos, resultando no impedimento das mulheres de serem sujeitas ativas na sociedade e realizarem suas liberdades de escolha em relação a seu corpo. Utilizou-se enquanto metodologia os suportes da pesquisa e discussão bibliográfica e análise de fontes extraídas de documentos legislativos.

Palavras-chave: Mulheres; liberdade; direitos; legislação; esterilização voluntária; representações.

ABSTRACT

The study aims to analyze the different conceptions of the category Woman throughout Western history, in terms of freedom of rights over her body. The issue was developed from the question: What are the historical, political, social and economic motivations that influence the historical periods have changed due to several factors, which present continuity today, even if under different molds and are instrumentalized in pejorative speeches and legislative obstacles, resulting in the impediment of women to be absence of women's rights over their own bodies? The readings and representations of women throughout the different subjects active in society and realize their freedom of choice in relation to their bodies. As a methodology, research supports and bibliographic discussion and analysis of sources extracted from legislative documents were used.

Keywords: Women; freedom; rights; legislation; voluntary sterilization; representations.

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema, *Mulher: corpos e direitos humanos*, foi motivada pela discussão na disciplina de Pesquisa em Serviço Social, em que o grupo elaborou um projeto de pesquisa

¹ Graduanda em Serviço Social, bruribeirograciano@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social, claudienis@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social, kamillallds@gmail.com

⁴ Graduanda em Serviço Social, dudinhaoliveira451@gmail.com

⁵ Orientadora e professora da Faculdade Unidade de Campinas – FacUNICAMP

sobre Esterilização Voluntária. Observou-se que, para uma análise aprofundada sobre esse assunto, seria necessário o debate sobre corpos femininos e direitos humanos.

A problemática que norteou o estudo foi: Quais as motivações históricas, políticas, sociais e econômicas que influenciam na ausência de direito da mulher sobre seu próprio corpo?

Para uma assertiva aproximação do objeto de estudo, foi escolhido como objetivo geral compreender os aspectos que influenciam na ausência de direito da mulher sobre seu próprio corpo. Os objetivos específicos são: analisar as concepções sobre mulher ao longo da história; analisar a história das mulheres no Brasil; e analisar as representações sociais sobre corpo feminino.

O grupo compreende que a discussão sobre a mulher implica em questões sociais, políticas e culturais. A representação do seu papel na sociedade foi construída ao longo do tempo e, mesmo hoje, considerando-se os direitos humanos, o imaginário do que é mulher está arraigado em um pensamento conservador, patriarcal e religioso.

Utilizou-se pesquisa bibliográfica, a qual possibilitou o acesso e o estudo de autores e autoras que, didaticamente, permitiram tanto a organização do material de pesquisa quanto a análise mais condensada sobre a temática.

A relevância do estudo pauta-se na importância de ampliação do debate sobre os direitos sexuais e humanos das mulheres e, nesse cenário, enquanto alunas, mulheres, sujeitas de direito, o reconhecimento de nosso lugar de fala para expressar nossas ideias e repúdios.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história da humanidade, as mulheres ocuparam espaços distintos dentro da sociedade; portanto, a categoria Mulher passou por diversas transformações e concepções, o que influencia diretamente em seu papel, lugar social, liberdade e direitos. Nesse sentido, o estudo buscou ampliar a discussão sobre Mulheres e Direito a Seus Corpos. O estudo envolve a compreensão de algumas categorias, entre essas, a própria concepção do que é ser mulher, das lutas, desafios e conquistas e da representação do que é o corpo feminino.

2.1 Concepções sobre Mulher ao longo da história

Acentuando especificamente o que diz respeito à Mulher na história da humanidade, o estudo de Borges, Lapolli e Amaral (2020), no texto “A Mulher e suas concepções históricas”, faz um mapeamento das concepções sobre a Mulher ao longo das diferentes épocas históricas,

com intuito de analisar os diferentes papéis das mulheres e sua participação na construção da sociedade.

Acerca da alteração ocorrida ao longo dos distintos tempos históricos, os autores pontuam a seguinte questão:

Ao longo da História da Humanidade, os homens e as mulheres ocuparam papéis distintos dentro da família e sociedade. Por vários séculos em diferentes épocas e na maioria das sociedades, as mulheres foram descartadas das decisões importantes da vida social e foram vistas, como o sexo frágil. (BORGES et al., 2020, p. 3)

Contudo, os autores enfatizam ainda que nem sempre as mulheres exerceram papéis inferiores aos homens e realizam uma discussão que traça o perfil da mulher na pré-história:

Durante todo o período paleolítico a mulher ocupava o papel central da sociedade, os indivíduos eram caçadores-coletores e não havia necessidade de força, a cultura era cooperativa, de parceria, onde homens e mulheres conviviam harmonicamente. A divisão de trabalho entre os sexos existia, mas sem desigualdade. A mulher representava o poder de dar e nutrir, pois, nesse período o homem não conhecia sua função na procriação, o poder estava centralizado na mulher, porque acreditava-se que a reprodução era um privilégio divino, e por essa razão, muitas vezes a mulher era adorada como divindade. (BORGES et al.; 2020, p. 3-4)

Como explana os autores, a mulher nesse período tinha, na sociedade da época, a liberdade de reprodução, pois as relações sexuais davam-se por motivos espontâneos e não com o objetivo de transmitir herança e poder. As mulheres, dessa maneira, tinham a reprodução como um privilégio divino e eram adoradas como divindade.

Conforme o contexto histórico guiado pelos autores, na Idade Antiga, a instituição matrimonial definia o valor e a utilidade feminina, isto é, a mulher só seria útil se se casasse e constituísse uma família. A expansão da religião hebraica, ainda, centrou o culto na figura masculina, sendo o homem, conhecido como o *pater*. Os homens ditavam as regras, e as mulheres deveriam obedecer (BORGES et al.; 2020).

A partir da análise de estudo, os autores discorrem que na Idade Média, época denominada pelos historiadores como Idade das Trevas⁶, a mulher continuou ocupando as mesmas atividades, o casamento e a família cristã ainda eram os moldes a serem seguidos. Contudo pontuam novos cenários como à conquista no acesso a grande parte das profissões, o

⁶ Idade das trevas. Trata-se de uma concepção da Renascença, advinda de uma visão muito homogeneizadora e negativa do período medieval, época marcada pelo medo, gerado pela peste, fome e constantes guerras entre os mouros e cristãos. (BARBOSA; SILVA, 2016)

direito à propriedade, porém as mulheres ainda eram subjugadas. Deste modo a mulher era desvalorizada e a sociedade centralizava a figura do homem, mas devido às mortes ocorridas em guerras e doenças que acometiam a população na época, a mulher passou a ocupar a posição de chefe de família.

Ainda de acordo com os autores, a transição da Idade Média para a Idade Moderna ocorreu com o desenvolvimento do sistema capitalista e a chegada da Revolução Industrial (Séc. XVIII) onde abriu espaço para a mulher nas fábricas diante da necessidade do aumento da mão de obra. Mesmo com a exploração e as condições insalubres de trabalho, a mulher insere-se na posição de trabalhadora sendo parte da produção social, contudo a opressão e inferiorização continuam.

No período contemporâneo, destacam que cada vez mais as mulheres foram alcançando espaço na sociedade e direitos. No que versa ao perfil contemporâneo pontuam que as mulheres conquistaram vários direitos antes negados, como a possibilidade de voto, maior abertura a grandes cargos no mercado de trabalho, contudo ainda se apresentam outros obstáculos. (BORGES et al.,2020)

Os autores dissertam acerca da atualidade que a história das mulheres é baseada em lutas e conquistas, se apropriando de conhecimentos, alcançando direitos importantes na sua busca por liberdade, ultrapassando barreiras impostas pelo patriarcado e hoje se profissionalizaram, mesmo com a dupla jornada profissional e familiar, estão inseridas nos espaços de poder, enfrentando todos os preconceitos de gênero imposto na sociedade moderna. (BORGES et al.,2020).

Por fim, enfatizam que para a Mulher galgar posição nos espaços sociais tornam-se necessário seu empoderamento⁷:

Para se empoderar e conseguir enfrentar as barreiras que ainda existem, as mulheres precisam passar por uma mudança cultural e principalmente comportamental, se capacitar, e vencer os medos internos. À medida que se empodera consegue se impor em situações onde era silenciada, se inserir em ambientes onde antes era excluída, tendo atitude e encarando obstáculos, sempre procurando o equilíbrio nos diversos aspectos da vida (AMARAL et al., 2019).

⁷ Na vertente feminista, o empoderamento está relacionado a todo o processo de libertação das mulheres. Isso significa dizer que empoderamento é quando as mulheres conseguem se libertar do poder patriarcal e tem a possibilidade de se autodeterminar, no sentido de colocar um basta à opressão de gênero. (SARDENBERG. 2009, p. 2)

Segundo a autora Viviane Isabela Rodrigues em seu texto “A trajetória da violência de gênero no Brasil” (2018) discorre que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990 a questão da violência de gênero trata-se de uma questão de saúde pública, tornando-se

um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico, além de uma violação dos direitos humanos. A OMS considera a violência de gênero um problema social, o qual atinge a todos os segmentos sociais, de distintas formas.

Rodrigues afirma ainda que existem dados alarmantes, que demonstram que pelo menos um quinto da população feminina mundial já sofreu algum tipo de violência. O movimento feminista foi fundamental para a discussão sobre violência de gênero, o tema é conceituado em um campo complexo e sensível e para superação da violência de gênero, torna-se imprescindível uma mudança em todos os âmbitos da sociedade, seja de caráter direto e estrutural, seja de caráter subjetivo.

As mudanças se inserem em uma construção de papéis equitativos que refletem no espaço público e privado efetivando relações pacíficas e respeitadas. A exigência de legislações protetivas às mulheres, penalizando os agressores de maneira assertiva, o investimento em políticas públicas de prevenção e atendimento é uma das alternativas para o enfrentamento da questão da violência de gênero. O caminho percorrido relacionado às lutas feministas, as conquistas pelo direito da mulher e as demais reivindicações coletivas evoluem decorrente com o tempo, mas ainda há um longo caminho a se trilhar na garantia de equidade e a superação das históricas da violência de gênero.

Segundo a autora ao observar a história do Brasil torna-se possível identificar o quanto as faces contemporâneas da violência associam-se às históricas práticas emergentes apresentando-se como expressão da questão social:

Os resquícios da estrutura patriarcal e escravocrata ainda impregnam a sociabilidade contemporânea incidindo diretamente nas relações desiguais entre grupos sociais, e, especialmente entre homens e mulheres. A violência de gênero apresenta-se como uma expressão da Questão Social que na atualidade requisita da sociedade plena atenção. A agudização de práticas violatórias requisita do Estado, da sociedade e dos sujeitos sociais medidas efetivas de repúdio e prevenção a violência. (RODRIGUES, 2018, p. 16)

Neste sentido, segundo a autora, ainda há muito o que transformar, visto que apesar das conquistas na luta em prol da equidade de gênero e da superação das práticas violatórias o movimento precisa fortalecer-se enquanto bandeira coletiva, sem esquecer-se de sua trajetória histórica dando prosseguimento à caminhada de luta e resistência.

Portanto, como foi dito pelos autores, no que concerne a concepção histórica das mulheres, estas percorreram um caminho longo e árduo, permeado de desafios tendo como objetivo sua inserção social na busca pela liberdade e igualdade de direitos, tornando-se parte essencial na história.

Assim, é oportuno que discutamos sobre a questão da trajetória histórica da Mulher no Brasil, seus desafios e conquistas.

2.2 Trajetória histórica da Mulher no Brasil: Desafios e conquistas

A história das mulheres no Brasil é uma área de estudo que se desenvolveu nas últimas décadas, e tem como objetivo investigar a participação das mulheres nas diferentes esferas da sociedade brasileira ao longo do tempo. Mary Del Priore (2007) é uma das principais historiadoras brasileiras que se dedica a essa área de pesquisa. Em suas obras, ela analisa a presença das mulheres nas mais diversas atividades, desde as tarefas domésticas até a participação em movimentos políticos e sociais.

No livro “A história das mulheres no Brasil”, organizado pela autora, a mesma dá ênfase à importância de se pensar que a história foi escrita por homens. Nesse sentido, acessar esses vestígios pode apresentar suas limitações. Contudo, apesar dos silenciamentos as mulheres fizeram parte da história do Brasil e contribuíram para a construção da sociedade, além de que lutaram pelos seus direitos (DEL PRIORE, 2007)

A primeira reflexão da autora, nessa obra, são as mulheres indígenas. Del Priore (2007) aborda as questões referentes à cultura e famílias indígenas. Nesse sentido, compreende-se a importância de se inserir as mulheres não europeias na história do Brasil, tendo em vista que aqui já habitavam e tinham seus costumes e sua forma de organização familiar. Relata que no grupo das mulheres indígenas, muitas foram utilizadas como mão de obra escravizada e a maioria catequizada⁸. A análise seguinte se refere às mulheres não indígenas.

Segundo a autora, com a vinda dos europeus no período colonial, as mulheres eram responsáveis pela administração do espaço doméstico das fazendas e pela criação dos filhos, enquanto os homens se ocupavam das atividades comerciais e militares. A igreja e a sociedade objetivavam “controlar a sexualidade feminina de várias formas e em diversos níveis” (DEL

⁸ Segundo Paiva (1982) trata-se de toda ação pastoral da Igreja: a doutrinação expressa, a prática devocional e o comportamento dos cristãos.

PRIORE, 2007, p. 65)

Outro texto que traz ênfase à realidade vivida pelas mulheres no período colonial é o de Silva e Castilho (2014, p. 2), *Brasil Colonial: As mulheres e o imaginário social*, no qual as autoras enfatizam que “as mulheres eram peças fundamentais no cenário colonial brasileiro, pois desempenhavam determinadas funções sociais e viviam sob rígidas regras que lhes eram impostas”, essas determinações tinham como intenção de controlar as mulheres, que ainda eram vistas nesse cenário como culpadas pelo mal na terra devido o mito de Adão e Eva, onde Eva trouxe o pecado para a terra por ter comido o fruto proibido, a imagem da mulher foi ligada ao pecado. Esse controle social feminino advinha de duas formas: pelo discurso ideológico da Igreja Católica e o atestado da medicina, sendo que este último dado deu sustentação às ideologias criadas pela Igreja.

O Brasil miscigenado que incluía mulheres nativas, negras, europeias e mulatas não viviam em condições semelhantes, no Brasil colonial essas mulheres viviam em condição de submissão e escravidão, longe de ser um cenário tranquilo como afirma Silva e Castilho (2014).

Conforme explana as autoras, cada etnia indígena possui uma organização social, religião e rituais próprios. Dentre eles os autores citam que nas sociedades ameríndias o rito de passagem que iniciava a vida adulta da menina se dava com a menstruação, e a partir desse momento no período menstrual a mulher deveria respeitar diversas interdições. Diversos desses ritos eram dolorosos, nos quais exigiam perfurações e esfoliações do corpo para que a mulher pudesse ter um ventre sadio e gerar bons filhos, e se fossem casadas não poderiam manter relações sexuais, devendo afastar-se dos cônjuges durante esse período. Contudo as mulheres indígenas após o matrimônio deveriam permanecer fiéis.

As autoras discorrem que esses rituais aos olhos dos europeus eram vistos como horror e causaram repúdio. Desta forma eram considerados inadequados pela Igreja e pelo Estado Português, dado este motivo tornava-se necessário uma intervenção nos costumes das mulheres indígenas para que estas alcançassem a salvação e civilização, para isto, era fundamental serem adestradas para que seu comportamento seguisse moldes conforme a moral e os bons costumes dos europeus.

Como pontuam as autoras, com a chegada dos escravos no Brasil por volta do século XVI para o XVII, a mulher negra ocupou parte do cenário, as escravas passam a trabalhar na casa grande e lhes são atribuídos o mesmo tratamento severo que os homens negros, inclusive quando estavam grávidas ou amamentando eram obrigadas a trabalhar e expostas à exaustão. Além do trabalho forçado eram abusadas sexualmente pelos senhores, capatazes, feitores ou

visitantes, muitas vezes gerando fruto desta violência estando propícias a abortos espontâneos decorrentes dos grandes esforços físicos ou mesmo viver em constante insegurança e medo de perder seu filho após o nascimento, sendo vendidos a outros senhores para serem explorados e escravizados. E se fosse menina a perpetuação da violência sexual que sofreria ao longo da vida. (SILVA; CASTILHO, 2014)

Ainda segundo Silva e Castilho o período colonial marca a trajetória da mulher, criando estereótipos que sobrevivem até os dias atuais, forjando o que hoje é a mulher moderna, mas que na época eram submetidas as mais variadas formas de repressão e de adestramento:

O processo de adestramento pelo qual as mulheres passaram no período colonial foi marcado por repressão à sexualidade e suas vontades próprias. As mulheres, como nas demais sociedades patriarcais, viviam sob o controle direto dos homens que as exploravam de diversas maneiras, independente da etnia ou classe social. (SILVA; CASTILHO, 2014. p 21).

Assim, conforme destaca Silva e Castilho em diversos momentos, e das mais variadas formas, as mulheres eram manipuladas e subjugadas, contudo, mesmo que de forma arriscada encontravam momentos em que pudessem exercer sua liberdade, de forma ousada e corajosa na luta contra a repressão a qual foram contrafeitas por tantos anos.

Em consonância, a autora Aline Tosta dos Santos em seu texto “A construção do papel social da mulher na Primeira República” (2009) explana que no decorrer do século XIX e XX a imagem da mulher evidenciava-se por sua fragilidade física, delicadeza e debilidade moral, advindo comportamentos imprevisíveis e erráticos por viverem à mercê de seu aparelho reprodutivo.

A autora disserta que com a propagação do Positivismo⁹ e do Evolucionismo¹⁰ durante o século XIX no Brasil tais teorias usufruíram do argumento biológico entre os sexos atribuindo às mulheres exclusividade ao papel de mãe e esposa, reforçado pela misoginia do pensamento médico e do ideário religioso dominante na época, a qual justificaria as desigualdades sociais e culturais entre homens e mulheres.

Santos enfatiza que a partir da década de 1920 muda-se o discurso no que concerne à imagem da mulher com a afirmativa de que agora as diferenças biológicas e sociais se

⁹ Positivismo: Corrente filosófica, que defende a ideia de que o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro.

¹⁰ Evolucionismo: Evolucionismo é uma teoria que defende o processo de evolução das espécies de seres vivos, através de modificações lentas e progressivas consoantes ao ambiente em que habitam.

1º Periódico da Unicamps Ciência

completam, portanto tornam-se necessárias, ao homem caberia o instinto sexual e a mulher o instinto materno

Com a chegada das fábricas no Brasil a autora pontua a visão do operariado masculino atribuindo a mulher de forma paternalista a definição de sexo frágil e a necessidade de proteção. O ambiente fabril caracterizava-se como hostil e insalubre capaz de corromper a imagem frágil e indefesa da mulher tornando-o o oposto ao do lar.

A autora disserta que o movimento operário por ser liderado em sua maioria por homens atuou fortemente em prol da valorização da força de trabalho masculina e posicionava-se com ações de forma a disciplinar a mulher. Diante disso, emergem as primeiras reivindicações em favor das mulheres nas quais requerem a proibição do trabalho noturno por ser julgado imoral ao sexo feminino e garantias concernente a maternidade.

Santos discorre que a mulher ao buscar seu retorno ao ambiente doméstico, com a retomada da maternidade como sua principal função, o velho discurso nacionalista o qual ao ser reformulado atribui a mulher algo mais importante, garantir cidadãos para a pátria: que se referia a maternidade como uma nobre missão revestir-se agora de uma roupagem moderna.

O exercício da maternidade passa a ser compreendido em termos científicos, constituindo uma missão patriótica e uma função pública. Trata-se de superar as práticas atrasadas das comadres, os conselhos e crenças entendidos como arcaicos e fundamentados no senso comum. (SANTOS, 2009. p 7).

Com o então modelo da maternidade científica consolidou-se a Puericultura tendo como objetivo o corpo social, hábitos e comportamentos firmando autoridade perante o corpo médico e a sociedade. Neste contexto social de maternidade científica condenava-se a amamentação mercenária exercida pelas amas de leite formulando um discurso de valor ao papel da mulher em sua função de mãe moderna e higiênica. (SANTOS, 2009).

Com o advento e complexidade da maternidade científica os médicos reforçam que as práticas costumeiras precisam serem ressignificadas e pautadas nas modernas teorias científicas, não podendo mais serem sustentadas apenas pelo instinto natural dada a função, a ciência agora sendo símbolo de modernidade e progresso contrapunha o antigo e tradicional modelo posto pela sociedade brasileira. Com tais mudanças e transformações, Santos discorre que:

“... a ideologia da maternidade científica foi o resultado da atuação dinâmica e complexa de múltiplos agentes sociais, entre eles, as próprias mulheres, que, através de estratégias ativas como resistência, seleção, negociação, aliança e parceria

aproveitaram o movimento de valorização da função maternal para transformá-la em instrumento de poder feminino...” (SANTOS, 2009, p 10).

A autora pontua que no Brasil paragonado ao contexto internacional como acontecia no cenário europeu e norte americano no final do século XIX a valorização da maternidade impulsionava em especial os movimentos femininos os quais reivindicavam intervenção estatal na proteção à maternidade, pois era considerado como direito das mães, dado em alguns casos até requerimento a um salário, visto que a maternidade era equiparada a um emprego remunerado.

Santos enfatiza que no Brasil a maternidade deu-se dentro de um discurso médico e religioso tornando-se fundamental na fundação de instituições filantrópicas e a criação de uma rede de proteção ao materno-infantil.

Em meados do século XIX com o estabelecimento das primeiras fábricas têxteis revelase a ocupação da mulher na esfera pública em especial as de estratos sociais empobrecidos pois o trabalho feminino passa a ser incorporado, ocupando funções semelhantes às exercidas no espaço doméstico como por exemplo, na tecelagem, na fiação, confecção de redes e outros. Contudo, a mulher agora operária e por vezes responsáveis pelo sustento da família continuava a ser vista de forma subalterna, subjugada a apenas um suplemento à renda masculina. (SANTOS, 2009)

Os empregadores preferiam as mulheres e crianças justamente porque essa mão de obra custava em média 30% menos. Além da remuneração inferior, as mulheres com trabalho assalariado tinham de defender sua reputação moral, já que a norma oficial ditava que as mulheres deveriam ficar em casa. (SANTOS, 2009, p 14).

Visto isso, a autora pontua que a mulher que trabalhava fora do ambiente doméstico e do lar ia contra os estereótipos impostos pela sociedade e estavam sujeitas a todo tipo de preconceito e julgamento. Contudo isso não garantia as mulheres que ocupavam as tarefas caseiras de também estarem constringidas a rótulos negativos.

Os autores Joelson Dias e Vivian Grassi Sampaio em seu texto intitulado A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica (2011) discorre que durante o período colonial mesmo que não houvesse determinações que proibissem a mulher em sua participação política, as mesmas não se envolviam, pois seguiam as condutas impostas da época, na qual sua posição social estava restrita apenas ao lar. E assim manteve-se no decurso de todo o império.

A primeira Constituição de 1824, ao referir-se ao processo eleitoral, outorgou aos cidadãos brasileiros no exercício de seus direitos políticos e aos estrangeiros naturalizados o direito ao voto, estabelecidos em seus artigos 90 a 97. Contudo, até 1881 as eleições davam-se

mediante a edição da Lei Saraiva e do voto censitário assegurando o direito de votar e ser votado somente a aqueles que detinham estabelecida quantidade de riquezas, enfeitando todos aqueles que possuísem renda anual líquida ínfera a cem e duzentos mil réis assim como mencionado nos artigos 92 e 94. (DIAS; SAMPAIO, 2011).

Segundo os autores apesar de não serem mencionadas no escrito constitucional de forma excludente, as mulheres não se inseriram no âmbito eleitoral pois conforme o ideário da época estabelecido pelo senso comum, a mulher vivia hierarquicamente ínfera ao homem, deste modo, estava subordinada a figura masculina da família sendo ele seu pai ou esposo, além disso, eram ignoradas quanto ao direito de cidadania.

Constata-se, portanto, em concordância com os autores que a posição da mulher brasileira na sociedade imperial assemelha-se continuamente à estabelecida na época colonial o qual atribuía a mulher a sua dominação pelos instintos naturais impulsivos e sexuais tornandoas incapazes de desempenharem habilidades racionais as quais direitos políticos como o ato de votar e ser votada exigia.

Ainda que a Constituição não garantisse às mulheres direitos no exercício político, foi no decorrer do período imperial que houveram os primeiros movimentos em prol da inserção destas à educação, embora estivesse direcionado ao preparo do seu fazer doméstico. Os autores discorrem que no decurso do período Imperial registram-se marcos importantes de organização e participação política feminina tais como ocorreu em 1832 dirigida ao Senado na qual 160 mulheres requisitavam anistia de seus cônjuges e irmãos detidos em Ouro Preto em razão da insurreição que adveio. Outro marco apontado trata-se do requerimento de Maria Balbina no qual solicita a anulação de casamento datado de 18/7/1828.

Dias e Sampaio pontuam em seu texto que a Constituição de 1824 no artigo 117 enseja a possibilidade de a mulher assumir a regência do império caso pertença ao grau de sucessão. No entanto, em razão de diversos fatores políticos e sociais impossibilitando a continuidade do império essa sucessão não se concretizou.

Em 1891 após a instituição do Regime Republicano marcada por constantes disputas entre liberais e conservadores viu-se a necessidade por parte dos liberais na elaboração de uma nova Carta Magna, realizou-se então a elaboração de um projeto de Constituição o qual passaria por avaliação e discussão na Comissão dos 21¹¹ e posteriormente por uma análise na Assembleia

¹¹ comissão composta por um representante de cada estado e um do Distrito Federal, incumbida de dar o parecer sobre a Constituição Federal elaborado pelo Governo provisório. (DIAS; SAMPAIO, 2011)

Constituinte. Dias e Sampaio relatam que apesar do projeto de Constituição não contemplar o voto feminino em seu discurso, esse debate foi abordado na Comissão dos 21, contudo o projeto seguiu sem mencionar autorização/proibição ao sufrágio feminino.

Os autores explanam que a primeira Constituição da República por não expressar a exclusão da mulher na participação eleitoral abre margem a interpretações diversas, dentre elas as disposições do artigo 69 no inciso V o qual dispõe sobre os atributos dos cidadãos brasileiros, no qual inclui a mulher brasileira que casasse com um homem estrangeiro concedendo-lhe nacionalidade brasileira.

Contudo, embora não pudessem exercer seus direitos políticos às mulheres, organizavam-se e articulavam em busca não somente do direito ao voto, mas também da representação e atuação nos espaços públicos. Na década de 1920 em detrimento a Primeira Grande Guerra, âmbitos políticos, sociais, artísticos e econômicos passaram por marcantes alterações desencadeando recessão em esfera global. Neste período no Brasil, assim como em outros países despontavam juntas e ligas em favor ao direito da mulher (DIAS et al., 2011).

Os autores pontuam em seu texto importantes imagens, como Bertha Lutz, presente na liderança dos movimentos feministas e fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, atuante crucial na luta em favor da igualdade de gênero no âmbito familiar, público e social. Além também do livre exercício do direito político e do acesso à educação. Destacase também a professora Celina Guimarães Viana, primeira mulher eleitora brasileira registrada em 1927 chegando em 1928 ao quantitativo de 20 mulheres registradas. Diante de tais desdobramentos os juízes encarregados pelo processo de inscrição eleitoral entendem que excluir as mulheres do termo cidadãos assim como disposto na Constituição de 1891 no artigo 70 seria diametralmente oposto ao prescrito.

Dias e Sampaio ressaltam que mesmo excludentes do direito ao voto durante a República Velha¹², o status social pertencente à mulher mudou consideravelmente às do período colonial e imperial, principalmente quanto às relações pessoais (família, contratos e heranças) concomitante com o Código Civil de 1916 na Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. A análise do Código Civil de 1916 evidencia a consolidação de direitos importantes para as mulheres com significativa influência em sua condição social. Vale destacar: a equiparação do homem a mulher no que concerne à outorga uxória (art.235), a concessão de alimentos provisórios a

¹² República Velha: Modelo republicano como forma de governo, período que durou no Brasil de 1889 até 1930. (SILVA, 2018)

mulher após a separação (art.224), a possibilidade da mulher, em juízo, suprir a autorização marital (art. 245) e a inovação trazida com obrigação do marido prestar pensão alimentícia a mulher inocente e pobre após o destaque judicial (art.320). De fato, somente no final da quarta década da República em 1932 com o surgimento de vários movimentos organizados por mulheres em prol da emancipação feminina e em vigor com o Código Eleitoral aprovado pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro do dado ano fica explicitamente concedido às mulheres o direito ao voto.

Em 24 de Fevereiro de 1932, o decreto nº 21.076 concede aprovação à Lei Eleitoral, cujo artigo 2º define como eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem diferenciação de sexo. Consolidava-se então como disposto pelos autores, o sufrágio feminino no Brasil e o estabelecimento ainda que não obrigatório do voto secreto. Além de reconhecer formalmente o direito de voto das mulheres, a Lei Eleitoral de 1932 trouxe avanços consideráveis para o direito eleitoral brasileiro. Contudo, apesar do avanço conquistado pelas mulheres mediante o Código Eleitoral de 1932, se estabeleciam limites e restrições no eleitorado brasileiro como a dada proibição no registro de eleitores, mendigos, analfabetos e praças. Logo, consequentemente e superando as determinações impostas pelo voto censitário a exclusão dos analfabetos diminuía drasticamente o eleitorado.

A Eleição de 1934 reiterou as diretrizes já contidas no Código Eleitoral de 1932, prevendo tanto o sufrágio feminino quanto o voto secreto. No entanto, o art. 109 concede o direito de registo para votar apenas a homens e mulheres que ocupem cargos públicos remunerados. Desde então, não houve revogação ao sufrágio feminino nas Constituições sucedentes. Assim, a nova Constituição de 1937 mantém o sufrágio feminino sem especificar sua obrigatoriedade, regido pelo Decreto Legislativo de nº 7.586 de 28 de maio de 1945, o qual previa voto obrigatório para homens e mulheres, salvo entre outras exceções apenas aqueles que não ocupassem cargos remunerados. (DIAS; SAMPAIO, 2011).

Em conformidade com os autores, outra mudança legislativa significativa durante o período Vargas com ênfase aos direitos das mulheres trata-se do Decreto-Lei n. 2.848, de 12 de julho de 1940, no qual o novo Código Penal Brasileiro entra em vigor. Contudo, a forma como o Código Penal de 1890 lida com as investigações e processos de crimes sexuais assemelhamse à predominância da mulher na era colonial. Com existência de um paradigma que definia crime e punição regrado na distinção da mulher justa em detrimento à prostituta.

O Código Penal vigente no final do século XIX, ao estabelecer penas mais agravantes aos crimes sexuais, demonstra mais inquietude e preocupação a proteção da honra social

familiar do que de fato a proteção efetiva da mulher. Prova desse interesse do Estado em não ofender a moral pública dá-se por meio da inserção de infrações que configuram ofensa pública à honra e pudor. Rompe-se com essa lógica no Código Penal de 1940, com alterações que suprimiram parcialmente a distinção entre mulheres honestas e prostitutas designando os crimes sexuais como crimes antagônicos aos hábitos. Dito isso, a honestidade e a integridade sexual das mulheres elevam-se ao status de propriedade legal protegida pelo Estado (Brasil. Senado Federal, 2004, p. 35). Ainda que a nova Lei penal (e sociedade brasileira) contivesse resquícios patriarcais, foram estabelecidas significativas mudanças no que concerne aos direitos das mulheres, e em especial aos crimes sexuais que lhes tinham como principal vítima. (DIAS; SAMPAIO, 2011)

A Constituição de 1988 introduziu mudanças consideráveis em prol dos direitos das mulheres. Não limitada apenas à igualdade de gênero, como também em responder às demandas e interesses inerentes às mulheres, como: proteção das mulheres no mercado de trabalho (Artigo 7(XX)); licença a mulher gestante por período superior ao da licença paternidade (art.7, inc. XVIII), tempo de contribuição menor do que dos homens para efeitos de aposentadoria (art. 40 e 201). (DIAS; SAMPAIO, 2011).

Por fim, os autores frisam que a sociedade brasileira do final dos anos 80 já apresentava sinais de uma nova conjuntura na qual evidenciam mulheres mais independentes, trabalhadoras e até mesmo chefes de família. Todavia, séculos marcados pela desigualdade e discriminação de gênero deixam rastros profundos e impregnados na sociedade brasileira, a qual necessitará de muita consciência, transformações e tempo para retificar o lento processo de mudança nos conceitos sociais, criando oportunidades e implementando medidas em favor e proteção dos direitos e interesses das mulheres, que percorre em passos lentos e desafiadores. O Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002) baseia-se na isonomia entre homens e mulheres introduzidos pela Constituição de 1988 e reforçada por diversas outras leis e instrumentos normativos editados desde então em cumprimento com o que dispõem a atual Carta Magna. Este projeto de Lei garante a igualdade formal entre homens e mulheres. No entanto, em países como o Brasil, a realidade muitas vezes insiste em quebrar normas devido à inegável e demasiada desigualdade social, altos índices de violência, analfabetismo, pobreza, corrupção e impunidade, contrapondo a isonomia real ou material desejável nos textos legais e normativos.

Visto isso, o quadro a seguir apresenta marcos importantes da trajetória da mulher, conquistas regulamentadas e resguardadas por lei.

QUADRO 1 - Linha do Tempo de algumas conquistas das Mulheres brasileiras – 1824 a 2022.

1º Periódico da Unicamps Ciência

Unicamps Ciências Humanas. V.1 nº 1 ago. /dez.2023

REGULAMENTAÇÕES	TEXTO
1824	A primeira Constituição brasileira não previa direitos políticos para as mulheres, que eram consideradas legalmente incapazes. Elas só podiam votar em algumas exceções em eleições locais. (DIAS; SAMPAIO, 2011)
1891	Com a Proclamação da República, a nova Constituição reafirmou a incapacidade civil das mulheres, mas permitiu que elas se formassem em cursos superiores. (DIAS; SAMPAIO, 2011)
1916	O Código Civil de 1916, a conquista do diploma consolidou direitos importantes da mulher que impactaram sua posição social. A equiparação do homem e da mulher no que concerne à outorga uxória o direito de suprir a autorização marital. (DIAS; SAMPAIO, 2011)
1932	Em 1932, foi publicado o Decreto nº 21.076, que instituía o Código Eleitoral 67 e garantiu às mulheres os direitos de votar e serem votadas em todo o território nacional. Mas somente acima de 21 anos, viúvas, solteiras com renda própria e mulheres casadas somente com a autorização do marido. (AGUIAR, 2021)
1934	A Constituição Brasileira instaurada naquele ano retirou as determinações, mas o voto feminino continuou sendo facultativo, com a obrigatoriedade prevista apenas para os eleitores homens. (DIAS; SAMPAIO, 2011)
1937	A Constituição de 1937 não teve participação popular em sua elaboração, possuía caráter autoritário. Não houve conquista por parte das mulheres, mas os direitos conquistados foram mantidos. ((DIAS; SAMPAIO, 2011)
1946	A Constituição de 1946 estabeleceu o direito à aposentadoria à mulher com 35 anos de serviço ou aos 70 anos de idade. A proibição de diferenciação de salário para um mesmo trabalho por motivo de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil foi incorporado aos direitos trabalhistas das mulheres. O inadimplemento de pensão alimentícia passou a ser motivo para a prisão civil. (MATOS; GITAHY, 2007)
1988	A atual Constituição Federal de 1988, ampliando o conceito de família e a proteção integral a todos os seus membros, reforça o princípio da igualdade ao igualar os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal e ao vedar qualquer tipo de preconceito e garantir a igualdade. Incluiu a igualdade de direitos entre homens e mulheres em todas as esferas, incluindo o direito de votar e ser votado, além de garantir direitos trabalhistas e previdenciários iguais. (MATOS; GITAHY, 2007)
2002	O Código Civil trouxe para o seu texto a igualdade já contemplada pela Constituição Federal (1988), igualando em direitos e deveres, especialmente no ambiente das relações familiares, o homem e a mulher. Adotou os princípios da eticidade, socialidade e operabilidade. (RODRIGUES, 2013)
2006	Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006). A lei tem o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher de forma a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; tipifica 5 tipos de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. (SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO-SGI)
2012	Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012). A lei definiu crimes cibernéticos no Brasil. Ela recebeu este nome, pois na época que o projeto tramita a atriz teve o computador invadido e fotos pessoais divulgadas sem autorização por hackers. A legislação classifica como crime justamente casos como estes: invasão de computadores, tablets, smartphones, conectados ou não à internet, que resultem na obtenção, adulteração ou destruição dos dados e informações. (SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO-SGI)

2015	Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, 2015). A legislação altera o Código Penal e estabelece o feminicídio como circunstância que qualifica o crime de homicídio, quando uma mulher é morta em decorrência de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, fica caracterizado o feminicídio, sendo considerado um crime hediondo em que a pena pode chegar a 30 anos de reclusão. (SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO-SGI)
2018	Lei nº 13.718/2018, tipifica os crimes de importunação sexual de divulgação de cena de estupro, alterando o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulneráveis; estabelece aumento de pena e define como causas para aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo. (SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO-SGI)
2019	Lei nº 13.931/2019 dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de indícios ou confirmação de violência contra a mulher, atendida em serviços de saúde públicos e privados, determinando a comunicação à autoridade policial, no prazo de 24h, para providências cabíveis e fins estatísticos. (SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO-SGI)
2021	Lei nº 14.192/2021, estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. (SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO-SGI)
2022	Lei 14.443 de 2022 modifica as exigências para a realização de laqueaduras e vasectomias no âmbito do planejamento familiar. em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de 21 (vinte e um) anos de idade ou, pelo menos, com 2 (dois) filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, inclusive aconselhamento por equipe multidisciplinar, com vistas a desencorajar a esterilização precoce. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO)

Fonte: Elaborado pelas autoras do TCC, 2023.

Como exposto no quadro acima, temos listados os direitos conquistados pelas mulheres ao decorrer de cada legislação, os quais foram alcançados por meio da participação política e social no trajeto de cada período, tornando-os resguardados e respaldados legalmente independente de cor, raça, estado civil e classe social. Pelo apanhado histórico destacamos que as conquistas de tais direitos vieram através de um processo longo e árduo e que mesmo em dias atuais sua efetivação muitas vezes é permeada por obstáculos e empecilhos.

2.3 A Representação Social do Corpo Feminino

De acordo com estudos realizados e elaborados por Moscovici (2009), as representações sociais constituem meios de recriar as realidades buscando torná-las senso comum, aonde a informação chega a todos por meio da partilha dos conhecimentos. As representações sociais funcionam como uma rede de ideias, metáforas e imagens que são interligadas livremente em maior ou menor intenção, tratando o pensamento como um ambiente, como uma atmosfera social e cultural, podendo distinguir as qualidades e complexos como se fossem características físicas, desta forma, afirma o autor, podemos modificar particularmente o ambiente descartando imagens e acrescentando novas.

As pessoas sempre aprenderam umas das outras e sempre souberam que isso é assim. Tal fato não é exatamente uma descoberta. A importância dessa proposição para a nossa teoria é que conhecimento e crenças significativas têm sua origem de uma interação mútua e não são formadas de outro modo (MOSCOVICI, 2009, P. 176).

A colocação acima permite-nos entender que para o autor, o conhecimento é passado das pessoas para outras, de geração a geração e que muitas verdades foram elaboradas em conjunto e as pessoas tendem a aceitarem. É importante questionar. Tal particularidade procede na visão de Moscovici (2009), ao afirmar que as representações cumprem duas funções: a primeira é tornar convencional ou tradicional, objetos, pessoas ou acontecimentos desconhecidos por nós. E que cada experiência acrescenta novas ideias, imagens e metáforas, colocando os elementos, objetos ou ocorrências em categorias distintas. Somos condicionados tanto por nossas representações quanto por nossas culturas. A segunda função são que as representações sociais impõem sobre as pessoas com força tamanha, ou seja, quando passamos a tomar conhecimento de nossa existência já encontramos respostas prontas para tudo.

Pensar sobre o corpo feminino é voltar-se para o construto social do que é o feminino e seu lugar na sociedade. Na representação social o corpo feminino tem uma função coletiva e não lhe pertence, pois, já existem antes das mulheres nascerem, externo a elas, qual é a utilidade do seu corpo. Essa questão também é abordada por Loureiro (2014) em seu estudo, *Corpo, Beleza e Auto-Objetificação Feminina*, em que a autora apresenta uma reflexão sobre “as consequências negativas da objetificação sexual sobre a vida de meninas e mulheres.” (p. 21).

Segundo Loureiro (idem), o ambiente cultura constrói uma representação do que é o corpo feminino e de forma perversas essas mulheres e meninas internalizam e “aprendem desde a infância que os corpos femininos são objetos de constante observação, avaliação e potencial objetificação sexual” que leva a manter modelos e padrões que permitem a aceitação na sociedade, sendo, portanto, uma forma de controle social.

Apesar de criar a possibilidade de agência num contexto opressor, a auto-objetificação é considerada uma forma de controle social em que as mulheres aprendem a se restringir física e socialmente, investindo sua energia e recursos (e.g. tempo, dinheiro, energia física e mental, saúde, capacidade cognitiva) na criação de uma aparência sexualmente atraente em antecipação do olhar sexualmente avaliativo do outro. (LOUREIRO, 2014, p. 22).

As formas e modelos do imaginário do que é e como tem que ser o corpo feminino tornam-se objeto de contemplação e manipulação induzindo a aceitação do tipo do que a sociedade chama de ideal e não a aceitação do que é. Nesse dilema a menina e mulher são levadas a buscas perigosas e inseguras, desde tomar medicamentos, a procedimentos estéticos exagerados, a dietas que podem causar doenças e o aumento da possibilidade de quadros de depressão e ansiedade. (LOUREIRO, 2014).

A objetificação sexual e o padrão rígido de beleza, em particular, ao serem naturalizados pela sociedade e internalizados pelas mulheres, passam a acompanhá-las em suas vivências, causando sentimentos de inadequação e sofrimento, prejudicando sua qualidade de vida e contribuindo para que se estabeleçam comportamentos de risco e transtornos mentais em relação a corpo. (LOUREIRO, 2014, p. 120).

A pesquisadora Rodrigues (2018) em seu trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, aborda a trajetória histórica da violência de gênero no Brasil, enfatiza que historicamente os discursos ideológicos e os valores morais vigentes acentuam divergentes papéis ao gênero masculino e feminino, o que resultava em um maior distanciamento entre eles, ou seja, um domínio masculino sobre a figura feminina.

Segundo Rodrigues a hegemonia masculina estava ancorada nas explicações biologizantes e religiosas, as quais propagavam a ideia de inferioridade e periculosidade feminina. Esse cenário configurava-se como campo fértil para a execução de práticas violatórias, tais como a violência física, psicológica e sexual contra as mulheres em meio à sociedade patriarcal. As formas de violência manifestavam-se de distintas formas, variando da posição social que ocupavam.

A mulher branca, submissa à autoridade masculina, era subjugada à infidelidade do marido e restrita ao espaço do lar. Não raras são as histórias de conflitos em que habitualmente o patriarca concubina-se com suas escravas em busca de prazer, enquanto sua esposa era apenas para a procriação. A igreja atribuía à mulher branca a responsabilidade pelo provimento da prole, criminalizando a prática sexual por prazer. As mulheres brancas eram destinadas para o casamento e a maternidade. A elas cabiam o recato, a permanência no âmbito doméstico privado, podendo utilizar-se do ambiente público somente em suas idas às missas (RODRIGUES, 2018).

A autora também reflete que a violência também repercutia entre as próprias mulheres brancas e negras perante sua rivalidade, haja vista o fato de que, por inúmeras vezes, mulheres brancas em momentos de ciúme e ódio ordenavam à morte ou ao tronco as escravizadas amantes do patriarca. A branca frígida¹³ era comparada à negra fogosa¹⁴ nesse sentido, a mulher branca, condenada ao casamento e à maternidade, era excluída de qualquer prazer erótico, sendo reservada a procriação. E a mulher negra vista como objeto de prazer sexual.

A igreja intervém diretamente nas situações de adultério feminino, porém quando o protagonismo era masculino isso não ocorria. As legislações como o Código Filipino, retificado em 1603, comprovam essa ação, era permitido ao homem traído que este matasse sua esposa, caso assim o desejasse. Quando a mulher era traída podia requisitar divórcio perante processo judicial, mas, cabia ao marido autorizá-lo ou não. Normalmente, quando se tratava de famílias ricas, o divórcio era negado pelo homem a fim de evitar a partilha de bens, o que retirava a autonomia das mulheres. (RODRIGUES, 2018).

Tendo em vista a marginalização da mulher na esfera pública, não lhe restava alternativa se não exercer seu poder no âmbito doméstico, em meio às relações que estabelecia com sua prole, demais familiares e subalternos. As relações estabelecidas pela maternidade tornam-se uma das principais formas de resistência observável nesse período, pois, no âmbito doméstico, conseguiam exercer seu poder sob sua prole. Nesse sentido, a realização da mulher residia na maternidade, sua identidade feminina construía-se a partir desse processo.

No que se refere à violência perpetuada contra a mulher escrava e a mulher negra, Rodrigues (2018) destaca a alta incidência da violência sexual. Inicialmente, a mulher indígena, e posteriormente ao tráfico negreiro, a mulher negra. Essas mulheres eram submetidas à vontade daquele que se dizia seu dono e assim, eram obrigadas a relacionar-se sexualmente com eles.

Nessa perspectiva, a exploração da mulher negra ultrapassa as atividades inerentes ao serviço braçal. A mulher escrava era equiparada aos animais, e a prática do abuso era habitual entre a relação dos patrões e os escravizados, dentro e fora das plantações e engenhos. Essas mulheres foram historicamente tratadas e reduzidas objeto sexual, o qual poderia ser manuseado por qualquer sujeito que lhe fosse superior, ou seja, qualquer homem branco. A exploração sexual dessas mulheres objetivava, para além do prazer físico, a reprodução. Os filhos ilegítimos

¹³ Mulher que não demonstra desejo ou interesse sexual. (RIBEIRO, 2010)

¹⁴ Negra fogosa: O corpo da mulher negra, que sofre as opressões de gênero e raça, é visto como irresistível e sensual. (SANTOS, 2017)

posteriormente tornavam-se mão de obra escrava. Nessa perspectiva, o estupro era fonte de renda dos senhores, além da exploração sexual das escravas, que eram comercializadas sexualmente a outros homens. (RODRIGUES, 2018).

As práticas violatórias de gênero comuns ao Período Colonial da história do Brasil apresentaram estreita relação aos preceitos políticos, econômicos, escravocratas e patriarcais deste país. Depreende-se que a mulher, especialmente a negra e indígena, ao serem tratadas como objetos eram consideradas como propriedades, expostas a todo tipo de violações. A mulher branca, igualmente violada, tinha no espaço doméstico o reduto privilegiado de tais manifestações. (RODRIGUES, 2018).

A autora ainda destaca que os elementos históricos apresentados não deixaram de apresentar continuidades nos períodos seguintes. A violência de gênero não deixa de ser hábito cultural, mas, esconde-se de forma sutil e perversa, com as mudanças históricas transcorridas. Apesar de muitas mudanças, as violações contra as mulheres se revestiram de outros construtos sócio-políticos. Ao homem abria-se cada vez mais o espaço público, das interações, contatos e sociabilidades e à mulher era reservado o espaço doméstico, as atividades da casa, a criação dos filhos e a submissão ao marido. Na divisão social do gênero, à mulher branca cabia o papel de submissão e recato, criado para o matrimônio, a mulher seguia metodicamente os princípios católicos, prezando pela moralidade de sua família e a boa educação de seus filhos. Às mulheres não brancas, a história continuava com a mesma perversidade.

Historicamente, a violência impingida contra as mulheres foi justificada a partir dos princípios morais conservadores e preconceituosos socialmente vigentes, como exposto por Rodrigues (2018), pontuando que nesse contexto de transformações, as diferentes conformações familiares estruturadas historicamente foram “modificando-se paulatinamente, mas alguns aspectos destas conformações sobreviveram à dialética das mudanças e ainda, atualmente, apresentam-se como características estruturantes da instituição familiar moderna” (RODRIGUES, 2018, p.13).

3. METODOLOGIA

O estudo contou com a utilização de pesquisa bibliográfica que é uma abordagem comumente utilizada em diversos campos acadêmicos para explorar um tópico de estudo por meio da análise e síntese de informações presentes em fontes já existentes, como livros, artigos, teses, relatórios e outros materiais relevantes (MACEDO, 1995).

É a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com os problemas de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congresso, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação dos materiais referenciados ou na bibliografia final) (MACEDO, 1995, p. 13).

Inicialmente realizamos debates e estudos para a construção da temática, a escolha foi sobre Mulher: corpo e direitos humanos, por termos um projeto de pesquisa elaborado para a disciplina de pesquisa social. Percebemos que o tema é relevante por corroborar compreensão dos desafios das mulheres ao longo da história e principalmente sobre o que simboliza seu corpo.

Para discutir a primeira parte intitulada, Concepções sobre Mulher ao longo da história, utilizamos como referencial teórico a obra de Borges, Lapolli e Amaral (2020) e Viviane Isabela Rodrigues (2019). A segunda parte intitulada, Trajetória histórica da Mulher no Brasil: Desafios e conquistas, lançamos mão sobre as discussões de Mary Del Priore (2007), Silva e Castilho (2014), Aline Tosta dos Santos (2009), Dias e Vivian Grassi Sampaio (2011), Aguiar (2011), Matos e Gitahy (2007) e Rodrigues (2018). Na terceira parte, A Representação Social do Corpo Feminino, utilizamos para construção os estudos de Serge Moscovici (2009), Carolina Loureiro (2014) e Viviane Isabela Rodrigues (2018). Para fundamentação do resultado desse estudo as análises foram baseadas nas leituras, Foucault (1987), de Goulart e Ribeiro (2003) e de França e Brauner (2018).

4. RESULTADO

Por vários períodos as mulheres foram relegadas ao espaço do lar, ao cuidado com a casa e com os filhos. Além de uma obrigação social e moral de fazer parte de uma família tradicional, patriarcal e religiosa. Dentro dessa perspectiva, os direitos da Mulher estavam atrelados a essas mesmas visões, o que resultou cada vez mais no fortalecimento do corpo feminino como símbolo da sociedade com a função de cumprir papéis sociais. Assim, descrever sobre o direito de escolha da mulher com pauta na utilização do seu corpo é um desafio posto ainda na contemporaneidade. Causando estranhamento em uma sociedade que percebe a mulher como construto social de reprodução incidindo sobre sua escolha de ter ou não filhos.

As mulheres, nesse sentido, foram compelidas a reproduzir e seguir os princípios morais e éticos da sociedade patriarcal, se abdicando compulsoriamente do direito sobre seus corpos e,

consequentemente, sua liberdade de decisão sobre seu órgão reprodutivo. Observamos esses ideais tanto na história do mundo como na história brasileira.

Ainda em concordância com o estudo realizado, constata-se que, mediante muita luta e resistência, as mulheres conseguiram alcançar aberturas nos espaços públicos e não ficarem somente restritas aos espaços privados e domésticos. Na última constituição brasileira, de 1988, observamos muitas dessas conquistas. Contudo, muitos desses direitos e liberdades conquistados são dificultados, pois os imaginários sociais patriarcais sobre seus corpos permanecem existindo.

A discussão sobre ter ou não filhos dependia menos da mulher do que do homem. Essa era uma função vista como naturalização, a mulher nasceu para ser mãe. Além de ser mãe deveria também ser recatada, boa dona de casa e objeto sexual. Essa é uma relação de poder e contrato, como diz Foucault (1987) em seu livro *Vigiar e punir*.

Foucault (idem), analisa as diferentes formas em que os indivíduos são levados a manter uma disciplina hierarquizada e obediência as ordens vigentes. Assim, as formas de violência e ou castigos, punições são justificadas. Entendemos que mesmo não tratando da mulher e da questão de gênero, o estudo de Foucault mostra a forma como os corpos são inseridos no contexto social, e o aprisionamento é a forma justa de manter a ordem.

A prisão, essa região mais sombrias do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. (FOUCAULT, 1987, p. 284).

A partir de Foucault, compreendemos que a mulher, por desobediência aos desejos de seu esposo, companheiro ou pelo fato de ser mulher é castigada, violentada, violada, como forma de aceitar a dominação masculina. Está posto a relação de poder em que o corpo masculino predomina sobre o feminino. Não tem escolha, mesmo na contemporaneidade o corpo feminino é simbolizado, para ser mãe, para pertencer a um homem, para servir de estímulo sexual nas propagandas, entre outros. A vontade da mulher não é só sua, mesmo que a lei diga isso, ela deve manter o seu corpo para a representação social, de naturalmente ter nascido para gerar, não importando sua decisão, ou opinião.

4.1 A AUSÊNCIA DE LIBERDADE DA MULHER COM O SEU CORPO: PROCEDIMENTO DE ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA

A esterilização voluntária é um procedimento cirúrgico realizado para impedir a fertilidade de uma pessoa de forma permanente. Antes de qualquer mudança na legislação, é comum que haja requisitos específicos, como idade mínima e consentimento do cônjuge, dependendo do país e da legislação vigente.

No Brasil a Lei 14.443/2022, aprovada pelo Senado em agosto de 2022 e que entrou em vigor em março, trouxe algumas mudanças significativas em relação à esterilização voluntária. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar. O texto intitulado: Entre a autonomia reprodutiva e servidão patriarcal: reflexões sobre a Lei 14.443/2022 sob autoria de Goulart e Ribeiro (2023) traz algumas reflexões sobre o contexto e conteúdo dessa legislação e ainda estabelece críticas, levando em consideração a perspectiva sócio-histórica.

Os autores destacam que essa alteração estabelece um prazo para que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça métodos e técnicas contraceptivas. Além disso, estabelece que o SUS deve fornecer informações adequadas sobre esses métodos e técnicas, incluindo os seus benefícios, riscos e contra indicações.

Outra mudança foi a redução da idade mínima para homens e mulheres, que agora é de 21 anos. Anteriormente, a idade mínima era de 25 anos para mulheres e 30 anos para homens. Além disso, a lei também eliminou a exigência do consentimento do cônjuge para a realização da laqueadura e vasectomia. Antes da mudança, era necessário o consentimento do parceiro ou parceira para que a esterilização voluntária pudesse ser realizada.

Dessa forma, de acordo com os autores e a própria análise da legislação, a Lei 14.443/2022 busca assegurar o acesso das pessoas aos métodos contraceptivos, bem como a informação necessária para que possam tomar decisões conscientes sobre sua saúde reprodutiva e planejamento familiar.

Sobre o contexto anterior à outorga da lei, os autores abordam alguns eventos históricos. A Associação Nacional dos Defensores Públicos ingressou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.097 perante o Supremo Tribunal Federal em 13 de março de 2014. Essa ação questionou especificamente o § 5º do art. 10 da Lei 9.263/1996. A entidade argumentou a necessidade de intervenção mínima do Estado nas relações contempladas pelo Direito Privado.

A exigência do consentimento do cônjuge para a realização do procedimento de esterilização voluntária feminina, estipulada pela Lei 9.262/1996, gerou debates legislativos diretamente ligados à realidade social e cultural do Brasil. Tendo em vista que as mulheres são

as principais responsáveis pelo planejamento familiar, é injusto que sejam obrigadas a obter a aprovação de seus cônjuges para decidir sobre seus próprios corpos.

De acordo com Goulart e Ribeiro (2023), é crucial compreender os direitos sexuais e reprodutivos, considerados princípios e normas dos direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável da sexualidade e reprodução humana. Esses direitos surgiram das reivindicações feministas e das Conferências Internacionais de Direitos Humanos no século XX.

No que diz respeito à liberdade reprodutiva, os valores religiosos, morais ou comunitários não devem determinar a escolha de uma mulher em realizar ou não um aborto. Isso ocorre porque os direitos de privacidade decisória reconhecem o indivíduo como o agente responsável pelas decisões em questões éticas ou existenciais. Esses direitos não exigem justificativas éticas nem especificam as razões a serem fornecidas. (Goulart et al., 2023).

Portanto, é importante abordar os direitos sexuais e reprodutivos sob uma perspectiva feminista, considerando que eles envolvem o poder de tomar decisões com base em informações confiáveis sobre fertilidade, gravidez, educação dos filhos, saúde ginecológica e atividade sexual. Essas decisões devem ser realizadas de forma segura e autônoma, levando em conta o contexto em que a pessoa vive. Essa perspectiva supera a divisão entre "público" e "privado", "interferência" e "não interferência", colocando os direitos sexuais e reprodutivos em uma perspectiva social e emancipatória. (Goulart et al., 2023).

Os direitos sexuais e reprodutivos abrangem duas áreas distintas, mas são frequentemente discutidos em unidade. Os direitos sexuais estão relacionados à vivência sexual e à liberdade de experimentação, enquanto os direitos reprodutivos estão ligados à reprodução e à autonomia individual. Ambos são importantes e têm implicações significativas. (Goulart et al., 2023).

Esses direitos são respaldados por quatro princípios fundamentais: integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade. A integridade corporal reconhece que os corpos não são meros objetos, mas parte essencial do indivíduo, cuja saúde e bem-estar são essenciais para a participação ativa na vida social. (Goulart et al., 2023).

A autonomia pessoal diz respeito à capacidade das mulheres de autodeterminação em relação à reprodução e sexualidade. A igualdade busca promover a equidade entre os sexos, eliminando a submissão das mulheres e combater qualquer forma de discriminação sexual. A diversidade reconhece a multiplicidade de identidades e vivências sexuais e reprodutivas, garantindo que todos tenham seus direitos respeitados (Goulart et al., 2023).

Ações positivas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos incluem acesso à informação e educação sexual e reprodutiva, serviços de saúde sexual e reprodutiva seguros e adequados, políticas que promovam a igualdade de gênero e a eliminação de qualquer forma de discriminação sexual (Goulart et al., 2023).

Ao finalizar a discussão os autores apontam que apesar das mudanças e avanços, ainda existem desafios e lacunas na garantia plena dos direitos sexuais e reprodutivos. Alguns problemas incluem a falta de informação imparcial e segura, a manutenção de normas moralistas, a falta de reconhecimento e inclusão de pessoas que não se enquadram na definição binária de gênero e a persistência de estereótipos de gênero que limitam a autonomia das mulheres.

A busca pela efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos é um processo contínuo que requer ações tanto individuais como coletivas, além de ser crucial a promoção, por parte dos órgãos governamentais, de políticas públicas que corroborem na sensibilização da sociedade como um todo. O respeito à diversidade é fundamental nesse contexto (Goulart et al., 2023).

França e Brauner (2018) ao discutirem sobre a reprodução das mulheres no Brasil, incidem que a escolha da mulher está ligada ao direito à liberdade e essa é uma temática que deve ser colocada em pauta em todas as rodas de conversas formais e não formais. Ainda, que é necessário de forma urgente “romper com os discursos e práticas do modelo patriarcal, imposto por uma tradição religiosa e jurídica, limitador da autonomia dos corpos. Neste sentido, reconhecer os direitos sexuais e reprodutivos femininos como direitos humanos é primordial [...]” (FRANÇA; BRAUNER, 2018, p. 6).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo foi possível compreender que muitos foram os aspectos que influenciaram para a ausência da mulher no que tange ao direito sobre seu corpo. Ao longo da história, as representações sociais sobre o corpo feminino se alteraram de forma negativa, colocando o corpo feminino em um lugar de subalternidade. De modo que a sociedade, a igreja, o homem e o Estado, acabaram possuindo mais legalidade sobre as decisões das mulheres, do que elas mesmas.

Os objetivos elencados possibilitaram a construção teórica do contexto histórico em que a mulher ao longo do tempo foi subjugada como ser inferior, mas, as lutas e movimentos sociais

avançaram na defesa da liberdade da mulher e na sua percepção enquanto ser humano e cidadã. Assim, a discussão sobre o corpo feminino na trajetória histórica foi atravessada pelo simbolismo que reflete na compreensão de que o corpo feminino pertence a cada mulher e a definição de como usar seu corpo não deve ser política ou na relação de poder, como por exemplo na decisão sobre a reprodução. A esterilização voluntária é uma conquista, mas, a sua concepção enquanto cultura na sociedade brasileira é ainda uma necessidade.

A metodologia utilizada, pesquisa bibliográfica em referências já elaboradas ampliou o acesso de textos, livros e leis os quais foram analisados, selecionados e inseridos para contribuição desse estudo.

A partir do que foi discutido, concluímos que apesar dos avanços ao longo do tempo e mesmo as alterações na legislação para que a mulher tenha direito a esterilização voluntária, os imaginários patriarcais, morais religiosos, ainda corroboram na restrição de liberdade das escolhas das mulheres. Os corpos das mulheres são fixados em modelos dentro da sociedade ocidental e capitalista. Portanto, ainda existem muitos caminhos a se trilhar na busca da realização de suas potencialidades e no alcance de sua liberdade plena e total.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Larissa de Moura. **O VOTO FEMININO NO BRASIL: o protagonismo das mulheres na campanha pela conquista dos seus direitos políticos**. Brasília. 2021. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30891/1/2021_LarissaDeMouraMarquesAguilar_tcc.pdf>, acesso em: 19 de maio de 2023.

BORGES, José Carlos. LAPOLLI, Édis Mafra. AMARAL, Melissa Ribeiro do. **A mulher e suas concepções históricas**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 09, pp. 05-21. junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/concepcoes-historicas>>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BARBOSA, Gabriel Furtado; SILVA, André Costa Aciole da. **A Idade Média foi a Idade das Trevas? - uma análise acerca das concepções sobre idade média entre discentes e livros didáticos de escolas do ensino médio de Goiânia**. VI Semana da Licenciatura em História do IFG. Anais, Goiânia, 2016. Disponível em: <<chromeextension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/31/2018/02/Gabriel-Furtado-Barbosa.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

BRASIL. Lei n. 14.443, de 2 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 set. 2022. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14443.htm> Acesso em: 23 de maio de 2023

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1995.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Beozzo (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2007.

DIAS, Joelson. SAMPAIO, Vivian Grassi. **A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica**. Tribunal Superior Eleitoral, estudos eleitorais. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/1583/2011_dias_insercao_politica_mulher?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Karoline Veiga; BRAUNE, Maria Claudia Crespo. **O corpo feminino sob uma perspectiva Foucaultiana: Rumo à construção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/236.pdf>>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

FRANCISCO, Henrique Sugahara. **ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1891**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20CONSTITUINTE%20DE%201891.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

GOULART, Mariana. RIBEIRO, Adilson Pires. **Entre a autonomia reprodutiva e a servidão patriarcal: Reflexões sobre a lei 14.443/2022**, 2003. Disponível em: <https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/471/33>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

LOUREIRO, Carolina Piazzarollo. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/5577>, acessado em maio de 2023;

MATOS, Maureen Lessa. GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER**. Revista Colloquium Humanarum. v. 4, n.1, jun. 2007, p. 74-90. Disponível em: < <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/223/606> > Acesso em: 03 de maio de 2023.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: arké, 2006.

RIBEIRO, Christian de Sousa. **A psicanálise existencial: uma fusão entre a psicanálise e o existencialismo**. 5º Encontro de pesquisa na graduação em Filosofia da Unesp. Vol. 3, nº 1, 2010. Disponível em: < [https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/ChristiandeSousaRibeiro\(76-80\).pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/ChristiandeSousaRibeiro(76-80).pdf) >. Acesso em: 19 de maio de 2023.

RODRIGUES, VIVIANE ISABELA. **A trajetória histórica da violência de gênero no Brasil**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22225> >. Acesso em: 11 de maio de 2023.

RODRIGUES, Lisia Carla Vieira. **O CÓDIGO CIVIL DE 2002: PRINCÍPIOS BÁSICOS E CLÁUSULAS GERAIS**. Disponível em: < https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumeI/10anosdocodigocivil_179.pdf >. Acesso em: 26 de maio de 2023.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006, ampliado na versão 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848> >. Acesso em: 29 de abril de 2023.

SANTOS, Aline Tosta dos. **A construção do papel social da mulher na Primeira República**. 2009. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDF> >. Acesso em: 12 de maio de 2023.

SANTOS, Beatriz Gerolim dos. **A (auto) representação da mulher negra no cinema brasileiro contemporâneo**. 2017. Disponível em: < <https://periodicos.unesp.br/index.php/mosaico/article/view/2196/1483> >. Acesso em: 10 de maio de 2023.

SILVA, Alex dos Santos. **República Velha ou Primeira República do Brasil**. 2018. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/república-velha/> >. Acesso em: 29 de maio de 2023.

SILVA, Leticia Ferreira; CASTILHO, Maria Augusta. **Brasil Colonial: As mulheres e o imaginário social**. Cordis. Mulheres na história, São Paulo, n. 12, p. 257-279, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/21942/16123>>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO-SGI. Não Se Cale. Disponível em: <<https://www.naosecale.ms.gov.br/leis-nacionais-e-marcos-legais/>>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

TAVASSI, et al. **Os direitos das mulheres no Brasil**. Politize. 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-das-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em 06 de maio de 2023.